



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 137 - SÁBADO, 6 DE SETEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

| MESA DO SENADO FEDERAL   |   |
|--|---|
| <b>PRESIDENTE</b><br>Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)<br><b>1º VICE-PRESIDENTE</b><br>Tião Viana - (PT-AC)<br><b>2º VICE-PRESIDENTE</b><br>Alvaro Dias - (PSDB-PR)<br><b>1º SECRETÁRIO</b><br>Efraim Moraes - (DEM-PB)<br><b>2º SECRETÁRIO</b><br>Gerson Camata - (PMDB-ES) | <b>3º SECRETÁRIO</b><br>César Borges - (PR-BA) (1)<br><b>4º SECRETÁRIO</b><br>Magno Malta - (PR-ES)<br><br><b>Suplentes de Secretário</b><br><b>1º</b> - Papaléo Paes - (PSDB-AP)<br><b>2º</b> - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)<br><b>3º</b> - João Vicente Claudino - (PTB-PI)<br><b>4º</b> - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA) |

## LIDERANÇAS

|  |  |   |
|--|--|---|
| <b>Maioria</b><br><b>(PMDB) - 21</b><br><b>Líder</b><br><b>Valdir Raupp - PMDB</b><br><br>.....<br><b>Líder do PMDB - 21</b><br><b>Valdir Raupp</b><br>Vice-Líderes do PMDB<br>Almeida Lima<br>Valter Pereira<br>Gilvam Borges<br>Leomar Quintanilha<br>Neuto De Conto<br>Wellington Salgado de Oliveira | <b>Bloco de Apoio ao Governo</b><br><b>(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b><br><b>Líder</b><br><b>Ideli Salvatti - PT</b><br>Vice-Líderes<br>João Ribeiro<br>Renato Casagrande<br>Inácio Arruda<br>Marcelo Crivella<br>Francisco Dornelles<br><br>.....<br><b>Líder do PT - 12</b><br><b>Ideli Salvatti</b><br>Vice-Líderes do PT<br>Eduardo Suplicy<br>Fátima Cleide<br>Flávio Arns<br><br><b>Líder do PR - 4</b><br><b>João Ribeiro</b><br>Vice-Líder do PR<br>Expedito Júnior<br><br><b>Líder do PSB - 2</b><br><b>Renato Casagrande</b><br>Vice-Líder do PSB<br>Antonio Carlos Valadares<br><br><b>Líder do PC DO B - 1</b><br><b>Inácio Arruda</b><br><br><b>Líder do PP - 1</b><br><b>Francisco Dornelles</b><br><br><b>Líder do PRB - 1</b><br><b>Marcelo Crivella</b> | <b>Bloco Parlamentar da Minoria</b><br><b>(DEM/PSDB) - 24</b><br><b>Líder</b><br><b>Mário Couto - PSDB</b><br>Vice-Líderes<br>Heráclito Fortes<br>Flexa Ribeiro<br>Demóstenes Torres<br>Eduardo Azeredo<br>Adelmir Santana<br>João Tenório<br>Kátia Abreu <sup>(1)</sup><br>Papaléo Paes<br><br>.....<br><b>Líder do DEM - 12</b><br><b>José Agripino</b><br>Vice-Líder do DEM<br>Kátia Abreu <sup>(1)</sup><br>Jayme Campos<br>Antonio Carlos Júnior <sup>(2,3)</sup><br>Maria do Carmo Alves <sup>(4)</sup><br><br><b>Líder do PSDB - 12</b><br><b>Arthur Virgílio</b><br>Vice-Líderes do PSDB<br>Marconi Perillo<br>Alvaro Dias<br>Marisa Serrano<br>Cícero Lucena |
| <b>PTB - 8</b><br><b>Líder</b><br><b>Epitácio Cafeteira - PTB</b><br>Vice-Líder<br>Sérgio Zambiasi   | <b>PSOL - 1</b><br><b>Líder</b><br><b>José Nery - PSOL</b>   | <b>Governo</b><br><b>Líder</b><br><b>Romero Jucá - PMDB</b><br>Vice-Líderes<br>Delcídio Amaral<br>Antonio Carlos Valadares<br>João Pedro<br>Gim Argello   |
| <b>PDT - 5</b><br><b>Líder</b><br><b>Osmar Dias - PDT</b><br>Vice-Líder<br>Patrícia Saboya   |  |   |

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF N° 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

| EXPEDIENTE   |  |
|--|--|
| <b>Agaciél da Silva Maia</b><br>Diretor-Geral do Senado Federal<br><b>Júlio Werner Pedrosa</b><br>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações<br><b>José Farias Maranhão</b><br>Diretor da Subsecretaria Industrial | <b>Cláudia Lyra Nascimento</b><br>Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal<br><b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b><br>Diretora da Secretaria de Ata<br><b>Denise Ortega de Baere</b><br>Diretora da Secretaria de Taquigrafia |

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 166ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE SETEMBRO DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.075, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, com o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007, por versarem sobre o mesmo assunto. .... 36935

Nº 1.076, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 8 a 11 do corrente..... 36935

Nº 1.077, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 14 a 22 do corrente. .... 36935

##### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Celebração dos 40 anos da revista **Veja** e transcrição de discurso do Presidente da Editora Abril, Roberto Civita. Comentários a respeito da revista intitulada **Nova Escola**, também da Editora Abril. .... 36935

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Transcurso, hoje, do Dia da Amazônia. Preocupação com a questão dos direitos humanos na região amazônica e com a demarcação de terras indígenas, em especial, a Raposa Serra do Sol, em Roraima. Transcrição de artigo publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 18 de agosto último, intitulado “A Funai e a Federação”. .... 36940

SENADOR ADELMIRO SANTANA – Registro de ações do governo do Distrito Federal no sentido de democratizar a gestão. Importância da discussão do Refaz III para a economia brasileira. Realização no próximo dia 9, no Memorial JK, da quarta edição da solenidade de outorga do Mérito SENAC/DF..... 36948

##### 1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 1.078, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando autorização para

desempenho de missão parlamentar no período de 8 a 13 do corrente..... 36950

##### 1.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 176, de 2008 (nº 674/2008, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah..... 36950

Recebimento da Mensagem nº 177, de 2008 (nº 673/2008, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá. .... 37026

##### 1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 174/2008, de 26 de agosto último, comunicando que aquela Comissão tomou conhecimento do Aviso nº 42, de 2008, do Ministério da Fazenda, e que o mesmo deverá ser encaminhado ao Arquivo. .... 37133

##### 1.2.6 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 484/2008, de 4 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2005 (nº 6.426/2005, na Câmara dos Deputados), e seu envio à sanção..... 37133

##### 1.3 – ENCERRAMENTO

**SENADO FEDERAL**

- 2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 53ª LEGISLATURA
- 3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
- 4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

- 9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

**CONGRESSO NACIONAL**

- 10 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
  - 11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
  - 12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
  - 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
-



# Ata da 166ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de Setembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Marco Maciel e Mozarildo Cavalcanti.*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 6 minutos, e encerra-se a sessão às 10 horas e 19 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **REQUERIMENTO Nº 1.075, DE 2008**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, e do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007, por versarem sobre o mesmo assunto.

### **Justificação**

Os projetos de lei supracitados e aos quais se pretende a tramitação conjunta, alteram a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que “estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal”.

No intuito tanto de somar ao projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados, quanto visando a economia processual no Senado, uma vez que se trata do mesmo assunto, requeiro a presente tramitação conjunta.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2008. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **REQUERIMENTO Nº 1.076, DE 2008**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 39, inciso I, combinado com o artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me do País no período de 8 a 11 de setembro do corrente ano, para participar da reunião preparatória para o Fórum das Águas das Américas, na cidade de Montevideu, Uruguai, na qualidade de Vice-Presidente da Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar o Fórum das Águas das Américas, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

## **REQUERIMENTO Nº 1.077, DE 2008**

Requeiro, nos termos do art. 13, combinado ao art. 39-I do Regimento Interno do Senado Federal, licença autorizada para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 14 a 22-9-2008, a fim de representar a CPI “Pedofilia”, na Reunião Preparatória do Internet Governance Forum (IGF), em Genebra, Suíça.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2008. – Senador **Magno Malta**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Passe-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel.

S. Exª dispõe de até vinte minutos.

Em seguida, terá a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Vice-Presidente do Senado que preside a presente sessão, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para registrar a celebração do 40º aniversário da revista **Veja**, veículo que mais vende dentre muitos

produtos da Editora Abril. Devo, aliás, por oportuno, observar que a mais a Editora Abril vende é a revista intitulada **Nova Escola**, que teve oportunidade de ver nascer quando era Ministro da Educação.

Fico satisfeito de registrar esse fato por entender que a **Nova Escola** concorre para um adequado debate sobre os grandes temas da educação brasileira. É uma revista dedicada ao professor de primeiro e segundo graus, mas que, pelos textos que contém, ajuda a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão ligados à educação na busca de solução para os problemas pedagógicos e educacionais de modo mais geral.

A cerimônia, ocorrida no dia 2 de setembro deste ano em São Paulo, foi basicamente para festejar os 40 anos da revista **Veja**, que surgiu nos idos de 1968, um ano paradigmático, que significou, para muitos, uma transformação substancial que aconteceu na Europa, sobretudo na França, mas que teve reverberações no Brasil, com a edição do Ato Institucional nº 5, que representou um retrocesso em relação ao projeto de abertura política, que já começara a se esboçar.

Faço essa consideração de caráter histórico para dizer que a Editora Abril, através do seu Presidente, Roberto Civita, entendeu de celebrar os 40 anos da revista **Veja** não com uma festa, mas com um simpósio, intitulado “O Brasil que queremos ser”, ou seja, olhando um pouco o passado, refletindo sobre as esperanças que sempre o futuro desabrocha dentro de cada um de nós.

O encontro foi aberto pelo editor da revista **Veja**, Eurípedes Alcântara, e o primeiro tema foi “Educação com qualidade: os caminhos da produtividade e da prosperidade”. O moderador desse tema foi Gustavo Loschpe e palestrantes Eduardo Gianetti, grande especialista nesse tema; o Ministro da Educação, Fernando Haddad; a professora Maria Helena Guimarães que, se não estou equivocado, é a atual Secretária de Educação do Governo de São Paulo, e o economista e analista de problemas sociais José Alexandre Scheinkman.

Foi discutido, a seguir, tema que é uma “comunidade”, se assim posso dizer, que preocupa o mundo todo, a questão do meio ambiente. E o grande debate se trava entre conservação *versus* desenvolvimento, ou seja, como fazer um desenvolvimento compatível com a conservação da nossa biodiversidade. Essa questão é relevante no Brasil, sobretudo porque sabemos que somos talvez o país de mais rica e diversificada biodiversidade. Temos inclusive biomas que não existem em outros países ou outros continentes, como é o caso da caatinga, um bioma especificamente nordestino, de uma parte significativa do Nordeste.

Também foi discutida a questão da economia e o novo papel do Brasil no mundo, tendo como palestrantes o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga, o professor Luciano Coutinho, atualmente Presidente do BNDES, e o ex-Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. À tarde, houve um debate sobre o papel da imprensa e o fortalecimento das instituições políticas, que teve como moderador o jornalista e escritor Reinaldo Azevedo e palestrantes o Ministro Carlos Ayres Britto, Presidente do TSE e integrante do Supremo Tribunal Federal, o ex-Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e o Deputado Federal Miro Teixeira.

No painel “Democracia, raça e pobreza”, o moderador foi Carlos Graieb, e palestrantes Hélio Santos, sociólogo, preocupado com as nossas questões étnicas; o Ministro de Assuntos Sociais Patrus Ananias, o sociólogo Roberto DaMatta e Jeffrey Sachs.

Ao final, houve debate sobre a questão “Megacidades – elas são inevitáveis. Como evitar os megaproblemas”. Sabemos que o Brasil se converteu rapidamente, no espaço de 40 anos, num máximo de duas gerações, de um país agrário – dizia-se antigamente que o Brasil era um País essencialmente agrícola – num país urbano, e mais do que urbano, um país em que 2/3 da sua população vivem nas cidades, mas o que é mais grave: nas grandes cidades. No Brasil, não houve só um processo de urbanização, mas de megapolitização, isto é, de grandes concentrações urbanas em grandes cidades, o que faz com que a problemática urbana brasileira seja extremamente complexa, sobretudo pela velocidade com que se processou esse deslocamento do rural para o urbano, pelos problemas que provocou nas cidades que acolheram tantas pessoas num curto período de tempo.

O encerramento do encontro se deu com as palavras do Vice-Presidente Executivo da Editora Abril, Dr. Jairo Leal.

Sr. Presidente, para fazer breves comentários, diria que o discurso proferido pelo Editor e Presidente da Editora Abril, Roberto Civita, foi o que feriu temas da atualidade brasileira. Disse o Dr. Roberto Civita:

Para mim e para meus colegas da Abril, a discussão permanente desses temas que afetam a todos nós faz parte não apenas da nossa missão de vocação editorial, mas também, da própria essência da imprensa livre, que – por sua vez – é ao mesmo tempo fruto e esteio da democracia.

Em síntese, o que advogamos numa sociedade democrática é que haja ampla liberdade de imprensa e o que nós queremos é que a imprensa seja livre e

ponto final. Porque, todas as vezes em que se quer dar adjetivos à democracia, de alguma forma se está reduzindo-a. Certa feita o ex-Presidente Ernesto Geisel disse que reconhecia nisso uma verdade – que vivíamos numa democracia relativa. Quando se adjetiva a democracia, significa dizer que não é uma democracia plena. A mesma coisa, **mutatis mutandis**, poderemos aplicar a essa questão de liberdade da imprensa.

E volto a citar trecho de Roberto Civita:

Todos os que me conhecem sabem da minha pregação permanente sobre o que chamo da indissociável interdependência entre democracia, imprensa livre e livre iniciativa. Isso pode parecer óbvio (como acontece com todas as grandes verdades após a sua formulação), mas é absolutamente essencial para entender que a multiplicidade de vozes necessárias para garantir e fortalecer a democracia só pode existir numa sociedade em que a liberdade de imprensa é assegurada e na qual a entrada é franqueada a quem quiser e puder se habilitar; em uma sociedade em que existe liberdade de empreender e em que a concorrência em todas as frentes gera publicidade, que – por sua vez – fecha o círculo virtuoso ao viabilizar a existência de múltiplos meios de comunicação.

A seguir, observou Roberto Civita: “[...] ainda há muitíssimo por fazer. Especialmente na frente da melhoria da educação, sem a qual não adianta falar da melhoria da mídia”.

Aí volta a grande questão brasileira ainda não resolvida, que é a educação, porque, sem uma boa base e sem um bom projeto de educação, não asseguraremos ao País as condições para que possa e deva ser um País democrático, desenvolvido e livre. Eu diria que a educação continua sendo a questão que deve ser a prioridade das prioridades. Insisto muito na frase de Bobbio, quando afirma que o mundo vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem.

O que me preocupa é que essa questão ainda não decolou com a velocidade que precisamos desenvolver. Iria mais além: se não dermos atenção central e total à questão da educação, vamos continuar a conviver com um fosso muito grande no nosso processo de afirmação nacional.

Disse Roberto Civita que a questão da imprensa local regional, ainda hoje dependente de verbas dos governos locais, para poder se dedicar à essencial tarefa de fiscalizá-los, é, de alguma forma, um limitante à plena liberdade de imprensa.

Sr. Presidente, volto a citá-lo:

Mas acredito, é só pensar nas conquistas e avanços nos últimos tempos [...] para constatar que a imprensa brasileira está progredindo aceleradamente.

Precisamos continuar por esse caminho auspicioso – sempre dentro de uma moldura ética, mantendo a primazia do princípio sobre a conveniência e não esquecendo a nossa responsabilidade permanente com os indivíduos, o público, a Nação e até com o futuro do planeta.

O Presidente da Editora Abril mencionou conquistas do Brasil nos últimos anos – nesses últimos 40 anos, de 1968 a 2008:

Há adicionalmente o prazer de ver a revista [no caso se refere a revista Veja] utilizada como ponte entre a teoria e a realidade em milhares de salas de aula de todo o país. E, acima de tudo, o orgulho de ter desenvolvido um papel fundamental na conscientização política de milhões de brasileiros, na insistência, em integridade, eficácia e transparência de parte dos governos, na difícil arte de escrever claramente e bem, na preocupação com a isenção e a responsabilidade jornalística e no fortalecimento da livre iniciativa e das nossas instituições democráticas [...].

Roberto Civita também fez um exercício com relação ao futuro. Disse ele:

Pois é exatamente essa preocupação permanente de Veja – e de um punhado de outros veículos responsáveis – que tanto tem contribuído para o aperfeiçoamento da nossa democracia, num momento em que o auspicioso avanço da nossa economia às vezes mascara ou até esquece a fundamental necessidade de também reforçarmos o arcabouço institucional do Brasil. Um País que está finalmente assumindo a posição no mundo que seus extraordinários recursos naturais – a manutenção da estabilidade econômica e política e o vigor e competência de seu setor privado lhe proporcionam, não pode deixar de insistir nas múltiplas reformas básicas que ainda faltam. E no contínuo progresso na eliminação das iniquidades sociais com as quais convivemos há séculos.

Gostaria de aproveitar essa última observação de Roberto Civita para fazer uma consideração que julgo importante. Nessa frase que acabei de ler, estão contidas duas preocupações: uma é o reconhecimento de que ainda convivemos com enormes iniquidades

sociais, ou seja, o Brasil ainda convive com enormes assimetrias econômicas, com grandes diversidades regionais, com grandes desigualdades sociais. E isso parece infirmar um verdadeiro projeto de sociedade democrática, que pressupõe a igualdade de oportunidades e a correção dos desníveis de renda, quer interpessoais quer inter-regionais.

Ao lado disso, precisamos também avançar no sentido do aperfeiçoamento das nossas instituições. Para usar a expressão de Roberto Civita, reforçarmos o arcabouço institucional do País, porque, sem isso, obviamente, não conseguiremos avançar.

Quero, a propósito, lembrar a necessidade de fazermos as chamadas reformas institucionais, que abrangem um universo bem mais amplo do que o universo das reformas políticas, porque as reformas institucionais não se limitam ao sistema político, isto é, ao sistema eleitoral e partidário.

Elas vão muito além disso, na medida em que exigem aperfeiçoar nossas instituições, aí envolvendo os três Poderes da República, Executivo, Judiciário e Legislativo, carecendo permanente reformulação.

Precisamos refletir sobre a necessidade de robustecermos o sistema federativo brasileiro. Um país com as dimensões territoriais que possui o Brasil, que tem uma diversidade tão acentuada, que convive com tantos vizinhos com os quais temos fronteiras, muitas delas vivas, onde o intercâmbio é muito intenso –, um país com essa extensão não pode deixar de fortalecer a federação, não pode ser governado centralizadamente. Há de se promover a descentralização, que significa a necessidade de fortalecer os entes federativos – leia-se: Estados e Municípios. Sem isso, não temos uma verdadeira federação.

O que verificamos é que existe uma enorme concentração de poderes na União em detrimento dos Estados e Municípios, apesar de a Constituição de 1988 haver estabelecido que os Municípios passariam a ser considerados também entes federativos.

Então, diria que democracia rima com cidadania. E a cidadania só ocorre quando há uma verdadeira descentralização, com o fortalecimento da federação. Isso também pode ser falado de outra forma, se dissermos que uma verdadeira democracia significa adotar o princípio da subsidiariedade, ou seja, aquilo que uma instituição menor pode fazer, uma maior não deve fazer. O que precisamos fazer com relação ao País é justamente robustecer a federação, uma aspiração muito forte no Brasil, antes mesmo da proclamação da República.

Grandes líderes republicanos, como Rui Barbosa, defenderam a federação. Se formos olhar o trabalho dos inconfidentes, vamos verificar que a primeira frase

do manifesto dos inconfidentes mineiros foi em favor da federação, vale dizer em favor da descentralização.

O mesmo poderia aplicar a outros movimentos que ocorreram no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. A Revolução Pernambucana de 1817 ou a Confederação do Equador de 1824 foram movimentos que tinham a preocupação com relação à descentralização, com a federação. É lógico que eram movimentos também republicanos, como outros que ocorreram no Império e no Brasil mais recente. Mas ninguém pode deixar de registrar que eram movimentos em favor da descentralização, em favor, conseqüentemente, do exercício da cidadania.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar as minhas palavras, solicitando à Mesa a transcrição, na íntegra, do discurso proferido pelo Dr. Roberto Civita, presidente do Grupo Abril, alusivos aos 40 anos da revista **Veja**. Acredito que suas palavras foram muito oportunas aos tempos em que vivemos.

Oxalá o Brasil tenha um projeto continuado e conseqüente de desenvolvimento, de sorte a assegurar a todos, de modo especial às camadas mais carentes, pleno acesso à cidadania, à prática democrática que venha a caracterizar o País com o qual nós sonhamos.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

É para mim – e para todos os meus colegas da Abril – uma enorme alegria e uma grande honra poder receber tantos amigos e presenças ilustres neste dia em que comemoramos os 40 anos de **Veja**.

Para nossa satisfação e orgulho, **Veja** continua sendo a maior, mais influente e mais prestigiada revista brasileira. Acima de tudo, atribuímos isso ao compromisso permanente da revista com seus mais de 5 milhões de leitores com a defesa intransigente dos interesses do Brasil.

Estamos aqui hoje, à luz do dia, principalmente porque nos ocorreu que, em vez de promovermos mais uma festa com discursos relembrando o passado, seria muito mais útil e estimulante passar um dia em companhia das pessoas mais influentes do Brasil debatendo as alternativas para o país que queremos ser.

E é exatamente isso que estamos fazendo aqui, por meio de seis importantes debates sobre os grandes temas da democracia, economia, educação, meio ambiente, imprensa e megacidades, e também de bre-



ves discursos de quatro grandes lideranças políticas expondo a sua visão do que significa governar para a próxima geração.

Para mim e para meus colegas da Abril, a discussão permanente desses temas que afetam a todos nós faz parte não apenas da nossa missão e vocação editorial mas também da própria essência da imprensa livre, que – por sua vez – é ao mesmo tempo fruto e esteio da democracia.

Todos os que me conhecem sabem da minha pregação permanente sobre o que chamo da indissolúvel interdependência entre a democracia, a imprensa livre a livre-iniciativa. Isso pode parecer óbvio (como acontece com todas as grandes verdades após a sua formulação), mas é absolutamente essencial para entender que a multiplicidade de vozes necessárias para garantir e fortalecer a democracia só pode existir numa sociedade em que a liberdade de imprensa é assegurada e na qual a entrada é franqueada a quem quiser e puder se habilitar: em uma sociedade em que existe a liberdade de empreender e em que a concorrência em todas as frentes gera a publicidade, que – por sua vez – fecha o círculo virtuoso ao viabilizar a existência de múltiplos meios de comunicação.

Entretanto, parece evidente que a simples existência de uma multiplicidade de vozes não garante a sua qualidade nem o seu comportamento ético. A velha Lei de Gresham – que postula que a má qualidade expulsa a boa – freqüentemente é aplicável também aos meios de comunicação.

Felizmente, porém, acho que isso não é o que estamos vendo no Brasil. Embora existam (e sempre existirão) jornais, revistas, televisões e rádios sem qualquer preocupação com padrões de ética ou qualidade – e apesar do ainda péssimo nível geral da educação em nosso país –, tudo indica que o público acaba preferindo o conteúdo de melhor qualidade – tanto eletrônico quanto impresso.

Imagino que isso só é assim porque – como nunca é demais repetir – o leitor / telespectador / internauta não é bobo. E também porque acredito que haja outro círculo virtuoso em ação: à medida que o nível da mídia se eleva, à medida que são produzidas reportagens e matérias mais inteligentes, mais bem pesquisadas, mais claras e mais bem apresentadas, o público passa a ser mais exigente e a valorizar os veículos que atendem suas expectativas.

Isso significa que as empresas de comunicação devem continuar resistindo à tentação de colocar o bom jornalismo em segundo lugar na “busca do lucro a qualquer preço”. Evidentemente, não significa que essas empresas não precisem ser rentáveis – o que é essencial para poder investir, se desenvolver, criar

empregos, pagar impostos e remunerar os seus acionistas.

Portanto, uma das principais atribuições de um bom editor é buscar o equilíbrio permanente entre a excelência e a integridade de suas publicações e a saúde econômica e financeira de sua empresa: para mim, as duas coisas não são antagônicas, mas complementares. Desde que o editorial nunca seja subordinado ou confundido com os interesses comerciais de curto prazo, seu fortalecimento inevitavelmente acabará atraindo mais leitores e anunciantes e produzindo melhores resultados ao longo dos anos.

É também preciso impedir que a tendência inevitável à consolidação não acabe reduzindo excessivamente o leque de fontes de informação e opinião diferentes à disposição do público. E é fundamental não aceitar em hipótese nenhuma que a regulamentação ou tutela governamental substitua o próprio autocontrole da imprensa, auto-regulamentação e compromisso com a sociedade.

É claro que ainda há muitíssimo por fazer. Especialmente na frente da melhoria da educação, sem a qual não adianta falar da melhoria da mídia. E no fortalecimento da imprensa local e regional, hoje ainda dependente demais das verbas dos governos locais para poder se dedicar à essencial tarefa de fiscalizá-los. Mas, acredito, é só pensar nas conquistas e avanços dos últimos tempos – especialmente nas frentes das denúncias do mensalão e a corrupção endêmica, da discussão cada vez mais racional da gestão da inflação e da economia; da transparência crescente das contas públicas e da conscientização cada vez maior do eleitorado – para constatar que a imprensa brasileira está progredindo aceleradamente.

Precisamos continuar por esse caminho auspicioso – sempre dentro de uma moldura ética, mantendo a primazia do princípio sobre a conveniência, e não esquecendo a nossa responsabilidade permanente com os indivíduos, o público, a nação e até com o futuro do planeta.

Antes de prosseguir com o almoço, o dia e os debates, permitam-me fazer algumas considerações e reflexões sobre como chegamos aqui e no que acreditamos.

**Veja** nasceu em setembro de 1968 porque meu pai e nosso saudoso fundador, Victor Civita, resolveu permitir que eu, seu filho mais velho, lançasse a revista semanal de informação que vinha imaginando desde minha chegada na empresa dez anos antes.

Lembro-me do orgulho dele na noite em que VEJA nasceu, da sua aflição quando – apenas três meses depois – chegou o AI-5 e a censura, dos longos anos em que a revista perdia todo o dinheiro que

a Editora ganhava e das múltiplas vezes em que ele concordou em me dar “mais três meses” para chegar ao equilíbrio.

Lembro também de ele e eu termos, em conjunto, agüentado tantas broncas, ameaças, pressões e sanções que caíam sobre a Abril enquanto VEJA insistia em dizer – ou insinuar – o que não se podia.

Isso incluiu a apreensão de duas edições da revista, a censura durante quase uma década, o corte de toda e qualquer verba de publicidade do governo e suas empresas estatais em retaliação de qualquer crítica e – não menos importante – o veto permanente à entrada da Abril em rádio ou televisão.

Mas a angústia e aflição da primeira década da revista também serviram para reforçar as nossas convicções democráticas e aumentar a capacidade de enfrentar a raiva de governantes contrariados.

Também contribuiu para isso outra grande turbulência, dessa vez que **Veja** ajudou a criar: a ascensão e queda de um jovem presidente que parecia estar inaugurando uma nova era e que acabou – sem querer – acelerando o processo de maturação política do país.

Quando **Veja** resolveu publicar – em maio de 1992 – as primeiras denúncias de Pedro Collor contra seu irmão Fernando, e continuou martelando o tema de corrupção nos mais altos escalões do governo com mais uma dúzia de capas nos meses seguintes, muitos dos meus supostos “amigos” deixaram de me reconhecer ou cumprimentar. Mas, quando Collor finalmente caiu, em fins de setembro, todo mundo veio dizer que eu tinha “salvado” o Brasil. Assim, a revista contribuiu para o triunfo da lei e para a percepção fundamental de que esta deve sempre estar acima – e não a serviço – dos governantes. O episódio também me deu a oportunidade de reconfirmar quão poucos amigos verdadeiros pode ter um editor que leva sua missão a sério.

Pensando bem, me ocorre que contrariar os que estão no poder é a contrapartida quase inevitável do exercício da liberdade e do compromisso com a verdade que orienta a imprensa responsável. Como declarou Hubert Beuve-Méry, fundador do jornal francês *Le Monde*, o dever da imprensa é “Dizer a verdade, custe o que custar. Sobretudo se custar...”

A liberdade só pode ser garantida pela responsabilidade. Se opusermos o poder à liberdade, a liberdade sai perdendo. Se acrescentarmos responsabilidade à liberdade, ambas saem ganhando.

Evidentemente, também há enormes satisfações embutidas na gigantesca tarefa de editar VEJA, hoje tão competentemente dirigida por Eurípedes Alcântara. A principal delas é poder honrar o compromisso que

assumimos com os leitores desde o início: informá-los corretamente, contar-lhes a verdade, e opinar – sempre – com coragem e independência. Há a sensação do dever cumprido no combate à tortura, à violência, ao arbítrio, à legislação anacrônica, às mentiras, ao racismo e à corrupção. Há o privilégio de trabalhar com tantos jornalistas, gestores e publicitários de talento e imaginação. e o desafio permanente de tentar explicar semanalmente os porquês e implicações dos eventos e mudanças que sacodem o Brasil e o planeta.

Há, adicionalmente, o prazer de ver a revista utilizada como ponte entre a teoria e a realidade em milhares de salas de aula de todo o país. E, acima de tudo, o orgulho de ter desenvolvido um papel fundamental na conscientização política de milhões de brasileiros. na insistência em integridade, eficácia e transparência de parte dos governos, na difícil arte de escrever claramente e bem, na com a isenção e a preocupação responsabilidade jornalística e no fortalecimento da livre-iniciativa e das nossas instituições democráticas – como acabamos de demonstrar no episódio da escuta ilícita dos telefones do Supremo.

Pois é exatamente essa preocupação permanente de VEJA – e de um punhado de outros veículos responsáveis – que tanto tem contribuído para o aperfeiçoamento da nossa democracia num momento em que o auspicioso avanço da nossa economia às vezes mascara ou até esquece a fundamental necessidade de também reforçarmos o arcabouço institucional do Brasil. Um país que está finalmente assumindo a posição no mundo que seus extraordinários recursos naturais, a manutenção da estabilidade econômica e política e o vigor e competência de seu setor privado lhe proporcionam, não pode deixar de insistir nas múltiplas reformas básicas que ainda faltam. E no contínuo progresso na eliminação das iniquidades sociais com as quais convivemos há séculos.

Faço votos, do fundo do meu coração, que VEJA possa continuar informando, fiscalizando, questionando e debatendo tudo isso cada vez melhor ao longo dos próximos 40 anos!

Muito obrigado”

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, que será atendido nos termos do Regimento, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.  
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero começar trazendo uma mensagem a todos os

cidadãos e cidadãs da Amazônia, porque hoje se comemora o Dia da Amazônia.

Coincidentemente, V. Ex<sup>a</sup> preside a sessão, como um grande amazônida, e eu, como homem também nascido na Amazônia e criado na Amazônia, tenho a honra de fazer este registro.

Já que é o Dia da Amazônia, é lógico que eu poderia, aqui, abordar inúmeros temas sobre a Amazônia, inúmeros, mas eu quero abordar hoje, Senador Tião Viana, o tema dos direitos humanos na Amazônia.

Temos discutido – e, agora, o Supremo começou a decidi-la – uma questão emblemática, que é a definição da demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, no meu Estado, na fronteira com a Venezuela e a Guiana.

Eu gostaria de trazer, Senador Tião Viana, uma frase de Matias Aires, que era um escritor paulistano, muito apropriada para se falar de direitos humanos.

Ele disse: “O mundo não foi feito mais em benefício de uns do que de outros; para todos é o mesmo; e para o uso dele todos têm igual direito.”

Ora, essa é, digamos assim, uma frase mais clara, mais compreensível, mas é o mesmo que diz a nossa Constituição: que todos somos iguais perante a lei.

Ocorre que, no episódio da Raposa Serra do Sol, não foram levados em conta os direitos humanos, por exemplo, dos índios que não concordam com essa demarcação contínua. No entanto, o problema não é ela ser contínua. O problema, Senador Tião Viana, é ela ser excludente, tirar de dentro da reserva pessoas que moram lá há centenas de anos e, inclusive, separar famílias de indígenas.

Vimos, na TV Bandeirantes, mulheres índias chorando porque seus esposos não são índios, são mestiços. Perguntou uma delas:

Como fica? O meu marido vai ter de ir embora para fora da reserva, para a cidade, e eu vou ficar aqui, com os meus filhos? Ou eu vou com o meu marido para a cidade e deixo a reserva?

Então, e os direitos humanos dessas pessoas que não concordam, e que são a maioria, Senador Tião Viana? Só têm direitos humanos os índios que são subordinados ao Conselho Indígena de Roraima? Não têm direitos humanos os outros índios, que, repito, são a maioria e não são subordinados ao Conselho Indígena de Roraima, que é uma ONG corrupta, comprovadamente corrupta? Ela é ligada ao Cimi e funciona ao modo antigo da Igreja Católica, que tinha dogmas e para a qual quem não cumpria esses dogmas era herege, era excomungado, afastado, condenado e execrado perante a opinião pública.

Mas vamos voltar aos direitos humanos. Não têm direitos humanos os filhos mestiços que, já adul-

tos e até avós, estão lá? Há o caso de uma índia que foi casada com um branco e é viúva, atualmente. Seu filho tem a cor da pele do pai, tem a pele clara. O tu-xaua da aldeia disse-lhe que ela pode ficar, mas que o filho vai ter de ir embora. E que direitos humanos tem essa parte?

Agora, vamos a outros direitos humanos, dos moradores das vilas ou pequenas cidades, como Mutum, Socó, Água Fria e Surumu, que, hoje, são o último bastião dessa luta.

Quais os direitos humanos que eles estão tendo?

Vamos, também, aos direitos humanos dos pequenos produtores. Aqui, de novo, há uma manipulação de ONGs, da Igreja católica. Quero ressaltar: eu sou católico, mas não posso concordar nem com o que a Igreja fez no passado, com a Inquisição, com as Cruzadas, com o nepotismo dos Papas, nem com o que um setor da Igreja católica está fazendo com o meu Estado. Não posso concordar, porque eu sou um homem livre-pensador.

Vamos falar um pouquinho, aqui, do CIR e de outras instituições que financiaram os índios que foram à Europa para falar com vários chefes de Estado – da Espanha, de Portugal e de outros países – e que chegaram até o Papa.

Vamos começar pelo CIR, que, só do Governo Federal, do Governo Lula, Presidente Tião, recebeu R\$44 milhões, em números redondos – está, aqui, a planilha do Ciaf –, para atender a comunidades indígenas. O certo é que não há fiscalização por parte da Funasa e não há atendimento adequado algum. Espero que a CGU, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público aprofundem a apuração dessa denúncia que estou fazendo.

Isso é só o que o CIR recebe do Governo Federal, Senador Adelmir. Ele recebe de outros 10 ou 12 parceiros, como são chamadas as organizações internacionais, ONGs internacionais que colocam dinheiro no CIR. Portanto, tem dinheiro para trazer índio para assistir ao julgamento do Supremo, tem dinheiro para viajar pela Europa toda e para fazer gracinha.

Inclusive, eu quero falar do Cimi. Ora, o Cimi, e eu não sabia, Senador Adelmir, recebe dinheiro, também, do Governo Federal. Está aqui.

O ISA, Instituto Socioambiental, Senador Tião Viana, do nosso Márcio Santilli, que foi Presidente da Funai, recebeu, só de 2003 para cá, R\$2,8 milhões. Só do Governo Federal! Vamos investigar o que vem do exterior. Nisso eu bati, quando presidi a primeira CPI das ONGs aqui, dizendo que essas instituições são pontas-de-lança dos interesses internacionais e usam um tema muito bonito, que é a defesa das minorias.

No entanto, ninguém precisa pertencer a esse tipo de instituição para ser, Senador Tião Viana, humanista e para ter fé, como nós, médicos. Nós somos humanistas, acreditamos na ciência e temos fé, até porque ciência e fé não são incompatíveis.

Mas vamos voltar ao julgamento iniciado pelo Supremo. Eu quero elogiar o Ministro Carlos Ayres Britto. O Ministro Carlos Ayres Britto é um homem de boa-fé. Eu diria que é um homem de extrema boa-fé, porque ele acredita naquilo que lhe dizem.

Ele acreditou, por exemplo, que o Ministro Márcio Thomaz Bastos lhe disse, na época que em ele declarou a perda de objeto e foi acompanhado pelos outros Ministros, era verdade. Ele acreditou, por exemplo, no que disse a Funai e com certeza a AGU, ou seja, que as pessoas que já foram indenizadas na Raposa Serra do Sol receberam – como ele disse – “vultosas quantias”, o que é, infelizmente, uma mentira que jogaram para o Ministro. E o Ministro, como é um homem de boa-fé, se valeu, é lógico, e deve ter sido através de documentos oficiais.

Mas quero aqui fazer, Senador Tião Viana, uma cronologia dessa história judicial apenas. Nem vou entrar na questão de que o laudo antropológico é falso, de que todas as premissas que deram base a essa demarcação são fraudulentas – e são mesmo! –, mas vamos, aqui, fazer a cronologia da demarcação e das ações judiciais.

Primeiro, a Portaria declaratória da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi a Portaria nº 820, do Ministro da Justiça Nelson Jobim, de 11 de dezembro de 1998.

Depois, o Ministro Renan Calheiros, pressionado pelos técnicos burocratas da Funai e companhia, alterou esta Portaria num despacho, ou seja, alterou o que continha nesta Portaria, transformando a proposta do Ministro Jobim, que não era excludente, em uma reserva excludente.

Inicialmente, lá em Roraima, os Advogados Silvino Lopes da Silva, Luiz Hitler, Alcides Lima e outros, perante o Juiz Federal da Seção Judiciária de Roraima, em 1999, portanto logo em seguida, ingressaram com a Ação Popular, cujo titular da Justiça Federal, o Juiz Helder Girão, determinou a realização de uma perícia judicial, e, em 4 de março de 2004, concedeu liminar para suspender os efeitos da Portaria nº 820, “quanto aos núcleos urbanos e rurais já constituídos, equipamentos, instalações e vias públicas federais, estaduais e municipais, e principalmente o art. 5º do ato administrativo”, isto é, da Portaria nº 820.

O Ministério Público recorreu com um agravo de Instrumento, e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado aqui em Brasília, em 12 de maio de

2004, por meio da Desembargadora Selene Maria de Almeida, manteve a decisão agravada e ampliou os efeitos da liminar.

Aqui, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a decisão do Juiz Federal de Roraima, Helder Girão Barreto, e ampliou.

De novo o Ministério Público apresentou ao Supremo pedido de suspensão da liminar, e a Ministra Ellen Gracie manteve a decisão da Justiça Federal. Portanto, manteve a liminar.

Vejam: três instâncias, Senador Adelmir, mantiveram a suspensão da Portaria nº 820, isto é, a da demarcação excludente, nazista e stalinista que foi feita.

Outra vez o Ministério Público apresentou agravo de instrumento, e a Ministra Ellen Gracie “negou provimento ao recurso”, inclusive citou o relatório da Comissão Temporária Externa do Senado sobre o tema.

O Ministério Público, de novo, apresentou Reclamação nº 2.833, para atrair a competência do Supremo Tribunal Federal para o assunto. Quer dizer, ele queria tirar da Justiça Federal de Roraima para o Supremo a competência, alegando que era um conflito federativo. Então, o processo foi distribuído ao Ministro Carlos Ayres Britto, em 2004, que concedeu liminar para suspender as ações em curso na Justiça Federal e restabeleceu os efeitos da Portaria nº 820.

Nessa ocasião, em 30 de dezembro de 2004, eu, como Senador da República, apresentei ação cautelar e obtive liminar, concedida em 3 de janeiro de 2005, pela Ministra Ellen Gracie, que disse:

Ante o exposto, defiro, ad referendum da Corte, liminar para suspender os efeitos da Portaria nº 820, de 11 de dezembro de 1998, que demarcou em área contínua a área indígena Raposa e Serra do Sol, até o julgamento definitivo da Reclamação 2833, oportunidade em que, acaso procedente a aludida reclamação, deverá ser a presente medida submetida à confirmação pelo relator da respectiva ação civil ordinária, porventura submetida a julgamento desta Corte.

Vejam bem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. E, neste momento, chamo a atenção dos Ministros do Supremo Tribunal Federal que ainda vão votar, inclusive a do Relator, que já votou. De novo, o Ministro Carlos Ayres Britto mostrou ser um homem de boa-fé. No dia do julgamento da Reclamação nº 2.833, 14 de abril, o Ministro Carlos Ayres Britto recebeu uma minuta da Portaria nº 534, de 2005, do Ministro da Justiça, a qual revogava a Portaria nº 820, aumentando um pouco a área a ser demarcada para 1.743.089 hectares, e excluindo a sede de um município e do batalhão do Exército brasileiro.



Manteve intactas todas as demais áreas demarcadas na Portaria nº 820, até porque ele não podia, por decreto, desconstituir um Município – isto aqui não foi nenhuma novidade –, e declarou a perda de objeto. Vejam a malandragem jurídica do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que iludiu o Ministro Carlos Ayres Britto a declarar a perda de objeto baseado no fato de que havia uma portaria que revogava a Portaria nº 820, objeto das ações.

Vejam a coincidência! A nova Portaria, que recebeu o nº 574, de 14 de abril de 2005, assinada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, no mesmo dia em que foi assinada, também foi apreciada pelo Supremo. A Portaria sequer havia sido publicada! Portanto, não tinha efeito jurídico! Mas o Ministro Carlos Ayres Britto – repito –, um homem de boa-fé, acreditou que o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, estava realmente falando sério quando disse que a portaria já estava em vigor.

Olhem a celeridade: no dia seguinte, 15 de abril, o Presidente da República publicou um decreto sem número, tal era a rapidez que não deu tempo nem de dar um número ao decreto. Isto em 15 de abril de 2005, portanto, no dia seguinte. Olhem a “missa encomendada”, olhem a jogada, olhem a malandragem jurídica.

Aí, em seguida, também no dia 15 de abril, eu entrei com outra petição, a Ação Cautelar nº 734, pedindo a ilegalidade da nova portaria. Por quê? Ora, Senador Marco Maciel, se a Portaria nº 820 se baseou em laudo falso, baseou-se em uma série de procedimentos fraudulentos, não poderia gerar nenhum direito de fato, porque fraudulenta. Não se pode ter resultado jurídico perfeito de algo que é falso. Então, entrei com essa ação cautelar.

O Senador Augusto Botelho apresentou no dia 20 de abril, cinco dias depois, a Petição nº 3.388, questionando também a Portaria nº 534. Essa ação – vejam bem: foi em 2005, Senador Marco Maciel; ela permaneceu no Supremo desde 2005 –, somente em 2008, quando já iam ser expulsos os últimos moradores da reserva, o Ministro Carlos Ayres Britto suspendeu a operação de expulsão, e o Supremo passou, portanto, a examinar a matéria, que estava lá desde 2005. Nesse lapso de tempo, o Governo fez um terrorismo de Estado, com funcionários da Funai, com funcionários do Ibama, muitas vezes acompanhados – porque foram requisitados – da Polícia Federal, invadindo lares, fazendo avaliação unilateral e pagando indenizações, depois, aviltantes. O Ministro Ayres Britto tem de trocar a palavra “vultosas” por “aviltantes”, porque ele foi enganado, ele foi altamente enganado.

Por fim, Senador Marco Maciel, três entidades indígenas, não só o CIR, mas três entidades indígenas: a Sodiurr, a Alidcir e a Arikon, entraram com uma ação se manifestando contrárias à demarcação contínua excludente. Pois bem: as três entidades indígenas não foram levadas em conta, somente o CIR. Quero chamar a atenção – e elogiar – para o fato de que esses índios do CIR não são índios primitivos. A advogada deles, a Dr<sup>a</sup> Joênia, é uma índia que se formou na Universidade Federal de Roraima, competente nessa matéria. Competentíssima! Pena que ela tenha aprendido mal uma coisa: em Direito tem de se falar sempre a verdade. E ela fala a verdade que interessa a um lado, não a verdade completa. Vejam bem, uma índia do Conselho Indígena de Roraima é advogada. Então, esses índios estão num estágio avançado de aculturação. E, repito, os Municípios atingidos são: Normandia, dirigida por um prefeito índio; Uiramutã, que está mais no miolo, a prefeita é neta de índio, o vice-prefeito é índio e vários vereadores são índios.

Portanto, é preciso que haja uma reflexão profunda, primeiro, dos direitos humanos de todos os índios – e aqui está bem colocado –, não apenas de um grupo de índios homogêneos. São cinco etnias diferentes, que pensam diferente e que querem viver diferentemente. A Funai teima, por pressão internacional, em fazer uma reserva contínua, excludente.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui também dizer duas coisas. Vou chamar a atenção de novo, já fiz isso aqui, para a Declaração dos Direitos Indígenas, assinada pelo Governo brasileiro na ONU, em que essas reservas indígenas são declaradas como uma espécie de território autônomo, onde nem o Exército pode entrar. Aí vem o argumento de que essa Declaração não tem valor, porque a nossa Constituição é maior e acordos feitos na ONU não têm valor.

Ora, nós estamos acostumados a ver Kozovo e tantos outros lugares no mundo que foram invadidos porque ou a ONU tomou a deliberação de invadir, como o Iraque também, ou os Estados Unidos sozinhos, à revelia da ONU, fizeram isso, como a Rússia fez na Geórgia. O que falta para amanhã... Vai dizer o Governo brasileiro que não vale a Declaração dos Direitos Indígenas, assinado pelo Governo brasileiro? Foi assinado pelo Governo brasileiro. Eu ouvi o boato de que, na verdade, o pessoal do Ministério das Relações Exteriores não tinha autorização para fazer isso, e fez. Fez. Está valendo. O Presidente Lula não mandou desfazer.

Então, olha a associação dessa questão! Essa reserva está na fronteira da Venezuela com a Guiana, interessa à soberania nacional, interessa à de-

fesa nacional, interessa aos índios todos – aos que não querem e aos que querem a demarcação –, interessa às 458 famílias que moram lá. E aí, de novo, a Funai e o esquema indigenista ficam deturpando a verdade e dizendo que é apenas uma briga entre seis arrozeiros e os índios, um grupo de índios homogêneo. Mentira!

O Ministro Carlos Ayres Britto, que é um homem de boa-fé, não pode acreditar em mentiras que levam para ele. Não pode. Eu respeito muito e conheço a biografia do Ministro Carlos Ayres Britto e tenho certeza de que ele vai fazer uma reflexão sobre isso.

Sr. Presidente, por fim, vou ler um trechinho e depois quero pedir que V. Ex<sup>a</sup> conceda que seja transcrito na íntegra, como parte do meu pronunciamento.

É um artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 18 de agosto, sob o título “A Funai e a Federação”. Lerei um trecho só:

Atos administrativos da Funai efetuam uma transferência de domínio de áreas estaduais que passariam a ser novamente áreas da União, que, por sua vez, as disponibilizaria para o uso dos índios. É como se a União, depois de recuperar esse domínio, transferisse essas áreas para a posse indígena. Ora, reiteremos, a União não tem o poder de efetuar essa transferência de domínio, sendo o Senado a única instituição que poderia fazê-lo.

Sr. Presidente, eu quero dizer que o assunto hoje é do conhecimento nacional e farei algumas indagações: Quem pagou as passagens dos índios do CIR para virem assistir à sessão e tentar pressionar o Supremo Tribunal Federal? Havia mais de 15, todos do Conselho Indígena de Roraima e de outros Estados. Quem pagou? Dizem que foi o MST, Senador Marco Maciel, dizem que foi o ISA, dizem que foi o Conselho Indígena de Roraima. Isso merece do Ministério Público, da CGU e do Tribunal de Contas da União uma averiguação. Da mesma forma, quero dizer que eu espero, muito profundamente, primeiro, como rorimense, que o meu Estado seja mais respeitado; segundo, como amazônida, que nós não caiamos no conto do vigário, de que isso que está acontecendo é por extremo amor às comunidades indígenas. O amor mesmo verdadeiro dessas ONGs transnacionais que estão a serviço dos donos do mundo – o G-7 mais a Rússia, portanto, o G-8, Senador Adelmir, que têm as suas corporações financeiras da área mineral, da área de cosméticos e de outras áreas interessadas nessas riquezas – é com vistas a, amanhã, transformar essas áreas em nações autônomas. O que falta? No caso dos ianomâmis, outra área maior ainda já demarcada de 4,5 milhões de hectares, há todos os ingredientes para, amanhã, Senador Marco Maciel,

termos uma nação independente ou, no mínimo, uma região com autonomia definitiva, como a Rússia está impondo em dois pedaços da Georgia. Quais são esses ingredientes? São exatamente o quê? Uma terra demarcada pelo Governo brasileiro, um povo, já que tem costumes próprios e uma língua própria, embora também lá sejam várias etnias diferentes, sob o rótulo de ianomâmi. E nós estamos cochilando. Eu estou fora desse rol, porque nunca deixei de denunciar essa questão aqui.

Senador Marco Maciel, quero dizer que, na semana que vem, vou estar em Roraima para fazer uma atualização do diagnóstico dessa questão, porque, como médico, temos de acompanhar o paciente dia a dia. Vou ver como estão os índios que não concordam com essa exclusão, vou ver como estão os que foram já excluídos e, como disse o Ministro Carlos Ayres Britto, regamente indenizados, o que foi uma mentira dita ao Ministro.

De toda forma, quero encerrar o meu pronunciamento de hoje, homenageando a Amazônia e lembrando ao Brasil e ao mundo que a Amazônia não é só árvore; a Amazônia não é só bicho, e a Amazônia também não é só índio. Na Amazônia estão 25 milhões de brasileiros: crianças que passam fome, comunidades indígenas que passam fome, são subnutridas, desnutridas, com doenças absurdamente incompreensíveis de ainda existirem, como a tuberculose, no meio dos índios e os vícios. E o Governo fica aqui dizendo para a platéia que melhorou isso e aquilo.

Ao homenagear a Amazônia no final deste pronunciamento, quero fazer um apelo ao próprio Ministro Carlos Ayres Britto e aos demais Ministros: que meditem sobre essa questão, porque ela é gravíssima para o Brasil. Não vamos aqui assumir qualquer tipo de complexo de culpa, não. O Brasil tem 0,3% da sua população formada por índios, atualmente, catalogados como tal. E já tem 13% do território nacional demarcados para reservas indígenas. No meu Estado, Senador Marco Maciel, são 36 reservas indígenas já demarcadas. Portanto, não estamos aqui chorando por causa de uma reserva, da primeira que vão demarcar, não.

Encerro pedindo principalmente aos amazônidas que estão morando na Amazônia e a todos os brasileiros: vamos defender a Amazônia. A Amazônia brasileira é do Brasil, e nós não podemos pensar que é brincadeira o que está acontecendo.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## CITAÇÕES

*“ O mundo não foi feito mais em benefício de uns do que de outros; para todos é o mesmo; e para o uso dele todos têm igual direito. ”*

**Matias Aires (1705-1763), escritor paulistano, em frase apropriada para o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro.**

*“ A indignação moral, na maioria das vezes, constitui-se de 2% de moral, 48% de indignação e 50% de inveja. ”*

### CRONOLOGIA DA RESERVA RAPOSA SERRA DO SOL

1) A Portaria declaratória da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi a Portaria 820, do Ministro da Justiça Nelson Jobim, de 11 de dezembro de 1998,.

2) A AÇÃO INICIAL FOI PROPOSTA POR SILVINO LOPES DA SILVA, LUIZ RITLER, ALCIDES LIMA E OUTROS, perante o Juiz Federal da Seção Judiciária de Roraima, em 1999 (Ação Popular nº 1999.42.00.000014-7), cujo titular, Juiz Helder Girão, determinou a realização de uma perícia judicial, e em 04-03-2004 concedeu liminar para suspender os efeitos da Portaria 820 “quanto ao núcleos urbanos e rurais já constituídos, equipamentos, instalações e vias públicas federais, estaduais e municipais, e, principalmente, o art. 5º do mesmo ato administrativo”.

3) O MP recorreu com um agravo de instrumento (AI 2004.01.00.011116-9) e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que Em 12/05/2004 a Desembargadora Selene Maria Almeida manteve a decisão agravada e ampliou os efeitos da liminar.

4) o MP apresentou ao STF, EM 21-05-2004, pedido de Suspensão de Liminar SL/38 e a Ministra Ellen Gracie manteve a decisão da Justiça Federal. (MANTEVE A LIMINAR)

5) o MP apresentou Agravo de instrumento na SL 38 e a ministra Ellen negou provimento ao recurso, inclusive citou o relatório da comissão Temporária Externa do Senado sobre o tema.

6) o MP apresentou Reclamação 2833 para atrair a competência do STF sobre o assunto, em 28-09-04, distribuído ao Min. Carlos Brito, que concedeu liminar, em 29-09-2004, para suspender as ações em Curso na Justiça Federal e restabeleceu os efeitos da Portaria 820..

7) o Senador Mozarildo apresentou, em 30/12/2004, Ação Cautelar 582 e teve a liminar concedida em 03-01-2005 pela Min. Ellen "ANTE O EXPOSTO, DEFIRO, AD REFERENDUM DA CORTE, LIMINAR PARA SUSPENDER OS EFEITOS DA PORTARIA N.º 820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998, QUE DEMARCOU EM ÁREA CONTÍNUA A ÁREA INDÍGENA RAPOSA E SERRA DO SOL, ATÉ O JULGAMENTO DEFINITIVO DA RECLAMAÇÃO 2833, OPORTUNIDADE EM QUE, ACASO PROCEDENTE A ALUDIDA RECLAMAÇÃO, DEVERÁ SER A PRESENTE MEDIDA SUBMETIDA À CONFIRMAÇÃO PELO RELATOR DA RESPECTIVA AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA PORVENTURA SUBMETIDA A JULGAMENTO DESTA CORTE."

8) No dia do julgamento da RCL 2833, 14 de abril de 2005, o Min. Carlos Brito apresenta uma **minuta da Portaria nº 534/05 do Min. da Justiça, a qual aumenta a área demarcada para 1.743.089**, e exclui a sede de um município e do Batalhão do Exército brasileiro, mantendo intacto todas as demais áreas demarcadas na Portaria 820/98. e declarou perda de objeto para todas as ações reclamadas.

9) A nova Portaria recebeu o nº 534, de 14 de abril de 2005, assinada pelo Min. Marcio Thomaz Bastos.

10) o presidente da República editou o Decreto s/nº, de 15 de abril de 2005, homologando a Reserva Raposa Serra do Sol.

11) o senador Mozarildo peticionou, em 15 de abril de 2005, a AC 734/2005 pedindo a ilegalidade da nova Portaria 534.

12) o Senador Augusto Botelho apresentou, em 20 de abril de 2005, a PET 3388, questionando a portaria 534. Esta ação teve julgamento iniciado em 27 de agosto de 2008, no plenário do STF.

13) Ações da entidades indígenas contrárias a demarcação contínua, SODIURR, ALIDCIR E ARIKON – AC-755, de 02-05-2005 e PET-3714, de 22-08-2006.

#### RECURSOS FEDERAIS RECEBIDOS PELO CIR (2003-2008)

| Ano           | Empenhado            | Liquidado            | Pago                 | Restos a Pagar Inscritos | Restos a Pagar Pagos |
|---------------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|
| 2003          | 7.758.889,50         | 7.758.889,50         | 6.700.000,00         | 1.085.689,50             | -                    |
| 2004          | 7.380.490,37         | 7.380.490,37         | 5.676.846,46         | 2.789.333,41             | 1.703.643,91         |
| 2005          | 7.809.339,03         | 7.809.339,03         | 7.576.018,26         | 683.676,57               | 231.895,00           |
| 2006          | 8.788.857,28         | 8.788.857,28         | 8.755.130,98         | 1.094.041,57             | 30.126,00            |
| 2007          | 10.242.500,34        | 10.242.500,34        | 10.207.500,34        | 139.026,07               | -                    |
| 2008*         | 5.393.057,24         | 5.396.657,24         | 5.396.657,24         | -                        | -                    |
| <b>Totais</b> | <b>47.373.133,76</b> | <b>47.376.733,76</b> | <b>44.312.153,28</b> |                          |                      |

Fonte: SIAFI

Atualizado até: 03/09/2008

#### Recursos Públicos Federais Efetivamente Recebidos pelo CIMI e pelo ISA - 2003 a 2008

|      | 2003          | 2004           | 2005           | 2006           | 2007           | 2008*          | TOTAL            |
|------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| CIMI | R\$ 4.610,33  | R\$ 1.987,16   | R\$ 3.851,28   | R\$ 28.642,50  | R\$ 80,00      | R\$ -          | R\$ 39.171,27    |
| ISA  | R\$ 50.000,00 | R\$ 331.725,52 | R\$ 671.492,99 | R\$ 619.911,56 | R\$ 981.002,80 | R\$ 216.146,57 | R\$ 2.870.279,44 |

\* Até 03/09/2008, às 10:00 horas.



# A Funai e a Federação

Denis Lerrer Rosenfield

As recentes medidas da Funai de identificação e demarcação de terras indígenas na Raposa Serra do Sol, em Roraima, e no sul do Estado de Mato Grosso do Sul recolocam com força problemas de ordem constitucional que vinham sendo relegados a uma posição secundária. O avanço sobre as propriedades privadas estava sendo visto como algo "normal", que não afetaria o ordenamento constitucional, até o momento em que a sua intensidade terminou por colocar também um problema concernente ao próprio pacto federativo.

Aparentemente, os trâmites legais estavam sendo observados. No entanto, a quantidade de decretos presidenciais e ministeriais, portarias de órgãos estatais, resoluções e instruções normativas vinham expondo um Poder Executivo cada vez mais ávido em legislar, como se ele fosse a fonte da própria lei, relegando o Poder Legislativo a uma posição essencialmente subalterna. Nesse sentido, portarias e instruções normativas da Funai, do Incra e do Ibama terminaram conferindo a esses órgãos um imenso poder, sobrepondo-os, inclusive, à Câmara dos Deputados e ao Senado.

Baseada numa profusão de atos administrativos editados por ela mesma e fora de qual-

quer controle, a Funai, sob o manto da justiça social, deixou transparecer o seu pouco apreço pelo direito de propriedade e, por meio deste, pelo ordenamento constitucional do País. A partir do momento em que ela decide identificar e demarcar partes inteiras de Estados brasileiros, eliminando cidades e desconhecendo os direitos ineren-

tes a uma sociedade livre, como o direito à propriedade, a Funai se coloca numa posição equivalente à do Senado brasileiro. E passa a interferir diretamente na vida político-constitucional de uma entidade federativa, tratando-a como um ente que pode ser simplesmente tutelado.

Atos administrativos constituem uma legislação infralegal, que tem amparo constitucional, especificando para casos particulares a aplicação de leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Seu escopo é, por assim dizer, limitado pelas condições de seu uso, não podendo ultrapassar essas suas condições de existência, sob pena de se tornarem propriamente inconstitucionais. Haveria uma usurpação de outras funções e mesmo de Poderes republicanos se viessem a valer como expressão direta de artigos constitucionais ou de leis propriamente ditas. No entanto, é isso que está ocorrendo no Brasil, com atos administrativos que legislam sobre a propriedade e sobre entidades federativas de uma maneira que as inviabiliza. Presidentes e superintendentes de órgãos como Funai, Ibama e Incra agem como se fossem os legisladores deste país.

No caso específico da Funai, relativo aos Estados de Roraima e Mato Grosso do Sul, presenciemos como portarias, resoluções e instruções normativas, amparadas, por sua vez, em decretos, estão redesenhando geograficamente o País, retirando as competências administrativa, jurídica e política desses Estados e as transferindo para a União. Observe-se que a instância republicana que constitucionalmente teria poderes para um reordenamento desse tipo seria o Senado brasileiro, e exclusivamente ele. Ora, o que faz a Funai? Coloca-se na posição do Senado, interferindo direta-

mente na vida desses Estados, retirando imensas áreas de sua área de competência e de poder. E como o faz? Por meio de atos administrativos, numa multiplicidade de portarias, resoluções e instruções normativas, como se fossem leis equivalentes às do Congresso Nacional.

Atos administrativos da Funai efetuam uma transferência de domínio de áreas estaduais que passariam a ser novamente áreas da União, que, por sua vez, as disponibilizaria para o uso dos índios. É como se a União, depois de recuperar esse domínio, transferisse essas

áreas para a posse indígena. Ora, reiteremos, a União não tem o poder de efetuar essa transferência de domínio, sendo o Senado a única instituição que poderia fazê-lo. E isso depois de um longo processo legal, que passa por uma ampla discussão, estando os dados da questão à disposição das partes envolvidas, que fazem valer os seus direitos e exercem o direito ao contraditório em todas as partes do processo. A Funai, porém, age prescindindo de todo esse trâmite constitucional, democrático, como se fosse um verdadeiro Poder Constituinte.

Presidentes e superintendentes de órgãos estatais são cargos de confiança, à disposição do governo de plantão. Os escolhidos para exercer essas funções são removíveis a qualquer momento e sua permanência no cargo depende de ministros e do próprio presidente da República. São pessoas que normalmente nem fazem parte dos quadros dessas instituições, tendo sido nomeados para essas funções por injunções partidárias e ideológicas. No entanto,

tudo o que fizerem durante esse período mediante atos administrativos permanece. Eles são transitórios, mas suas obras e medidas, não.

Temos observado, nos últimos anos, que a escolha dos presidentes e dos superintendentes estaduais desses órgãos estatais obedece a critérios propriamente ideológicos, sendo eles oriundos dos ditos movimentos sociais, que funcionam como verdadeiras organizações políticas. Trata-se do MST, da Comissão Pastoral da Terra, do Conselho Indigenista Missionário, entre outros, que adotam posições claramente contrárias ao direito de propriedade, à economia de mercado, ao Estado de Direito e à democracia representativa. Em documentos dessas pastorais, os seus santos não são os da Igreja, como Santo Agostinho ou Santo Tomás de Aquino, mas Che Guevara e Fidel Castro. Livros de cantos e sermões estampam as figuras dos "santos" dessa "nova Igreja", como se estivéssemos diante de uma nova "aliança". Estão imbuídos de uma concepção fortemente contrária ao direito de propriedade e ao próprio pacto federativo, procurando reviver as experiências socialistas radicais mal-sucedidas do século 20. ■

Denis Lerrer Rosenfield  
é professor de Filosofia  
na UFRGS. E-mail:  
denisrosenfield@terra.com.br

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, a Mesa deseja associar-se à manifestação de V. Ex<sup>a</sup> pela passagem do Dia da Amazônia, que significa celebrar uma parte extremamente importante do território do nosso País, que se caracteriza por uma população que reflete a pluralidade étnica, que também é marca da nossa sociedade, a sociedade brasileira.

Concedo, a seguir, a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, representante do Distrito Federal nesta Casa da Federação. Com a palavra S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de aqui registrar que tem havido, por parte do Governo do Distrito Federal, do Governador José Roberto Arruda, a intenção de fazer um governo compartilhado, em que sejam ouvidos os segmentos da sociedade. E faço referência a uma série de reuniões havidas no seio das federações estaduais, com os técnicos dessas federações, objetivando sempre, quando do encaminhamento de qualquer projeto que trata do setor produtivo, que a matéria seja previamente discutida com os setores envolvidos.

No decorrer da semana próxima passada, foram realizadas várias reuniões com técnicos das federações do comércio, da indústria, da agricultura e dos transportes, das associações comerciais, dos clubes de dirigentes lojistas, sempre discutindo matérias que envolvem o setor produtivo local. E, ontem, fomos convidados para uma reunião em que se faziam presentes todos os presidentes dessas federações.

Como Presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, estivemos presente para discutir um projeto de grande importância para a economia local. Trata-se do Refaz III.

Lá também compareceram, além dos segmentos aqui enumerados, com seus respectivos técnicos, o Secretário de Governo, José Humberto, o Secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, e nosso Vice-Governador, Paulo Octávio, para discutirmos, antes do encaminhamento do projeto à Câmara Legislativa, questões não-convergentes, uma vez que o arcabouço do projeto já havia sido discutido entre a Subsecretaria da Fazenda, seus técnicos, e técnicos das federações locais.

Sr. Presidente, faço este destaque para mostrar a importância de um governo democrático, um governo que tem intenções de acertar e de não surpreender com medidas burocráticas envolvendo o setor produtivo

que dificultem a vida das empresas. Havia divergências. Mas, na reunião de ontem, essas divergências foram todas sanadas, e o projeto será encaminhado à Câmara Legislativa já tendo o respaldo e o apoio de todo o setor produtivo local. Nós mantemos, aqui, no Distrito Federal, o Fórum do Setor Produtivo, exatamente com o objetivo de facilitar as relações entre o setor produtivo e o governo local.

Além da discussão do Refaz III, que trata de tentar incluir empresas atualmente inadimplentes por dificuldades inerentes à própria economia, discutimos também algumas questões ligadas ao Fide, que é um financiamento do ICMS, ao REA, que é a nova fórmula de recolhimento de ICMS do setor atacadista, e também às reduções de taxas. O Governador José Roberto Arruda compreende que deve ser reduzido o número de taxas e a incidência de seus valores, pois isso significa custos, custos esses que, naturalmente, são repassados aos consumidores.

No Distrito Federal, existem mais de dez taxas que são recolhidas das empresas e das pessoas e que serão concentradas em apenas duas – e vale dizer que essas duas taxas não haverão de somar os valores de todas as taxas existentes. Portanto, a reunião de ontem entre o Governo, o Poder Executivo, e o setor produtivo local teve um caráter extremamente positivo, já que o encaminhamento desses projetos à Câmara Legislativa será feito com o respaldo dos componentes do setor produtivo.

Quero, portanto, registrar esse tipo de comportamento do Governo local, que atende a um dos compromissos feitos durante a campanha, de que não haveria de surpreender as pessoas nem as empresas, sempre discutindo as matérias de caráter econômico, fiscal e tributário antes de encaminhá-las ao Poder Legislativo. E assim o fez, na pessoa do Secretário da Fazenda, na pessoa do Vice-Governador, Paulo Octávio, do Secretário Valdivino, do Secretário de Governo, José Humberto, e todo o grupo de Subsecretários que compreende essas Secretarias e seus técnicos, com uma discussão de alto nível, que, certamente, traz benefícios não apenas ao setor produtivo mas à população em geral.

Esse novo Refaz vai permitir a incorporação de muitas empresas que hoje estão na ilegalidade, em razão de multas e de processos que tramitam no Governo, processos com multas de até 200%, e vai permitir o uso inclusive de precatórios do Governo local, que giram em torno de R\$1 bilhão, R\$1,5 bilhão. Ao mesmo tempo em que o Governo arrecada, tem a possibilidade de saldar os seus compromissos com os precatórios.

Trata-se de uma atitude extremamente favorável, uma atitude extremamente compatível com o que foi acertado ou divulgado durante a campanha. Este é

um governo que efetivamente ouve a sociedade, os interesses da comunidade, os interesses do setor produtivo, e caminha na direção do acerto, na direção de cumprir os compromissos de campanha.

Ao Governador José Roberto Arruda, em nome do setor produtivo local, em nome do Senador que vos fala, Senador Adelmir Santana, a nossa certeza de que esse é o caminho certo. Na verdade, é o caminho de um governo democrático, um governo que não tem medo de ouvir a sociedade.

Parabéns ao Secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, ao Secretário de Governo, José Humberto, a toda a equipe das duas Secretarias, ao Vice-Governador, Paulo Octávio, que também é Secretário de Desenvolvimento Local e tem uma visão desenvolvimentista, uma visão empresarial! Certamente, chegaremos a bom termo, com um governo que está focado na questão da inovação e do empreendedorismo. Naturalmente, não é excluindo empresas do setor produtivo, por meio de multas ou de processos, que facilitaremos a vida das pessoas. É preciso que haja a incorporação, que haja cada vez mais a recuperação dessas empresas, que geram emprego, renda e, certamente também, tributos para a manutenção do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, gostaria de fazer outro registro. No próximo dia 9 de setembro, comemorando a Semana de JK, será realizada, no auditório do Memorial JK, uma comemoração extremamente importante e significativa para nós. Nesse dia, pelo quarto ano consecutivo, faremos uma homenagem a autoridades, a pessoas que, por intermédio de suas instituições ou da própria vocação pessoal, deram sua contribuição na área da formação profissional.

No dia 9, portanto, no Memorial JK, aliada à semana de comemoração de Juscelino Kubitschek, será realizada a homenagem que chamamos Mérito Senac, pelo quarto ano consecutivo. E, desta feita, vamos homenagear as seguintes personalidades: o ex-Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto, que teve uma passagem importante pelo Ministério do Trabalho, deu a sua contribuição a todo o sistema sindical brasileiro e teve influência marcante na área da formação profissional, valorizando as ações do Senac.

Vamos, também, homenagear o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arlindo Chinaglia. Tem também S. Ex<sup>a</sup> uma visão ligada à formação profissional e, bem recentemente, teve a oportunidade de nos proporcionar a celebração de um convênio entre a Câmara dos Deputados e o Senac Nacional para que transformássemos, aqui, na Câmara dos Deputados, restaurantes e lanchonetes em ambiente escolar, procurando desenvolver as pessoas, os jovens que fazem o curso no Senac na área de gastronomia,

na área da formação profissional para bares, restaurantes e hotelaria, transformando essas unidades da Câmara em pontos de apoio e pontos de escola no treinamento desses jovens. Portanto, Arlindo Chinaglia se inclui entre os homenageados do Mérito Senac 2008 e será homenageado no próximo dia 9.

Do mesmo modo, também será homenageado o Governador José Roberto Arruda. O Governador José Roberto Arruda teve a sensibilidade – focamos estas questões aqui por inúmeras vezes – da necessidade do uso dos equipamentos existentes e celebramos um convênio com o Governo local, não apenas com o Senac, mas também com o Senai, para que os estudantes de 2º Grau das escolas públicas – não todos, é verdade – tivessem a oportunidade de, concomitantemente, fazerem, dentro da carga horária estabelecida no conteúdo programático do Ensino Médio, em horário complementar, cursos técnicos do Senac e do Senai. Hoje, já são mais de três mil alunos das escolas públicas que freqüentam as unidades do Senac e do Senai, fazendo cursos técnicos oferecidos por essas instituições, voltados para a área de comércio, bens e serviços e turismo, e, na indústria, para a área industrial. Esses jovens certamente terão um diferencial em relação àqueles que fazem apenas o curso médio. Por isso mesmo, vamos também homenagear o Governador José Roberto Arruda pela sensibilidade que teve na área da formação profissional.

Também receberá o Mérito Senac, Renato Rodvalho. Ele faz parte do Poder Judiciário. É uma pessoa que tem também focado a questão dos jovens infratores, a questão dos jovens que precisam fazer cursos profissionalizantes no Senac. Temos um convênio que vem tendo absoluto sucesso; por isso mesmo, queremos homenageá-lo.

Homenagearemos, também, a Dr<sup>a</sup> Maria Fernanda Ramos, Presidente da Caixa Econômica Federal. Maria Fernanda também compreende a questão da formação profissional e, juntamente conosco, instalou aqui, em Brasília, o Café Cultural, lá na Caixa Econômica. O Café Cultural, como as lanchonetes e restaurantes aqui da Câmara dos Deputados, recebem os nossos alunos que fazem o curso de formação profissional na área de bares e restaurantes – garçons, **maîtres** – e tem sido um sucesso. Por isso, ela merece da nossa parte uma homenagem especial.

Faço este registro, Sr. Presidente, porque entendemos que essas pessoas estão focadas na questão da formação profissional: ou por intermédio das instituições que dirigem ou da própria ação pessoal de cada um. Será no próximo dia 9, aliado à comemoração da Semana de Juscelino Kubitschek, no auditório do Memorial JK. Estamos certos de que será uma ho-



menagem singela, mas que demonstrará o apreço do nosso Senac por essas pessoas que compreendem a importância da formação profissional.

Faço estes dois registros – um, ligado à ação do Governo local, e outro, do nosso Senac, que tenho a honra de dirigir como Presidente Regional em Brasília – para mostrar que estamos registrando coisas que são boas e importantes para o Distrito Federal, na área da formação profissional, reconhecendo essas pessoas que compreendem e que participaram conosco voluntariamente nesse processo da área de formação, e do Governo local, que entende e desenvolve uma relação estreita com o setor produtivo, buscando encontrar soluções que, cada vez mais, beneficiem a economia do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Adelmir Santana, quero me juntar à homenagem que V. Ex<sup>a</sup> presta ao Governador Arruda, que realmente tem demonstrado, neste pouco tempo como Governador, na prática, a sua capacidade de ser um governante moderno, que não perde de vista os excluídos e sabe que não fará nada pelos excluídos excluindo aqueles que geram emprego, excluindo aqueles que são o setor produtivo. Principalmente, quero me associar porque o Senador José Roberto Arruda – digo assim porque S. Ex<sup>a</sup> foi Senador, foi colega nosso –, realmente, faz parte da nova geração de governantes que governam os seus Estados olhando para o futuro, e isso é muito importante.

Ao mesmo tempo, associo-me às homenagens que serão prestadas a Juscelino Kubitschek – o nosso JK – porque, se Brasília existe hoje, deve-se a ele; mas, principalmente, se a integração do Brasil hoje está feita, deve-se ao fato de Brasília existir, além de inúmeras outras obras que Juscelino fez como médico, como humanista. Temos que realmente reverenciar sempre a memória dele. Portanto, quero me associar às homenagens que V. Ex<sup>a</sup> presta.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por essa manifestação. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.078, DE 2008**

Tendo sido indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, conforme de-

signação do Presidente daquela Comissão, Senador Heráclito Fortes (cópia anexa), para acompanhar, como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, pelo período de 8 a 13 de setembro, a atual situação da Operação Upatakon II e da reserva indígena Raposa Serra do Sol, bem como os desdobramentos desse processo, Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período de indicado de 8 a 13 de setembro do corrente para desempenhar a mencionada missão.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2008. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**

OF. Nº 127/2008–CRE

Brasília, 4 de setembro de 2008.

Assunto: Indicação Senador Mozarildo Cavalcanti Operação Upatakon III

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a designação do Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, como representante desta Comissão, para acompanhar, pelo período de 8 a 13 de setembro, a atual situação da Operação Upatakon III e da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, bem como os desdobramentos desse processo.

Coloco-me a inteira disposição de Vossa Excelência, renovando protestos de estima e consideração. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Quero fazer um comentário, para aqueles que gostam de anotar as faltas dos parlamentares, aqui presentes, que essa minha falta será a trabalho, por designação do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência recebeu, do Presidente da República, as seguintes Mensagens, que passo a ler:

#### **MENSAGEM Nº 176, DE 2008**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional



do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 2 de setembro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 144/2008 – MI

Brasília 28 de agosto de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
O Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para a contratação de operação de crédito externo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.”

2. A Constituição da República de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, consoante o art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante as Resoluções nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e Resolução nº 43, de 2001, republicada e consolidada em 10 de abril de 2002.

3. O Projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito.

5. O Banco Central do Brasil efetuou o chamado “credenciamento” da operação, no âmbito do Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o registro TA 468887– BACEN, cuja cópia encontra-se a esta anexa.

6. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à concessão da garantia por parte da União, por meio do Parecer cuja cópia encontra-se em anexo, juntamente com a cópia da minuta contratual da operação em tela e do pronunciamento da Secretaria do Tesouro Nacional.

7. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar à Presidência da República que envie Mensagem ao Senado Federal, a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de concessão da garantia da República Federativa do Brasil à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos.

Respeitosamente, – **Guido Mantega.**

## PARECER

### PGFN/C0F/1860 /2008

**Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah”.**

Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual.

Operação sujeita à autorização do Senado Federal. Art. 52, incisos V e VII, da Constituição da República. Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, republicada e consolidada em 10 de abril de 2002; e Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal.

– I –

Trata-se de operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Processo Administrativo nº 17944.000403/2008-67.

## – II –

2. O empréstimo será concedido pelo Fonplata, organismo internacional do qual o Brasil faz parte.

3. O Mutuário é o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente, e lhe compete fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários para o pagamento dos compromissos assumidos.

4. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição da República Federativa do Brasil; nas Resoluções do Senado Federal ris 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e 48, de 21 de dezembro de 2007; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

5. Tais aspectos normativos, conforme se observa nos parágrafos a seguir, foram observados.

#### **Autorização Legislativa Municipal**

6. A LEI MUNICIPAL Nº 2.006, de 10 de dezembro de 2007 (fl. 8/9), autorizou o Poder Executivo a contratar a operação de crédito no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Fonplata, para a execução do aludido Projeto.

7. A mesma legislação municipal autorizou também o Poder Executivo municipal a oferecer em contra garantia à garantia da União as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 158 e 159, e as receitas tributárias estabelecidas em seu art. 156, com observância do disposto no art. 167, § 4º, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, além de outras garantias em direito admitidas.

#### **Aprovação do Projeto Pela COFIEIX**

8. A Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (COFIEIX-MP), nos termos da RECOMENDAÇÃO nº 883, de 4 de setembro de 2006, apontou para a viabilidade de obtenção de financiamento do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah” (fls. 5).

9. Por meio da RESOLUÇÃO COFIEIX nº 358, de 17 de janeiro de 2008, autorizou-se o incremento de até 10% (dez por cento) sobre os valores do empréstimo e contrapartida do Projeto (fls. 6).

#### **Parecer Favorável da Secretaria do Tesouro Nacional**

10. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF), considerando os documentos constantes dos autos, emitiu o PARECER nº 1332/2008/GERFI/COREF/STN, de 5 de agosto de 2008 (fls. 307/314), em que descreve as condições financeiras da operação de crédito e atesta o cumprimento das condições necessárias à contratação e à concessão da garantia, e presta as demais informações pertinentes, manifestando-se, ainda, quanto à conveniência e oportunidade, favoravelmente à contratação, condicionada a celebração dos instrumentos jurídicos à celebração do contrato de contra garantia.

11. Registre-se que, de acordo com a análise da STN, o Projeto objeto do financiamento foi devidamente incluído no Plano Plurianual (PPA), por intermédio da LEI MUNICIPAL NQ 2008, de 21 de dezembro de 2007, que “Aprova a 2ª revisão do Plano Plurianual para o período de 2008/2009” (fls. 1771178).

12. Complementarmente, o Senhor Prefeito declarou a existência de inclusão do Projeto no PPA, aberto por meio do Decreto Orçamentário nº 00007, de 1º de fevereiro de 2008 (cf. fls. 164 e 186).

13. Outrossim, conforme avaliação feita com relação à LEI MUNICIPAL Nº 2.009, de 21 de dezembro de 2007, que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Corumbá para o exercício financeiro de 2008, e dá outras providências”, a STN concluiu que esse diploma contempla dotações suficientes para o Projeto no ano de 2008 (cf. fls. 44/49), e com base nas declarações de fls. 163 e 164, há dotações orçamentárias suficientes à execução do Projeto no corrente exercício.

#### **Credenciamento da Operação Perante o Bacen**

14. As condições da operação foram inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o registro TA 468887-BACEN (cf. fls. 287/289).

#### **Manifestação Jurídica do Município**

15. Para fins do disposto no art. 32, da Lei Complementar nº 101, de 2000, e da Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1992, a Procuradoria-Geral do Município de Corumbá, por meio do PARECER JURÍDICO, de 1º de agosto de 2008 (fls. 316/319), concluiu pela legalidade da contratação pelo Município.

#### **Aspectos Fiscais do Município**

16. A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (COPEM/STN-MF), por meio do PARECER Nos 968/2008 – COPEM/STN, de 20 de maio de 2008 (fls. 123/126), manifestou-se favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo Município de Corumbá, tendo sido cumpridas as exigências e requisitos

das Resoluções do Senado Federal nºs 40, de 2001, e 43, de 2001, e atendidos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

17. Não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Corumbá nos últimos anos, decorrentes de garantias concedidas, de acordo com acompanhamento da STN (cf. item 27, do PARECER Nº 1332/2008/GERFUCOREF/STN, às fls. 312).

18. Relativamente à verificação da adimplência do Município junto à União e suas controladas para efeitos da concessão da garantia da União, a teor do § 1º do art. 40, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi efetuada consulta eletrônica (fls. 354), não havendo registro em nome da Administração Direta do Município de Corumbá no Cadastro de Informação de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

19. Inexistem registros de pendências em nome da Administração Direta do interessado, no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União, conforme consulta feita nesta data ao sistema “CALIC – Regularidade SIAFP (fls. 327/332).

20. Quanto aos elementos colhidos a partir dessa pesquisa, há que se observar, ainda, que:

conforme exame feito no sítio eletrônico deste Ministério, em função do apontamento em nome da Administração Direta do Município, especificamente quanto ao CNPJ nº 03551835/0001-28, verifica-se que esse cadastro foi anulado em 18 de agosto de 1975 pela Receita Federal (fls. 333); e foi detectado registro de que dados de certo convênio assumido pelo Município de Corumbá, referente a ano-base de 2007, carecem de autenticação, sendo certo, no entanto, que de acordo com o mesmo Sistema CAUC, tal aspecto não se tornou uma pendência sob o estado “a comprovar” em relação ao Município (fls. 328/329).

21. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da Resolução nº 43, de 2001<sup>2</sup>, do Senado Federal, foi apresentada certidão do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul (TCE – MS), atestando o cumprimento pelo Município de Corumbá das disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como o pleno exercício da competência tributária do Município, nos termos do art. 156, da Constituição da República, em relação ao último exercício analisado por aquele Tribunal, qual seja o ano de 2004, cujas contas já foram analisadas e estão em obediência às disposições constitucionais e da Lei Complementar nº 101, de 2000, com ressalvas quanto ao cumprimento do art. 25, inciso IV, alínea **b**, da Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>3</sup>, no que se refere à aplicação dos percentuais mínimos de gastos com saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino – arts. 198, com a

redação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, e 212, da Constituição – , informando, outrossim, que há recursos interpostos quanto a esse aspecto (fls. 303/306).

22. Contudo, constam do processo (fls. 355 e 356) cópias dos Acórdãos nºs 00/0604/2008 e 00/0895/2007, do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, em que aprovadas as contas do município, relativamente ao Fundo Municipal de Educação e Cultura de Corumbá e do Fundo Municipal de Saúde de Corumbá, respectivamente, no tocante ao ano de 2005. Com base em tais Acórdãos, aquele mesmo Tribunal de Contas emitiu certidão, em 22 de agosto de 2008 (fls. 346), em que declara ter o Município de Corumbá cumprido os limites mínimos de aplicação em saúde e educação no ano de 2005, e, além disso declaração do Prefeito de Corumbá (fls. 344) atesta que, nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, tais limites também foram cumpridos, nos termos estabelecidos na Constituição Federal. Assim, certo que o cumprimento de tais limites no ano de 2005, devidamente examinado e certificado pelo Tribunal de Contas competente, supre a exigência da Lei de Responsabilidade fiscal.

23. Ressalta-se, ainda, que quanto aos exercícios de 2005 a 2007, ainda pendentes de deliberação pelo Tribunal de Contas daquele Estado, na aludida certidão atesta-se que, com base nos Relatórios de Gestão, o Município está em dia com a prestação de informações relativas a tais exercícios, exerceu plenamente a competência tributária do município, bem como está em obediência quanto aos limites constitucionais e às disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000, com expressos registros de que houve correta aplicação, nesses anos, dos percentuais mínimos em relação aos gastos com a saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino (arts. 198 e 212, da Constituição).

24. Relativamente ao ano de 2008, no mesmo documento, aquela Corte de Contas testifica, com base nas informações contidas no Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, que foram atendidos os aspectos descritos nos arts. 12, § 2º, 23, 52, 55, § 2º, e 70, todos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

25. Outrossim, foi apresentada declaração adicional do Senhor Prefeito do Município de Corumbá, data de 6 de agosto de 2008, em relação aos exercícios em análise pelo Tribunal de Contas do Estado – 2005 a 2007 – e ao ano em curso – 2008 –, afirmando que as contas municipais estão de acordo com as disposições da alínea **a**, do art. 21, inciso IV, da Resolução nº 43, de 2001<sup>4</sup>, do Senado Federal (fls. 325).

26. Saliente-se que as ressalvas indicadas por aquela Corte de Contas em relação ao exercício fiscal de 2004, pertinentes à aplicação pelo Município de Corumbá de recursos mínimos nas áreas de saúde e educação, não foram reprisadas com relação aos exer-



cícios de 2005 a 2007, consoante expressa afirmação contida na mesma certidão.

27. Ademais, a aferição do cumprimento de aplicação mínima com saúde e ensino é anual – i.e., o cálculo somente se consuma com a somatória dos gastos executados em todo o exercício – e há, nos autos, declaração do Senhor Prefeito de Corumbá no sentido de que estão sendo observados, no ano em curso, os limites fiscais impostos para a operação.

28. Foram ainda anexadas ao processo cópias das seguintes certidões, todas emitidas em nome do Município de Corumbá:

a) Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válida até 1º de fevereiro de 2009 (fls. 322);

b) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, válida até 15 de setembro de 2009 (fls. 323);

c) Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), válido até 30 de setembro de 2008 (fls. 321); e

d) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF), válido até 21 de setembro de 2008 (fls. 349).

### Cláusulas da Minuta Contratual

29. Como dito alhures, o empréstimo será concedido pelo Fonplata, sendo certo que nas respectivas minutas contratuais foram estipuladas as cláusulas usuais de tais operações.

30. No mais, as minutas contratuais contêm cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o preceito contido no art. 5º, da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

### – III –

31. Diante do exposto, poderá o assunto ser submetido à consideração do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que, em entendimento cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição da República, ressalvando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser formalizado o contrato de contragarantia, bem como comprovado o cumprimento das condições apontadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-

MF), em especial, que seja verificada a situação de adimplência do Município perante à União.

É o parecer que se submete à superior consideração.

Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União, em 27 de agosto de 2008. – **Paulo Eduardo Magaldi Netto**, Procurador da Fazenda Nacional.

De acordo. À consideração da Senhora Procuradora-Geral Adjunta da Fazenda Nacional.

Coordenação-GF/Raldé Operações Financeiras da União, em 27 de agosto de 2008. – **Sônia Portella**, Coordenadora-Geral.

Aprovo o Parecer. Encaminhe-se o assunto à análise do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em 27 de agosto de 2008. – **Adriana Queiroz de Carvalho**, Procuradora-Geral Adjunta da Fazenda Nacional.

Ofício nº 190/2008/Desig/Dicic-Surex

Brasília, 19 de agosto de 2008

A Sua Senhoria a Senhora

Drª Sônia de Almendra Freitas Portella Nunes

Coordenadora-Geral de Operações Financeiras da União – COF

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Esplanada dos Ministérios – Bloco “P” – 8º Andar – Sala 803

70048-900 Brasília – DF

Fax: 3412-1740

Assunto: ROF TA468887 – Comunica credenciamento – Município de Corumbá

Senhora Coordenadora-Geral,

Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA468887, por meio do qual o Município de Corumbá solicita credenciamento para contratar operação de crédito externo, no valor de US\$3.217.500,00, com garantia da República Federativa do Brasil, tendo como credor o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

2. A propósito, informamos que, por meio do ofício anexo, o Banco Central do Brasil credenciou o Município de Corumbá a negociar referida operação no exterior, nas condições discriminadas a seguir, constantes do ROF TA468887.

*Devedor:* Município de Corumbá;

*Credor:* Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata;

*Garantidor:* República Federativa do Brasil;

*Valor:* US\$3.217.500,00;

*Prazo:* 240 meses;

*Carência:* 66 meses;

**Juros:** **Libor** de 6 (seis) meses, para dólares dos Estados Unidos da América, acrescida de **spread** de 2,5% a.a.;

**Juros de Mora:** 20% da taxa anual de juros contratada da operação (**Libor**-US\$-6 meses + *spread* de 2,5%);

**Comissão de Administração:** US\$32.175,00, desembolsado do montante do financiamento;

**Comissão de Compromisso:** 0,75% a.a., sobre o saldo não desembolsado, podendo este percentual ser aumentado para 1% a.a., caso o prazo do desembolso seja ampliado.

### Condições de Pagamento

**Do Principal:** em 30 prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira 66 meses a contar da data de vigência do contrato.

**Dos Juros:** semestralmente vencidos, vencendo-se a primeira 180 dias a contar da data de vigência do contrato.

**Da Comissão de Administração:** pagamento único, assim que cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso.

**Da Comissão de Compromisso:** semestralmente vencida, juntamente com os juros.

Atenciosamente, – **Rosalvo Ermes Streit**, Chefe Adjunto Substituto/Desig.

Ofício nº 188/2008/Desig/Dicic-Surex

Brasília, 19 de agosto de 2008

A Sua Senhoria o Senhor

Ruiter Cunha de Oliveira – Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Corumbá

Rua Gabriel Vandoni de Barros, nº 1 – Bairro Dom Bosco

79333-141 Corumbá – MS

Fax: 67 3234-3411

Assunto: ROF TA468887 – Comunica credenciamento – Município de Corumbá

Senhor Prefeito,

Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA468887 e ao ofício nº 151/2008/GP, de 4-8-2008, por meio dos quais V. S<sup>a</sup> solicita credenciamento para contratar operação de crédito externo, no valor de US\$3.217.500,00, com garantia da República Federativa do Brasil, tendo como credor o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

2. A propósito, de acordo com o disposto no artigo 98 do Decreto nº 93.872, de 23-12-86 e na Portaria 497, de 27-8-90, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, comunicamos que o Banco Central do

Brasil credenciou o Município de Corumbá a negociar referida operação no exterior, nas condições constantes do ROF supracitado.

3. Por oportuno, esclarecemos que:

a) o credenciamento proposto tem como base as declarações e os documentos apresentados, podendo o Banco Central do Brasil, apurar a veracidade das informações, na forma do artigo 62 do Decreto nº 55.762, de 17-2-65. A cobrança ou o pagamento, a qualquer título, em moeda nacional ou estrangeira, de ônus ou encargos que não estejam expressamente aprovados pelo Banco Centrais do Brasil ou ainda, eventuais divergências nas declarações ou nos documentos, tomarão sem efeito, automaticamente, o credenciamento;

b) a fixação da data de assinatura dos respectivos instrumentos contratuais somente poderá ocorrer após o exame das minutas de contrato pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, a emissão de Resolução específica do Senado Federal e a aprovação da operação pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Fazenda;

c) a operação estará definitivamente registrada no ROF com a condição de “concluído” após a inclusão dos eventos 9006 (manifestação da STN/COPEM), 9001 (Resolução do Senado Federal) e 9007 (manifestação da PGFN e a aprovação do Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Fazenda); e

4. Finalmente, informamos que este credenciamento é válido pelo prazo de 90 dias, a partir desta data.

Atenciosamente, – **Rosalvo Ermes Streit**, Chefe Adjunto Substituto/Desig.

### PARECER Nº 1.332/2008/ GERFI/COREF/STN

Em 5 de agosto de 2008

**Assunto:** Município de Corumbá – MS.

Operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor de até US\$3.217.500,00, destinados ao Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah Pedido de concessão Garantia da União.

Processo MF Nº 17944.000403/2008-67

Senhora Coordenadora – Geral,

1. Trata o presente Parecer de pedido de concessão de garantia da União à operação de crédito externo,

de interesse do Município de Corumbá, com o fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FANPLATA, no valor De até US\$3.217.000,0 (três milhões duzentos e dezessete mil dólares dos Estados Unidos da América). Tais recursos serão destinados ao financiamento do projeto de melhoria e Expansão da infra-estrutura Urbana de Corumbá.

#### **Recomendação da Comissão de Financiamento Externos – COFIEIX**

2. O referido Projeto foi identificado como passível de obtenção de Financiamento Externo – COFIEIX, sendo tal decisão homologada pelo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme a Recomendação nº 883, de 4-9-2006 e Resolução nº 358, de 17-1-2008, às fls. 5 e 6.

#### **Objetivos do projeto, arranjo institucional e análise de custo-benefício.**

3. De acordo com o Parecer Técnico, às fls. 11/26 o objetivo do projeto é melhorar as condições sanitárias e ambientais, reduzindo danos à infra-estrutura pública e comunitária causados pelas inundações, bem como as condições de circulação de veículos e pedestres na área do projeto.

4. O projeto está dividido em três componentes:

1) Infra-Estrutura Urbana, no valor de US\$5,6 milhões,

que envolve ações de drenagem urbana e pavimentação asfáltica; 2) Gerenciamento do projeto, no valor de US\$214,5 mil, que visa ao financiamento de ações destinadas ao fortalecimento institucional e à garantir o controle da gestão das atividades do Projeto; (3) Preparação do projeto, no valor de US\$240 mil, que abrange a elaboração de projetos de engenharia e estudos de viabilidade do projeto.

5. O projeto será executado pela Prefeitura Municipal de Corumbá, por intermédio de uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

6. Complementarmente, cabe destacar que consta, ainda, no referido Parecer Técnico, um estudo dos custos e benefícios decorrentes do Projeto em análise, atestando sua viabilidade econômica e financeira.

#### **Fluxo Financeiro**

7. Os recursos do empréstimo serão desembolsados em 5 (cinco) anos. De acordo com informações do interessado, às fls. 290/291, o referido projeto contará com investimentos totais de até US\$6.435.000,00, sendo US\$3.217.500,00 financiados pelo Fonplata e o restante proveniente da contrapartida municipal, conforme quadros a seguir:

**Quadro 1 - Cronograma Estimativo de Desembolsos (US\$)**

| Fonte             | 2008<br>(2º sem) | 2009      | 2010      | 2011    | 2012    | 2013<br>(1º sem) | Total            |
|-------------------|------------------|-----------|-----------|---------|---------|------------------|------------------|
| <b>FONPLATA</b>   | 461.200          | 715.040   | 858.050   | 572.040 | 611.170 | -                | <b>3.217.500</b> |
| <b>PREFEITURA</b> | 280.520          | 1.136.760 | 1.108.980 | 673.650 | 12.320  | 5.270            | <b>3.217.500</b> |

#### **Condições Financeiras**

8. Conforme a minuta negociada do Acordo de Empréstimo (às fls. 195/204), as condições financeiras da operação de crédito, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil, sob o registro TA 468887 – BACEN (às fls. 287/289), objeto de manifestação favorável desta Secretaria, serão as seguintes:

*Valor da Operação:* Até US\$3.217.500,00;

*Credor:* Fonplata – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata;

*Prazo de Desembolso:* 60 meses, a partir da vigência do contrato;

*Amortização do saldo devedor:* O empréstimo será pago dentro do prazo de 20 anos, em parcelas semestrais e consecutivas, pagas no 20º dia dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela na primeira destas datas que ocorrer depois

de transcorridos 180 dias a partir do vencimento do prazo de desembolsos.

*Juros Aplicáveis:* Exigidos semestralmente no 20º dia dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo – se a primeira parcela na primeira destas datas, uma vez transcorridos 180 dias do Primeiro desembolso e calculados sobre o saldo devedor periódico do Empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros LIBOR semestral para dólar americano acrescidos de um “spread” de 250 pontos-base.

*Juros de Mora:* 20% aa. Da taxa anual de juros determinada pelo atraso no pagamento das quotas de amortização.

*Comissão de Administração:* 1% aa. Do valor do financiamento (US\$32.175,00), debitada do empréstimo pelo Banco quando cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso.

*Comissão de Compromisso:* 0,75% aa. sobre o saldo não desembolsado, exigidos a partir de 180 dias contados da assinatura do contrato. Caso o prazo de desembolso seja ampliado, a comissão de compromisso será aumentada para 1% aa., a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de desembolso.

9. Foi anexado ao presente Parecer o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação, situado em 8,12% a.a. flutuante, conforme a variação da LIBOR. Considerando o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se patamares aceitáveis a esta Secretária.

### **Requisitos Legais e Normativos**

10. Relativamente ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, na Resolução do SF nº 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, Com Vistas à Concessão de garantia da União, cabe informar o seguinte:

#### **I. Autorização prevista no art. 32 da LRF**

11. A Coordenação -Geral de Operações de Créditos dos Estados e Municípios – COPEM, mediante a Parecer nº 968/2008 – COPEM/STN, DE 20-5-2008 (fls. 123/126), pronunciou-se favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo Município de Corumbá, tendo sido cumpridas as exigências e requisitos das Resoluções do Senado Federal nº 40, de 20-12-2001 e 43, de 21-12-2001 e suas alterações, e atendidos mínimos previstos no art. 32 da LRF.

#### **II. Inclusão no Plano Plurianual**

12. Encontra-se às fls. 177/178, cópia da Lei Municipal nº 2008, de 21-12-2007, que aprova a 2ª revisão do plano Plurianual-PPA do Município de Corumbá para o período de 2008/2009, que em se inserem as ações previstas do Projeto em questão. Complementando, às fls. 186, consta Declaração do Prefeito atestando a inclusão do projeto no PPA, aberto por meio do Decreto Orçamentário nº 0007, de 1-2-2008, às fls. 164.

#### **III. Previsão Orçamentária**

13. A Lei Municipal nº 2.009, de 21-12-2007, cópia às fls. 44/49, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Corumbá para o exercício financeiro de 2008, contempla dotações totais de R\$1.500.000,00 para a execução do projeto em tela no ano em curso, sendo R\$750.000,00 para o ingresso de recursos externos e o mesmo montante para a contrapartida, conforme Quadro de Detalhamento de Defesa, às fls. 167/168 e a Declaração do Secretário Municipal de finanças e Administração, ratificada pelo Prefeito de Corumbá, às fls. 163. Os referidos montantes foram abertos por meio do Decreto Orçamentário nº 0007, de 1-2-2008, constante às fls. 164 do processo.

14. Quanto ao pagamento do serviço da dívida, cumpre informar que de acordo com as condições financeiras negociadas, não deverá haver incidência de pagamento de encargos no presente exercício, exceto a Comissão de Administração a qual é debitada pelo Banco da conta de empréstimo. A este respeito, o mutuário informou que consta da Lei Orçamentária para 2008 o montante de R\$110.000,00 destinado ao pagamento da dívida contratual externa.

15. Assim, considerando as informações prestadas pelo mutuário, o cronograma de utilização de recursos e o câmbio atual de R\$1,61 = US\$1, entendemos que o mutuário dispõe de dotações suficientes à execução do Projeto no corrente exercício.

### **IV. Autorização Legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União**

16. A Lei estadual nº 2006, de 10-12-2007, às fls. 8/9, autoriza o poder executivo a contratar a operação de crédito, no valor de até US\$3.217.500,00, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, para execução do presente Projeto, bem como a oferecer em contragarantia à garantia da União as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas em seu art. 156 nos termos de seu art. 167, § 4º, todos da constituição federal do Brasil, bem como outros créditos em direito admitidos.

#### **V. Limites de endividamento do Município**

17. Quanto aos limites de endividamento do Município de Corumbá estabelecidos nas Resoluções SF nº 40/2001 e 43/2001 e suas alterações, observe-se que foram calculadas e considerados atendidos pela COPEM, em seu citado Parecer nº 968/2008 – COPEM/STN (fls. 123/126).

#### **VI. Limites para a Concessão da Garantia da União**

18. De acordo com informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2008 (fls. 295), há margem, na presente data, para a concessão da pleiteada garantia da União, no limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48/2007 do Senado Federal.

#### **VII. Capacidade de Pagamento e Aspectos Fiscais do Município**

19. Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota Técnica STN/COREM nº 325, de 3-5-2008 (fls. 77/81), o Município de Corumbá foi classificado na categoria “A”, suficiente, portanto, para a concessão de garantia da União nos termos da Portaria MF nº 89, de 25-4-1997.



20. Ademais, a Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios-COREM/STN informou que o Município não assinou contrato de renegociação da dívida segundo a Medida Provisória nº 2.185.

### **VIII. Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível**

21. Conforme mencionado no item 16, o Poder Executivo do Município de Corumbá está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal.

22. De acordo com estudo elaborado por esta Coordenação-Geral acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Município (fls. 189/190), as garantias oferecidas pelo Município de Corumbá são consideradas suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

23. O referido estudo abrange as projeções para os anos de 2008 até 2017. A margem disponível apurada é sempre positiva e crescente para os exercícios projetados, partindo de R\$17,53 milhões em 2008 e chegando a R\$46,94 milhões em 2017. Quanto aos pagamentos a serem efetuados pelo Município em consequência da operação de crédito ora pleiteada, os maiores valores devidos estão projetados para 2014, quando entre amortização e juros, deverão ser pagos aproximadamente US\$560 mil por semestre. Note-se que em 2014 a margem disponível é de R\$33,91 milhões, suficiente, portanto, para cobrir eventual dívida com a União, caso esta tenha que honrar a garantia. O Município terá compromissos de pagamento decorrentes desta operação até 2028 e a projeção das receitas é feita somente até 2018. Nada indica, contudo, que a tendência de crescimento normal das receitas estaduais se reverterá, a não ser na hipótese de algum evento absolutamente imprevisto.

24. Assim, entendemos que o oferecimento das citadas contragarantias deverá ser formalizado mediante contrato a ser celebrado junto à União, podendo o Governo Federal reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

### **IX. Situação de Adimplência**

25. Consulta realizada na presente data (fls. 285/286), por meio eletrônico, não indicou a existência de débitos em nome do Município de Corumbá junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas. Desse modo, entendemos que o Município atende ao disposto no § 1º do art. 40 da lei complementar nº 101/2000.

26. Ademais, foram anexadas ao processo, cópias das seguintes certidões, todas emitidas em nome da Prefeitura do Município de Corumbá, conforme requeridos pela Lei Complementar nº 101/2000 e pelas Portarias STN nº 115/2008 e MF nº 497/1990:

a) Dívida Ativa da União e Regularidade Tributária – Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela PGFN/MF, válida até 4-1-2009 (fl. 191);

b) Regime Geral de Previdência Social – Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa, emitida pela Previdência Social, válida até 15-9-2008 (fl. 192);

c) Regime Próprio de Previdência Social – Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), válida até 30-9-2008 (fl. 193); e

d) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), válido até 22-8-2008 (fl. 284);

### **X. Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional**

27. Não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Corumbá, nos últimos anos, decorrentes de garantias concedidas.

### **XI. Alcance das Obrigações Contratuais**

28. Constam do Artigo 4.2 do Capítulo IV da minuta negociada do Acordo de Empréstimo (fls. 199) as condições especiais prévias à realização do primeiro desembolso, quais sejam:

(A) que o Mutuário demonstre, à satisfação do Fonplata, a constituição da Unidade de Gerenciamento do Projeto, com a respectiva designação do pessoal responsável pelo controle e acompanhamento do Projeto;

(B) que o Mutuário tenha apresentado, à satisfação do Fonplata, o Plano Operativo Anual referente ao primeiro ano de execução do Projeto e o Manual Operacional do Projeto.

29. Assim, de modo a evitar o pagamento desnecessário de comissão de compromisso, entendemos que preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, deva ser verificado, pelo Ministério da Fazenda, o grau de cumprimento das mencionadas condicionalidades, mediante manifestação prévia do Fonplata.

30. Entendemos que as demais obrigações contratuais constantes das minutas do Acordo de Empréstimo (fls. 195/224), bem como do Contrato de Garantia (fls. 225/227) são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em



operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito.

## **XII. Demais Exigências da Portaria nº 497/1990, da Resolução SF nº 48/2007 e da Lei Complementar nº 101/2000**

31. Constam do processo as informações elaboradas pela STN relativas às finanças da União (fls. 292/302), as quais são periodicamente atualizadas e disponibilizadas no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

32. No que concerne ao pleno exercício da competência tributária do Município, bem como ao cumprimento dos artigos 198, com a redação da EC nº 29, e 212, todos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul atestou o cumprimento destes dispositivos legais no último exercício analisado – 2006, bem como no exercício de 2007, este último com base nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e nos de Gestão Fiscal, conforme a Certidão de 14-4-2008, às fls. 95/96.

33. Quanto ao enquadramento das despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais nos limites estabelecidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), cumpre informar que o TCE atestou, mediante a Certidão de 15-7-2008, às fls. 304/306, que nos exercícios de 2006 e 2007 e no primeiro quadrimestre de 2008 os referidos limites não foram extrapolados.

34. Complementarmente, consta às fls. 246 Declaração do Prefeito de Corumbá, de 2-2-2008, na qual informa que nos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas do Estado foram instituídos todos os impostos de competência do Município, bem como que foram aplicados os recursos mínimos nas ações de saúde e educação.

35. Com relação a exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, conforme disposto na LRF (art. 40 § 2º combinado com o art. 25, inciso IV, alínea **c**) e na Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (art. 10, inciso II, alínea **c**), é entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme exarado no Parecer PGFN/COF/nº 468/2008 que tais limites, conforme mencionam as citadas normas legais, estão a referir-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito. O referido artigo 42 dispõe o seguinte:

“Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que

haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.”

36. A esse respeito, consta, às fls. 187, Declaração do Prefeito de que este está cumprindo e que cumprirá o disposto no citado artigo da LRF até o final de seu mandato.

37. O artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, impede a União a conceder garantia aos demais entes, caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 1% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 1% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

38. A esse respeito, cumpre esclarecer que, conforme Declaração do Prefeito Municipal (fls. 174), o Município de Corumbá não realizou nenhum contrato de Parceria Público Privada.

Ademais, cumpre informar que não há registro de pendências do interessado, no âmbito do SIAFI, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União, atendendo, portanto, ao disposto no § 2º do art. 40 da Lei Complementar nº 101/2000.

## **Conclusão**

40. Diante de todo o exposto, nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o cumprimento das condicionalidades relacionadas no parágrafo 28 deste Parecer, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

41. À consideração superior, sugerindo o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF, para as providências de sua alçada. – **Claudia Rebello Massa**, Analista de Finanças e Controle. – **Eduardo Luiz Gaudard**, Gerente da COREF/STN.

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional. – **Nina Maria Arcela**, Coordenadora-Geral da COREF.

De acordo. – **Marcus Pereira Aucélio**, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional. – **Eduardo Coutinho Guerra**, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.

De acordo. Encaminhe-se o processo à PGFN/COF como sugerido. – **Arno Hugo Augustin Filho**, Secretário do Tesouro Nacional.

## Cálculo do Custo Efetivo de Operação de Crédito Externo

| Informações do Projeto |  |              |
|------------------------|--|--------------|
| Projeto                | Projeto de Melhoria e Ampliação da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá |              |
| Mutuatário:            | Município de Corumbá - MS  |              |
| Credor                 | Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA |              |
| Modalidade:            | Libor  |              |
| Valor Total            | US\$   | 6.435.000,00 |
| Empréstimo:            | US\$   | 3.217.500,00 |
| Contrapartida          | US\$   | 3.217.500,00 |

Data de Análise pela STN:

30-09-08

| Condições Financeiras            |                                   |            |
|----------------------------------|-----------------------------------|------------|
| Amort.(parcelas):                | 30                                |            |
| Amortização:                     | US\$                              | 107.250,00 |
| Data 1ª Amortização              | 30/4/2014                         |            |
| Data Última Amortização:         | 30/10/2028                        |            |
| Carência:                        | 5,5 anos                          |            |
| Comissão de Compromisso:         | 0,75%                             |            |
| Taxa de Juros:                   | Libor US\$ + Spread (margem fixa) |            |
| Spread                           | 2,50%                             |            |
| Front-end fee (100% financiada): | 1,00%                             |            |
| Front-end fee:                   | US\$                              | 32.175,00  |

| Data      | Desembolso   | Amortização  | Comissão de Compromisso | Front-End | Taxa de Juros | Fluxo de Juros | Total de Pag. | Saldo Devedor | Custo de Captação do Tesouro | VP Fluxo Líquido Descontado pela Curva Soberana Zero |
|-----------|--------------|--------------|-------------------------|-----------|---------------|----------------|---------------|---------------|------------------------------|--|
| 30-out-08 | 230.600,00   | -            | -                       | -         | 5,81%         | 6.224,96       | 32.175,00     | 230.600,00    | 0,64%                        | (184.319,31)   |
| 30-abr-09 | 230.600,00   | -            | 11.325,33               | -         | 5,68%         | 6.624,96       | 17.950,28     | 461.200,00    | 3,85%                        | (207.927,93)   |
| 30-out-09 | 357.520,00   | -            | 10.308,39               | -         | 6,34%         | 24.889,77      | 25.389,16     | 1.019.720,00  | 3,85%                        | (310.521,90)   |
| 30-abr-10 | 357.520,00   | -            | 9.095,37                | -         | 6,76%         | 27.993,87      | 37.089,24     | 1.176.240,00  | 3,91%                        | (301.146,30)   |
| 30-out-10 | 429.025,00   | -            | 27.62,00                | -         | 7,05%         | 42.123,82      | 49.806,10     | 1.605.265,00  | 4,21%                        | (274.276,81)   |
| 30-abr-11 | 429.025,00   | -            | 6.113,06                | -         | 7,32%         | 59.412,12      | 65.525,18     | 2.034.290,00  | 4,48%                        | (323.735,06)   |
| 30-out-11 | 286.020,00   | -            | 4.510,99                | -         | 7,32%         | 25.673,31      | 30.184,29     | 2.234.310,00  | 4,72%                        | (127.396,66)   |
| 30-abr-12 | 286.020,00   | -            | 3.420,54                | -         | 7,49%         | 88.339,17      | 91.759,70     | 2.606.330,00  | 4,90%                        | (162.835,90)   |
| 30-out-12 | 305.585,00   | -            | 2.330,09                | -         | 7,49%         | 99.255,91      | 101.586,00    | 2.911.915,00  | 5,03%                        | (18.855,87)  |
| 30-abr-13 | 305.585,00   | -            | 1.158,68                | -         | 7,61%         | 111.977,74     | 113.136,41    | 3.217.500,00  | 5,14%                        | (152.045,00)   |
| 30-out-13 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,61%         | 124.394,49     | 125.593,19    | 3.217.500,00  | 5,22%                        | 85.377,92  |
| 30-abr-14 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,71%         | 125.441,74     | 126.681,74    | 3.110.250,00  | 5,29%                        | 173.170,11   |
| 30-out-14 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,71%         | 127.028,60     | 128.079,40    | 2.999.000,00  | 5,36%                        | 265.815,60   |
| 30-abr-15 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,83%         | 118.944,17     | 126.194,17    | 2.895.750,00  | 5,53%                        | 357.158,30   |
| 30-out-15 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,83%         | 115.366,08     | 122.616,08    | 2.788.500,00  | 5,60%                        | 447.095,78   |
| 30-abr-16 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,89%         | 111.805,64     | 119.055,64    | 2.681.250,00  | 5,78%                        | 541.317,66   |
| 30-out-16 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,90%         | 107.610,61     | 114.950,81    | 2.574.000,00  | 5,86%                        | 631.581,00   |
| 30-abr-17 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,94%         | 103.321,79     | 110.571,79    | 2.466.750,00  | 5,97%                        | 726.221,48   |
| 30-out-17 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,96%         | 99.006,84      | 106.066,84    | 2.358.500,00  | 6,01%                        | 818.762,24   |
| 30-abr-18 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,90%         | 94.189,12      | 101.439,12    | 2.252.250,00  | 6,09%                        | 912.458,90   |
| 30-out-18 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,78%         | 89.049,16      | 96.299,16     | 2.145.000,00  | 6,14%                        | 1.007.797,47   |
| 30-abr-19 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,83%         | 84.912,91      | 92.162,91     | 2.037.750,00  | 6,19%                        | 1.099.919,50   |
| 30-out-19 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,85%         | 81.556,66      | 88.816,66     | 1.930.500,00  | 6,21%                        | 1.187.765,91   |
| 30-abr-20 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,94%         | 77.906,23      | 85.156,23     | 1.823.250,00  | 6,27%                        | 1.273.453,41   |
| 30-out-20 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,98%         | 74.266,86      | 81.516,86     | 1.716.000,00  | 6,30%                        | 1.357.731,20   |
| 30-abr-21 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 8,05%         | 69.850,60      | 77.100,60     | 1.608.750,00  | 6,34%                        | 1.440.860,35   |
| 30-out-21 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 8,11%         | 66.222,85      | 73.472,85     | 1.501.500,00  | 6,37%                        | 1.522.531,30   |
| 30-abr-22 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 8,17%         | 62.014,79      | 69.264,79     | 1.394.250,00  | 6,40%                        | 1.602.994,54   |
| 30-out-22 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 8,23%         | 58.335,58      | 65.585,58     | 1.287.000,00  | 6,42%                        | 1.683.118,59   |
| 30-abr-23 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,98%         | 51.936,78      | 59.186,78     | 1.179.750,00  | 6,45%                        | 1.762.278,47   |
| 30-out-23 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,80%         | 47.783,21      | 54.033,21     | 1.072.500,00  | 6,47%                        | 1.840.169,50   |
| 30-abr-24 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,83%         | 42.669,14      | 49.919,14     | 965.250,00    | 6,49%                        | 1.916.171,71   |
| 30-out-24 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,81%         | 38.524,59      | 44.774,59     | 858.000,00    | 6,51%                        | 1.990.279,93   |
| 30-abr-25 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,88%         | 34.176,27      | 41.426,27     | 750.750,00    | 6,53%                        | 2.062.002,70   |
| 30-out-25 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,90%         | 30.338,20      | 37.588,20     | 643.500,00    | 6,54%                        | 2.131.777,77   |
| 30-abr-26 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,91%         | 25.735,82      | 32.985,82     | 536.250,00    | 6,56%                        | 2.200.087,91   |
| 30-out-26 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,92%         | 21.004,17      | 28.254,17     | 429.000,00    | 6,57%                        | 2.267.374,59   |
| 30-abr-27 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,94%         | 17.217,43      | 24.467,43     | 321.750,00    | 6,58%                        | 2.333.731,67   |
| 30-out-27 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,95%         | 13.000,22      | 20.250,22     | 214.500,00    | 6,59%                        | 2.399.284,24   |
| 30-abr-28 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,97%         | 8.687,05       | 115.837,05    | 107.250,00    | 6,60%                        | 2.464.097,07   |
| 30-out-28 | -            | 107.250,00   | -                       | -         | 7,98%         | 4.503,44       | 71.697,44     | 0,00          | 6,61%                        | 2.528.364,12   |
|           | 3.217.500,00 | 3.217.500,00 | 56.244,75               | 32.175,00 | -             | 2.648.979,06   | 5.954.898,80  | -             | -                            | 319.878,14   |

(1) Custo de Captação do Tesouro corresponde aos valores constantes da Curva Soberana Zero, estimada conforme metodologia própria, na mesma moeda da operação de crédito.

(2) A TIR corresponde ao custo efetivo da operação, ou seja, à taxa de juros média que iguala o valor presente do fluxo a zero.

(3) Duration - É a média ponderada do valor presente do fluxo de caixa, expressa em anos.

(4) Modified Duration - É a Duration modificada considerando o custo efetivo da operação.

|                      |        |
|----------------------|--------|
| TIR(2) %             | 8,12%  |
| Duration(3)          | 8,14   |
| Modified Duration(4) | 8,17   |
| TIR do BR'19:        | 8,1%   |
| Modified Duration:   | 8,14   |
| TIR do BR'24b:       | 8,4%   |
| Modified Duration:   | 9,17   |
| TIR equivalente **   | 8,285% |

(\*\*\*) A TIR Equivalente corresponde a uma interpolação entre as taxas referentes a dois títulos soberanos informados para comparação.

**PARECER Nº 968/2008 – COPEM/STN**

Brasília, 20 de maio de 2008

Operação de Crédito com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Tipo da Operação: recursos destinados à implementação do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

**Relatório**

1. A Prefeitura Municipal de Corumbá – MS solicitou autorização para contratar operação de crédito com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, para implementação do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah, com as seguintes características:

**a) valor da operação:** US\$3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares), equivalente a R\$5.296.005,00 (cinco milhões, duzentos e noventa e seis mil e cinco reais), pela taxa de câmbio de R\$1,6460.

**b) fonte/origem de recursos:** Fonplata;

**c) juros:** 2,5 % ao ano;

**d) amortização:** 180 (cento e oitenta) meses;

**e) carência:** 60 (sessenta) meses;

**f) prazo total:** 240 (duzentos e quarenta) meses;

**g) indexador:** taxa de câmbio;

**h) liberação:** US\$461.200,00 em 2008; US\$715.040,00 em 2009; US\$858.050,00 em 2010; US\$572.040,00 em 2011; e US\$611.170,00 em 2012;

**i) lei autorizadora:** nº 2.006, de 10-12-2007.

2. Os pareceres dos órgãos técnico e jurídico foram apresentados em cumprimento ao inciso I, do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001. O parecer técnico (fls. 11/26) atesta a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação. O parecer jurídico (fls. 27/30) manifesta o entendimento de que o município cumpre os requisitos, conforme disposto no Manual de Instrução de Pleitos – MIP.

3. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das Resoluções do Senado Federal nºs 40/2001 e 43/2001, o município apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a) art. 6º, § 1º, Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF – despesas de capital relativas ao exercício anterior:

|   |                          |
|---|--------------------------|
| a.1) despesas de capital executadas no exercício anterior: (fl. 100)              | R\$ 51.130.080,00        |
| a.2) receitas de operações de crédito realizadas no exercício anterior: (fl. 100) | R\$ 0,00                 |
| <b>Saldo:</b>   | <b>R\$ 51.130.080,00</b> |

b) art. 6º § 1º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF - despesas de capital relativas ao exercício atual:

|  |                          |
|--|--------------------------|
| b.1) Despesas de capital do exercício ajustadas: (fl. 101) | R\$ 67.330.800,00        |
| b.2) Liberações de crédito já programadas: (fl. 87)        | R\$ 0,00                 |
| b.3) Liberação da operação sob exame: (fl. 7)              | R\$ 759.135,20           |
| <b>Saldo:</b>  | <b>R\$ 66.571.664,80</b> |

c) art. 7º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Montante Global de todas operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).**

**Tabela I - Montante Global das operações realizadas em um exercício financeiro (fls. 7 e 87)**

| Ano  | Desembolso Anual (R\$) |                        | Projeção da RCL (R\$) | MGA/RCL (%) |
|------|------------------------|------------------------|-----------------------|-------------|
|      | Operação em Exame      | Liberações Programadas |                       |             |
| 2008 | 759.135,20             | 0,00                   | 126.323.049,94        | 0,60        |
| 2009 | 1.176.955,84           | 202.409,72             | 132.007.587,19        | 1,04        |
| 2010 | 1.412.350,30           | 0,00                   | 137.947.928,61        | 1,02        |
| 2011 | 941.577,84             | 0,00                   | 144.155.585,40        | 0,65        |
| 2012 | 1.005.985,82           | 0,00                   | 150.642.586,74        | 0,67        |

Projeção da RCL pela taxa média de 4,5% de crescimento do PIB nos últimos 4 anos.



d) art. 7º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL.**

**Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 7 e 88)**

| Ano    | Comprometimento Anual (R\$) |                  | Projeção da RCL (R\$) | CAED/RCL (%) |
|--------|-----------------------------|------------------|-----------------------|--------------|
|        | Operação em Exame           | Demais Operações |                       |              |
| 2008   | 83.198,90                   | 2.752.326,00     | 126.323.049,94        | 2,24         |
| 2009   | 94.488,93                   | 3.855.743,25     | 132.007.587,19        | 2,99         |
| 2010   | 162.885,15                  | 3.450.553,04     | 137.947.928,61        | 2,62         |
| 2011   | 241.313,57                  | 3.553.021,15     | 144.155.585,40        | 2,63         |
| 2012   | 308.654,87                  | 3.939.637,25     | 150.642.586,74        | 2,82         |
| Média: |                             |                  |                       | 2,66         |

Projeção da RCL pela taxa média de 4,5% de crescimento do PIB nos últimos 4 anos.

e) art. 7º Inciso III da Resolução nº 43, de 2001-SF: **número de vezes o valor da receita corrente líquida relativamente ao montante da dívida consolidada líquida.**

|   |                    |
|---|--------------------|
| e.1) Limite ao final do exercício de 2016:                          | 1,20               |
| e.2) Limite atual para relação DCL/RCL:                             | 1,20               |
| e.3) Receita Corrente Líquida:                                      | R\$ 121.773.380,00 |
| e.4) Dívida Consolidada Líquida:                                    | R\$ 31.132.510,00  |
| e.5) Operações de crédito contratadas, autorizadas e em tramitação: | R\$ 202.409,72     |
| e.6) Valor da operação em exame:                                    | R\$ 5.296.005,00   |
| e.7) Saldo Total da Dívida Líquida:                                 | R\$ 36.630.924,72  |
| e.8) Relação Saldo Total da Dívida Líquida/RCL:                     | 0,30               |

4. Salientamos que os dados relativos à Receita Corrente Líquida (data-base fev/2008) constantes na alínea "e" do item anterior têm como fonte o Anexo I - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 84) encaminhado pelo Município. Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL do exercício de 2008 (data-base fev/2008) tem como fonte o Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida encaminhado pelo Município, conforme fl. 85.-

#### Análise

5. No que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, a Prefeitura Municipal de Corumbá atendeu a todas as exigências previstas nos artigos

6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001-SF. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas Resoluções nº 40 e 43, de 2001-SF, expressos nos itens do § 3º retro, registramos:

**Tabela III - Análise dos Limites**

| Itens | Limites   | Resultado  |
|-------|---|------------|
| a)    | receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício anterior | ENQUADRADO |
| b)    | receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício corrente | ENQUADRADO |
| c)    | MGA/RCL < 16%   | ENQUADRADO |
| d)    | CAED/RCL < 11,5%  | ENQUADRADO |
| e)    | limite atual para a relação DCL/RCL < 1,2   | ENQUADRADO |

6. Destacamos, ainda, no que tange ao item d, que a média para o período futuro de cinco anos não é superior a 10% e que o comprometimento anual apresenta tendência crescente.

7. Quanto ao art. 5º da Resolução nº 43/2001-SF, a Prefeitura Municipal de Corumbá não infringiu nenhuma de

suas vedações, consoante declaração firmada pelo Chefe do Poder Executivo inclusa nos autos às folhas 53/55.

8. De acordo com o extrato do CAUC – Cadastro Único de Convenientes (fl. 97), o Município vem observando o art. 21, inciso VIII, da Resolução nº 43/2001-SF. Cabe ressaltar que, até 31 de dezembro de 2008, a ve-

rificação de adimplência somente abrangerá o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do órgão ou entidade tomador da operação de crédito, conforme a Resolução do Senado Federal nº 49, de 21 de dezembro de 2007, que alterou o art. 21 da Resolução nº 43/2001-SF.

9. Em observância ao disposto no art. 16 da Resolução nº 43/2001-SF, certificamos que não constam registros de inadimplência sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Corumbá junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme o resultado da pesquisa realizada no Sistema do Banco Central – SISBACEN/CADIP, incluso nos autos à folha 98. Registra-se que a verificação da adimplência junto ao Sistema Financeiro Nacional também se restringe ao número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do órgão ou entidade tomador da operação de crédito, conforme a Resolução nº 49/2007-SF, que alterou o art. 16 da Resolução nº 43/2001-SF. Quanto ao Tesouro Nacional/COAFI, informamos, ainda, que não constam registros de inadimplência conforme consulta ao CAUC (item 208), inclusa nos autos à folha 97.

10. No que concerne ao art. 21, Inciso IV, da Resolução, a Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul (fls. 95/96) atestou o cumprimento pelo Município do disposto na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, relativamente ao último exercício analisado (2004), e aos exercícios ainda não analisados (2005, 2006 e 2007). Quanto ao cumprimento do art. 23 da LRF, além do ateste do TCE-MS, o Município declarou seu cumprimento, bem como que despesas com IRRF já compõem a despesa com pessoal declarada (vide fls. 30 e 55).

11. Por não haver limite temporal para o último exercício analisado estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, esta STN consultou a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio da Nota nº 987/2006-COPEM/STN, de 24-6-2005, sobre o procedimento a ser adotado nesses casos. Desse modo – ainda que a certidão indique um aparente descumprimento do art. 57 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) por aquela Corte de Contas, sendo inconclusiva quanto à regularidade do ente perante a LRF em exercícios relevantes à presente análise -, esta Secretaria segue o entendimento exarado no Parecer PGFN/CAF/nº 1.175/2005:

“Diante da impossibilidade de recusar autorização para operação de crédito cujo pedido esteja com a documentação e demais requisitos em ordem, apenas por causa do atraso na análise das contas do ente federativo por parte do Tribunal de Contas competente, sem que haja provas de irregularidades frente à LRF, parece que a opção deva ser autorizar a operação de crédito.”

12. Em consonância com o disposto na Portaria nº 109, de 2002, alterada pela Portaria STN nº 90, de 2003, verificamos mediante o sistema de consulta da Caixa Econômica Federal (SISTN) que o Município atualizou as informações constantes das referidas portarias, nos termos do art. 27 da Resolução nº 43/2001-SF, conforme Histórico das Declarações às folhas 67-90.

13. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, foi verificado que o Município encaminhou tempestivamente suas contas ao Poder Executivo do Estado (fl. 90 – SISTN, conforme Nota nº 135/2008, de 6-2-2008) e da União – item 501 do extrato do CAUC (fl. 97).

14. Relativamente às demais exigências, de ordem documental, aplicam-se as regras da Resolução nº 43/2001-SF, as quais estão devidamente atendidas.

### Conclusão

15. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando que o pleito sob exame atende aos requisitos mínimos previstos no art. 32 da Resolução nº 43, de 2001-SF, alterada pela Resolução nº 3, de 2002-SF, indicamos parecer favorável ao mérito do pleito, nos termos do inciso II do art. 29 da mesma Resolução nº 43.

16. Registramos, todavia, que por se tratar de operação de crédito com garantia da União, o processo deverá ser encaminhado, preliminarmente, à análise da Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários do Setor Público – COREF, para as providências de sua alçada e, posteriormente, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e ao Senado Federal.

À consideração superior. – **Paulo Roberto de Sousa Trajano da Silva**, Analista de Finanças e Controle – **Sérgio Paulo da Silveira Nascimento**, Gerente.

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral. – **Celmar Rech**, Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

De acordo. À consideração do Sr. Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional. – **Ronaldo Camillo**, Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

De acordo. – **Eduardo Coutinho Guerra**, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.

Nota nº 325/2008/STN/COREM

Em, 3 de abril de 2008

Assunto: Capacidade de pagamento do Município de Corumbá/MS referente à operação de crédito junto ao Fonplata.

1.A Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, por intermédio do Memorando COPEMISTN nº 1.115, de 29-2-2008,

solicita a análise da capacidade de pagamento do Município de Corumbá/MS, com o intuito de subsidiar a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional em relação à operação de crédito, no valor de US\$3,22 milhões, destinada ao Projeto de Infra-Estrutura Urbana de Corumbá (Projeto CURUPAH).

2. Os critérios utilizados para o cálculo da capacidade de pagamento são os estabelecidos na Portaria MF nº 89, de 25-4-1997. Foi apurado o resultado primário médio ponderado de catorze exercícios e a necessidade de financiamento utilizando-se dados efetivamente realizados no período de 2004 a 2007 e projeções para os anos de 2008 a 2017. Os quadros usados nesta avaliação estão anexos.

3. Da análise retrospectiva, foi apurado **superávit** primário em todo o período, sem necessidade de financiamento líquida. Houve apenas necessidade de financiamento bruta apenas em 2006.

4. Nas projeções foram apurados superávits primários entre 2008 e 2017, sem necessidade de finan-

ciamento líquida. Apurou-se necessidade de financiamento bruta apenas em 2008.

5. Desta forma, evidencia-se um resultado primário médio ponderado superavitário, suficiente para saldar todos os serviços das dívidas contratadas e da operação de crédito em análise. Portanto, conforme a Portaria MF nº 89/1997, a situação financeira do Município é classificada na categoria "A".

6. Acrescenta-se que o Município de Corumbá não firmou com a União contrato de renegociação de dívidas segundo a Medida Provisória nº 2.185-35/2001 ou a Lei nº 8.727, de 1993.

À consideração superior. – **Tiago Alvarez Pedroso**, Analista de Finanças e Controle.

À consideração da Srª Coordenadora-Geral da COREM/STN. – **Kleber de Souza**, Gerente de Projetos.

De acordo. Encaminhe-se ao Coordenador-Geral da COPEM/STN. – **Maria da Salete Medeiros Moreira**, Coordenadora-Geral da COREM.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DAS RELAÇÕES E ANÁLISE FINANCEIRA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - COREM

# CAPACIDADE DE PAGAMENTO - RESULTADO PRIMÁRIO E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO PONDERADOS

CATEGORIA: A

MUNICÍPIO: CORUMBÁ

NOME DO PROJETO: PROJETO CURUPAH

R\$ MIL DE DEZ/07

| DISCRIMINAÇÃO                                  | BALANÇO |       |       |         | PROJEÇÃO |       |       |       |       |       |       |       |       |       |         | TOTAL |
|--|---------|-------|-------|---------|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|-------|
|  | 2004    | 2005  | 2006  | 2007    | 2008     | 2009  | 2010  | 2011  | 2012  | 2013  | 2014  | 2015  | 2016  | 2017  | MÉDIO   |       |
|  | 5%      | 10%   | 15%   | 20%     | 15%      | 10%   | 7%    | 5%    | 4%    | 3%    | 2%    | 2%    | 1%    | 1%    | 100,00% |       |
| PESOS  |         |       |       |         |          |       |       |       |       |       |       |       |       |       |         |       |
| RESULTADO PRIMÁRIO                             | 275     | 546   | 17    | 1.259   | 619      | 541   | 461   | 455   | 448   | 438   | 341   | 394   | 226   | 256   | 6.277   |       |
| (-) Receita Financeira                         | 17      | 177   | 242   | 288     | 162      | 108   | 76    | 54    | 43    | 32    | 22    | 22    | 11    | 11    | 1.264   |       |
| (+) Encargos de Dívidas                        | -       | 4     | 11    | 3       | 738      | 491   | 343   | 245   | 196   | 147   | 98    | 98    | 49    | 49    | 2.470   |       |
| (+) Encargos da Op. em Análise                 | -       | -     | -     | -       | 13       | 10    | 12    | 13    | 13    | 13    | 8     | 7     | 3     | 3     | 97      |       |
| (+) Encargos da Renovação                      | -       | -     | -     | -       | -        | 2     | 1     | 1     | 1     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 7       |       |
| NECESSIDADE DE FINANC. LÍQUIDA                 | (293)   | (719) | (249) | (1.545) | (32)     | (146) | (180) | (250) | (281) | (309) | (256) | (310) | (184) | (214) | (4.968) |       |
| (-) Alienação de Bens                          | 7       | 0     | -     | -       | -        | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | 7       |       |
| (+) Amortizações de Dívidas (exclui Rec.Amort) | 129     | 210   | 516   | 981     | 188      | 141   | 98    | 70    | 58    | 42    | 28    | 28    | 14    | 14    | 2.516   |       |
| (+) Amortizações da Op. em Análise             | -       | -     | -     | -       | -        | -     | -     | -     | -     | 11    | 8     | 8     | 4     | 4     | 34      |       |
| (+) Amortizações da Renovação                  | -       | -     | -     | -       | -        | 1     | 1     | 1     | 1     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 5       |       |
| NECESSIDADE DE FINANC. BRUTA                   | (171)   | (509) | 268   | (564)   | 156      | (4)   | (80)  | (179) | (224) | (255) | (220) | (274) | (166) | (197) | (2.419) |       |

Obs: Valores extraídos do quadro de Resultados Primários - Despesa com Capitalização

Obs: Valores extraídos do quadro de Resultados Primários e Operacionais ponderados segundo o peso atribuído a cada ano.



## MUNICÍPIO: CORUMBÁ

| DISCRIMINAÇÃO                                | Valores Nominais |                |                |                | Valores Atualizados |                |                |                |
|--|------------------|----------------|----------------|----------------|---------------------|----------------|----------------|----------------|
|  | 2004             | 2005           | 2006           | 2007           | 2004                | 2005           | 2006           | 2007           |
| <b>RECEITAS</b>                              | <b>80.538</b>    | <b>97.458</b>  | <b>121.082</b> | <b>149.711</b> | <b>95.673</b>       | <b>109.255</b> | <b>133.229</b> | <b>157.009</b> |
| <b>1. RECEITAS CORRENTES</b>                 | <b>86.526</b>    | <b>104.821</b> | <b>128.429</b> | <b>164.538</b> | <b>102.786</b>      | <b>117.509</b> | <b>141.442</b> | <b>172.559</b> |
| 1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA                      | 13.658           | 13.088         | 15.155         | 23.393         | 16.225              | 14.673         | 16.687         | 24.533         |
| 1.1.1. IPTU                                  | 2.153            | 2.965          | 2.551          | 2.494          | 2.557               | 3.323          | 2.809          | 2.615          |
| 1.1.2. IRRF                                  | 1.450            | 1.671          | 1.930          | 3.593          | 1.722               | 1.873          | 2.125          | 3.769          |
| 1.1.2. ITBI                                  | 495              | 700            | 883            | 1.904          | 588                 | 785            | 972            | 1.997          |
| 1.1.3. ISSQN                                 | 7.017            | 7.066          | 8.322          | 13.429         | 8.335               | 7.921          | 9.164          | 14.084         |
| 1.1.4. TAXAS                                 | 2.544            | 686            | 1.469          | 1.972          | 3.022               | 770            | 1.618          | 2.068          |
| 1.1.5. Outras Rec. Tributárias               | -                | -              | -              | -              | -                   | -              | -              | -              |
| 1.2. RECEITA PATRIMONIAL                     | 348              | 1.615          | 1.552          | 1.498          | 413                 | 1.811          | 1.709          | 1.571          |
| 1.2.1. Receitas Financeiras                  | 293              | 1.578          | 1.463          | 1.374          | 348                 | 1.770          | 1.611          | 1.440          |
| 1.2.2. Outras                                | 55               | 37             | 89             | 124            | 65                  | 41             | 98             | 130            |
| 1.3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES                | 65.918           | 81.266         | 102.934        | 130.986        | 78.306              | 91.103         | 113.339        | 137.371        |
| 1.3.1. Transf. Intergovernamentais           | 55.924           | 69.258         | 94.265         | 122.451        | 66.433              | 77.642         | 103.794        | 128.420        |
| 1.3.1.1. Transferência da União              | 15.096           | 19.045         | 26.595         | 30.095         | 17.933              | 21.351         | 29.284         | 31.562         |
| 1.3.1.1.1. Cota-Parte do FPM                 | 11.576           | 14.928         | 15.003         | 17.077         | 13.751              | 16.735         | 16.520         | 17.910         |
| 1.3.1.1.2. Lei Compl. nº 87/96               | 623              | 624            | 420            | 492            | 740                 | 700            | 462            | 516            |
| 1.3.1.1.3. SUS                               | 283              | -              | 4.989          | 6.978          | 336                 | -              | 5.493          | 7.318          |
| 1.3.1.1.4. Demais da União                   | 2.614            | 3.493          | 6.183          | 5.548          | 3.106               | 3.916          | 6.808          | 5.819          |
| 1.3.2. Transferência dos Estados             | 31.482           | 38.826         | 52.579         | 72.263         | 37.398              | 43.525         | 57.894         | 75.786         |
| 1.3.2.1. Cota-Parte do ICMS                  | 29.441           | 35.558         | 49.840         | 70.098         | 34.973              | 39.863         | 54.879         | 73.515         |
| 1.3.2.2. Cota-Parte do IPVA                  | 1.072            | 1.127          | 1.351          | 1.579          | 1.274               | 1.264          | 1.487          | 1.656          |
| 1.3.2.2. Demais dos Estados                  | 969              | 2.140          | 1.388          | 586            | 1.151               | 2.399          | 1.528          | 614            |
| 1.3.3. Transf. Multigovernamentais           | 9.346            | 11.387         | 15.091         | 20.092         | 11.102              | 12.765         | 16.616         | 21.072         |
| 1.3.4. Outras Transf. Interg.                | -                | -              | -              | -              | -                   | -              | -              | -              |
| 1.3.2. Outras Transf. Correntes              | 9.994            | 12.008         | 8.669          | 8.535          | 11.872              | 13.461         | 9.546          | 8.951          |
| 1.4. OUTRAS REC. CORRENTES                   | 6.602            | 8.852          | 8.788          | 8.662          | 7.843               | 9.923          | 9.676          | 9.084          |
| <b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>                | <b>258</b>       | <b>176</b>     | <b>2.515</b>   | <b>-</b>       | <b>306</b>          | <b>198</b>     | <b>2.769</b>   | <b>-</b>       |
| 2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO                    | -                | -              | -              | -              | -                   | -              | -              | -              |
| 2.2. ALIENAÇÃO DE BENS                       | 116              | 2              | -              | -              | 138                 | 2              | -              | -              |
| 2.3. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO               | -                | -              | -              | -              | -                   | -              | -              | -              |
| 2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL               | 142              | 175            | 2.515          | -              | 169                 | 196            | 2.769          | -              |
| 2.4.1. Transferências da União               | -                | -              | -              | -              | -                   | -              | -              | -              |
| 2.4.2. Transferências dos Estados            | -                | -              | -              | -              | -                   | -              | -              | -              |
| 2.4.3. Outras Transferências                 | 142              | 175            | 2.515          | -              | 169                 | 196            | 2.769          | -              |
| 2.5. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL              | -                | -              | -              | -              | -                   | -              | -              | -              |
| <b>3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>       | <b>6.245</b>     | <b>7.540</b>   | <b>9.862</b>   | <b>14.827</b>  | <b>7.420</b>        | <b>8.452</b>   | <b>10.859</b>  | <b>15.550</b>  |
| <b>DESPESAS</b>                              | <b>77.667</b>    | <b>92.918</b>  | <b>122.702</b> | <b>147.024</b> | <b>92.263</b>       | <b>104.165</b> | <b>135.106</b> | <b>164.199</b> |
| <b>4. DESPESAS CORRENTES</b>                 | <b>66.807</b>    | <b>77.251</b>  | <b>100.138</b> | <b>120.395</b> | <b>79.361</b>       | <b>86.602</b>  | <b>110.261</b> | <b>126.264</b> |
| 4.1. PESSOAL E ENCARGOS                      | 40.339           | 40.998         | 56.755         | 69.208         | 47.920              | 45.961         | 62.492         | 72.581         |
| 4.1.1. Aposentadorias e Reformas             | 705              | -              | 157            | -              | 838                 | -              | 173            | -              |
| 4.1.2. Pensionistas                          | 382              | -              | 52             | -              | 453                 | -              | 57             | -              |
| 4.1.3. Vencimentos e Vantagens Fixas         | 26.820           | 34.262         | 42.070         | 45.464         | 31.860              | 38.409         | 46.322         | 47.680         |
| 4.1.4. Obrigações Patronais                  | 2.361            | 3.342          | 6.191          | 7.958          | 2.805               | 3.747          | 6.816          | 8.346          |
| 4.1.5. Outras Desp. Pessoal e Enc.           | 10.071           | 3.394          | 8.286          | 15.785         | 11.964              | 3.805          | 9.123          | 16.555         |
| 4.2. JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA              | -                | 33             | 64             | 12             | -                   | 37             | 71             | 13             |
| 4.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES               | 25.702           | 33.901         | 40.402         | 48.343         | 30.533              | 38.005         | 44.486         | 50.700         |
| 4.3.1. Material de Consumo                   | 4.964            | 6.142          | 7.114          | 8.204          | 5.896               | 6.885          | 7.833          | 8.604          |
| 4.3.2. Serviços de Terc - Física e Jur.      | 14.213           | 22.352         | 26.204         | 28.820         | 16.884              | 25.058         | 28.853         | 30.225         |
| 4.3.3. Outras                                | 6.526            | 5.407          | 7.084          | 11.319         | 7.752               | 6.061          | 7.800          | 11.871         |
| 4.4. REPASSES A INDIRETA                     | 765              | 2.319          | 2.917          | 2.832          | 909                 | 2.600          | 3.212          | 2.970          |
| <b>5. DESPESA DE CAPITAL</b>                 | <b>10.861</b>    | <b>15.667</b>  | <b>22.564</b>  | <b>26.629</b>  | <b>12.902</b>       | <b>17.564</b>  | <b>24.845</b>  | <b>27.927</b>  |
| 5.1. INVESTIMENTOS                           | 8.332            | 13.675         | 19.054         | 21.306         | 9.897               | 15.330         | 20.980         | 22.345         |
| 5.2. INVERSÕES FINANCEIRAS                   | 356              | 117            | 385            | 644            | 423                 | 131            | 424            | 676            |
| 5.3. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA                  | 2.173            | 1.875          | 3.126          | 4.679          | 2.581               | 2.102          | 3.442          | 4.907          |
| <b>6. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>           | <b>78.110</b>    | <b>95.219</b>  | <b>117.177</b> | <b>148.511</b> | <b>92.788</b>       | <b>106.745</b> | <b>129.023</b> | <b>155.750</b> |
| <b>7. RECEITA LÍQUIDA REAL</b>               | <b>60.251</b>    | <b>72.581</b>  | <b>87.418</b>  | <b>112.019</b> | <b>71.574</b>       | <b>81.367</b>  | <b>96.255</b>  | <b>117.479</b> |
| <b>8. RESULTADO PRIMÁRIO</b>                 | <b>4.635</b>     | <b>4.867</b>   | <b>106</b>     | <b>6.005</b>   | <b>5.506</b>        | <b>5.457</b>   | <b>116</b>     | <b>6.297</b>   |
| Juros da dívida (líquido - exclui rec. fin.) | (293)            | (1.546)        | (1.399)        | (1.362)        | (348)               | (1.733)        | (1.541)        | (1.428)        |
| <b>9. NEC. FINANCIAMENTO LÍQUIDA</b>         | <b>(4.928)</b>   | <b>(6.413)</b> | <b>(1.505)</b> | <b>(7.366)</b> | <b>(5.854)</b>      | <b>(7.190)</b> | <b>(1.657)</b> | <b>(7.725)</b> |
| Amortizações (exclui Rec.de Amort)           | 2.173            | 1.875          | 3.126          | 4.679          | 2.581               | 2.102          | 3.442          | 4.907          |
| Alienação de Bens                            | 116              | 2              | -              | -              | 138                 | 2              | -              | -              |
| <b>10. NEC. FINANCIAMENTO BRUTA</b>          | <b>(2.871)</b>   | <b>(4.540)</b> | <b>1.621</b>   | <b>(2.688)</b> | <b>(3.410)</b>      | <b>(5.089)</b> | <b>1.785</b>   | <b>(2.819)</b> |
| Operações de Crédito                         | -                | -              | -              | -              | -                   | -              | -              | -              |
| <b>11. Atrasos/deficiência financeira</b>    | <b>(2.871)</b>   | <b>(4.540)</b> | <b>1.621</b>   | <b>(2.688)</b> | <b>(3.410)</b>      | <b>(5.089)</b> | <b>1.785</b>   | <b>(2.819)</b> |





**TESOURO NACIONAL**

Fax nº 105

Data: 25-3-2008

Para: Sr. Daniel Martins da Costa Secretário de Finanças e Administração Município de Corumbá – MS

Fax: (67) 3234-3520

Fone: (67) 3234-3425

Referência: Projeto Curupah.

De: Eduardo Luiz Gaudard

Gerente da COREF/STN/MF

Órgão: Secretaria do Tesouro Nacional Número de páginas (incluindo esta):

**MENSAGEM FAC-SÍMILE Nº**

Assunto: Pedido de concessão de garantia da União: Complementação de documentos e informações.

Prezado senhor,

Refiro-me ao pedido de concessão de garantia da União para a operação de crédito externo, de interesse do Estado do Município de Corumbá – MS com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor de até US\$3.217.500,00, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto CURUPAH.

2. A propósito, venho solicitar o envio dos seguintes documentos e informações relacionados abaixo, para fins da análise da concessão de garantia da União, com base na Lei Complementar nº 101, de 4-5-00, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21-12-07, e na Portaria MEFP nº 497, de 27-8-90:

a) Lei Municipal relativa ao Plano Plurianual, com destaque para as ações de operação de crédito em questão, acompanhada de declaração da Secretaria competente discriminando os respectivos valores previstos;

b) Certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente atestando:

I) em relação às contas do último exercício analisado:

I) pleno cumprimento das competências tributárias (art. 11 da LRF);

II) comprovação da observância dos limites de despesa total com pessoal (art. 19, 20 e 22 da LRF), discriminados por Poder, com a indicação dos respectivos percentuais;

III) o cumprimento do artigo 198 (gastos com saúde) da Constituição Federal, com a

redação da EC nº 29/2000, indicando o percentual aplicado (art. 25 da LRF);

IV) o cumprimento do artigo 212 (gastos com educação) da Constituição Federal, indicando o percentual aplicado (art. 25 da LRF); e

II) em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, de acordo com as informações constantes nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e nos de Gestão Fiscal :

I) pleno cumprimento das competências tributárias (art. 11 da LRF);

II) comprovação da observância dos limites de despesa total com pessoal (art. 19, 20 e 22 da LRF), discriminados por Poder, com a indicação dos respectivos percentuais;

III) o cumprimento do artigo 198 (gastos com saúde) da Constituição Federal, com a redação da EC nº 29/2000, indicando o percentual aplicado (art. 25 da LRF);

IV) o cumprimento do artigo 212 (gastos com educação) da Constituição Federal, indicando o percentual aplicado (art. 25 da LRF);

c) Declaração do Prefeito atestando, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados:

I) pleno cumprimento das competências tributárias (art. 11 da LRF);

II) comprovação da observância dos limites de despesa total com pessoal (art. 19, 20 e 22 da LRF), discriminados por Poder, com a indicação dos respectivos percentuais;

III) o cumprimento do artigo 198 (gastos com saúde) da Constituição Federal, com a redação da EC nº 29/2000, indicando o percentual aplicado (art. 25 da LRF);

IV) o cumprimento do artigo 212 (gastos com educação) da Constituição Federal, indicando o percentual aplicado (art. 25 da LRF);

d) Análise financeira e dispêndio da operação, inclusive análise de fontes alternativas de financiamento, com destaque para o custo interno de financiamento e outras eventuais fontes, incluindo cronograma estimativo de utilização de recursos (desembolso) em base anual e por fonte (ingresso e contrapartida), compatível com a disponibilidade orçamentária;

e) Lei Orçamentária para o exercício de 2008, com destaque para, além da contrapartida cuja abertura de crédito especial foi identificada mediante

o Decreto Orçamentário nº 7 de 2008 a previsão de ingresso de recursos externos e dispêndios da operação, incluindo juros e encargos;

- f) Declaração da Secretaria competente acerca dos montantes previstos para a presente operação na referida Lei Orçamentária, com destaque para o ingresso dos recursos externos, contrapartida e pagamento do dispêndio da operação, identificando as respectivas fontes. Caso a dotação prevista para pagamento dos encargos esteja orçada de forma global, é necessário informar na Declaração se a totalidade dos recursos necessários ao serviço da dívida no primeiro ano da operação está contemplada no Orçamento, bem como se, na ocorrência de acréscimos eventuais, serão os mesmos suplementados.

3. Informo ainda que, no momento final da análise da concessão da garantia e quando da assinatura do contrato, o ente deverá estar adimplente com a União e suas entidades controladas (convênio e CADIN), bem como deverá manter atualizadas as seguintes certidões:

- Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;
- Certificado de Regularidade do FGTS; e
- Certidão Negativa de Débito com o INSS – CND.

Atenciosamente, **Eduardo Luiz Gaudard**, Gerente da COREF/STN.

Para: Sr. Daniel Martins da Costa Secretário de Finanças e Administração Município de Corumbá – MS  
Fax: (67) 3234-3520 Fone: (67) 3234-3425  
Referência: Projeto Curupah.  
De: Eduardo Luiz Gaudard  
Gerente da COREF/STN/MF  
Órgão: Secretaria do Tesouro Nacional Número de páginas (incluindo esta):

#### **MENSAGEM FAC-SÍMILE Nº**

Assunto: Pedido de concessão de garantia da União: Complementação de documentos e informações.

Prezado senhor,

Refiro-me ao pedido de concessão de garantia da União para a operação de crédito externo, de interesse do Município de Corumbá – MS com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Pra-

ta – Fonplata, no valor de até US\$3.217.500,00, cujos recursos destinam-se ao Projeto Curupah.

2. A propósito, em complementação ao Fac-símile nº 105, de 25-3-2008, reitero a necessidade do envio dos seguintes documentos e informações relacionados abaixo, para fins da análise da concessão de garantia da União, com base na Lei Complementar nº 101, de 4-5-00, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21-12-07, e na Portaria MEFP nº 497, de 27-8-90:

a) Lei Municipal relativa ao Plano Plurianual, com destaque para as ações de operação de crédito em questão, acompanhada de declaração da Secretaria competente discriminando os respectivos valores previstos.

b) Certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente atestando o pleno cumprimento das competências tributárias (art. 11 da LRF), em relação às contas do último exercício analisado e em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, de acordo com as informações constantes nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e nos de Gestão Fiscal.

3. Adicionalmente, tendo em vista o disposto no art. 28 da Lei nº 11.079/2004, solicito o encaminhamento de Declaração do Sr. Prefeito informando eventuais operações de parcerias público-privadas realizadas pelo Município, bem como o atendimento dos limites fixados no citado artigo 28, acompanhada, caso pertinente, do Quadro Demonstrativo, cujo modelo segue em anexo, a ser preenchido conforme as instruções que o acompanham.

4. Por fim, cumpre lembrar que de acordo com o art. 42 da LC nº 101/00, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. O Parágrafo único do citado artigo acrescenta, ainda que, na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

5. Dessa forma, solicito seja encaminhada a esta Secretaria Declaração assinada pelo Prefeito do Município informando que está cumprindo e que cumprirá o disposto no citado artigo da LRF.

Atenciosamente, – **Eduardo Luiz Gaudard**, Gerente da COREF/STN.

## DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

De acordo com o art. 28º da Lei nº 11.079/2004, a União não poderá conceder garantias e realizar

transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios nos seguintes casos:

– se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício; ou

– se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subseqüentes excederem a 1% (um por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

Dessa forma, tendo em vista que a necessidade de verificação do disposto na mencionada Lei, solicito o preenchimento do quadro a seguir.

| <ENTE DA FEDERAÇÃO><br>DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS<br><PERÍODO DE REFERÊNCIA> |                    |                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|--|--------------------|--------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| DESPESAS DE PPP  | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (RCE) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |
| Do Ente Federado   |                    |                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| Das Estatais Não-Dependentes   |                    |                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| TOTAL DAS DESPESAS   |                    |                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)   |                    |                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)   |                    |                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| Nota:  |                    |                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| FONTE:   |                    |                          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |

### Instruções de Preenchimento

**Período de Referência** – Nessa linha, registrar o período considerado, de janeiro a dezembro, no caso dos Estados e dos Municípios.

Ex.: janeiro a dezembro 2007/bimestre novembro-dezembro.

**Despesas de PPP** – Essa coluna identifica, por contrato, as despesas derivadas de PPP contratadas pelo ente da Federação e pelas estatais não-dependentes. Devem abranger as despesas com a parcela fixa da contraprestação pecuniária, com a parcela variável vinculada ao desempenho do parceiro privado e com os diferentes riscos provisionados.<sup>1</sup> Deverão estar incluídas as despesas derivadas de contratos de parceria celebrados pela Administração Pública direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo respectivo ente<sup>2</sup>.

**Exercício Anterior** – Essa coluna identifica, por contrato, os valores das despesas derivadas de contratos de PPP que foram liquidadas no exercício anterior ao de referência.

**Exercício Corrente** – Essa coluna identifica, por contrato, os valores das despesas derivadas de contratos de PPP que já foram liquidadas no exercício atual, bem como as previsões de despesas de PPP para o resto do ano.

<E.C.+1>, <E.C.+2>, <E.C.+3>, ... <E.C.+9> – Essa coluna identifica, por contrato, as despesas derivadas das PPP já contratadas nos 9 (nove) anos subseqüentes ao exercício atual.

**Total das Despesas** – Nessa linha, registrar, o total das despesas derivadas dos contratos das PPP, discriminados nas linhas acima deste item.

**Receita Corrente Líquida (RCL)** – Nessa linha, registrar, a Receita Corrente Líquida – RCL<sup>3</sup>. Para o exercício anterior ao de referência, deverá ser utilizada a RCE demonstrada no Anexo III do RREO referente ao 6º bimestre. Na projeção da RCL para os outros exercícios, deverá ser utilizada a geométrica da taxa de crescimento real do PIB do Brasil nos últimos dez anos divulgada pelo IBGE. Esta taxa deverá ser a mesma divulgada pela

1 A provisão de riscos deve seguir a metodologia estabelecida no art. 7º da Portaria nº 614/2006.

2 Lei nº 11.079/04, art. 28 § 2º.

LRF, art. 2º, inciso IV, §§ 1º, 2º e 3º.

Secretaria do Tesouro Nacional no Manual de Instrução de Pleitos, aplicável aos procedimentos para contratação de operação de crédito de estados, Distrito Federal e municípios, disponível no sítio [www.tesourofazenda.gov.br](http://www.tesourofazenda.gov.br).

**Nota** – Nessa linha, o ente que tenha registrado em seu balanço patrimonial Obrigações Não Relacionadas a Serviços, Ativos Contabilizados na SPE, ou Provisões de PPP deverá explicar as principais características dos contratos que fundamentaram esses registros, podendo se restringir aos registros feitos no exercício corrente até o bimestre de referência.<sup>4</sup>

**Total das Despesas / RCL (%)** – Nessa linha, registrar, os percentuais do total das despesas anuais sobre a Receita Corrente Líquida.

OF. Nº 107/2008 – GP/PMC

Corumbá, 14 de maio de 2008

Assunto: Pedido de Concessão de Garantia da União: Complementação de documentos e informações, referente a operação de crédito com o Fonplata. Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

Senhor Coordenador,

Em atenção à sua solicitação constante da correspondência nº 187/08, de 8 de maio de 2008, relativa ao projeto em epígrafe, reiteramos os seguintes documentos abaixo discriminados:

- 1 – Lei nº 2.008/2007 do PPA;
- 2 – Lei nº 2.006/2007 que autoriza a abertura de crédito especial;
- 3 – Declaração I – inclusão do projeto/atividade no orçamento municipal;
- 4 – Declaração II – inclusão no PPA conforme estabelece art. 4º da Lei nº 2.008/2007 e projetos/atividade mencionados;
- 5 – Certidão do Tribunal de Contas do Estado (original encaminhado a essa secretaria através do ofício 89/2008 de 11 de abril de 2008);
- 6 – Declaração III quanto ao cumprimento por este Município do art. 42 da LC nº 101/00.

Outro sim, informamos que este município não estabeleceu até o momento operações de parcerias público-privada, ficando assim desnecessário o preenchimento do demonstrativo específico enviado por essa Secretaria junto com sua correspondência mencionada.

Atenciosamente, – **Ruiter Cunha de Oliveira**,  
Chefe do Poder Executivo.

OF. Nº 28/2008 – GP

Corumbá, 26 de fevereiro de 2008

Ao Excelentíssimo Senhor

Guido Mantega

Ministro da Fazenda

Brasília – DF

Assunto: Pedido de autorização para realização de operação de crédito com o Fonplata.

Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto CURUPAH

Senhor Ministro:

Solicitamos a Vossa Excelência autorização para este município contratar, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, a operação de crédito externa, abaixo detalhada, destinada à implementação do Projeto em epígrafe. Pedimos, também, garantia da União para realização desse procedimento.

- Valor do Crédito: US\$3217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$6.727.470,75 (seis milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), aplicando-se taxa de câmbio de US\$1.00 R\$2.0909;

- Contrapartida Local: US\$3.217500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$6.727.470,75 (seis milhões, setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), aplicando-se taxa de câmbio de US\$1,00 = R\$2,0909;

- Fonte dos Recursos: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata-Fonplata, para os externos, e Tesouro do Município de Corumbá-MS, para a contrapartida local;

- Finalidade/destinação: execução e supervisão de obras de infra-estrutura previstas no Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá, que tem por objetivo geral melhorar as condições sanitárias e ambientais e, portanto, a qualidade de vida da população, mediante a ampliação e adequação da infra-estrutura urbana do município.

- Encargos de Inadimplência: pelo atraso no pagamento das quotas de amortização o Fonplata cobrará juros de mora, cuja taxa será equivalente a 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros;

- Comissão de Administração: US\$32.175,00 (trinta e dois mil, cento e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) cobrados pelo Fonplata, em uma

<sup>4</sup> Conforme arts. 4º, 6º e 7º da Portaria nº 614/2006.



única cota descontada do montante do financiamento, assim que forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso; essa comissão é calculada como 1% (um por cento) sobre financiamento de até US\$10,0 milhões mais 0,75% sobre o que exceder esse valor

- Comissão de Compromisso: 0.75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não desembolsado do financiamento;

- Taxa de Juros: LIBOR (seis meses) mais 2,50% ao ano;

- Prazo total: 20 (vinte anos), dos quais o período inicial de cinco anos (ou sessenta meses) é de carência, correspondentes ao prazo de execução do Projeto, e 15 (quinze) anos de amortização do principal do financiamento;

- Prazo de Desembolso/Liberação: 60 (sessenta) meses

- Carência: 60 (sessenta) meses, período em que se pagará comissão de compromissos sobre o saldo não desembolsado do financiamento e juros anuais sobre os montantes desembolsados;

- Prazo de Amortização propriamente dita: 15 (quinze) anos, sendo a primeira quota paga 6 (seis) meses depois da data prevista para o vencimento do prazo de desembolsos dos recursos do financiamento, utilizando-se nos cálculos o Sistema de Amortização Constante-SAC;

Outrossim, registramos que, nesta oportunidade, este município oferece, como contragarantias à garantia da União à futura operação de crédito externo, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas e eventualmente exigidas pelo Ministério da Fazenda.

Informamos ainda o seguinte:

- Endereço da Prefeitura Municipal de Corumbá: Rua Gabriel Vandoni de Barros Dom Bosco. CEP: 79.333-140. Fone: 0xx 67 3232-8509.

Email: [planodiretorcorumba@myahoo.com.br](mailto:planodiretorcorumba@myahoo.com.br);

- CNPJ da Prefeitura Municipal de Corumbá: 03.330.461/0001-10

- Contato na Instituição Financeira: DR. Juan Alberto PICASSO Secretário-Executivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata-Fonplata

- Endereço da Instituição Financeira: Avenida Irala, 573 – Casilla de Correo, 2690– Santa Cruz de la Sierra – Bolívia

Telefone: (591-3) 3366611

Fax: (591-3) 3371713

E-mail: [Fonplata@Fonplata.org](mailto:Fonplata@Fonplata.org)

- Contato na Prefeitura Municipal de Corumbá: Engº. Cássio Augusto da Costa Marques, Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável. fones nº 67.3232-8509; 67.3234-3487 / 67.9965-7992; fax nº 67.3234-3487; e-mail: [cassio.marques@corumba.ms.gov.br](mailto:cassio.marques@corumba.ms.gov.br);

Por oportuno, esclarecemos que estamos cientes de todos os trâmites e valores acima expostos e asseveramos nossa concordância com os termos da operação de crédito, que decorrem de entendimentos já alcançados com o Fonplata durante a preparação do projeto.

Informamos, ainda, que, junto a esta solicitação, seguem a documentação e outras comunicações requeridas para análise deste pleito (Anexo) – notadamente sobre o orçamento geral do Projeto por categorias de gasto e fontes dos recursos, os cronogramas financeiros e o cronograma de liberação e de reembolso dos recursos externos.

Finalmente, reiterando nossos mais sinceros agradecimentos a esse Ministério pelo inestimável apoio que vem sendo prestado a este Município, colocamos à disposição de Vossa Excelência o quadro de funcionários desta administração municipal envolvidos no projeto em questão para esclarecimentos sobre a matéria que se fizerem necessários.

Atenciosamente, – **Ruiter Cunha de Oliveira**,  
Prefeito Municipal.

Ofício/PGM/ nº 164/2008

Corumbá (MS), 6 de agosto de 2008

Ilmo Sr.

DR. Carlos Antônio de Viana Bandeira

DD Procurador da Fazenda Nacional

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF

Coordenação Geral de Operações Financeiras da União Brasília – DF

Assunto: Parecer Jurídico de Aprovação da Minuta de Contrato de Empréstimo da Operação de Crédito com o Fonplata – Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá projeto curupah.

Senhor Procurador,

Cumprimentando-o, tenho a satisfação de remeter-lhe o anexo Parecer Jurídico aprovando as minutas contratuais da operação de crédito externo do Município de Corumbá-MS com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata.

Finalmente, renovando nossos agradecimentos a essa Procuradoria pelo inestimável apoio que vem sendo prestado a este Município, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais eventualmente julgados necessários sobre a matéria.

Atenciosamente, **Marcelo de Barros Ribeiro Dantas**, Procurador-Geral do Município.

**PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO DO CORUMBÁ – MS**

**MANIFESTAÇÃO, DE 1º DE AGOSTO DE 2008**

**Referencia:** Fonplata Operação de Crédito Interna – Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Corumbá – Minuta de Instrumento Contratual – Regularidade.

Exmº Sr. Prefeito Municipal de Corumbá.

Trata-se de uma minuta de um instrumento contratual para documentação de um financiamento pleiteado pelo Município de Corumbá junto ao Fonplata – Fundo Financeiro para el Desarrollo de la Cuenca del Plata, com garantia da União, no valor de até US\$3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares), que se destina ao atendimento de obras de melhoria e expansão da infra-estrutura urbana de Corumbá, o denominado “Projeto Curupah”, cujo custo total é US\$ 6.435.000,00 (seis milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil dólares), sendo da responsabilidade do Município de Corumbá, o desembolso, sob o título de contrapartida, da importância de US\$ 3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares), bem como complementar os recursos além da estimada acima, desde que seja imprescindível para a completa e ininterrupta execução de “Projeto Curupah”.

O instrumento contratual minutado, hora sob exame, denominadas “Disposições Especiais” e “Normas Gerais”, e ainda de três anexos identificados como “A”, “B” e “C”, sendo que o primeiro delimita o objetivo do projeto, a localização, a estrutura e o orçamento por categoria de gastos/fonte de recursos; o segundo trata das normas para aquisições de bens e serviços; e o terceiro e último explicita os procedimentos para a contratação de consultores.

Verifica-se nas disposições clausulares observação aos parâmetros tratados e delimitados pela Lei municipal nº 2006, de 10 dezembro de 2007, que “Autoriza o Poder Executivo a Realizar Operações de Crédito com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, com garantia da União, para implementação do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-estrutura de Corumbá – Projeto Curupah – do Município de Corumbá”, sendo certo que suas disposições não alteram o equilíbrio na equação custo-benefício respeitante ao interesse econômico e social da operação, constatado por esta Procuradoria-Geral do Município quando exa-

rou parecer favorável à contratação, que foi homologado pelo Senhor Procurador-Geral do Município e acolhido por Vossa Excelência.

Extrai-se, também, de forma clara e em especial, subsumir-se a minuta estudada ao art. 8º, da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para as operações de Crédito Externo e Interno da União de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal e estabelece limites e condições para a Concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno”:

“Art. 8º – Os contratos relativos as operações de crédito externo não podem conter cláusula

I – de natureza política;

II – atentatória à soberania nacional e à ordem publica;

III – contrária à Constituição e às leis brasileiras; e

IV – que implique compensação automática de débitos e créditos.

Parágrafo único – Os eventuais litígios entre a União ou suas autarquias, de um lado, e o credor ou arrendante, de outro, decorrentes do contrato, serão resolvidos perante o foro brasileiro ou submetidos a arbitragem”.

Não se constatou, Senhor Prefeito Municipal de Corumbá, qualquer cláusula ofensiva ao conjunto normativo pátrio, bem como restou contemplada corretamente a legislação municipal, daí manifestar-me favoravelmente à oficialização da minuta do contrato de empréstimo, com garantia da União, entre o Município de Corumbá e o Fonplata – FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA, no valor de U\$ 3.217.500,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dolares).

Corumbá (MS), 1º de agosto de 2008. – **Marcelo de Barros Ribeiro Dantas**, Procurador-Geral do Município.

**RECOMENDAÇÃO Nº 883,  
4 DE SETEMBRO DE 2006**

**A Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 2º inciso I, do Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000,**

Recomenda

Ao Senhor Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) abaixo, a preparação do Programa a seguir, nos seguintes termos:

1. Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá/MS
2. Mutuário: Município de Corumbá – MS
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Executor: Secretaria Municipal de Infra-Estrutura da Prefeitura Municipal de Corumbá/MS
5. Entidade Financiadora: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata
7. Contrapartida Financeira: até US\$ 2.925.000,00 – Município de Corumbá – MS

Ressalva(s):

a) A contratação da operação está condicionada à denominação do empréstimo externo, preferencialmente, em moeda nacional, no montante equivalente e até US\$2.925.000,00;

b) A contrapartida com recursos próprios, prevista para a operação de crédito, deverá ser de pelo menos 50% do valor do projeto a ser financiado; e

c) O Município, previamente às negociações formais do empréstimo– externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional.

De acordo. 18 de setembro de 2006. – **José Carlos Miranda**. Secretário-Executivo. – **João Bernardo de Azevedo Bringel**, Presidente. – **Paulo Bernardo Silva**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

#### **RESOLUÇÃO Nº 358, 17 DE JANEIRO DE 2008**

**O Secretário-Executivo da Comissão de Financiamentos Externos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII do art. 17, da Resolução COFLEX nº 290, referente ao Regimento Interno da COFLEX,**

Resolve,

Com relação à Recomendação COFLEX de nº 883 de 4 de setembro de 2006, referente ao “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá”, de interesse do Município de Corumbá/MS, autorizar o incremento de 10% (dez por cento) nos valores do empréstimo e da contrapartida, sem prejuízo dos demais termos contidos na referida Recomendação.

– **Alexandre Meira da Rosa**, Secretário-Executivo.

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**

(Secretaria Municipal de Finanças e Administração)

Ofício nº 20/2008-SEMFA

Corumbá-MS, 15 de Fevereiro de 2008

Ao excelentíssimo Senhor

Cícero Antônio de Souza

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de MS

Campo Grande-MS

Senhor Presidente;

1. Em observância ao art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e à Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, estamos solicitando autorização ao Ministério da Fazenda para contratar empréstimo com garantia da União no valor de US\$3.217.500,00 (Três Milhões, Duzentos e Dezessete Mil e Quinhentos Dólares), com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, destinado à implementação do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – “Projeto Curupah”, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.006/2007.

2. Para as providências que esse Tribunal julgar necessárias, informamos que estamos declarando àquele Ministério, para os devidos fins de direito e para que produza os efeitos necessários, o seguinte:

I) que este Ente não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal;

II) que este Ente não se encontra inadimplente com instituições integrantes do sistema financeiro nacional, para fins de comprovação da vedação a que se refere o art. 16 da Resolução nº 43/2001-SF;

III) que este Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 33; no art. 37; no art. 52 e no § 2º do art. 55, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV) que este Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta os limites das despesas com pessoal no período de Novembro/2006 a Outubro de 2007, (conforme demonstrado no quadro em anexo).

V) que este Ente, em relação ao art. 33 da Lei Complementar 101/2000, não realizou parcelamentos de débitos junto às instituições não-financeiras (ex.: companhias de água, empresas de energia elétrica, companhias de habitação) e às cooperativas de crédito;

VI) que a operação de crédito está incluída na lei orçamentária, integra as metas e prioridades da lei de diretrizes orçamentárias (e integra as diretrizes, objetivos e metas da

lei do plano plurianual, bem como que os recursos da operação não serão aplicados em despesas correntes;

VII) relativamente aos exercícios corrente e anterior, que não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal;

VIII) que este Ente não foi chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar do mês de análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas;

IX) que este Ente não contratou operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24-7-2000; e

X) que integram este Ente, de forma plena e exaustiva, os seguintes CNPJ's relativos ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público, bem como às respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes:

#### Administração Direta

03.551.835/0001-28-Prefeitura Municipal de Corumbá (cancelado pela SRF)

03.330.461/0001-10-Prefeitura Municipal de Corumbá

#### Administração Indireta

04.727.444/0001.84-Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais

02.018.562/0001.98-Fundação de Esportes de Corumbá

02.598.318/0001.41-Fundação de Cultura do Pantanal de Corumbá

08.290.409/0001.00-Agência Municipal de Trânsito e Transporte

00.073.363/0001.57-Empresa Corumbaense de Turismo (em liquidação)

#### Poder Legislativo

03.561.974/0001-32-Câmara Municipal de Corumbá

3. Por oportuno esclarecemos que a declaração ao ministério é a 2ª via deste expediente protocolizada nesse Tribunal. – **Ruiter Cunha de Oliveira**, Prefeito Municipal. – **Sérgio Rodrigues**, Secretário Executivo de Controle Interno. – **Daniel Martins Costa**, Secretário Municipal de Finanças e Administração.

QUADRO ANEXO-ITEM (IV)-Ofício nº020/2008-SEMFA

| MUNICÍPIOS   |  |  | R\$ 1,00 |
|--|--|--|----------|
| DESPESAS COM PESSOAL   | PODER EXECUTIVO<br>Despesa Liquidada<br>(Últimos 12 Meses) | PODER LEGISLATIVO (2)<br>Despesa Liquidada<br>(Últimos 12 Meses) |          |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (a + b + c + d) = (I)  | 65.695.062,85  | 6.429.231,62   |          |
| Pessoal Ativo (a)  | -  | -  |          |
| Pessoal Inativo (b)  | -  | -  |          |
| Pensionistas (c)   | -  | -  |          |
| Outras despesas com pessoal decorrente de contratos de terceirização (art. 18 §1º da LRF) (d)  | -  | -  |          |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) (1)  | -  | -  |          |
| REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)   | -  | -  |          |
| Contribuições Patronais  | -  | -  |          |
| TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (IV) = (I-II+III)  | 65.695.062,85  | 6.429.231,62   |          |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)   | 151.542.873,87   | 151.542.873,87   |          |
| IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE – IRRF (Ativo, Inativo e Pensionistas)<br>(Informar somente se o IRRF não estiver computado na despesa bruta com pessoal) | -  | -  |          |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (IV/V)<br>* 100  | 43,35  | 4,24   |          |

(1) Compõem as despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF): indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; despesas de exercícios anteriores; inativos e pensionistas com recursos vinculados.

  
Ruiter Cunha de Oliveira  
Prefeito Municipal

  
Sérgio Rodrigues  
Secretário Executivo de Controle Interno

  
Daniel Martins Costa  
Secretário Municipal de Finanças e Administração



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE CORUMBÁ – PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO DE 2007 A DEZEMBRO DE 2007**

RF, art 53, Inciso I - Anexo III

| Especificação                              | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES |           |           |          |           |           |           |          |           |           |           |           | Total<br>(últ. 12 M.) | Previsão<br>Atualizada |
|--|--|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|------------------------|
|  | jan/07   | fev/07    | mar/07    | abr/07   | maio/07   | jun/07    | jul/07    | ago/07   | set/07    | out/07    | nov/07    | dez/07    |                       |                        |
| Receitas Correntes (I)                     | 7.282,32   | 10.484,07 | 11.080,31 | 9.297,98 | 11.202,17 | 11.145,02 | 10.719,82 | 9.701,92 | 12.338,25 | 11.640,85 | 10.927,54 | 14.470,75 | 130.300,61            | 118.018,00             |
| Receita Tributária                         | 1.185,90   | 1.241,14  | 3.527,79  | 1.958,73 | 1.604,02  | 1.821,46  | 1.579,22  | 2.011,41 | 1.817,57  | 1.943,82  | 2.170,79  | 2.691,36  | 23.392,94             | 18.356,00              |
| Receita de Contribuições                   | 229,87   | 228,64    | 0,31      | 258,42   | 236,36    | 257,18    | 208,66    | 188,50   | 168,66    | 169,35    | 188,11    | 228,35    | 2.358,37              | 2.400,00               |
| Receita Patrimonial                        | 55,09  | 53,47     | 69,03     | 69,02    | 110,07    | 72,27     | 82,03     | 92,88    | 100,07    | 122,38    | 91,53     | 95,77     | 1.013,57              | 1.181,00               |
| Receita Industrial                         | 0,00   | 0,00      | 0,00      | 0,00     | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00     | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00                  | 0,00                   |
| Receita Serviços                           | 41,15  | 31,05     | 35,72     | 28,85    | 43,57     | 37,96     | 48,96     | 38,70    | 34,23     | 46,59     | 35,95     | 44,87     | 467,64                | 541,00                 |
| Transferências Correntes                   | 5.530,10   | 8.726,24  | 7.171,36  | 7.080,34 | 8.871,95  | 7.970,22  | 8.442,80  | 7.038,66 | 9.918,66  | 8.910,31  | 8.170,56  | 10.993,11 | 98.629,24             | 92.753,00              |
| Outras Receitas Correntes                  | 240,21   | 214,54    | 276,05    | 162,30   | 336,11    | 885,52    | 367,15    | 333,77   | 301,07    | 448,58    | 263,59    | 419,30    | 4.238,53              | 2.777,00               |
| Deduções (II)                              | 891,15   | 1.148,55  | 1.112,76  | 1.328,40 | 1.410,46  | 1.270,85  | 1.186,15  | 1.108,79 | 1.249,38  | 1.314,76  | 1.292,67  | 1.513,82  | 14.826,79             | 0,00                   |
| Transferências Constitucionais Legais      |  |           |           |          |           |           |           |          |           |           |           |           |                       |                        |
| Contrib. Plano Seg. Social Servidor        | 0,00   | 0,00      | 0,00      | 0,00     | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00     | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00                  | 0,00                   |
| Servidor                                   |  |           |           |          |           |           |           |          |           |           |           |           |                       |                        |
| Patronal                                   |  |           |           |          |           |           |           |          |           |           |           |           |                       |                        |
| Contrib. p/ Custeio Pensões Militares      |  |           |           |          |           |           |           |          |           |           |           |           |                       |                        |
| Compensação Financ. Entre Regimes Previd.  | 0,00   | 0,00      | 0,00      | 0,00     | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00     | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00                  | 0,00                   |
| Dedução da Receita para Formação do FUNDEB | 891,15   | 1.148,55  | 1.112,76  | 1.328,40 | 1.410,46  | 1.270,85  | 1.186,15  | 1.108,79 | 1.249,38  | 1.314,76  | 1.292,67  | 1.513,82  | 14.826,79             | 0,00                   |
| Receita Corrente Líquida (I - II)          | 6.391,17   | 9.345,52  | 9.967,55  | 7.971,28 | 9.791,72  | 9.874,07  | 9.533,67  | 8.593,12 | 11.088,87 | 10.326,09 | 9.634,86  | 12.956,94 | 115.473,76            | 118.018,00             |

Corumbá, 14 de fevereiro de 2008

Ruteir Cunha de Oliveira  
 Chefe do Poder Executivo

Daniel Martins Costa  
 Secretário de Finanças e Administração

Odiney Barros da Cruz  
 Contador - CRC/MS 2885

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ – PODER EXECUTIVO**


**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3- Setembro/Dezembro/ 2007**

LRF, art 53, inciso I, alínea "b" - Anexo II


| Especificação   | SALDO EM 2006     | SALDO EXERCÍCIO DE 2007 |                       |                       |                              |
|---|-------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------------|
|   |                   | Até o 1º Quadrimestre   | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre | Saldo devedor em Agosto 2007 |
| <b>Dívida Consolidada - Dc (I)</b>                        | <b>19.286,34</b>  | <b>18.485,88</b>        | <b>17.869,74</b>      | <b>26.696,92</b>      | <b>26.696,92</b>             |
| Dívida Mobiliária   |                   |                         |                       |                       |                              |
| Dívida Contratual   | 1.335,54          | 1.221,60                | 1.136,76              | 1.472,90              | 1.472,90                     |
| Precatório Posteriores a 5.5.2000 (inclusive)             |                   |                         |                       |                       |                              |
| Parcelamentos com a União                                 |                   |                         |                       |                       |                              |
| De Tributos Federais - PASEP                              |                   |                         |                       |                       |                              |
| De Contribuições Sociais                                  | 15.985,37         | 15.468,37               | 15.073,08             | 9.385,67              | 9.385,67                     |
| Previdenciárias (INSS)                                    |                   |                         |                       | 14.457,73             | 14.457,73                    |
| Demais Contribuições Sociais                              |                   |                         |                       |                       |                              |
| Do FGTS   | 1.965,43          | 1.795,91                | 1.659,90              | 1.380,62              | 1.380,62                     |
| Provisões do PPP  |                   |                         |                       |                       |                              |
| Outras Dívidas  |                   |                         |                       |                       |                              |
| <b>DEDUÇÕES (II)</b>                                      | <b>(2.689,43)</b> | <b>(144,14)</b>         | <b>(123,29)</b>       | <b>-37,25</b>         | <b>(37,25)</b>               |
| Ativo Disponível  |                   |                         |                       |                       |                              |
| Haveres Financeiros                                       |                   |                         |                       |                       |                              |
| (-) Restos a Pagar Processados                            | 2.689,43          | 144,14                  | 122,29                | 37,25                 | 37,25                        |
| <b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>                   |                   |                         |                       |                       |                              |
| Precatórios Anteriores a 5.5.2000 (inclusive)             |                   |                         |                       |                       |                              |
| Insuficiência Financeira                                  |                   |                         |                       |                       |                              |
| Outras Obrigações   |                   |                         |                       |                       |                              |
| <b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) = (I-II)</b>          | <b>21.975,77</b>  | <b>18.630,02</b>        | <b>17.993,04</b>      | <b>26.734,17</b>      | <b>26.734,17</b>             |
| <b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>                     | <b>91.567,18</b>  | <b>96.311,96</b>        | <b>104.303,69</b>     | <b>115.473,82</b>     | <b>115.473,82</b>            |
| <b>% DA DC SOBRE A RCL</b>                                | <b>21,0630</b>    | <b>19,1940</b>          | <b>17,1320</b>        | <b>23,12</b>          | <b>23,1190</b>               |
| <b>% DA DCL SOBRE A RCL</b>                               | <b>24,0000</b>    | <b>19,3430</b>          | <b>17,2510</b>        | <b>23,15</b>          | <b>23,1520</b>               |
| <b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: %</b> | <b>109.880,61</b> | <b>115.574,35</b>       | <b>125.164,42</b>     | <b>138.568,58</b>     | <b>138.568,58</b>            |

| TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO |                 |           |         |              |       |       |              |       |       |              |       |       |
|---|-----------------|-----------|---------|--------------|-------|-------|--------------|-------|-------|--------------|-------|-------|
| Exercício Financeiro  | 2001            |           |         | 2002         |       |       | 2003         |       |       | 2004         |       |       |
|   | 3º Quadrimestre |           |         | Quadrimestre |       |       | Quadrimestre |       |       | Quadrimestre |       |       |
|   | DCL             | Excedente | Redutor | 1º           | 2º    | 3º    | 1º           | 2º    | 3º    | 1º           | 2º    | 3º    |
| % da DCL sobre a RCL  | 58,3            |           |         | 49,03        | 41,51 | 47,37 | 38,54        | 34,98 | 54,10 | 63,22        | 57,56 | 60,71 |
| % Limite de Endividamento   | 120             |           |         | 120          |       |       | 120          |       |       | 120          |       |       |
| Exercício Financeiro  | 2005            |           |         | 2006         |       |       | 2007         |       |       | 2008         |       |       |
|   | Quadrimestre    |           |         | Quadrimestre |       |       | Quadrimestre |       |       | Quadrimestre |       |       |
|   | 1º              | 2º        | 3º      | 1º           | 2º    | 3º    | 1º           | 2º    | 3º    | 1º           | 2º    | 3º    |
| % da DCL sobre a RCL  | 54,78           | 50,76     | 54,05   | 48,79        | 41,70 | 24,00 | 19,34        | 17,25 | 23,15 |              |       |       |
| % Limite de Endividamento   | 120             |           |         | 120          |       |       | 120          |       |       |              |       |       |
| Exercício Financeiro  | 2009            |           |         | 2010         |       |       | 2011         |       |       | 2012         |       |       |
|   | Quadrimestre    |           |         | Quadrimestre |       |       | Quadrimestre |       |       | Quadrimestre |       |       |
|   | 1º              | 2º        | 3º      | 1º           | 2º    | 3º    | 1º           | 2º    | 3º    | 1º           | 2º    | 3º    |
| % da DCL sobre a RCL  |                 |           |         |              |       |       |              |       |       |              |       |       |
| % Limite de Endividamento   |                 |           |         |              |       |       |              |       |       |              |       |       |
| Exercício Financeiro  | 2013            |           |         | 2014         |       |       | 2015         |       |       | 2016         |       |       |
|   | Quadrimestre    |           |         | Quadrimestre |       |       | Quadrimestre |       |       | Quadrimestre |       |       |
|   | 1º              | 2º        | 3º      | 1º           | 2º    | 3º    | 1º           | 2º    | 3º    | 1º           | 2º    | 3º    |
| % da DCL sobre a RCL  |                 |           |         |              |       |       |              |       |       |              |       |       |
| % Limite de Endividamento   |                 |           |         |              |       |       |              |       |       |              |       |       |

Corumbá, 14 de fevereiro de 2008

  
 Ruyter Cunha de Oliveira  
 Chefe do Poder Executivo

  
 Daniel Martins Costa  
 Secretário de Finanças e Administração

  
 Odiney Barboza da Cruz  
 Contador - CRC 2885/MS





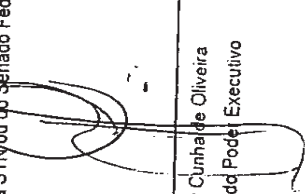
Cronograma de dispêndio com as Dívidas interna e externa (3) (5)  
Operações Contratadas e a Contratar  
Tomador:  
Data Base (DB): 31/12/2007

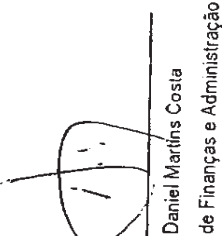
|  | 2008         |            | 2009         |              | 2010         |            | 2011         |              | 2012         |              | Após ano em Curso +4 |              |
|--|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|
|  | Principal    | Encargos   | Principal    | Encargos     | Principal    | Encargos   | Principal    | Encargos     | Principal    | Encargos     | Principal            | Encargos     |
| Dívida Imobiliária                         |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| Dívida Contratual                          | 230.450,00   | 31.250,00  | 232.008,00   | 32.420,00    | 240.610,00   | 3.510,00   | 255.800,00   | 38.900,00    | 270.800,00   | 42.100,00    | 95.031,82            | 0,00         |
| Operações de Crédito Inferiores a 12 meses |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| Parcelamentos com a União                  |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| De Tributos Federais - PASEP               | 930.450,00   | 105.100,00 | 1.030.000,00 | 230.400,00   | 1.135.000,00 | 330.100,00 | 1.235.000,00 | 420.100,00   | 1.340.100,00 | 525.000,00   | 1.610.500,00         | 493.932,61   |
| De Contribuições Sociais                   |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| Previdenciárias (INSS)                     | 990.800,00   | 537.100,00 | 1.080.200,00 | 580.200,00   | 1.150.410,00 | 600.900,00 | 1.230.400,00 | 650.300,00   | 1.413.184,00 | 710.500,00   | 4.253.411,00         | 1.260.328,79 |
| Demais Contribuições Sociais               |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| Do FGTS                                    | 450.200,00   | 149.800,00 | 490.100,00   | 185.300,00   | 105.222,21   | 0,00       | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00                 | 0,00         |
| Outras Dívidas                             |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| II - Contatadas (6)                        |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| Dívida Mobiliária                          |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| Dívida Contratual                          |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| Operações de Crédito Inferiores a 12 Meses |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| Outras Dívidas                             |              |            |              |              |              |            |              |              |              |              |                      |              |
| Total do Reembolso (I+II)                  | 2.601.900,00 | 823.250,00 | 2.832.308,00 | 1.028.320,00 | 2.631.242,21 | 934.510,00 | 2.721.200,00 | 1.109.300,00 | 3.024.084,00 | 1.277.600,00 | 5.958.942,82         | 1.754.261,40 |

Obs.:

- (1) Incluir todas operações contratadas, inclusive aquelas que tiveram parcelas de liberação.  
(2) O valor corresponde ao exercício em curso deverá incluir os valores pagos e a pagar no referido exercício.  
(3) O cronograma de dispêndio deverá incluir os valores de amortização, juros e demais encargos.  
(4) A coluna após ano em curso + 4 deverá conter todos os reembolsos de dívida posteriores ao ano em curso + 4.  
(5) Valores consolidados: administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.  
(6) Entende-se por operação a contratar aquelas sob análise da STN/ou do Senado Federal, exclusive a operação pleiteada, e as já autorizadas, mas ainda não contratadas.

Corumbá, 14 de fevereiro de 2008

  
Rui ter Cunha de Oliveira  
Chefe do Poder Executivo

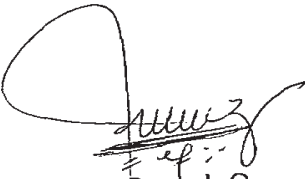
  
Daniel Martins Costa  
Secretário de Finanças e Administração

## DÍVIDA FUNDADA

## ANEXO 16

PERÍODO : [Janeiro à Dezembro de 2004]

| Histórico (Nº de Leis / Data)             | Saldo Anterior<br>em circulação | Movimento no exercício |                     | Saldo próximo<br>Exercício |
|---|---------------------------------|------------------------|---------------------|----------------------------|
|   |                                 | Emissão                | Resgate             |                            |
| <b>DÍVIDA FUNDADA</b>                     |                                 |                        |                     |                            |
| FGTS (PARCELAMENTO)                       | 3.388.516,27                    | 0,00                   | 351.199,24          | 3.037.317,03               |
| INSS (PARCELAMENTO)                       | 15.780.383,92                   | 1.746.081,17           | 1.605.801,05        | 15.920.664,04              |
| ARO HSBC (DÍVIDA DE 1996)                 | 87.860,94                       | 0,00                   | 0,00                | 87.860,94                  |
| FUNPREV-LEI 1783/03-13/11/2003-JUL/2001-M | 2.296.021,44                    | 14.371.105,76          | 372.065,22          | 16.295.061,98              |
| ENERSUL-LEI 1784/03-13/11/2003-JUN/02-NO  | 3.548.676,96                    | 0,00                   | 3.548.676,96        | 0,00                       |
| SANESUL                                   | 0,00                            | 357.333,60             | 0,00                | 357.333,60                 |
| <b>Total do Grupo:</b>                    | <b>25.101.459,53</b>            | <b>16.474.520,53</b>   | <b>5.877.742,47</b> | <b>35.698.237,59</b>       |
| <b>Total Geral:</b>                       | <b>25.101.459,53</b>            | <b>16.474.520,53</b>   | <b>5.877.742,47</b> | <b>35.698.237,59</b>       |


  
Odiney Barros da Cruz  
Ch. Nuc. Contabilidade  
CRC-MS 2.885

  
Daniel Martins Costa  
Secretário Municipal de Finanças e Administração  
Decreto: 234/07

  
Ruteir Cunha de Oliveira  
Prefeito Municipal

PERÍODO : [Janeiro à Dezembro de 2005]

| Histórico (Nº de Leis / Data)             | Saldo Anterior<br>em circulação | Movimento no exercício |                     | Saldo próximo<br>Exercício |
|---|---------------------------------|------------------------|---------------------|----------------------------|
|   |                                 | Emissão                | Resgate             |                            |
| <b>DÍVIDA FUNDADA</b>                     |                                 |                        |                     |                            |
| FGTS (PARCELAMENTO)                       | 3.037.317,03                    | 0,00                   | 507.815,90          | 2.529.501,13               |
| INSS (PARCELAMENTO)                       | 15.920.664,04                   | 1.158.856,76           | 1.193.304,83        | 15.886.215,97              |
| ARO HSBC                                  | 87.860,94                       | 0,00                   | 0,00                | 87.860,94                  |
| BANCO DO BRASIL S/A-PMAT                  | 0,00                            | 436.178,81             | 0,00                | 436.178,81                 |
| FUNPREV-LEI 1783/03-13/11/2003-JUL/2001-M | 16.295.061,98                   | 2.982.896,15           | 196.150,32          | 19.081.807,81              |
| ENERSUL-                                  | 0,00                            | 164.249,68             | 0,00                | 164.249,68                 |
| SANESUL                                   | 357.333,60                      | 0,00                   | 65.969,28           | 291.364,32                 |
| <b>Total do Grupo:</b>                    | <b>35.698.237,59</b>            | <b>4.742.181,40</b>    | <b>1.963.240,33</b> | <b>38.477.178,66</b>       |
| <b>Total Geral:</b>                       | <b>35.698.237,59</b>            | <b>4.742.181,40</b>    | <b>1.963.240,33</b> | <b>38.477.178,66</b>       |


  
Odiney Barros da Cruz  
Ch. Nuc. Contabilidade  
CRC-MS 2.885

  
Daniel Martins Costa  
Secretário Municipal de Finanças e Administração  
Decreto: 234/07

  
Ruteir Cunha de Oliveira  
Prefeito Municipal

PERÍODO : [Janeiro à Dezembro de 2006]

| Histórico (N° de Leis / Data)             | Saldo Anterior<br>em circulação | Movimento no exercício |               | Saldo próximo<br>Exercício |
|---|---------------------------------|------------------------|---------------|----------------------------|
|   |                                 | Emissão                | Resgate       |                            |
| DÍVIDA FUNDADA                            |                                 |                        |               |                            |
| FGTS (PARCELAMENTO)                       | 2.529.501,13                    | 0,00                   | 564.063,07    | 1.965.438,06               |
| INSS (PARCELAMENTO)                       | 15.886.215,97                   | 1.653.732,41           | 1.554.571,24  | 15.985.377,14              |
| ARO HSBC                                  | 87.860,94                       | 0,00                   | 0,00          | 87.860,94                  |
| BANCO DO BRASIL S/A-PMAT                  | 436.178,81                      | 694.948,67             | 147.121,93    | 984.005,55                 |
| FUNPREV-LEI 1783/03-13/11/2003-JUL/2001-M | 19.081.807,81                   | 4.223.952,59           | 23.305.760,40 | 0,00                       |
| ENERSUL-LEI 1784/03-13/11/2003-JUN/02-NO  | 164.249,68                      | 0,00                   | 164.249,68    | 0,00                       |
| SANESUL                                   | 291.364,32                      | 0,00                   | 65.969,28     | 225.395,04                 |
| MEIO AMBIENTE-MMA                         | 0,00                            | 38.263,18              | 0,00          | 38.263,18                  |
| Total do Grupo:                           | 38.477.178,66                   | 6.610.896,85           | 25.801.735,60 | 19.286.339,91              |
| Total Geral:                              | 38.477.178,66                   | 6.610.896,85           | 25.801.735,60 | 19.286.339,91              |



**Odiney Barros da Cruz**  
Ch. Nuc. Contabilidade  
CRC-MS 2.885




**Daniel Martins Costa**  
Secretário Municipal de Finanças e Administração  
Decreto: 234/07



**Ruyter Cunha de Oliveira**  
Prefeito Municipal

PERÍODO : [Janeiro à Dezembro de 2007]

| Histórico (N° de Leis / Data)   | Saldo Anterior<br>em circulação | Movimento no exercício |              | Saldo próximo<br>Exercício |
|---------------------------------|---------------------------------|------------------------|--------------|----------------------------|
|                                 |                                 | Emissão                | Resgate      |                            |
| DÍVIDA FUNDADA                  |                                 |                        |              |                            |
| FGTS (PARCELAMENTO)             | 1.965.438,06                    | 495.134,83             | 1.079.950,68 | 1.380.622,21               |
| INSS (PARCELAMENTO)             | 15.985.377,14                   | 1.655.294,42           | 3.182.937,77 | 14.457.733,79              |
| ARO HSBC                        | 87.860,94                       | 0,00                   | 0,00         | 87.860,94                  |
| BANCO DO BRASIL S/A-PMAT        | 984.005,55                      | 736.483,35             | 517.505,92   | 1.202.982,98               |
| PASEP-PARCELAMENTO EM 130 MESES | 0,00                            | 7.982.203,08           | 2.317.373,31 | 5.664.829,77               |
| PASEP-PARCELAMENTO EM 120 MESES | 0,00                            | 3.720.852,84           | 0,00         | 3.720.852,84               |
| SANESUL                         | 225.395,04                      | 65.969,28              | 131.938,56   | 159.425,76                 |
| MEIO AMBIENTE-MMA               | 38.263,18                       | 15.833,04              | 31.486,08    | 22.610,14                  |
| Total do Grupo:                 | 19.286.339,91                   | 14.671.770,84          | 7.261.192,32 | 26.696.918,43              |
| Total Geral:                    | 19.286.339,91                   | 14.671.770,84          | 7.261.192,32 | 26.696.918,43              |



**Odiney Barros da Cruz**  
Ch. Nuc. Contabilidade  
CRC-MS 2.885



**Daniel Martins Costa**  
Secretário Municipal de Finanças e Administração  
Decreto: 234/07



**Ruyter Cunha de Oliveira**  
Prefeito Municipal

## Demonstrativo de Evolução dos Desembolsos, Encargos da Dívida e Amortizações - Em US\$

| ANO   | DESEMBOLSOS  | ENCARGOS DA DÍVIDA |                         |              |              | PRINCIPAL              | TOTAL        |
|-------|--------------|--------------------|-------------------------|--------------|--------------|------------------------|--------------|
|       | Fonplata     | Comissão de Adm.   | Comissão de Compromisso | Juros        | Amortização  | Encargos + Amortização |              |
| 2008  | 461.200,00   | 32.175,00          | 10.919,20               | 7.451,91     | 0,00         |                        | 50.546,11    |
| 2009  | 715.040,00   | 0,00               | 18.626,97               | 38.778,22    | 0,00         |                        | 57.405,18    |
| 2010  | 858.050,00   | 0,00               | 12.872,85               | 86.085,31    | 0,00         |                        | 98.958,17    |
| 2011  | 572.040,00   | 0,00               | 7.252,20                | 139.353,86   | 0,00         |                        | 146.606,06   |
| 2012  | 611.170,00   | 0,00               | 2.860,11                | 184.658,05   | 0,00         |                        | 187.518,15   |
| 2013  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 244.890,96   | 214.500,00   |                        | 459.390,96   |
| 2014  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 228.288,18   | 214.500,00   |                        | 442.788,18   |
| 2015  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 211.685,41   | 214.500,00   |                        | 426.185,41   |
| 2016  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 195.082,63   | 214.500,00   |                        | 409.582,63   |
| 2017  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 178.479,85   | 214.500,00   |                        | 392.979,85   |
| 2018  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 161.877,08   | 214.500,00   |                        | 376.377,08   |
| 2019  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 145.274,30   | 214.500,00   |                        | 359.774,30   |
| 2020  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 128.671,52   | 214.500,00   |                        | 343.171,52   |
| 2021  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 112.068,74   | 214.500,00   |                        | 326.568,74   |
| 2022  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 95.465,97    | 214.500,00   |                        | 309.965,97   |
| 2023  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 78.863,19    | 214.500,00   |                        | 293.363,19   |
| 2024  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 62.260,41    | 214.500,00   |                        | 276.760,41   |
| 2025  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 45.657,64    | 214.500,00   |                        | 260.157,64   |
| 2026  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 29.054,86    | 214.500,00   |                        | 243.554,86   |
| 2027  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 12.452,08    | 214.500,00   |                        | 226.952,08   |
| TOTAL | 3.217.500,00 | 32.175,00          | 52.531,33               | 2.386.400,17 | 3.217.500,00 |                        | 5.688.606,50 |

Fonte: Prefeitura de Corumbá/MS.

## Demonstrativo de Evolução dos Desembolsos, Encargos da Dívida e Amortizações - Em R\$

US\$ 1,0 = R\$ 2,09

| ANO   | DESEMBOLSOS  | ENCARGOS DA DÍVIDA |                         |              |              | PRINCIPAL              | TOTAL         |
|-------|--------------|--------------------|-------------------------|--------------|--------------|------------------------|---------------|
|       | Fonplata     | Comissão de Adm.   | Comissão de Compromisso | Juros        | Amortização  | Encargos + Amortização |               |
| 2008  | 964.328,71   | 67.275,10          | 22.831,09               | 15.581,28    | 0,00         |                        | 105.687,47    |
| 2009  | 1.495.085,86 | 0,00               | 38.947,36               | 81.081,84    | 0,00         |                        | 120.029,20    |
| 2010  | 1.794.107,21 | 0,00               | 26.916,00               | 179.996,83   | 0,00         |                        | 206.912,84    |
| 2011  | 1.196.085,41 | 0,00               | 15.163,71               | 291.376,68   | 0,00         |                        | 306.540,40    |
| 2012  | 1.277.902,81 | 0,00               | 5.980,23                | 386.103,76   | 0,00         |                        | 392.084,00    |
| 2013  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 512.045,50   | 448.500,67   |                        | 960.546,16    |
| 2014  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 477.330,55   | 448.500,67   |                        | 925.831,22    |
| 2015  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 442.615,60   | 448.500,67   |                        | 891.116,27    |
| 2016  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 407.900,65   | 448.500,67   |                        | 856.401,32    |
| 2017  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 373.185,70   | 448.500,67   |                        | 821.686,37    |
| 2018  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 338.470,75   | 448.500,67   |                        | 786.971,42    |
| 2019  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 303.755,80   | 448.500,67   |                        | 752.256,47    |
| 2020  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 269.040,86   | 448.500,67   |                        | 717.541,52    |
| 2021  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 234.325,91   | 448.500,67   |                        | 682.826,57    |
| 2022  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 199.610,96   | 448.500,67   |                        | 648.111,62    |
| 2023  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 164.896,01   | 448.500,67   |                        | 613.396,67    |
| 2024  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 130.181,06   | 448.500,67   |                        | 578.681,73    |
| 2025  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 95.466,11    | 448.500,67   |                        | 543.966,78    |
| 2026  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 60.751,16    | 448.500,67   |                        | 509.251,83    |
| 2027  | 0,00         | 0,00               | 0,00                    | 26.036,21    | 448.500,67   |                        | 474.536,88    |
| TOTAL | 6.727.510,00 | 67.275,10          | 109.838,40              | 4.989.753,23 | 6.727.510,00 |                        | 11.894.376,73 |

Fonte: Prefeitura de Corumbá/MS.



RUI TER CUNHA DE OLIVEIRA  
CHEFE DO PODER EXECUTIVO



DANIEL MARTINS COSTA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO



**LEI Nº 2.006, DE 2007**

**"Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, com garantia da União, para implementação do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah – do Município de Corumbá – MS, e dá outras providências".**

Faço saber que a Câmara Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, aprovou e eu, Ruitter Cunha de Oliveira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no montante de até US\$3.217.500,00 (três milhões duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), com garantia da União, para implementação do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

**Publicação Legal**

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 2.006/2007**

**"Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, com garantia da União, para implementação do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah – do Município de Corumbá – MS, e dá outras providências".**

Faço saber que a Câmara Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, aprovou e eu, Ruitter Cunha de Oliveira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no montante de até US\$ 3.217.500,00 (três milhões duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), com garantia da União, para implementação do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.

Parágrafo Único. A contrapartida do Município à operação de crédito de que trata o caput será de até US\$ 3.217.500,00 (três milhões duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), correspondente a 50% do valor total do projeto.

Art. 2º - Para prestar contragarantia, à garantia da União, na operação de crédito de que trata o art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a vincular as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do parágrafo 4º, do art. 167, bem como outros créditos em direito admitidos.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento no limite de que trata o caput do art. 1º, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**  
**EM 10 DE DEZEMBRO DE 2007**

**RUITTER CUNHA DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Parágrafo único. A contrapartida ao município à operação de crédito de que trata o **caput** será de até US\$3.217.500,00 (três milhões duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), correspondente a 50% do valor total do projeto.

Art. 2º Para prestar contragarantia, à garantia da União na operação de crédito de que trata o art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a vincular as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 158 e 159, complementada pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do parágrafo 4º, do art. 167, bem como outros créditos em direito admitidos.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento no limite de que trata o **caput** do art. 1º, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Corumbá, 10 de dezembro de 2007. – **Ruitter Cunha de Oliveira**, Prefeito Municipal.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 062-SEFAP, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007.**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORES MUNICIPAIS.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais e por delegação de competência, atribuída pelo Decreto nº 303, de 27 de agosto de 2005, resolve:

**CONCEDER**

Licença para tratamento de saúde, aos servidores abaixo relacionados com fulcro no art. 82, da Lei Complementar nº 042, de 8 de dezembro de 2000:

- MARCELO ALMEIDA HOLLANDA, matrícula 1533, Profissional de Serviços de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Apoio Social – Secretária-Executiva de Saúde Pública, 16 (dezesseis) dias, com início em 09 de julho de 2007 e término em 24 de julho de 2007, conforme processo nº 06359/2007;
- ERONILDES LUIZ DE LIMA, matrícula 5393, Profissional de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania – Secretária-Executiva de Educação, 30 (trinta) dias, com início em 29 de julho de 2007 e término em 28 de agosto de 2007, conforme processo nº 06397/2007;
- CLOTILDE SILVA ARGUELHO, matrícula 2673, Agente de Atividades de Saúde I, lotada na Secretaria Municipal de Apoio Social – Secretária-Executiva de Saúde Pública, 60 (sessenta) dias, com início em 25 de julho de 2007 e término em 22 de setembro de 2007, conforme processo nº 06500/2007;
- PAULO ARTHUR BRAGA COELHO JÚNIOR, matrícula 3704, Profissional de Serviços de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Apoio Social – Secretária-Executiva de Saúde Pública, 30 (trinta) dias, com início em 05 de julho de 2007 e término em 03 de agosto de 2007, conforme processo nº 06693/2007;
- MARIA ADILSONI GOMES RAMBOSA, matrícula 5330, Profissional de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania – Secretária-Executiva de Educação, 30 (trinta) dias, com início em 31 de julho de 2007 e término em 22 de agosto de 2007, conforme processo nº 06342/2007;

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 063-SEFAP, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais e por delegação de competência, atribuída pelo Decreto nº 303, de 27 de agosto de 2005, resolve:

**CONCEDER**

Licença para tratamento de saúde, aos servidores abaixo relacionados com fulcro no art. 82, da Lei Complementar nº 042, de 8 de dezembro de 2000:

- RITA AUXILIADORA DA SILVA PEDRACA, matrícula 3090, Profissional de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania – Secretária-Executiva de Educação, 30 (trinta) dias, com início em 23 de julho de 2007 e término em 22 de agosto de 2007, conforme processo nº 06438/2007;
- ANA MARIA LEITE DOS SANTOS, matrícula 688, Profissional de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania – Secretária-Executiva de Educação, 30 (trinta) dias, com início em 23 de julho de 2007 e término em 22 de agosto de 2007, conforme processo nº 06438/2007;
- ROSELI RODRIGUES DOPP, matrícula 3000, Profissional de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania – Secretária-Executiva de Educação, 30 (trinta) dias, com início em 31 de julho de 2007 e término em 22 de agosto de 2007, conforme processo nº 06374/2007;
- RENE ROSENIOR CARLUZ RAMBOSA, matrícula 2574, Profissional de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania – Secretária-Executiva de Educação, 30 (trinta) dias, com início em 23 de julho de 2007 e término em 21 de agosto de 2007, conforme processo nº 06331/2007;
- ELAIR NEVES DE ARRUDA, matrícula 3190, Profissional de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania – Secretária-Executiva de Educação, 30 (trinta) dias, com início em 25 de julho de 2007 e término em 23 de agosto de 2007, conforme processo nº 06518/2007;
- SONIA DE MACALHES VAREIRA, matrícula 5317, Profissional de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania – Secretária-Executiva de Educação, 60 (sessenta) dias, com início em 23 de julho de 2007 e término em 20 de setembro de 2007, conforme processo nº 06432/2007;
- ANTONIO CARLOS DE CARVALHO, matrícula 3258, Profissional de Medicina, lotado na Secretaria Municipal de Apoio Social – Secretária-Executiva de Saúde Pública, 60 (sessenta) dias, com início em 31 de julho de 2007 e término em 28 de setembro de 2007, conforme processo nº 06432/2007;
- MARIA CLARICE SERVON MARTINS PEREIRA, matrícula 5408, Profissional de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania – Secretária-Executiva de Educação, 30 (trinta) dias, com início em 23 de julho de 2007 e término em 11 de agosto de 2007, conforme processo nº 06462/2007;

**COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 9/2008**

Corumbá, 20 de fevereiro de 2008

**Assunto:** Parecer Técnico – Contratação de Operação e Crédito Externo Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá.

**Introdução**

Esta peça técnica foi elaborada como parte da documentação a ser apresentada pelo Município de Corumbá à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF, conforme indicado no Manual de Instrução de Pleitos – MIP, daquela Secretaria, uma vez que o Município pretende celebrar, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, operação de crédito externa destinada à implementação do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá.

O Projeto teve carta-consulta aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX em 4 de setembro de 2006, conforme Recomendação nº 883, daquela data, prevendo-se, originalmente, investimento total de US\$5,85 milhões, equivalentes a R\$13,455 milhões (taxa de câmbio de US\$1,00 = 2,30), dos quais US\$2,925 milhões do Fonplata e US\$ 2,925 milhões de contrapartida local. Posteriormente, mediante a Resolução nº 358, de 17 de janeiro de 2008, a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MPO, atendendo solicitação do município, aprovou alteração nos valores financeiros da operação em dólares, cujo montante total passou a ser de US\$6,435 milhões, mantendo-se o valor original em reais, isto é, R\$13,455 milhões, com conseqüente ajuste na taxa de câmbio, dos originais R\$2,30/US\$ 1,00 para R\$2,0909 = US\$1,00.

**2. O Interesse Econômico e Social da Operação****2.1 Justificativa do Projeto**

O Município de Corumbá tem área de 64.965km<sup>2</sup>, se estende por toda região Noroeste de Mato Grosso do Sul – é o maior do estado em extensão territorial – faz divisa com o Estado de Mato Grosso e fronteira com as repúblicas da Bolívia e Paraguai.

O território corumbaense abrange boa parte da superfície do Pantanal Sul-Mato-Grossense, uma imensa planície de deposição sedimentar de 138.000km<sup>2</sup>, formada por uma complexa rede hidrográfica que tem no rio Paraguai sua vertente principal e cuja dinâmica hídrica favorece a existência de uma grande diversidade de fauna, flora e recursos naturais capazes de conferir a este ambiente um grande valor ecológico.

A população de Corumbá é de 101.089 habitantes (estimativa do IBGE para 1º-7-2006) e o Produto Interno Bruto a preços de mercado (2002) alcança o montante de R\$704,9 milhões, com predomínio do setor serviços (50%), seguindo-se a Agropecuária com 14% e Setor Secundário, apenas 12%.

A exemplo da imensa maioria dos municípios brasileiros, Corumbá tem vivenciado rápido crescimento populacional que se traduz em elevado índice de urbanização. De fato, enquanto a população total do município cresceu, entre 1970 e 2000, cerca de 17%, a população urbana aumentou 68%, verificando-se, no mesmo período, um decréscimo da população rural em quase 70%.

Da mesma forma que tem ocorrido em outras partes do País, observa-se amplo hiato entre as necessidades da população impostas por esse intenso processo de urbanização e os investimentos públicos e privados, de modo que o colapso da infra-estrutura e serviços básicos é evidente.

De fato, o abastecimento d'água à população – de responsabilidade de empresa pública estadual, a SANESUL – registra elevados índices de atendimento, mas a qualidade do serviço está, infelizmente, muito aquém do desejado. O serviço de esgotamento sanitário, também a cargo da mesma empresa, praticamente inexistente e é fonte de alguns dos maiores problemas enfrentados pelo município.

No que se refere à infra-estrutura de captação e escoamento de águas pluviais, a rede existente atende apenas pequena parte da cidade – o bairro melhor servido é o Centro – por isso grande volume de águas pluviais superficiais “lava” a cidade por ocasião das chuvas, mesmo que rápidas.

As primeiras chuvas que caem sobre o tecido urbano de Corumbá carregam resíduos das mais diversas naturezas, originados das atividades urbanas (lixo doméstico, esgoto, sólidos em suspensão etc.) para o interior das galerias de águas pluviais, provocando o entupimento destas e dificuldade de escoamento da água, cujo destino final é o rio Paraguai.

Por não contar com rede de esgoto, sabe-se (apesar da falta de coleta de dados sistematizados) que muitos moradores realizam ligações diretas entre suas residências e as galerias de captação de águas pluviais, de maneira que estas transportam não só as águas das chuvas, mas também esgoto sanitário e águas servidas.

Os demais bairros do município não dispõem de sistemas de drenagem e por se tratar de bairros em al-

titudes maiores do que o Centro da Cidade existe uma saturação do sistema de drenagem desta área.

A região entre o morro do Cruzeiro e o morro da Bandeira, onde se encontram os bairros Nossa Senhora de Fátima, Popular Nova, Aeroporto e Jardim dos Estados, apresenta forte tendência a ter grandes alagamentos. Isto ocorre porquanto o lençol freático nesta área está muito próximo da superfície e na época das chuvas não suporta a absorção plena do volume de água, gerando com muita frequência alagamentos em toda região. Como consequência, as águas pluviais correm livremente pelas ruas sem asfalto, pelos quintais das casas, em busca de forma descontrolada das quedas naturais da topografia local, que as direciona no rumo do centro da cidade.

As galerias de captação de água pluvial da região central da cidade são muito antigas e não foram projetadas para absorver o volume real de água originária destes bairros. Ou seja, a infra-estrutura de drenagem está completamente saturada na reduzida área central da cidade que conta com esse serviço. Dessa forma, 42% da população do município padecem com os constantes alagamentos e todas as consequências diretas e indiretas deste problema, vale dizer, desvalorização e perda de patrimônio material público e privado, dificuldades de circulação viária – veículos e pedestres, surgimento ou intensificação de focos de doenças de veiculação hídrica ou por insetos e roedores, maus odores, movimento de solos e rochas (erosão de ruas), pondo em risco a integridade física de muitas famílias.

A maior manifestação destes problemas se dá na parte oeste do bairro Aeroporto, região das mais carentes em infra-estrutura, conforme assinalado. Um exemplo disso é a ocorrência da dengue: nos bairros Nossa Senhora de Fátima, Popular Nova e Popular Velha, entre 19% e 25% dos domicílios registram casos de dengue; no bairro Jardim dos Estados, cerca de 25%; no bairro Aeroporto, a taxa supera 25%. A causa mais provável é a geração de vetores em áreas alagadas, decorrentes da insuficiente drenagem pluvial na área.

Por outro lado, algumas principais das principais vias do perímetro urbano, especialmente as ruas Luiz Carlos Dobes, Antonio João, Antonio Maria Coelho, Dom Pedro I, Edu Rocha, Frei Mariano, Gal. Osório, João Afonso, José Fragelli, Ladário, Luis Feitosa Rodrigues, Minas Gerais, Monte Castelo, Pará, Paraná, Pedro de Medeiros, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Tenente Melquiades de Jesus, Tiradentes e 21 de Setembro, na área central da cidade, exibem más condi-

ções de circulação de veículos e de pedestres, uma vez que alguns segmentos dessas vias são desprovidas de pavimento asfáltico. Isso concorre para acrescer os custos de operação e manutenção de veículos e os tempos de viagens e desconforto dos usuários, além de impactar negativamente o sistema de drenagem ali existente, por dar causa a entupimento de galerias pluviais etc.

Impõe-se, portanto, à administração municipal empreender contínuo e vasto conjunto de obras e de outras ações para assegurar a provisão de infra-estrutura e a prestação de serviços de elevada qualidade à população e aos setores produtivos, cuidando especialmente de eliminar barreiras ao desenvolvimento sustentável e sustentado local. Entre essas obras, distinguem-se as previstas no Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá, para cuja execução o município pretende celebrar operação de crédito internacional com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata.

## 2.2 Descrição Sintética do Projeto

O projeto tem por objetivo geral melhorar as condições sanitárias e ambientais e, portanto, a qualidade de vida da população, mediante a ampliação e adequação da infra-estrutura urbana do município.

De forma mais específica, o projeto objetiva:

- > eliminar ou reduzir danos à infra-estrutura pública e comunitária e ao patrimônio privado causados pelas inundações e alagamentos especialmente na temporada chuvosa do município;
- > erradicar ou diminuir focos de desconfortos e desassossego para a população decorrentes das inundações e de proliferação de doenças produzidas ou transmitidas por insetos e roedores;
- > melhorar as condições de circulação de veículos e pedestres na área de projeto;

As principais metas preliminares do projeto são:

- > atender com infra-estrutura de drenagem a 21% da população da cidade;
- > ampliar ou recuperar 25% da área pavimentada da cidade;

Para cumprimento de seus objetivos e metas o Projeto está estruturado nos componentes e sub-componentes finalísticos e complementares descritos a seguir.



**Componente 1: Infra-Estrutura Urbana (US\$5,662 milhões)**

Desdobra-se nos seguintes subcomponentes:

- Subcomponente 1: Drenagem Urbana (US\$2,908 milhões)

Este componente destina-se a reduzir o impacto das águas pluviais excedentes, por meio de implantação de redes coletoras nas vias, com lançamento de obras auxiliares.

Financiará a execução aproximada de 2.110.000m de galerias tubulares em concreto; 1.295.000m de canal em concreto armado com seção fechada e 1.060.000m de canal revestido em concreto armado com seção aberta, todos detalhados no projeto básico.

Cumpra-se notar que essas ações serão realizadas exclusivamente com recursos da contrapartida do município.

- Subcomponente 2: Pavimentação Asfáltica (US\$2,586 milhões);

Este subcomponente tem por objetivo melhorar as condições de circulação viária do município e contribuir para tornar mais eficiente o sistema de drenagem urbana. Contemplará a pavimentação asfáltica de aproximadamente 92.532.004m<sup>2</sup>, com tratamento superficial duplo, capa selante, e 16.120.000m de meio fio e saia, moldada **in loco**, com seção 625.000 m<sup>2</sup>;

- Sub-Componente 3: Apoio para Supervisão de Obras (US\$168 mil);

Este sub-componente contempla recursos para contratação de serviços de consultoria de engenharia destinados a supervisionar a execução e monitoramento ambiental das obras do projeto, particularmente voltados a serviços especializados tais como (I) ensaios laboratoriais, (II) levantamentos técnicos especializados, (III) laudos laboratoriais, entre outros que se julgarem necessários à execução das obras de engenharia do projeto.

**Componente 2: Gerenciamento do Projeto (US\$ 214,5 mil);**

O objetivo geral deste Componente é assegurar que as ações do Projeto sejam desenvolvidas na forma estabelecida no Contrato de Empréstimo a ser celebrado com o Fonplata, nos respectivos Planos Operativos Anuais e nos contratos de obras.

De forma mais específica, o Componente objetiva planejar, programar, gerenciar e monitorar a execução física e financeira, bem como avaliar os resultados (efeitos e impactos) intermediários e finais do Projeto, de modo a garantir o cumprimento dos planos operativos

e dos cronogramas estabelecidos e principalmente dos objetivos e metas do empreendimento.

O componente contempla, portanto o financiamento da administração geral do Projeto – o que inclui a Unidade de Execução do Projeto, os sistemas necessários para a supervisão e a gestão da execução desse empreendimento, as auditorias contábeis e financeiras e as avaliações.

O Orçamento Geral do Projeto destina recursos também para Imprevistos (Contingências Físicas e Financeiras) de (US\$286,32 mil) e Comissão de Administração do Fonplata (US\$32,175 mil)<sup>1</sup>. Contempla ainda rubrica para futuro reconhecimento pelo Fonplata, como contrapartida, dos gastos de Preparação do Projeto (US\$240 mil), conforme mostra o quadro abaixo.

Os benefícios do Projeto são amplos e de variada índole. Os investimentos programados terão impacto significativo sobre o meio ambiente natural e a qualidade de vida da comunidade.

De fato, é razoável esperar, como consequência direta do Projeto:

I) Diminuição ou eliminação de danos materiais ocasionados por alagamentos e fluxo excedente de águas pluviais;

II) Redução da incidência de doenças de veiculação hídrica (tais como cólera, diarreia, ascaríase, esquistossomose etc); Declínio da morbidade, com influência positiva na produtividade dos trabalhadores;

III) Acentuada redução de desconfortos para a comunidade por erradicação de focos de maus odores e proliferação de insetos e roedores e, portanto, das enfermidades a que dão origem ou transmitem;

IV) Redução de gastos individuais e públicos com a área de saúde;

V) Valorização dos imóveis situados nas áreas de intervenção direta do projeto;

VI) Redução dos tempos de viagens e do desconforto dos usuários das vias;

VII) Redução dos custos de operação e manutenção de veículos.

O Projeto beneficiará diretamente cerca de 20.003 habitantes dos bairros Nossa Senhora de Fátima, Popular Nova, Popular Velha, Bairro Aeroporto e Jardim dos Estados e indiretamente toda a população corumbaense.

<sup>1</sup> Calculada, sobre o valor do financiamento, da seguinte forma: 1%, para financiamento de até US\$ 10,0 milhões, mais 0,75% sobre o que ultrapassar esse valor.



## ORÇAMENTO PRELIMINAR, POR FONTE DOS RECURSOS

Taxa de câmbio US\$ 1,00 = R\$ 2,0909

R\$ 1,00

| CATEGORIA DE GASTOS          | FONPLATA            | APORTE LOCAL        | TOTAL                | %              |
|------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------|
| 1. INFRA-ESTRUTURA URBANA    | 5.758.338,60        | 6.080.337,20        | 11.838.675,80        | 87,99%         |
| 1.1. DRENAGEM URBANA         | -                   | 6.080.337,20        | 6.080.337,20         | 45,19%         |
| 1.2. PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA  | 5.407.067,40        | -                   | 5.407.067,40         | 40,19%         |
| 1.3. APOIO PARA SUPERVISÃO   | 351.271,20          | -                   | 351.271,20           | 2,61%          |
| 2. GERENCIAMENTO DO PROJETO  | 303.180,50          | 145.317,55          | 448.498,05           | 3,33%          |
| 3. PREPARAÇÃO DO PROJETO     | -                   | 501.816,00          | 501.816,00           | 3,73%          |
| 4. COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO | 67.274,71           | -                   | 67.274,71            | 0,50%          |
| 5. IMPREVISTOS               | 598.676,94          | -                   | 598.676,94           | 4,45%          |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>6.727.470,75</b> | <b>6.727.470,75</b> | <b>13.454.941,50</b> | <b>187,99%</b> |
| <b>PERCENTUAL</b>            | <b>50%</b>          | <b>50%</b>          | <b>100%</b>          |                |

US\$ 1,00

| CATEGORIA DE GASTOS          | FONPLATA            | APORTE LOCAL        | TOTAL               | %              |
|------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| 1. INFRA-ESTRUTURA URBANA    | 2.754.000,00        | 2.908.000,00        | 5.662.000,00        | 87,99%         |
| 1.1. DRENAGEM URBANA         | -                   | 2.908.000,00        | 2.908.000,00        | 45,19%         |
| 1.2. PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA  | 2.586.000,00        | -                   | 2.586.000,00        | 40,19%         |
| 1.3. APOIO PARA SUPERVISÃO   | 168.000,00          | -                   | 168.000,00          | 2,61%          |
| 2. GERENCIAMENTO DO PROJETO  | 145.000,00          | 69.500,00           | 214.500,00          | 3,33%          |
| 3. PREPARAÇÃO DO PROJETO     | -                   | 240.000,00          | 240.000,00          | 3,73%          |
| 4. COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO | 32.175,00           | -                   | 32.175,00           | 0,50%          |
| 5. IMPREVISTOS               | 286.325,00          | -                   | 286.325,00          | 4,45%          |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>3.217.500,00</b> | <b>3.217.500,00</b> | <b>6.435.000,00</b> | <b>187,99%</b> |
| <b>PERCENTUAL</b>            | <b>50%</b>          | <b>50%</b>          | <b>100%</b>         |                |

Taxa de Câmbio: US\$1,00 = R\$ 2,0909

## 2.3 Viabilidade Econômica e Relação Custo-Benefício do Projeto

Desenvolveu-se estudo de viabilidade econômica do Projeto com os seguintes objetivos:

- determinar a rentabilidade econômica do projeto e examinar se o empreendimento cria mais benefícios líquidos para a economia do que outras soluções alternativas – de mesma natureza – para uso dos recursos em questão, e que resolvam integralmente os problemas identificados;
- apontar intervenções que melhorem o projeto;
- identificar as variáveis que necessitam maior controle e acompanhamento na implementação e operação do projeto, visando assegurar a rentabilidade estimada.

Os procedimentos e resultados das análises estão sintetizados a seguir:

## a) Benefícios Socioeconômicos

Empregou-se a metodologia dos “preços hedônicos” para estimar a valorização imobiliária advinda das intervenções do empreendimento. O método utiliza informações estatísticas concretas, retiradas de uma pes-

quisa de campo, dados correspondentes a um mercado real, referentes ao preço de um certo número de imóveis juntamente com a lista das características (atributos) destes. Todas essas informações permitem estimar uma “função de preços hedônicos”, mediante uma regressão múltipla onde o preço é a variável dependente e todas as características são as variáveis independentes da relação. Os coeficientes de regressão estimados são os preços implícitos dos diferentes atributos.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de campo e utilizaram-se também informações oficiais da Prefeitura de Corumbá do cadastro municipal do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), identificando na área de projeto as informações relativas à área dos terrenos e das edificações e os respectivos valores venais destes imóveis.

A valorização imobiliária foi estimada para todos os imóveis na área de influência do projeto e considerou-se que o benefício de valorização ocorrerá após a implantação total das obras, a partir do quinto ano, e foram distribuídos de forma proporcional do sexto ao vigésimo ano do projeto.

O Quadro 1 indica o valor estimado do benefício econômico a partir das pesquisas de campo realizadas e das informações contidas da base de dados do IPTU na área de projeto, totalizando aproximadamente 4.800 imóveis.

**Quadro 1****Comparação entre o valor dos imóveis na área de controle vs área de projeto**

Descriptive Statistics - Banco de Dados IPTU - Prefeitura Municipal de Corumbá

|                      | N    | Minimum    | Maximum   | Sum         | Mean       | Std. Deviation |
|----------------------|------|------------|-----------|-------------|------------|----------------|
| AREA_TERRENO         | 4806 | 34,97      | 21402,48  | 2374925,977 | 494,158547 | 783,0367752    |
| AREA_EDIFICADA_TOTAL | 4806 | 3          | 3209,03   | 401609,92   | 83,564278  | 101,3436197    |
| Vlr_m2_ter           | 4806 | 0,0046505  | 54,545393 | 46923,37555 | 9,7634989  | 7,96599259     |
| Vlr_m2_edif          | 4806 | 41,1434286 | 4335,285  | 1506516,175 | 313,465704 | 203,4239804    |
| Valid N (listwise)   | 4806 |            |           |             |            |                |

|                                | Sem projeto | Com Projeto | % Valorização |
|--------------------------------|-------------|-------------|---------------|
| Area total terrenos            | 2.374.926   | 2.374.926   |               |
| Valor médio m2 terrenos        | 9,76        | 15,47       | 58,4%         |
| Valor total terrenos           | 23.187.587  | 36.729.138  |               |
| Benefício Incremental Terrenos |             | 13.541.551  |               |

|                                | Sem projeto | Com Projeto |       |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------|
| Area total edificações         | 401.610     | 401.610     |       |
| Valor médio m2 edificações     | 313,47      | 496,53      | 58,4% |
| Valor total edificações        | 125.890.936 | 199.411.243 |       |
| Benefício Incremental Terrenos |             | 73.520.307  |       |

|                             |           |             |  |
|-----------------------------|-----------|-------------|--|
| Área total valorizada       | 2.776.536 | 236.140.381 |  |
| Benefício Total Valorização |           | 87.061.858  |  |
| % Médio de Valorização      |           | 58,40%      |  |

Fonte: Cálculos próprios a partir do banco de dados do IPTU-PMC

Pode-se observar que o valor dos imóveis na área de projeto terão um incremento de aproximadamente R\$31,35 por metro quadrado após a conclusão do projeto, ou seja, de 58,4%.

**b) Custos do Projeto**

Foram considerados na análise os custos de investimento e de operação e manutenção, transformados para preços econômicos, utilizando-se os fatores de conversão exibidos no quadro 2.

**Quadro 2****Fatores de Conversão**

| Itens                                 | Fator de Conversão |
|---------------------------------------|--------------------|
| Mão de Obra Qualificada               | 0,79               |
| Mão de Obra Não Qualificada           | 0,48               |
| Materiais e Equipamentos Nacionais    | 0,94               |
| Materiais e Equipamentos e Importados | 1,00               |
| Energia Elétrica*                     | 0,97               |
| Fator de Conversão Padrão             | 0,94               |

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento -

(\*) Fator de conversão do programa PMSS/BIRD, calculado após a retirada dos subsídios do setor elétrico.

Elaborou-se um fluxo de caixa descontado à taxa de 12% ao ano, para um período de 20 anos, considerando-se os benefícios e custos valorados a preços econômicos. O Quadro 3, apresenta este flu-

xo de caixa para os componentes avaliados e os respectivos indicadores de viabilidade econômica:  $VPL_E$ ,  $TIR_E$  e  $B/C_E$ .

### Quadro 3

#### Fluxo de Caixa – Avaliação Econômica

| Ano | BENEFÍCIOS              |            |              | CUSTOS<br>(em R\$1,00) |                       |            | Resultado Líquido<br>(em R\$1,00) | TIR <sub>E</sub><br>25,99% |
|-----|-------------------------|------------|--------------|------------------------|-----------------------|------------|-----------------------------------|----------------------------|
|     | Valorização Imobiliária |            |              | Investimentos          | Operação & Manutenção | TOTAL      |                                   | Somatória VPL <sub>E</sub> |
|     | Beneficiados            |            | TOTAL        |                        |                       |            |                                   |                            |
|     | Área Total E            | Benefício  | (em R\$1,00) |                        |                       |            |                                   |                            |
| 1   | -                       | -          | -            | 2.790.807              | -                     | 2.790.807  | (2.790.807)                       | (2.790.807)                |
| 2   | -                       | -          | -            | 3.318.609              | -                     | 3.318.609  | (3.318.609)                       | (2.963.044)                |
| 3   | -                       | -          | -            | 3.070.644              | -                     | 3.070.644  | (3.070.644)                       | (2.447.898)                |
| 4   | -                       | -          | -            | 1.034.104              | -                     | 1.034.104  | (1.034.104)                       | (736.055)                  |
| 5   | -                       | -          | -            | 1.083.422              | -                     | 1.083.422  | (1.083.422)                       | (688.534)                  |
| 6   | 2.776.536               | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 3.186.303                  |
| 7   | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 2.844.913                  |
| 8   | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 2.540.101                  |
| 9   | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 2.267.947                  |
| 10  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 2.024.953                  |
| 11  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 1.807.994                  |
| 12  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 1.614.280                  |
| 13  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 1.441.321                  |
| 14  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 1.286.894                  |
| 15  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 1.149.013                  |
| 16  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 1.025.904                  |
| 17  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 915.986                    |
| 18  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 817.845                    |
| 19  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 730.218                    |
| 20  | -                       | 5.804.124  | 5.804.124    | -                      | 188.770               | 188.770    | 5.615.354                         | 651.981                    |
| VP  |                         | 25.122.729 | 25.122.729   | 9.626.338              | 817.077               | 10.443.415 | 14.679.314                        | 14.679.314                 |
|     |                         |            |              |                        |                       |            | B/C <sub>E</sub>                  | 2,41                       |

Observa-se que os componentes avaliados apresentam TIR<sub>E</sub> de 25,99%, VPL<sub>E</sub> de R\$14.679.314,00 e relação B/C<sub>E</sub> igual a 2,41, demonstrando a viabilidade econômica do projeto.

#### d) Análise de Risco

Ao invés da tradicional Análise de Sensibilidade, desenvolveu-se neste estudo uma Análise de Risco, utilizando-se o método de simulação Monte Carlo, mais empregado no momento e detalhado no texto principal da avaliação econômica do projeto.

Com base na análise de risco, pode-se afirmar que o modelo de avaliação econômica é extremamente sensível a variações nos benefícios de valorização imobiliária e que as variações de custo apresentam menor grau de influência nos resultados do VPL ou da TIR.

Entretanto, a análise mais importante que se pode tirar das simulações é que o modelo avaliado tem 90% de probabilidade de ter um VPL positivo entre R\$9,9127 milhões e R\$19,2761 milhões e que existe uma probabilidade de 90% de a Taxa Interna de Retorno Econômico ficar entre 21,66% e 30,12%.

#### 2.4 Viabilidade Financeira e Institucional

Desenvolveu-se estudo para avaliar as condições e capacidade de o Município de Corumbá (MS) celebrar a operação de crédito com o Fonplata, implementar o projeto – notadamente de dispor de recursos de contrapartida, de forma oportuna e suficiente – e, posteriormente, gerir, operar e prover manutenção

adequada às obras, ademais de atender ao serviço da dívida do financiamento.

Foram delineadas projeções financeiras do município com base na análise dos seus ativos e passivos com repercussão no futuro, em cenários de evolução de parâmetros de referência no programa de investimentos previstos.

Para tanto, empregou-se metodologia que segue a legislação vigente, notadamente no que concerne às normas para a contabilidade pública (Lei nº 4.320, de 17-3-1964), para a gestão pública (Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101 de 4-5-2000) e para as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização (Resolução nº 43 do Senado Federal, de 21-12-2001, complementada pela Resolução nº 3 de 2-4-2002).

Os resultados da análise<sup>2</sup>, constantes do estudo anexo e sintetizados nos quadros financeiros seguintes, mostram que o Município de Corumbá (MS) atende às condições legais para celebrar a operação de crédito com o Fonplata, dispõe de capacidade financeira para cumprir com as exigências da execução do Projeto, para a manutenção adequada das obras e, posteriormente, de fazer frente aos compromissos de pagamento do empréstimo, bem como honrar com o serviço da dívida, considerando-se todas

<sup>2</sup> Versão completa do estudo é anexada a este Parecer Técnico.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE CORUMBÁ – PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO**

as operações de crédito já existentes, inclusive esta operação de crédito externa.

**RESUMO DOS DEMONSTRATIVOS DOS LIMITES**

Prefeitura Municipal de Corumbá (MS) - Dezembro/2006

Em R\$

| <b>DESPESAS COM PESSOAL</b>  | <b>VALOR</b>          | <b>% SOBRE RCL</b>  |
|--|-----------------------|---|
| Total da Despesa Líquida com Pessoal nos últimos 12  | 58.931.783,11         | 49,93%  |
| Limite Legal (Incisos III, Art. 19, LRF)   | 70.823.976,00         | 60,00%  |
| <b>DÍVIDA</b>  | <b>VALOR</b>          | <b>% SOBRE RCL</b>  |
| Dívida Consolidada Líquida   | 45.599.680,00         | 38,63%  |
| Limite definido por Resolução do Senado Federal  | 141.647.952,00        | 120,00%   |
| <b>GARANTIAS DE VALORES</b>  | <b>VALOR</b>          | <b>% SOBRE RCL</b>  |
| Total das Garantias  | 0,00                  | 0,00%   |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal  | 25.968.791,20         | 22,00%  |
| <b>EDUCAÇÃO</b>  | <b>VALOR</b>          | <b>% SOBRE RECEITA IMPOSTOS E TRNASF. CONSTITUCIONAIS</b> |
| Total das Despesas com Educação  | 23.116.047,80         | 27,57%  |
| Limite Definido pelo Art. 212 da CF  | 20.961.233,04         | 25,00%  |
| <b>SAÚDE</b>   | <b>VALOR</b>          | <b>% SOBRE RECEITA IMPOSTOS E TRNASF. CONSTITUCIONAIS</b> |
| Total das Despesas com Saúde   | 13.244.530,18         | 15,80%  |
| Limite Definido pelo Art. 198 da CF e Art. 77 do ADCT  | 12.573.921,06         | 15,00%  |
| <b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>  | <b>VALOR</b>          | <b>% SOBRE RCL</b>  |
| Operações de Crédito Internas e Externas   | 0,00                  | 0,00%   |
| Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas              | 18.886.393,60         | 16,00%  |
| <b>COMPROMETIMENTO ANUAL COM PAGAMENTO DA DÍVIDA CONSOLIDADA</b>                               | <b>VALOR</b>          | <b>% SOBRE RCL</b>  |
| Amortização, juros e encargos do ano   | 3.189.840,00          | 2,70%   |
| Limite definido por Resolução do Senado Federal  | 14.279.068,80         | 11,50%  |
| <b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO X DESPESAS DE CAPITAL</b>  | <b>PREVISTAS</b>      | <b>REALIZADAS</b>   |
| Operações de Crédito   | 0,00                  | 0,00  |
| Despesas de Capital  | 20.438.790,00         | 20.068.810,00   |
| Limite Definido pelo Inciso III, Art. 167 da Constituição Federal, conforme § 3º, Art. 32, LRF | 20.438.790,00         | 20.068.810,00   |
| <b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)</b>  | <b>118.039.960,00</b> |   |

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**  
**P P A 2008 – 2009**  
**SUMÁRIO**  
**CORUMBÁ – MS**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

SUMÁRIO

|  | página |
|--|--------|
| Receitas   | 001    |
| Despesas   | 008    |
| Prog. Reorg. da Adm. Rede Comunitária de Governo - PROGESTÃO | 009    |
| Programa de Desenvolvimento Humano - PRODH                   | 012    |
| Programa de Desenvolvimento Econômico - PRODES               | 018    |
| Programa de Conservação Ambiental - PROAMB                   | 021    |
| Programa de Atuação Legislativa                              | 023    |
| Programa de Implant. Rede Comunitária de Governo - PROREDE   | 024    |
| Reserva de Contingência                                      | 025    |

DECLARAÇÃO E INFORMAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO  
FINANCEIRA


PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins de direito e para que produza os efeitos necessários, que o Sr. Daniel Martins Costa, CI. RG. Nº6.360.666-5 Órgão Expedidor SSP/SP, CPF 700.867.888-68, ocupante do cargo de Secretário de Finanças e Administração é o responsável pela Administração Financeira do Município.

Corumbá, 22 de Fevereiro de 2008

  
Rui ter Cunha de Oliveira  
Chefe do Poder Executivo

**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original que me foi  
apresentado, dor se.  
Corumbá, 26 / 02 / 2008  
Em testemunho da verdade  
  
Prefeitura Corumbá  
Secretaria Finanças  
Núcleo de Fiscalização

SIOPS - Cálculo do Percentual de Recursos Próprios Aplicados em Saúde confor... Página 1 de 2  
**Cálculo do Percentual de Recursos próprios Aplicados em Saúde conforme a EC 29/2000**

2006 Anual  
Município: Corumbá - MS  
Código: 500320

Dados transmitidos em 23/04/2007 17:32:07

**Quadro A - Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais**

| Receita  | Previsão Atualizada 2006 | Receita Realizada em 2006 |
|--|--------------------------|---------------------------|
| Impostos (I)   | 13.109.700,00            | 15.703.866,64             |
| ITR  | 0,00                     | 0,00                      |
| IPTU   | 2.713.800,00             | 2.550.907,69              |
| IRRF   | 1.213.700,00             | 1.929.802,91              |
| ITBI   | 638.600,00               | 882.821,10                |
| ISS  | 6.586.600,00             | 8.322.432,03              |
| Multas e Juros de Mora de Impostos   | 748.500,00               | 294.794,10                |
| Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa                                       | 0,00                     | 0,00                      |
| Dívida Ativa dos Impostos  | 1.208.300,00             | 1.723.108,81              |
| Transferências da União (II)   | 17.351.700,00            | 16.058.710,47             |
| Cota - Parte FPM   | 16.023.000,00            | 15.002.975,74             |
| Cota - Parte ITR   | 649.500,00               | 635.698,48                |
| Lei Comp. N° 87/96 - Lei Kandir  | 679.200,00               | 420.036,25                |
| Transferências de Outros Estados (III)                                       | 39.051.500,00            | 52.075.267,82             |
| Cota - Parte do ICMS (100%)  | 36.842.000,00            | 50.399.370,40             |
| Cota - Parte do IPVA   | 2.026.100,00             | 1.350.622,03              |
| Cota - Parte do IPI - Exportação (100%)                                      | 183.400,00               | 325.275,39                |
| Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (IV=I+II+III) | 69.512.900,00            | 83.837.844,93             |

**Quadro B - Despesa Total com Ações e Serviços Públicos de Saúde**

| Despesa   | Dotação Atualizada 2006 | Despesa Empenhada em 2006 | Despesa Liquidada em 2006 | Despesa Paga em 2006 |
|---|-------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------------|
| Despesas Correntes(V)                                       | 15.558.500,00           | 19.658.950,64             | 18.761.493,35             | 18.235.844,21        |
| Pessoal e Encargos Sociais                                  | 11.049.500,00           | 13.092.023,13             | 12.969.790,83             | 12.918.796,14        |
| Juros e Encargos da Dívida                                  | 0,00                    | 0,00                      | 0,00                      | 0,00                 |
| Outras Despesas Correntes                                   | 4.509.000,00            | 6.566.927,51              | 5.791.702,52              | 5.317.048,07         |
| Despesas de Capital (VI)                                    | 1.738.800,00            | 2.190.159,15              | 1.802.700,00              | 1.511.808,29         |
| Investimentos   | 1.666.700,00            | 2.190.159,15              | 1.802.700,00              | 1.511.808,29         |
| Inversões Financeiras                                       | 72.100,00               | 0,00                      | 0,00                      | 0,00                 |
| Amortização da Dívida                                       | 0,00                    | 0,00                      | 0,00                      | 0,00                 |
| Total (VII = V + VI)  | 17.297.300,00           | 21.849.109,79             | 20.564.193,35             | 19.747.652,50        |
| (+) Repasses Previdenciários - RPPS (VIII)                  | 0,00                    | 0,00                      | 0,00                      | 0,00                 |
| (-) Inativos e Pensionistas (IX)                            | 0,00                    | 0,00                      | 0,00                      | 0,00                 |
| Despesa Total com Ações e Serviços de Saúde (X=VII+VIII-IX) | 17.297.300,00           | 21.849.109,79             | 20.564.193,35             | 19.747.652,50        |

**Quadro C - Receitas de Transferências de Outras Esferas de Governo para a Saúde**

| Transferências de Recursos do SUS            | Previsão Atualizada 2006 | Receita Realizada em 2006 |
|--|--------------------------|---------------------------|
| União (XI)                                   | 4.678.700,00             | 4.989.089,47              |
| Receita de Prest.Serviços (SIA/SIH)          | 0,00                     | 0,00                      |
| PAB Fixo                                     | 1.200.700,00             | 1.125.516,50              |
| PAB Variável                                 | 2.228.000,00             | 2.988.715,62              |
| FAEC   | 0,00                     | 0,00                      |
| Média e Alta Complexidade (SIA/SIH Gest.Ple) | 0,00                     | 0,00                      |
| Convênios                                    | 0,00                     | 0,00                      |
| Transferências de Capital da União           | 0,00                     | 0,00                      |
| Outras Transferências Fundo a Fundo          | 1.150.000,00             | 674.857,35                |
| Estado (XII)                                 | 99.900,00                | 0,00                      |
| Receita de Prest.Serv. a Estados             | 0,00                     | 0,00                      |
| Convênios                                    | 0,00                     | 0,00                      |
| Outras Transferências do Estado              | 99.900,00                | 0,00                      |
| Municípios (XIII)                            | 0,00                     | 0,00                      |
| Receita de Prest.Serv. a Municípios          | 0,00                     | 0,00                      |
| Convênios                                    | 0,00                     | 0,00                      |
| Transferências de Outros Municípios          | 0,00                     | 0,00                      |
| Rec.Prest.Serv. a Consórcios de Saúde        | 0,00                     | 0,00                      |
| Outras Receitas do SUS (XIV)                 | 0,00                     | 0,00                      |
| Remuneração de Depósitos Bancários           | 0,00                     | 0,00                      |
| Rec. Prest.Serv. Instituições Privadas       | 0,00                     | 0,00                      |
| Receita de Outros Serviços de Saúde          | 0,00                     | 0,00                      |
| Total (XV = XI+XII+XIII+XIV)                 | 4.678.600,00             | 4.989.089,47              |

**Quadro D - Cálculo do Percentual de Recursos Próprios aplicados em saúde**

| Itens   | Cálculo da Desp. Própria em Ações e Serv. Púb. de Saúde | Despesa Empenhada em 2006 | Dotação Atualizada 2006 | Despesa Paga em 2006 |
|---|---|---------------------------|-------------------------|----------------------|
| Despesa Total com Ações e Serviços de Saúde (X)       | 21.849.109,79   | 0,00                      | 0,00                    | 0,00                 |
| (-) Transferências de Recursos do SUS (XV)            | 4.989.089,47  | 0,00                      | 0,00                    | 0,00                 |
| (-) Receita de Operações de Crédito (XVI)             | 0,00  | 0,00                      | 0,00                    | 0,00                 |
| (-) RP Inscritos em Disponibilidade financeira (XVII) | 2.101.457,29  | 0,00                      | 0,00                    | 0,00                 |
| Disponibilidade Financeira em 2006                    | 0,00  | 0,00                      | 0,00                    | 0,00                 |

## : SIOPS - Cálculo do Percentual de Recursos Próprios Aplicados em Saúde confor... Página 2 de 2

|   |               |      |      |      |
|---|---------------|------|------|------|
| Restos a Pagar inscritos em Saúde 2006                  | 2 101.457,29  | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Compensação de RPs Cancelados 2006 (XVIII)          | 0,00          | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aplicação Mínima 2005                                   | 10.079.289,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aplicação Apurada 2005                                  | 10 147 386,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RPs c/dispon. Financeira em 2005                        | 0,00          | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RPs 2005 Cancelados 2006                                | 49.743,13     | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RPs inscritos s/ disp. Financeira 2005                  | 1.454.765,53  | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saldo Financeiro em 31/12/2005                          | 0,00          | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RP inscrito 31/12/2005                                  | 1.454.765,53  | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesa com Recursos Próprios (XIX=X.XV.XVI.XVII.XVIII) | 14.758.563,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| % de Recursos Próprios Aplicados em Saúde (XX=XIX / IV) | 17,60         | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**Nota:** De acordo com o 5º MANUAL de Elaboração DO RREO, aprovado pela Portaria 587 de 29 de agosto de 2005, o valor considerado para o cálculo da despesa própria com ações e serviços públicos de saúde é o da **DESPESA LIQUIDADADA**. Durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, as despesas empenhadas e ainda não liquidadas deverão ser consideradas como liquidadas, se inscritas em restos a pagar; caso contrário, deverão ser canceladas.

Para o cálculo da Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2006 (item XVIII do quadro D), foram considerados os Restos a Pagar Cancelados em 2006 que tinham disponibilidade financeira em 2005.

### CONTRATO DE GARANTIA

Na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no dia de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, por uma parte, a República Federativa do Brasil, adiante denominada "Garantidor", e por outra parte, o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, a seguir denominado "FONPLATA", resolvem celebrar o presente Contrato de Garantia, conforme as seguintes disposições:

### ANTECEDENTES

De acordo com o Contrato de Empréstimo BR-\_\_\_\_/\_\_\_\_, a seguir denominado "Contrato de Empréstimo", celebrado neste mesmo dia e lugar, entre o Fonplata e o Município de Corumbá, do Estado do Mato Grosso do Sul, da República Federativa do Brasil, a seguir denominado "Mutuário", o Fonplata decidiu outorgar um financiamento ao Mutuário pela soma de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares), com a condição de que o Garantidor assumia solidariamente as obrigações de pagamento do principal, juros e demais encargos financeiros estipulados no Contrato de Empréstimo.

EM VIRTUDE DO EXPOSTO, as partes acordam o seguinte:

1. O Garantidor se constitui fiador solidário de todas as obrigações financeiras relativas ao pagamento do principal, juros e demais encargos resultantes do Financiamento, decorrentes do referido Contrato de

Empréstimo, o qual o Garantidor declara conhecer em todas as suas partes, excluído o compromisso do Mutuário de contribuir com recursos adicionais para a execução do Programa.

2. O Garantidor se compromete a não adotar, no âmbito de suas competências legais, nenhuma medida nem decisão que dificulte ou impeça a execução do Projeto ou que obste o cumprimento de qualquer obrigação do Mutuário, estabelecida no Contrato de Empréstimo.

3. Se o Garantidor contrair obrigações que afetem total ou parcialmente seus bens ou receitas fiscais como garantia de uma dívida externa, o FONPLATA poderá requerer que sejam constituídas as mesmas garantias em seu benefício, em forma proporcional ao valor do financiamento que foi concedido ao Mutuário.

Para os efeitos deste Contrato, a expressão "bens ou receitas fiscais" significa toda classe de bens ou rendas que pertençam ao Garantidor ou a qualquer de seus órgãos que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

4. O Garantidor se compromete a, no âmbito de sua competência:

(a) informar ao Fonplata, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, sobre qualquer fato que dificulte, ou possa dificultar, a finalização do Projeto financiado, ou o cumprimento das obrigações financeiras do Mutuário, bem como sobre os casos em que, cumprindo

as suas obrigações de fiador solidário, efetue os pagamentos correspondentes ao Contrato de Empréstimo;

(b) proporcionar ao FONPLATA as informações que lhe forem solicitadas com relação à situação do Mutuário, concernentes às obrigações financeiras contraídas mediante o Contrato de Empréstimo;

(c) facilitar aos representantes do FONPLATA o exercício de suas funções relacionadas com o Contrato de Empréstimo e com a execução do Projeto;

5. O Garantidor se compromete a pagar o principal, os juros e demais encargos financeiros estipulados no Contrato de Empréstimo, sem dedução nem restrição alguma, livres de todo tributo, imposto, taxa, contribuição ou qualquer outro ônus ou gravame que resulte, ou possa resultar, das leis da República Federativa do Brasil, e reconhece que tanto este Contrato como o Contrato de Empréstimo estão isentos de todo imposto, taxa, contribuição ou qualquer outro ônus ou gravame aplicável à celebração, registro e execução dos contratos.

6. A responsabilidade do Garantidor somente cessará com a extinção total das obrigações de pagamento contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, referidas no Item 1, supra, do presente Contrato.

7. Qualquer modificação, no todo ou em parte, do Contrato de Empréstimo, deverá contar com a prévia e expressa anuência do Garantidor, na forma do disposto no Artigo 7.04 das Disposições Especiais.

8. A demora por parte do FONPLATA no exercício dos direitos estabelecidos neste Contrato, ou o não exercício desses direitos, não poderão ser interpretados como renúncia do FONPLATA a tais direitos nem como aceitação de eventuais circunstâncias que os impediam de exercê-los.

9. Toda controvérsia que surja entre as partes como resultado da interpretação ou aplicação deste Contrato, que não seja solucionada por acordo entre elas, deverá ser submetida à decisão de um Tribunal de Arbitragem, na forma estabelecida nos Artigos 10.01 a 10.07 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo. Para os efeitos da arbitragem, toda referência ao Mutuário nos citados artigos se entenderá aplicável ao Garantidor. Se a controvérsia afetar tanto ao Mutuário como ao Garantidor, ambos deverão atuar conjuntamente, designando um único e mesmo árbitro.

10. Todo aviso, solicitação ou notificação entre as partes, em conformidade com este Contrato, deverá efetuar-se, sem exceção alguma, por escrito, e será considerado como dado ou feito por uma das partes à outra, quando for entregue por qualquer meio usu-

al de notificação admitido pelo Direito nos endereços respectivos indicados a seguir:

#### GARANTIDOR:

Endereço para Correspondência: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios – Bloco P – 8º Andar  
CEP 70048-900 – Brasília – DF – Brasil

#### FONPLATA:

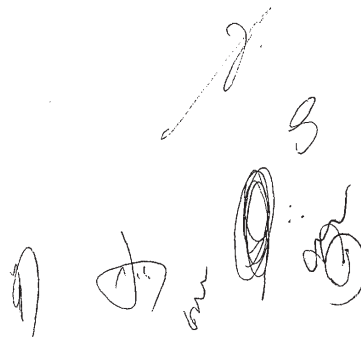
Endereço para correspondência: Avenida Irala nº 573  
Santa Cruz dela Sierra – República de Bolívia

EM FÉ DO QUAL, o Garantidor e o FONPLATA, atuando cada um por meio de seu representante autorizado, celebram o presente Contrato em dois exemplares de igual teor, no lugar e dia anteriormente indicados.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FUNDO FINANCEIRO PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO  
PRATA



## SEGUNDA PARTE

### NORMAS GERAIS

#### CAPÍTULO I

##### Aplicação das Normas Gerais

Artigo 1.01 APLICAÇÃO DAS NORMAS GERAIS. Estas Normas Gerais aplicam-se aos Contratos de Empréstimo que o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata acorde com os seus Mutuários do setor público e, portanto, as suas disposições constituem parte integrante do Contrato.

#### CAPÍTULO II

##### Definições

Artigo 2.01 DEFINIÇÕES. Para os efeitos das disposições contidas neste contrato, adotam-se as seguintes definições:



(a) “Contrato” significa o conjunto formado por Disposições Especiais, Normas Gerais e Anexos;

(b) “Disposições Especiais” significa o conjunto de cláusulas que compõem a Primeira Parte do Contrato;

(c) “Normas Gerais” significa o presente documento, que constitui a Segunda Parte do Contrato;

(d) “Dias”, sem ser especificado se são corridos ou úteis, significa que são corridos;

(e) “FONPLATA” significa o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata;

(f) “Países-Membros” significa os países-membros do FONPLATA;

(g) “Diretoria” significa a Diretoria Executiva do FONPLATA;

(h) “Financiamento” significa os recursos que o FONPLATA decide pôr à disposição do Mutuário, para contribuir para a realização do Projeto;

(i) “Empréstimo” significa os fundos que são desembolsados a cargo do Financiamento;

(j) “Mutuário” significa a parte em favor da qual se coloca à disposição o Financiamento

(k) “Órgão Executor” significa a entidade encarregada pelo mutuário para executar o projeto;

(l) “Garantidor” significa a parte que garante as obrigações financeiras contraídas pelo mutuário;

(m) “Projeto” significa o programa, obra ou cooperação técnica para o qual se outorga o financiamento;

(n) “Dólares” significa a moeda dos Estados Unidos da América;

(o) “Moeda Regional” significa a moeda de cada um dos Países Membros do Fonplata.

### CAPÍTULO III

#### **Amortização, Juros e Comissão de Compromisso**

Artigo 3.01 AMORTIZAÇÃO. O mutuário amortizará o empréstimo mediante o pagamento de quotas semestrais e consecutivas, que deverá ser realizado nas datas indicadas nas disposições especiais. Com antecedência à data estabelecida para o pagamento da primeira quota, o Fonplata enviará ao mutuário uma tabela de amortização que especifique o montante das quotas e a moeda ou moedas que devem ser usadas para cada pagamento. As quantias de tal tabela pode-

rão ser modificadas pelo Fonplata, a pedido do mutuário, se for necessário.

Pelo atraso no pagamento de quotas de amortização o mutuário pagará ao Fonplata juros de mora, nos termos e condições estabelecidas nas disposições especiais, sem prejuízo de que o Fonplata aplique quaisquer outras medidas estabelecidas neste contrato.

Artigo 3.02 JUROS. Sobre os saldos devedores diários do empréstimo incidirão os juros, nos termos e condições estabelecidas nas disposições especiais

Artigo 3.03 COMISSÃO DE COMPROMISSO. Sobre o saldo não desembolsado do financiamento, o mutuário pagará uma comissão de compromisso, que começará a ser devida a partir dos cento e oitenta (180) dias contados da data de subscrição deste contrato, cujo valor se especifica nas disposições especiais.

A comissão de compromisso será paga nas datas estabelecidas nas disposições especiais e nas moedas programadas, de acordo com o estabelecido no contrato. Nos casos em que se acorde a utilização de Moeda Regional, a comissão de compromisso, pela parte do empréstimo correspondente a tal moeda, poderá ser paga em moeda do país do mutuário.

Está comissão deixará de ser devida, total ou parcialmente, conforme o caso, na medida em que:

- (i) tenham sido realizados todos os desembolsos a cargo do Fonplata; ou
- (b) o financiamento tenha ficado, total ou parcialmente, sem efeito;

Artigo 3.04 CÁLCULO DOS JUROS E DA COMISSÃO DE COMPROMISSO. Os juros e a comissão de compromisso correspondentes a um período que não abarque um semestre completo serão calculados, em relação ao número de dias, tomando como base um ano de trezentos e sessenta e cinco (365) dias.

Artigo 3.05 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS. O mutuário se compromete a que tanto o principal, como os juros e as demais obrigações do financiamento, serão pagos sem dedução nem restrição alguma, livres de todo tributo, imposto, taxa, contribuição ou de qualquer outro ônus ou gravame que resulte ou possa resultar das leis de seu país, e também a se encarregar do pagamento de todo imposto, taxa ou gravame aplicável à celebração, inscrição e execução do contrato.

Artigo 3.06 OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE MOEDAS. O Financiamento e os desembolsos serão expressos em Dólares. As quantias que forem desembolsadas em Moeda Regional serão deduzidas do financiamento, na data do respectivo desembolso, pelo equivalente em Dólares, de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 3.07 seguinte.

O pagamento das amortizações e juros deverá ser feito nas respectivas moedas desembolsadas, ou em outras moedas aceitáveis pelo Fonplata.

Artigo 3.07 TAXA DE CÂMBIO. Para os efeitos de pagamento ao Fonplata de quantias desembolsadas em Moeda Regional, deverão ser aplicadas as seguintes normas:

(A) a equivalência com relação ao Dólar será calculada de acordo com a taxa de câmbio que corresponder ao acordo assinado entre o Fonplata e o respectivo País-Membro, para os efeitos de manter o valor da moeda;

(B) se não existir em vigência um acordo entre o Fonplata e o respectivo País-Membro sobre a taxa de câmbio que deverá ser aplicada para os efeitos de manter o valor de sua moeda em poder do Fonplata, este terá direito de exigir que, para os fins do pagamento de amortização, juros e comissão de compromisso, seja aplicada uma taxa de câmbio que não seja menor à que nas datas dos respectivos pagamentos estiver utilizando o Banco Central do País-Membro, ou o correspondente organismo monetário, para vender Dólares, de acordo com as normas acordadas com outros organismos financeiros internacionais;

(C) no caso de pagamento atrasado, o Fonplata poderá exigir que se aplique a taxa de, câmbio que estiver vigente no momento do pagamento.

Artigo 3.08 CESSÃO DE DIREITOS. Em qualquer momento, o Fonplata poderá ceder, total ou parcialmente, os direitos correspondentes a qualquer das obrigações de crédito do mutuário provenientes do contrato. O Fonplata poderá ceder direitos relativos a qualquer das (i) quantias do financiamento desembolsadas previamente à celebração do acordo de cessão; e das (ii) quantias do financiamento que estejam pendentes de desembolso no momento de ser celebrado o acordo de cessão.

O Fonplata notificará, de imediato e fidedignamente, ao mutuário e ao garantidor, caso haja, sobre cada cessão, assumindo o terceiro, em relação à parte cedida, os mesmos direitos e obrigações que, segundo o contrato, correspondam ao Fonplata.

Artigo 3.09 LOCAL DOS PAGAMENTOS. Todo pagamento deverá ser realizado no local em que o Fonplata designar, mediante prévia notificação escrita ao mutuário e ao garantidor.

Para os efeitos do contrato se considerará como data efetiva de pagamento aquela em que o Fonplata receba e tenha a sua disposição os montantes corres-

pondentes a juros, comissões ou amortização, conforme corresponda.

Artigo 3.10 RECIBOS E PROMISSÓRIAS. A pedido do Fonplata, o mutuário subscreverá e entregará a este, ao término dos desembolsos, o recibo ou os recibos que representarem as quantias desembolsadas. Do mesmo modo, o mutuário subscreverá e entregará ao Fonplata, a seu pedido, promissórias ou outros documentos negociáveis, representativos das obrigações do mutuário.

A forma e termos dos recibos, promissórias, ou dos documentos negociáveis mencionados no parágrafo anterior, serão determinados de comum acordo entre o Fonplata e o mutuário, levando em consideração as respectivas disposições legais do país do mutuário. Quando se emitirem os documentos, eles estarão vinculados ao contrato de empréstimo respectivo.

Artigo 3.11 IMPUTAÇÃO DOS PAGAMENTOS EXIGÍVEIS. Todo pagamento será imputado, em primeiro lugar, à devolução das somas não justificadas do fundo operacional; em segundo lugar, ao acerto relativo à comissão de compromisso; em terceiro lugar, à quitação dos juros exigíveis na data do pagamento e, se existir um saldo, às amortizações de quotas vencidas de principal.

Artigo 3.12 PAGAMENTOS ANTECIPADOS. Com antecedência mínima de quinze (15) dias e mediante notificação escrita e recebida pelo Fonplata, o mutuário poderá pagar na data indicada na notificação qualquer parte do empréstimo antes de seu vencimento, desde que não deva soma alguma a título de comissão de compromisso ou de juros exigíveis.

Todo pagamento parcial antecipado, salvo acordo escrito em contrário, será imputado às quotas de amortização do principal pendente, em ordem inversa aos seus vencimentos.

Artigo 3.13 RENÚNCIA A PARTE DO FINANCIAMENTO. O mutuário, de comum acordo com o garantidor, caso haja, mediante aviso escrito enviado ao Fonplata, poderá renunciar ao seu direito de utilizar qualquer parte do Financiamento que não tenha sido desembolsada antes do recebimento do aviso e que não se encontre em alguma das circunstâncias previstas no artigo 5.03 destas Normas Gerais.

Quando intervierem dois ou mais países como mutuários ou garantidores em um projeto financiado pelo Fonplata, a renúncia a parte do Financiamento de um ou mais contratantes somente será válida se houver o acordo dos demais.

Artigo 3.14 VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS. Todo pagamento e qualquer outro ato que, de acordo com o Contrato, deva se realizar em sábado, domingo ou em dia que seja feriado bancário, segundo a legislação do local, será entendido como validamente

realizado no primeiro dia útil imediato seguinte. Em tal caso, não incidirá penalidade por mora, mas o cálculo correspondente das demais parcelas devidas, caso existam, será ajustado pelo Fonplata, considerando o dia de efetivo pagamento.

#### **CAPÍTULO IV** **Desembolsos**

**Artigo 4.01 CONDIÇÕES PRÉVIAS AO PRIMEIRO DESEMBOLSO.** O primeiro desembolso à conta do Financiamento está condicionado a que se cumpram, à satisfação do Fonplata, os seguintes requisitos:

- (a) que o Fonplata tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados que estabeleçam, com a menção das pertinentes disposições constitucionais, legais e regulamentares, que as obrigações contraídas pelo mutuário, no contrato, e as do garantidor, no Contrato de Garantia, são válidas e exigíveis. Tais pareceres deverão a-tender, além disso, a qualquer consulta jurídica que o Fonplata considere pertinente;
- (b) que o Mutuário tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução do Contrato e que tenha enviado ao Fonplata documentos com as firmas reconhecidas de tais representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, o mutuário indicará se os designados poderão atuar separada ou conjuntamente. Para tal efeito, é incompatível o exercício dos cargos de diretor executivo e de funcionários do Fonplata com o de representante do mutuário;
- (c) que tenha sido demonstrado ao Fonplata estarem destinados os recursos suficientes para promover, durante o primeiro ano, a execução do Projeto, de acordo com o cronograma de investimentos mencionado no inciso seguinte. Quando o financiamento objeto deste Contrato constitua a continuidade de uma mesma operação, cuja etapa ou etapas anteriores esteja sendo financiada pelo Fonplata, a obrigação estabelecida neste inciso não será aplicável;
- (d) que o Mutuário, por si ou por meio do Órgão Executor, tenha apresentado ao Fonplata um relatório inicial preparado de acordo com as diretrizes indicadas pelo Fonplata, e que sirva de base para a elaboração e avaliação dos relatórios seguintes de progresso a que se refere o artigo 8.03 destas Normas Gerais. Além das outras informações que o Fonplata possa solicitar de acordo com este Contrato, o relatório inicial deverá compreender:

a) plano de execução do Projeto, incluindo, quando não se tratar de um programa de

concessão de crédito, os planos e as especificações que a juízo do FONPLATA forem necessários;

b) calendário ou cronograma de trabalho ou de concessão de créditos, conforme o caso, e

c) quadro de origem e aplicação de recursos no qual constem o cronograma de investimentos detalhado, de acordo com as categorias de investimentos indicadas no Anexo "A" do Contrato, e a menção dos aportes necessários das distintas fontes de recursos com os quais será financiado o Projeto.

Quando se tenha previsto no Contrato o reconhecimento de gastos anteriores à data de aprovação do financiamento por parte da diretoria, o relatório inicial deverá incluir a situação dos investimentos e, de acordo com os objetivos do financiamento, uma descrição das obras realizadas no Projeto ou uma relação dos créditos formalizados, conforme o caso, até uma data imediatamente anterior ao relatório;

- (e) que o órgão executor tenha apresentado ao FONPLATA o plano, catálogo ou código de contas, a que se faz referência no artigo 8.01 destas Normas Gerais;
- (f) que a entidade oficial fiscalizadora a que se refere o artigo 8.03 destas Normas Gerais tenha acordado em realizar as funções de auditoria previstas em tal dispositivo ou que o mutuário ou o órgão executor tenha concordado em que tal função seja realizada mediante a contratação de uma sociedade de auditores independentes, a cujo efeito, deverão apresentar à satisfação do Fonplata, os termos de referência e os procedimentos a serem cumpridos.

**Artigo 4.02 REQUISITOS PARA QUALQUER DESEMBOLSO.** Para que o Fonplata realize qualquer desembolso será necessário que se cumpram os seguintes requisitos:

(a) que o mutuário ou o órgão executor tenha apresentado por escrito e de acordo com o especificado nas Disposições Especiais e nestas Normas Gerais, um pedido de desembolso e que, amparando tal pedido, tenham sido fornecidos, à satisfação do Fonplata, os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa ter requerido;

(b) que o mutuário ou o órgão executor tenha comprovado que destinou oportunamente os recursos da contrapartida local, nas proporções estabelecidas no Contrato;

(c) que não tenha ocorrido alguma das circunstâncias descritas no artigo 5.01 destas Normas Gerais;

(d) que o garantidor não tenha incorrido no descumprimento de suas obrigações de pagamento para com o Fonplata em relação a qualquer Contrato de Empréstimo ou Garantia de que faça parte;

(e) que os pedidos de desembolso sejam apresentados, no mais tardar, com trinta (30) dias de antecedência à data de término do prazo para desembolsos.

**Artigo 4.03 DESEMBOLSOS PARA COOPERAÇÃO TÉCNICA.** Caso as Disposições Especiais contemplem financiamento de gastos para Cooperação Técnica, os desembolsos a esse propósito poderão ser realizados, desde que se cumpram os requisitos estabelecidos nos incisos (A) e (8) do artigo 4.01 e no artigo 4.02, precedentes.

**Artigo 4.04 DESEMBOLSO PARA A COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO.** O Fonplata efetuará em seu favor um desembolso correspondente à comissão de administração prevista nas Disposições Especiais, assim que sejam cumpridas as condições para o primeiro desembolso.

**Artigo 4.05 PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS AO PRIMEIRO DESEMBOLSO.** Se dentro dos cento e oitenta (180) dias contados a partir do dia seguinte ao início da vigência do Contrato, ou de um prazo superior acordado por escrito pelas partes, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso, estabelecidas nestas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, o Fonplata poderá rescindir o Contrato, dando ao mutuário o aviso correspondente.

**Artigo 4.06 PROCEDIMENTO DE DESEMBOLSO.** O Fonplata poderá realizar desembolsos à conta do Financiamento: (i) transferindo a favor do mutuário as somas a que tiver direito, de acordo com o Contrato; (ii) realizando pagamentos por conta e ordem do mutuário e de acordo com ele, a instituições bancárias; (iii) constituindo ou renovando o fundo operacional a que se refere o Artigo seguinte; e (iv) por meio de outro método que as partes acordem por escrito.

Qualquer despesa bancária cobrada por terceiros em razão da tramitação e liberação dos desembolsos correrá por conta do mutuário. A não ser que as partes acordem de outra maneira, só se farão desembolsos sem cada ocasião por quantias que não forem inferiores ao equivalente a vinte (20) mil dólares.

**Artigo 4.07 FUNDO OPERACIONAL.** O Fonplata poderá estabelecer um fundo operacional com encargo

ao Financiamento, desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 4.01, 4.02 e 4.05 destas Normas Gerais e nos que forem pertinentes das Disposições Especiais.

O fundo operacional deverá ser utilizado para financiar somente os gastos relacionados com a execução do Projeto previsto no Contrato, mediante a apresentação de uma solicitação devidamente justificada. Salvo acordo expresso entre as partes, o montante do fundo operacional não excederá a dez por cento (10%) do montante do Financiamento.

O Fonplata poderá renovar, total ou parcialmente, este fundo, se assim for solicitado justificadamente pelo mutuário, à medida que forem utilizados os recursos e sempre que forem cumpridos os requisitos para cada desembolso, previstos nas Normas Gerais e nas Disposições Especiais. A constituição e renovação desse fundo serão consideradas desembolsos para todos os efeitos do Contrato.

O mutuário deverá justificar a utilização do fundo operacional e devolver o saldo sem utilizar, dentro dos cento e oitenta (180) dias contados a partir da data em que o Fonplata tiver efetuado o respectivo desembolso.

Em nenhum caso, o Fonplata desembolsará recursos mediante fundo operacional nos cento e oitenta dias prévios ao vencimento do prazo de desembolsos, nem ainda em um prazo superior quando se tratar do último desembolso.

**Artigo 4.08 DISPONIBILIDADE DE MOEDA LOCAL.** O Fonplata estará obrigado a entregar ao mutuário, a título de desembolso na moeda de seu país, as somas correspondentes a tal moeda, somente na medida em que o país-membro a tenha colocado à efetiva disposição do Fonplata.

## CAPÍTULO V

### **Suspensão de Desembolsos e Vencimento Antecipado**

**Artigo 5.01 SUSPENSÃO DE DESEMBOLSOS.** O Fonplata, mediante aviso escrito ao Mutuário, poderá suspender os desembolsos, caso surja e enquanto subsista alguma das seguintes circunstâncias:

(a) o atraso no pagamento das somas que o Mutuário deva ao Fonplata por principal, por comissões, juros, devolução de somas desembolsadas mediante fundo operacional que não tenham sido justificadas a critério do Fonplata, ou por qualquer outro conceito, de acordo com o Contrato ou qualquer outro Contrato de Empréstimo celebrado entre o Fonplata e o Mutuário;



(b) a falta de cumprimento por parte do mutuário ou do órgão executor das obrigações estipuladas, com relação aos aportes da contrapartida local, na proporção estabelecida no contrato;

(c) a falta de cumprimento por parte do mutuário de qualquer outra obrigação estipulada no contrato ou em outros contratos subscritos com o Fonplata para financiar o projeto;

(d) nos casos em que (a) o mutuário ou o órgão executor venham a sofrer alguma restrição de suas faculdades legais ou se suas funções ou de seus patrimônios ficarem substancialmente afetados; ou (b) alguma emenda venha a ser introduzida, sem a anuência escrita do Fonplata, nas condições cumpridas resultantes da resolução que aprovou o financiamento e que foram consideradas como condições básicas para a assinatura deste contrato, ou nas condições básicas cumpridas previamente à aprovação de tal resolução, o Fonplata terá direito a requerer uma informação justificada e pormenorizada do mutuário, a fim de apreciar se a mudança ou mudanças poderão ter um impacto desfavorável na execução do projeto. Após ouvir o mutuário e apreciar suas informações e esclarecimentos, ou no caso da falta de manifestação do mutuário, se o Fonplata julgar que as mudanças introduzidas afetarão, substancial e desfavoravelmente, o projeto, ou impossibilitarão a sua execução, poderão ser suspensos os desembolsos;

(e) a falta de cumprimento por parte do garantidor, se houver, de qualquer obrigação estipulada no contrato de garantia.

**Artigo 5.02 ENCERRAMENTO OU VENCIMENTO ANTECIPADO.** Se alguma das circunstâncias previstas nos incisos (a), (b), (c) e (e) do artigo anterior se prolongarem por mais de sessenta (60) dias, ou se as informações e os esclarecimentos a que se refere o inciso (d), do artigo anterior, não forem satisfatórios, o Fonplata poderá cancelar o contrato na parte do financiamento que até essa data não tiver sido desembolsada, ou declarar vencida e pagável de imediato a totalidade do empréstimo, ou uma parte dele, com os juros e comissões devidos até a data do pagamento.

**Artigo 5.03 OBRIGAÇÕES NÃO ALCANÇADAS.** Não obstante o disposto nos dois artigos precedentes, nenhuma das medidas previstas neste capítulo afetará: i) as quantias sujeitas à garantia de uma carta de crédito irrevogável; e ii) as quantias que o Fonplata tenha se comprometido com o mutuário ou o órgão

executor a disponibilizar, de maneira específica e por escrito, com encargo aos recursos do financiamento para realizar os pagamentos a um provedor de bens e serviços.

**Artigo 5.04 DISPOSIÇÕES NÃO AFETADAS.** A aplicação das medidas estabelecidas neste capítulo não afetará as obrigações do mutuário estabelecidas no contrato, as quais manterão sua validade, salvo no caso de vencimento antecipado da totalidade do empréstimo, em cuja circunstância somente permanecerão vigentes as obrigações pecuniárias do mutuário.

## **CAPÍTULO VI Outras Obrigações**

**Artigo 6.01 COMPROMISSO.** Se o mutuário contrair obrigações que afetem total ou parcialmente seus bens ou receitas como garantia de uma dívida externa, o Fonplata poderá requerer que lhe sejam constituídas as mesmas garantias em seu benefício, em forma proporcional ao valor do financiamento que foi concedido.

## **CAPÍTULO VII Execução do Projeto**

**Artigo 7.01 DISPOSIÇÕES GERAIS.** O mutuário concorda que o projeto será realizado com a devida diligência, em consonância com as normas financeiras e técnicas de regência e de acordo com os estudos, planos, especificações, calendário de investimentos, orçamentos, regulamentos ou outros documentos que o Fonplata tenha aprovado.

Toda modificação importante nos citados planos, especificações, cronograma de desembolso, orçamento, regulamento ou outros documentos que o Fonplata tenha aprovado, bem como toda alteração substancial no contrato ou contratos de bens e serviços, financiados com recursos destinados à execução do projeto ou nas categorias de investimentos, requerem o consentimento prévio e escrito do Fonplata.

**Artigo 7.02 PREÇOS E LICITAÇÕES.** Os contratos de construção e de prestação de serviços, assim como toda compra de bens para o projeto, serão feitos a um custo razoável que será, geralmente, o menor preço do mercado, levando em consideração os fatores de qualidade, eficiência e outros aplicáveis ao caso.

As compras de equipamentos e materiais que realizem as empresas contratadas, mediante o processo de Licitação Pública Internacional, ficarão eximidas de processos licitatórios.

**Artigo 7.03 UTILIZAÇÃO DE BENS.** Os bens adquiridos com os recursos do financiamento deverão ser destinados exclusivamente para os fins relacionados

com a execução do projeto. No caso de se desejar dispor destes bens para outros fins, será necessário o consentimento prévio e expresso do Fonplata, exceto para o maquinário e os equipamentos de construção utilizados no projeto, que poderão ser destinados a diferentes objetivos depois de terminada a realização do projeto.

**Artigo 7.04 RECURSOS DE CONTRAPARTIDA LOCAL.** O mutuário deverá destinar oportunamente, a título de contrapartida local, todos os recursos complementares aos recursos provenientes do financiamento que sejam necessários para a completa e ininterrupta execução do projeto, cujo valor estimado está indicado nas disposições especiais. Se durante o processo de desembolso do financiamento ocorrer elevação do custo estimado do projeto, o Fonplata poderá requerer a modificação do cronograma de investimentos, referido no inciso (d), do Artigo 4.01 destas normas gerais, para que o mutuário suporte tal elevação.

No ano seguinte ao do início do projeto e durante o período de sua execução, o mutuário deverá demonstrar ao Fonplata, nos primeiros sessenta (60) dias de cada ano, que disporá oportunamente dos recursos adicionais necessários para efetuar a contrapartida local ao projeto, durante o ano em curso.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Registros, Inspeções, Relatórios e Demonstrativos Financeiros**

**Artigo 8.01 REGISTROS.** O mutuário ou o órgão executor, quando corresponder, manterão registros adequados, onde serão consignados, de acordo com o plano, catálogo ou código de contas que o Fonplata tenha aprovado, os investimentos no projeto, tanto dos recursos do empréstimo, como dos demais fundos que devam ser disponibilizados para a sua total execução.

Em se tratando de um projeto específico, os registros deverão ser feitos com o detalhamento necessário para precisar os bens adquiridos e os serviços contratados, de forma que se permita identificar os investimentos realizados em cada categoria de gastos, estabelecida no Anexo A do contrato, a utilização de tais bens e serviços e o progresso e os custos das obras. Em se tratando de um programa de crédito, os registros deverão precisar os créditos outorgados e o emprego das recuperações obtidas.

**Artigo 8.02 INSPEÇÕES.** O Fonplata determinará os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar o desenvolvimento satisfatório do projeto.

O mutuário e o órgão executor deverão permitir que os funcionários e consultores que o Fonplata enviar inspecionem, em qualquer momento, a execução do projeto, assim como os equipamentos e materiais correspondentes e examinem os registros e documentos que o Fonplata considerar pertinente conhecer. No cumprimento de sua missão, tais técnicos deverão contar com a mais ampla colaboração das autoridades respectivas. Todos os custos relativos a transporte, salário e demais gastos de tais técnicos do projeto serão pagos pelo Fonplata.

**Artigo 8.03 RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS.** O mutuário ou o órgão executor, conforme for o caso, apresentará ao Fonplata:

(a) dentro dos sessenta (60) dias seguintes a cada semestre, ou em outro prazo que as partes acordarem, os relatórios relativos à execução do projeto, conforme as pautas que, sobre essa matéria, o Fonplata enviar ao órgão executor; (b) dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro do Órgão Executor, a começar pelo exercício que corresponder ao ano seguinte ao do início do Projeto e enquanto este se encontrar em execução, três (3) exemplares dos demonstrativos financeiros e informação financeira complementar relativos ao encerramento de cada exercício, no que diz respeito à totalidade do projeto;

(c) dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro, a começar pelo exercício que corresponder ao ano seguinte ao do início do Projeto e enquanto subsistam as obrigações do mutuário, em conformidade com o contrato, três (3) exemplares de seus demonstrativos financeiros referentes ao encerramento de cada exercício e informação financeira complementar relativa a esses demonstrativos. Esta obrigação não se aplica se o mutuário é a República ou o Banco Central;

(d) os demais relatórios que o Fonplata solicitar em relação à aplicação das quantias emprestadas, à utilização dos bens adquiridos com tais recursos e ao progresso do projeto.

Os demonstrativos e documentos descritos nos incisos (E) e (C) anteriores deverão ser apresentados dentro do prazo previsto com parecer da respectiva entidade oficial auditora e de acordo com os requisitos aplicáveis, a critério do Fonplata. O mutuário ou o Órgão Executor, segundo corresponda, deverá autorizar

a entidade auditora para que proporcione ao Fonplata a informação adicional que este possa solicitar relativamente aos demonstrativos financeiros e relatórios de auditoria emitidos.

Nos casos em que o parecer esteja a cargo de uma entidade oficial de auditoria e esta não puder efetuar seu trabalho de acordo com os requisitos aplicáveis, a critério do Fonplata ou dentro dos prazos acima mencionados, o Mutuário ou o Órgão Executor contratará os serviços de uma empresa de auditores independente aceita pelo Fonplata. Da mesma forma, poderão ser utilizados os serviços de uma empresa de auditores independente, se as partes contratantes assim acordarem. Sempre que se contrate uma empresa de auditores independente, os honorários correrão por conta do mutuário ou do Órgão Executor.

#### **CAPÍTULO IX** **comunicações e Notificações**

Artigo 9.01 FORMALIDADES. Todo aviso, solicitação ou comunicação entre as partes, de acordo com o contrato, deverá ser realizado, sem exceção alguma, por escrito e será considerado como dado ou feito por uma das partes à outra, quando for entregue por qualquer meio usual de comunicação admitida no Direito nos respectivos endereços que forem estabelecidos no contrato.

#### **CAPÍTULO X** **Da arbitragem**

Artigo 10.01 CLAÚSULA COMPROMISSÓRIA. Para a solução de toda controvérsia que denve do contrato e que não se resolva por acordo entre as partes, estas se submeterão, incondicional e irrevogavelmente, ao procedimento e decisão de um Tribunal de Arbitragem.

Artigo 10.02 COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE ARBITRAGEM. O Tribunal de Arbitragem será composto por três (3) membros. Para a designação de seus membros, será observado o seguinte procedimento: um, pelo Fonplata; outro, pelo Mutuário; e um terceiro, doravante denominado o “Dirimente”, por acordo direto entre as partes, ou por intermédio dos respectivos árbitros.

Se as partes, ou os árbitros, não estiverem de acordo em relação à pessoa do dirimente, ele será designado de acordo com o determinado no artigo 10.03. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o dirimente não quiser ou não puder atuar ou seguir atuando, proceder-se-á a sua substituição da mesma

forma que para a designação original. O sucessor terá as mesmas funções que o antecessor.

Se a controvérsia afetar tanto ao mutuário como ao Garantidor, se existir, ambos serão considerados como uma só parte e, portanto, tanto para a designação do árbitro como para os demais efeitos da arbitragem, deverão atuar conjuntamente.

Artigo 10.03 INICIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL DE ARBITRAGEM. Para submeter a controvérsia ao procedimento de arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra uma comunicação escrita expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação que espera e o nome do árbitro que designa. A parte que tiver recebido tal comunicação deverá, dentro do prazo de quarenta e cinco (45) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se dentro do prazo de trinta (30) dias, contados desde a entrega da referida comunicação ao reclamante, as partes não tenham se colocado de acordo sobre a pessoa do dirimente, qualquer delas poderá recorrer a quem estiver estabelecido nas Disposições Especiais. Este disporá de um prazo de trinta (30) dias para designá-lo.

Artigo 10.04 Sede do Tribunal de Arbitragem. O Tribunal de Arbitragem se constituirá no lugar em que ele próprio determine, dentro do território dos países-membros, na data estabelecida pelo dirimente, e, constituído, funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.

Artigo 10.05 COMPETÊNCIA E PROCEDIMENTO. O Tribunal só terá competência para conhecer os pontos da controvérsia e adotará seu próprio procedimento, podendo, por iniciativa própria, designar os peritos que considerar necessários. Em todos os casos, deverá dar às partes oportunidades de apresentar petições e de oferecer e produzir provas.

O Tribunal ditará a sentença atendo-se aos limites da controvérsia, com base nos termos do Contrato e pronunciará sua sentença mesmo que uma das partes tenha sido considerada revel.

A sentença será emitida em forma escrita e, se for o caso, será adotada por maioria. Deverá ser ditada dentro do prazo de sessenta (60) dias, a partir da data da nomeação do dirimente, a não ser que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas e mediante resolução fundamentada, tal prazo deva ser ampliado. A sentença será notificada às partes por meio de comunicação escrita e deverá ser cumprida dentro do prazo de trinta (30) dias, a partir da data de sua notificação. A sentença obrigará às partes e não admitirá nenhum recurso.

Artigo 10.06 GASTOS. Os honorários de cada árbitro serão pagos pela parte que o tiver designado

e os honorários do dirimente serão pagos por ambas as partes em igual proporção. Os honorários das demais pessoas que devam intervir no procedimento de arbitragem serão acordados pelas partes, antes de constituir-se o Tribunal. Se o acordo não se produz oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para tais pessoas, tomando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará seus custos no procedimento de arbitragem, mas os gastos do Tribunal serão pagos pelas partes em igual proporção. Qualquer dúvida em relação à divisão dos gastos ou com a forma que deverão ser pagos será resolvida, sem recurso posterior, pelo Tribunal.

Artigo 10.07 Notificações. A notificação da sentença será feita por escrito e de maneira fidedigna. As demais notificações serão realizadas na forma prevista nestas Normas Gerais.

## **CAPÍTULO XI**

### **Disposições Gerais**

Artigo 11.01 Irrenunciabilidade de Direitos. A demora por parte do Fonplata em exercer os direitos acordados no Contrato, ou o não exercício desses direitos, não poderão ser interpretados como renúncia do Fonplata a tais direitos nem como aceitação de eventuais circunstâncias que o impedião de exercê-los.

### **ATA DE REUNIÃO**

Nos dias 14 e 15 de julho de 2008, na sede do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reuniram-se para negociar as minutas relativas ao contrato de empréstimo para o financiamento do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah, de interesse do Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata -Fonplata, com garantia da República Federativa do Brasil, as seguintes delegações: pelo Fonplata, Marcelo Madureira Prates, Secretário Executivo Interino; Martin Pedragosa del Campo, Assessor Legal; e Marcelo M. de Paula, Coordenador Interino do Setor de Empréstimos; pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MP, Ronald Ferreira de Meio, Coordenador; Nely Yonamine, Chefe de Divisão; Pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Carlos Antônio Corrêa de Viana Bandeira, Procurador da Fazenda Nacional; pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Cláudia Rebello Massa, Analista de Finanças e Controle; pelo Município de Corumbá, Daniel Martins Costa, Secretário Municipal de Finanças e Administração; Cássio Augusto da Costa Marques, Secretário Municipal de

Desenvolvimento Sustentável; Marcelo de Barros Ribeiro Dantas, Procurador-Geral do Município; Antonio Roberto Rodrigues Mauro, Procurador do Município, Joab Barbosa de Azevedo, Consultor.

Revisadas as disposições especiais, as normas gerais, os Anexos A, E e C do Contrato de Empréstimo e o Contrato de Garantia, com base nas minutas elaboradas pelo Fonplata e enviadas aos interessados, os participantes concordaram com o texto das minutas anexadas a esta ata, que serão levadas à Diretoria Executiva do Fonplata, com o objetivo de avaliar a aprovação do financiamento do projeto.

Em relação às disposições especiais, foi requerido pela delegação brasileira o registro das seguintes observações e solicitações:

#### **Artigo 1.06 Garantia**

O Procurador da Fazenda Nacional requereu que a redação do artigo 1.06 fosse adaptada, de maneira a ficar compatível com o padrão de redação que vem sendo utilizado em outros contratos internacionais de financiamento, como por exemplo os contratos celebrados por mutuários brasileiros com o BID, razão pela qual o referido artigo passaria a ter a seguinte redação:

Artigo 1.06 Garantia. Este Contrato fica submetido à condição de que a República Federativa do Brasil, doravante denominada “Garantidor”, garanta solidariamente, por intermédio de Contrato de Garantia, as obrigações financeiras relativas a pagamento do principal, juros e demais encargos resultantes do financiamento, excluído o compromisso do mutuário de contribuir com recursos adicionais para a execução do projeto.

#### **Artigo 3.01 Amortização**

#### **Artigo 3.02 Juros**

A delegação brasileira requereu que a redação dos artigos 3.01 e 3.02 fosse adaptada, razão pela qual os referidos artigos passariam a ter a seguinte redação:

Artigo 3.01 Amortização. O Mutuário pagará totalmente o empréstimo dentro do prazo improrrogável de 20 (vinte) anos, contado a partir da data de vigência deste contrato, mediante sua amortização em quotas semestrais, consecutivas e, sempre que possíveis, iguais quotas de amortização serão pagas sempre no vigésimo dia, ou primeiro dia útil subsequente dos meses de abril e outubro, sendo que a primeira quota será paga na primeira dessas datas que ocorra depois de transcorridos 180



(cento e oitenta) dias, a partir do vencimento do prazo de desembolsos.

(...)

Artigo 3.02 Juros. Os juros serão pagos em quotas semestrais e serão calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo até o dia do efetivo pagamento.

As quotas de juros serão pagas sempre no vigésimo dia, ou primeiro dia útil subsequente dos meses de abril e outubro, sendo que a primeira quota será paga na primeira dessas datas que ocorrer depois de transcorridos 180 (cento e oitenta) dias a partir da data em que se efetue o primeiro desembolso.

(...)

Artigo 4.02 Condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

Artigo 6.04 Licenças Ambientais e Desapropriações.

A delegação brasileira requereu que fossem retiradas dos contratos as cláusulas e condições relacionadas a desapropriações, uma vez que não estão previstas desapropriações para a execução do projeto.

Em relação ao Contrato de Garantia, o Procurador da Fazenda Nacional requereu que a redação dos Itens 1 e 6 fosse adaptada, de maneira a ficar compatível com o padrão de redação que vem sendo utilizado em outros contratos internacionais de financiamento, razão pela qual os referidos itens passariam a ter a seguinte redação:

1. O Garantidor se constitui fiador solidário de todas as obrigações financeiras relativas ao pagamento do principal, juros e demais encargos resultantes do financiamento, decorrentes do referido Contrato de Empréstimo, o qual o garantidor declara conhecer em todas as suas partes, excluído o compromisso do mutuário de contribuir com recursos adicionais para a execução do programa.

(...)

6. A responsabilidade do garantidor somente cessará com a extinção total das obrigações de pagamento contraídas pelo mutuário no Contrato de Empréstimo, referidas no Item 1, supra, do presente contrato.

Respondendo a uma dúvida apresentada pela delegação brasileira, a delegação do Fonplata esclareceu que, entre os “jornais de grande circulação do país do mutuário” referidos no Art. 15 do Anexo E, é aceito o **Diário Oficial da União**.

Para efeitos do Artigo 4.02 das Disposições Especiais, a Seain, a PGFN e a STN informaram ao mu-

tuário e ao Fonplata que o cumprimento das condições especiais prévias ao primeiro desembolso constitui exigência do Governo Federal para assinatura do Contrato de Empréstimo.

O Fonplata esclareceu que todas as solicitações e alterações pleiteadas, especialmente as que possam implicar alguma modificação nas normas ou nas políticas do Fonplata, vão ser submetidas à avaliação da autoridade competente.

Brasília, 15 de julho de 2008. – **Marcelo Madureira Prates**, Secretário Executivo Interino, Fonplata – **Martin Pedragosa del Campo**, Acessor Legal, Fonplata – **Marcelo M. De Paula**, Coordenador Interino do Setor de Empréstimos, Fonplata – **Ronald Ferreira de Melo**, Coordenador, Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MP – **Necy Yonamine**, Chefe de Divisão, Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MP – **Carlos Antônio Corrêa de Viana Bandeira**, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador-Geral da Fazenda Nacional – PGFN – **Cláudia Rebelo Massa**, Analista de Finanças e Controle, secretaria do Tesouro Nacional – STN – **Daniel Martins Costa**, Secretário Municipal de Finanças e Administração, Município de Corumbá – **Cássio Augusto da Costa Marques**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Município de Corumbá – **Marcelo Dantas**, Procurador-Geral do Município, Município de Corumbá. – **Antonio Roberto Rodrigues Mauro**, Procurador do Município, Município de Corumbá – **Joab Barbosa de Azevedo**, Município de Corumbá.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

### DECLARAÇÃO

Na qualidade de Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, para fins de aprovação da Operação de Crédito do Programa Corumpah/Fonplata, junto ao Governo Federal, Declaro: que com relação às contas municipais ainda não analisadas pelo Tribunal de Contas do município ou Estado, do exercício em curso e exercício anteriores, o município cumpriu plenamente as competências tributárias e os limites constitucionais relativos à Saúde e a à Educação conforme disposto no art. 198, com a redação da Emenda Constitucional 29/2000 e no art. 212, todos da Constituição Federal.

Corumbá, 22 de Fevereiro de 2008. – **Daniel Martins Costa**, Secretário Municipal de Finanças e Administração.

De acordo

**Ruiter Cunha de Oliveira**, Prefeito Municipal.

## **CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**

Na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no dia de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, por uma parte, o município de Corumbá, do Estado do Mato Grosso do Sul, da República Federativa do Brasil, doravante denominado “Mutuário”, e por outra parte o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, doravante denominado “Fonplata”, resolvem celebrar o presente Contrato de Empréstimo, em conformidade com as seguintes disposições:

### **PARTE PRIMEIRA**

#### **Disposições Especiais**

### **CAPÍTULO I**

#### **Objeto, Elementos integrantes Órgão Executor e Definições Particulares**

Artigo 1.01 Objeto do Contrato. Conforme as disposições deste Contrato, o Fonplata se compromete a outorgar ao Mutuário, e este aceita, um Financiamento destinado à execução do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah”, doravante denominado “Projeto”. No Anexo “A”, são apresentados os aspectos relevantes do Projeto.

Artigo 1.02 Elementos Integrantes deste Contrato. Este Contrato está integrado por: (i) esta Parte Primeira denominada “Disposições Especiais”; (ii) a Parte Segunda denominada “Normas Gerais”; e (iii) os Anexos A, B, e C.

Artigo 1.03 Primazia das Disposições Especiais. Se o estabelecido nas Disposições Especiais ou nos Anexos não for compatível ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no Anexo respectivo. Quando existir incompatibilidade ou contradição entre as Disposições Especiais e os Anexos, prevalecerão as Disposições Especiais.

Artigo 1.04 Órgão Executor. As partes acordam que a execução do Projeto e a utilização dos recursos do Financiamento do Fonplata serão de responsabilidade da Prefeitura de Corumbá, na condição de “Órgão Executor”, por intermédio de uma Unidade Executora do Projeto (UEP), vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

Artigo 1.05 Definições Particulares. Para os efeitos deste Contrato, “Moeda Local” significa a moeda da República Federativa do Brasil.

Artigo 1.06 GARANTIA. Este contrato fica submetido à condição de que a República Federativa do Brasil, doravante denominada “Garantidor”, garanta solidariamente, por intermédio de Contrato de Garantia, as obri-

gações financeiras relativas a pagamento do principal, juros e demais encargos resultantes do Financiamento, excluído o compromisso do Mutuário de contribuir com recursos adicionais para a execução do Projeto.

### **CAPÍTULO II**

#### **Custo, Financiamento e Contrapartida Local**

Artigo 2.01 custo total do projeto. O custo total do Projeto é estimado em uma quantia equivalente a até US\$ 6,435,000.00 (seis milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil dólares).

Os recursos totais destinados à execução do Projeto, provenientes tanto do Financiamento do Fonplata como da contrapartida local, serão utilizados de acordo com o Quadro 1 do Anexo “A” deste Contrato.

Artigo 2.02 Montante do Financiamento. Nos termos deste Contrato, o Fonplata se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um Financiamento pela soma de até US\$3,2 17,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares). O montante desembolsado proveniente desse Financiamento constituirá o “Empréstimo”.

O montante anteriormente indicado constitui o valor máximo dos recursos do Financiamento do Fonplata para atender às categorias de gastos que compõem o Quadro I constante do Anexo “A”

O Fonplata deixará sem efeito e, em consequência, cancelará do Financiamento os montantes que não forem desembolsados dentro do prazo estipulado no Artigo 4.03 ou do prazo de desembolsos ampliado por acordo entre as partes.

Artigo 2.03 Contrapartida local. Em conformidade com o disposto no Artigo 7.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a destinar, a título de contrapartida local, recursos estimados no equivalente a US\$3,2 17,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares), bem como a complementar os recursos além dessa estimativa que sejam necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto. Tais recursos, em nenhum caso, poderão resultar inferiores a 50,0% (cinquenta por cento) do custo total do Projeto.

Artigo 2.04 Reconhecimento de Gastos com Encargo à Contrapartida Local. O Fonplata poderá reconhecer como parte da contrapartida local os gastos efetuados no Projeto a partir de 4 de setembro de 2006.

### **CAPÍTULO III**

#### **Amortização, Juros, Juros de Mora, Comissão de Compromisso e Comissão de Administração**

Artigo 3.01 Amortização. O Mutuário pagará totalmente o empréstimo dentro do prazo improrrogá-

vel de 20 (vinte) anos, contado a partir da data de vigência deste contrato, mediante sua amortização em quotas semestrais, consecutivas e, sempre que possível, iguais.

As quotas de amortização serão pagas sempre no vigésimo dia, ou primeiro dia útil subsequente, dos meses de abril e outubro, sendo que a primeira quota será paga na primeira dessas datas que ocorra depois de transcorridos 180 (cento e oitenta) dias a partir do vencimento do prazo de desembolsos.

Dentro de um prazo inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado da data prevista para o vencimento do prazo de desembolsos, o Fonplata entregará ao mutuário, com cópia ao garantidor, uma tabela de amortização que especificará as datas e os valores das respectivas quotas. Os pagamentos de tais quotas de amortização serão efetuados nas mesmas moedas desembolsadas.

Artigo 3.02 Juros. Os juros serão pagos em quotas semestrais e serão calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo até o dia do efetivo pagamento.

As quotas de juros serão pagas sempre no vigésimo dia, ou primeiro dia útil subsequente, dos meses de abril e outubro, sendo que a primeira quota será paga na primeira dessas datas que ocorrer depois de transcorridos 180 (cento e oitenta) dias a partir da data em que se efetue o primeiro desembolso.

A taxa anual de juros, aplicável a cada pagamento, será fixada 180 (cento e oitenta) dias antes da data do pagamento correspondente, a contar do dia imediatamente anterior ao da data estabelecida para o pagamento respectivo.

Essa taxa anual corresponderá à taxa Libor para dólares mais um adicional de 250 (duzentos e cinquenta) pontos-base, em conformidade com o estabelecido nas normas e políticas do Fonplata. O Fonplata notificará ao mutuário, com cópia ao Garantidor, no menor prazo possível, acerca da taxa de juros para o pagamento seguinte.

Para os efeitos indicados no parágrafo anterior, será aplicada a taxa Libor para dólares para 180 (cento e oitenta) dias, válida para a data que corresponda, que seja fixada às 11h (onze horas) cidade de Londres no segundo dia útil anterior à mencionada data. Será considerada como válida a taxa Libor para dólares informada pelos bancos oficiais dos países-membros que tenham representação em Londres. Se, da informação recebida pelo Fonplata, resultarem distintas taxas Libor para Dólares, será aplicada a maior. Se, por qualquer circunstância, o Fonplata não puder obter a referida informação por meio das instituições antes menciona-

das, ela será obtida pelo Fonplata por qualquer outro meio que esteja à sua disposição.

Artigo 3.03 Redução da Taxa de Juros. A taxa anual de juros resultante do disposto no artigo anterior será reduzida em 25 (vinte e cinco) pontos-base se o projeto objeto deste financiamento for concluído dentro do prazo estabelecido, sem que seja ampliado o prazo de desembolsos originalmente previsto no artigo 4.03 destas disposições especiais. Tal redução começará a ser aplicada a partir da data de vencimento do citado prazo de desembolsos.

Artigo 3.04 Juros de Mora. Pelo atraso no pagamento das quotas de amortização o Mutuário pagará ao Fonplata juros de mora, cuja taxa anual será equivalente a 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros, determinada de acordo com o estabelecido no artigo 3.02 destas disposições especiais e, caso aplicável, reduzida nos termos e condições dispostos no artigo 3.03 destas disposições especiais. Os juros de mora serão calculados, proporcionalmente, desde a data em que se deveria pagar a correspondente amortização até a data em que se realize o seu pagamento efetivo.

Os montantes correspondentes aos juros de mora serão, de pleno direito e sem necessidade de requerimento algum, imputados pelo Fonplata ao pagamento imediatamente seguinte que o mutuário efetue a qualquer título. A imputação dos juros de mora será efetuada com preferência sobre os juros a que se referem os artigos 3.02 e 3.03 destas disposições especiais.

Se o atraso referir-se ao pagamento da última quota de amortização, os juros de mora deverão Ser abonados dentro de 60 (sessenta) dias corridos, contados desde a data em que seja efetuado o pagamento da amortização correspondente. Na hipótese de o pagamento dos juros de mora não ser efetuado no prazo previsto ou o da última quota de amortização não ser efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos desde a data em que deveria ter ocorrido, será aplicado o disposto no artigo 5.02 das Normas Gerais (Encerramento ou Vencimento Antecipado).

Artigo 3.05 Comissão de Administração. Do montante do Financiamento o Fonplata desembolsará em seu favor, em uma única quota, sem necessidade de comunicação ao Mutuário e assim que cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso, a soma de US\$32,175.00 (trinta e dois mil, cento e setenta e cinco dólares), a título de comissão de administração, com a finalidade de efetuar a inspeção e vigilância das atividades compreendidas no Projeto.

Artigo 3.06 Comissão de Compromisso. Sobre o saldo não desembolsado do financiamento, o mutuário pagará uma comissão de compromisso de 0,75%

(setenta e cinco centésimos por cento) por ano, que começará a ser calculada, aos 180 (cento e oitenta) dias contados data da assinatura deste Contrato. Caso o prazo de desembolsos estabelecido originalmente no artigo 4.03 destas disposições especiais seja ampliado, a comissão de compromisso será aumentada para 1% (um por cento), a partir do dia seguinte ao do vencimento do mencionado prazo original de desembolsos.

Essa comissão será paga em dólares nas mesmas datas estabelecidas para o pagamento dos juros, em conformidade com o estabelecido no artigo 3.02 destas disposições especiais.

#### **CAPÍTULO IV Desembolsos**

Artigo 4.01 Moedas de Desembolsos. O montante do Financiamento a que se refere o artigo 2.02 destas disposições especiais será desembolsado em dólares e/ou o seu equivalente em moeda local, conforme disponibilidade de moeda do Fonplata.

Artigo 4.02 Condições Especiais Previas ao Primeiro Desembolso. O primeiro desembolso do financiamento está condicionado a que se cumpram, a critério do Fonplata, além das condições prévias estipuladas no artigo 4.01 das normas gerais, os seguintes requisitos:

(a) que o mutuário demonstre, à satisfação do Fonplata, a constituição da unidade executora do projeto, com a respectiva designação do [pessoa] responsável pelo controle e acompanhamento do projeto; e

(b) que o Mutuário tenha apresentado, à satisfação do Fonplata, o Plano Operativo Anual referente ao primeiro ano de execução do Projeto e o Manual Operacional do Projeto.

Artigo 4.03 Prazo de Desembolsos. O prazo para desembolsar os recursos do Financiamento será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da vigência deste Contrato.

Artigo 4.04 Modificação do Prazo de Desembolsos e do Prazo para o Cumprimento das Condições Previas ao Primeiro Desembolso. Nos termos e condições estabelecidos em suas normas e políticas, o Fonplata poderá acordar a prorrogação do prazo de desembolsos e do prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso, razão pela qual o mutuário deverá apresentar, para cada caso, uma solicitação escrita e justificada, com a anuência expressa do garantidor.

Artigo 4.05 Reembolso de Gastos a Cargo dos Recursos do Financiamento. Com a aprovação do Fon-

plata e uma vez cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso, poderão ser utilizados recursos o financiamento para reembolsar gastos efetuados no projeto a partir da data da Resolução R.D/\_\_\_\_ que aprovou o Financiamento e até a data deste Contrato, desde que os requisitos estabelecidos neste Contrato tenham sido cumpridos.

#### **CAPÍTULO V Execução do Projeto**

Artigo 5.01 Uso dos Recursos do Financiamento. Os recursos do Financiamento somente poderão ser utilizados para os propósitos indicados neste Contrato e para os pagamentos a título de aquisição de bens e contratação de obras e serviços, originários dos países-membros do Fonplata, mediante os procedimentos estabelecidos no presente Contrato.

O Fonplata abster-se-á de desembolsar recursos do financiamento quando, a seu juízo, a aquisição de bens ou a contratação de obras ou serviços não se ajustarem às disposições contidas neste Contrato.

Artigo 5.02 Prazo para o Início Material do Projeto. O prazo para o início material do projeto será de até 10 (dez) meses, contados a partir da data de vigência deste Contrato. Para tal fim, será considerada como início material a data em que o Órgão Executor subcrever o primeiro contrato de obras com recursos do financiamento, o que será devidamente comunicado ao Fonplata, mediante correspondência oficial.

Caso o início material não ocorra dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o Fonplata poderá deixar sem efeito o Financiamento, de pleno direito, naquela parte que se encontrar pendente de desembolso.

Artigo 5.03 Prazo de Execução. A execução do projeto dar-se-á a partir da data de seu início material até a data de vencimento do prazo de desembolsos do projeto, conforme disposto no artigo 4.03.

Artigo 5.04 Aquisições de Bens e Serviços. As aquisições de bens, assim como a contratação de obras e serviços, que sejam financiados, total ou parcialmente, com recursos do Financiamento, sujeitar-se-ão aos procedimentos estabelecidos no Anexo "B" deste Contrato. A modalidade de licitação pública internacional, no âmbito dos países da bacia do Prata, será utilizada como método de seleção quando o valor estimado dos bens e serviços a serem adquiridos for igual ou superior ao equivalente a US\$250,000.00 (duzentos e cinquenta mil dólares), e quando o valor estimado das obras a serem contratadas for igual ou superior ao equivalente US\$2,500,000.00 (dois milhões e quinhentos mil dólares).



Os procedimentos de licitação correspondentes e a documentação que comprove o seu cumprimento, assim como as minutas de contrato que sejam elaboradas, ficarão sujeitos à aprovação prévia por parte do Fonplata, a fim de se verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Contrato de Empréstimo.

Os procedimentos para as aquisições de bens e a contratação de serviços, assim como as contratações de obras, em valores inferiores àqueles indicados neste artigo, deverão observar as disposições vigentes na legislação local, sujeitando-se ao que for estabelecido no Anexo “E” deste Contrato.

As aquisições de bens, assim como a contratação de obras e serviços que sejam financiados totalmente com recursos da contrapartida local, estarão submetidas à legislação da República Federativa do Brasil.

Os serviços a que se refere este artigo são todos, exceto os de consultoria.

**Artigo 5.05 Controle e Acompanhamento** por parte do Mutuário. O mutuário realizará o controle e o acompanhamento do projeto por intermédio de uma Unidade Executora do Projeto, integrada por pessoal técnico capacitado.

O mutuário apresentará ao Fonplata relatórios trimestrais com relação à execução do projeto em seus aspectos físicos, financeiros, legais e contábeis. Tais relatórios serão entregues em até 30 (trinta) dias depois do término de cada trimestre, contado o primeiro trimestre a partir da data do primeiro desembolso.

**Artigo 5.06 Contratação de Serviços de Consultoria.** A contratação de serviços de consultoria que sejam financiados total ou parcialmente com recursos do financiamento será efetuada em conformidade com as disposições contidas no Anexo “C”.

Os procedimentos correspondentes e a documentação que comprove o seu cumprimento, assim como a minuta de contrato que vier a ser elaborada, estarão sujeitos à aprovação prévia por parte do Fonplata.

As contratações de serviços de consultoria que sejam financiados totalmente com recursos da contrapartida local estarão submetidas à legislação da República Federativa do Brasil.

## CAPÍTULO VI

### **Registros, Inspeções, Relatórios e Avaliações**

**Artigo 6.01 Registros, Inspeções e Relatórios.** O Mutuário se compromete a manter registros, permitir inspeções e apresentar relatórios e demonstrativos financeiros, em conformidade com as disposições estabelecidas no capítulo VIII das normas gerais.

**Artigo 6.02 Informação sobre os Gastos Efetuados.** O mutuário apresentará ao Fonplata, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do último desembolso, uma justificativa detalhada dos gastos efetuados para a realização do projeto.

**Artigo 6.03 Avaliações.** O mutuário realizará uma avaliação de conclusão, por meio de consultoria, quando do término da execução do projeto. Caso requerido pelo Fonplata, o mutuário, também por meio de consultoria, realizará uma avaliação intermediária do Projeto.

A avaliação intermediária do projeto deve ser requerida antes de serem atingidos 50% (cinquenta por cento) do prazo de desembolsos ou antes de serem desembolsados 50% (cinquenta por cento) do total do financiamento.

O relatório de avaliação intermediária, caso requerida, será encaminhado ao Fonplata dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de assinatura do contrato de serviço de consultoria. O relatório de avaliação de conclusão será encaminhado ao Fonplata em um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do último desembolso.

**Artigo 6.04 Licenças Ambientais.** A apresentação da respectiva licença ambiental ao Fonplata é condição prévia para o início de execução de cada obra.

As correspondentes licenças de operação, em conformidade com a legislação aplicável vigente, serão apresentadas ao Fonplata dentro do prazo de 90 (noventa) dias corridos, contado a partir do dia seguinte ao da entrega definitiva das obras objeto do projeto, podendo o referido prazo ser ampliado por acordo entre as partes. Para essa situação, o Mutuário apresentará ao Fonplata uma solicitação devidamente justificada.

## CAPÍTULO VII

### **Disposições Gerais**

**Artigo 7.01 Vigência deste Contrato.** As partes estabelecem que a vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura.

**Artigo 7.02 Extinção.** O pagamento total do empréstimo, dos juros e das comissões dará por extinto este contrato e todas as obrigações dele decorrentes.

**Artigo 7.03 Validade.** Os direitos e as obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, em conformidade com os termos nele contidos, sem relação com a legislação de qualquer país determinado, uma vez que o Fonplata celebra o presente contrato na condição de pessoa jurídica internacional, reconhecida como tal pelas disposições de seu Convênio Constitutivo, subscrito na VI Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, em 12 de

junho de 1974, e devidamente ratificado por todos os países-membros.

**Artigo 7.04 Modificações Contratuais.** As partes poderão acordar modificações a este Contrato, mediante aditivo contratual a ser firmado pelo Fonplata, pelo mutuário e pelo garantidor. O aditivo contratual entrará em vigência na data do seu recebimento pelo Fonplata, que a comunicará por escrito ao mutuário e ao garantidor.

**Artigo 7.05 Comunicações.** Todos os avisos, solicitações, comunicações ou notificações que as partes devam dirigir uma à outra em virtude deste contrato serão efetuados por escrito e serão considerados realizados desde o momento em que o documento correspondente seja entregue ao destinatário nos respectivos endereços indicados abaixo, salvo se as partes acordarem por escrito de outra maneira:

**Do Mutuário e Órgão Executor:**

Prefeitura Municipal de Corumbá – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável – Unidade Executora do Projeto – UEP.

Endereço para correspondência:

Rua Gabriel Vandoni de Barros, 1 – Bairro Dom Bosco

CEP 79333-141

Corumbá – Mato Grosso do Sul

**Da Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN,** do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil.

Endereço para correspondência:

Esplanada dos Ministérios – Bloco K – 5º Andar

CEP 70040-906

Brasília – DF

**Do Fonplata:**

Endereço para correspondência

Avenida Irala nº 573

Santa Cruz de la Sierra

República de Bolívia

**Artigo 7.06 Arbitragem.** A solução de toda controvérsia que venha a ocorrer com relação a este contrato e que não seja resolvida por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao procedimento e decisão de um Tribunal de Arbitragem, segundo o previsto nos artigos 10.01 a 10.07 das Normas Gerais.

Se as partes ou os árbitros não chegarem a um acordo com respeito à pessoa do dirimente, ou se uma das partes não puder designar um árbitro, o dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes,

pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

**EM FÉ DO QUAL,** o mutuário e o Fonplata, atuando cada qual por meio de seu representante autorizado, assinam o presente contrato em três exemplares de igual teor, no lugar e dia anteriormente indicados.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ  
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FUNDO FINANCEIRO PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA BACIA  
DO PRATA

**ANEXO “A”**

**PROJETO DE MELHORIA E EXPANSÃO  
DA INFRA-ESTRUTURA URBANA DE CORUMBÁ  
– PROJETO CURUPAH.**

**1. Objetivo do Projeto**

Melhorar as condições de transporte, sanitárias e ambientais, bem como a qualidade de vida da população, mediante a ampliação e adequação da infraestrutura urbana do município.

**2. Localização**

As intervenções físicas do projeto compreenderão obras a serem executadas na região dos bairros, entre outros, Nossa Senhora de Fátima, Popular Velha, Popular Nova, Jardim dos Estados e Aeroporto, pertencentes ao Município de Corumbá, do Estado de Mato Grosso do Sul.

**3. Estrutura do Projeto**

Para cumprimento de seus objetivos e metas, o projeto está estruturado nos seguintes componentes e subcomponentes:

**Componente 1: Infra-Estrutura Urbana**

Subcomponente 1: Drenagem Urbana

- Construção de aproximadamente 2.100m de galerias tubulares.
- Construção de aproximadamente 2.300 m de canal em concreto armado.

**Subcomponente 2: Pavimentação Asfáltica**

- Pavimentação Asfáltica de aproximadamente 9.100m de vias urbanas.

**Subcomponente 3: Apoio a Supervisão de Obras**

- Contratação eventual de serviços de Engenharia destinados a apoiar o Órgão Executor na supervisão e no monitoramento ambiental de obras do Projeto.

**Componente 2: Gerenciamento do Projeto**

O objetivo geral deste componente é assegurar que as ações do projeto sejam desenvolvidas na forma estabelecida no Contrato de Empréstimo celebrado com o Fonplata, em particular nos respectivos Planos Operativos Anuais, nos contratos de obras, de supervisão e de serviços. Tem por objetivo específico planejar,

programar, gerenciar e monitorar a execução física e financeira, como avaliar os resultados intermediários e finais do projeto e viabilizar a realização das respectivas auditorias. O componente contempla o financiamento da administração-geral do projeto, incluída a aquisição de veículos e equipamentos.

A realização das atividades do componente estará a cargo da Prefeitura Municipal de Corumbá, com apoio da Unidade Executora do Projeto – UEP, criada no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

**Componente 3: Preparação do Projeto**

Este componente abrange a elaboração de projetos de Engenharia, dos estudos de viabilidade e de outras peças técnicas requeridos para a preparação e a execução do projeto pela Prefeitura Municipal de Corumbá.

**4. ORÇAMENTO DO PROJETO POR CATEGORIA DE GASTOS – FONTE DE RECURSOS****Quadro I - ORÇAMENTO**

(em dólares americanos)

| (US\$ 1,00)                  |           |                     |               |                     |                     |
|------------------------------|-----------|---------------------|---------------|---------------------|---------------------|
| COMPONENTES DO PROJETO       | FONPLATA  |                     | Apórt e Local |                     | TOTAL               |
|                              | %         | VALOR               | %             | VALOR               |                     |
| 1. INFRA-ESTRUTURA URBANA    | 49        | 2,754,000.00        | 51            | 2,908,000.00        | 5,662,000.00        |
| 2. GERENCIAMENTO DO PROJETO  | 68        | 145,000.00          | 32            | 69,500.00           | 214,500.00          |
| 3. PREPARAÇÃO DO PROJETO     | 0         | 0,00                | 100           | 240,000.00          | 240,000.00          |
| 5. COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO | 100       | 32,175.00           | 0             | 0,00                | 32,175.00           |
| 6. IMPREVISTOS               | 100       | 286,325.00          | 0             | 0,00                | 286,325.00          |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>50</b> | <b>3,217,500.00</b> | <b>50</b>     | <b>3,217,500.00</b> | <b>6,435,000.00</b> |

**ANEXO"B"****NORMAS PARA AS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS PELOS MUTUÁRIOS DO FONPLATA****CAPÍTULO I****Disposições Gerais**

Art. 1. Nos Empréstimos que o FONPLATA conceda ou nos quais participe assegurar-se-á, com todas as previsões necessárias, que os recursos sejam usados somente nos propósitos para os quais foram outorgados, considerando-se aspectos de economia e eficiência.

Art. 2. O FONPLATA determinará os procedimentos que permitam obter bens e serviços, ao menor custo possível, levando em conta os critérios de qualidade, prazos e conveniência para o Mutuário.

Art. 3. Os Contratos do Empréstimo conterão cláusulas que permitam a aprovação dos procedimentos para a contratação de bens e serviços, assim como de minutas de contrato e dos contratos respectivos.

Art. 4. A modalidade de licitação pública internacional será utilizada como método de seleção quando o valor estimado dos bens e serviços que serão adquiridos for igual ou superior ao equivalente a US\$ 250,000.00 (duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos) e quando o valor estimado das obras que serão contratadas for igual ou superior ao equivalente a US\$ 2.500,000.00 (dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos). Os procedimentos de licitação correspondentes devem ser apresentados ao FONPLATA a fim de se verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Contrato de Empréstimo.

Art. 5. Os procedimentos para as aquisições de bens e serviços, assim como as contratações de obras,

em valores inferiores àqueles indicados no artigo anterior, deverão observar, em princípio, as disposições vigentes na legislação local, sujeitando-se ao que for estabelecido nestas Normas.

Art. 6. Tratando-se de projetos conjuntos, um acordo prévio entre os países, que estabeleça as normas de licitação, formará parte do Contrato de Empréstimo.

Art. 7. As Licitações para bens e serviços, financiadas com recursos locais de contrapartida, poderão se restringir ao âmbito local.

Art. 8. A responsabilidade final da aquisição de bens e serviços, para qualquer projeto, recai no Mutuário. Os direitos e obrigações do Mutuário para com os licitantes de bens e serviços, que serão integrados ao projeto, serão regidos pelos documentos de licitação emitidos pelo Mutuário.

Art. 9. O Fonplata poderá autorizar que recursos provenientes do financiamento sejam utilizados para a aquisição de bens e serviços contratados pelo Mutuário em data anterior à aprovação do financiamento e à assinatura do respectivo Contrato de Empréstimo, desde que os procedimentos e documentos de licitação sejam previamente apresentados ao Fonplata, para que este verifique o cumprimento das normas e políticas sobre a matéria. Tais aquisições de bens e serviços efetuadas pelo Mutuário em forma antecipada correrão por sua própria conta e risco, uma vez que, se a operação de financiamento não for aprovada, o Fonplata não as financiará.

## CAPÍTULO II

### **Critérios para estabelecer a Nacionalidade dos Contratados**

Art. 10. Somente poderão participar das aquisições de bens e de serviços e das contratações de obras que sejam financiadas total ou parcialmente com recursos do financiamento do Fonplata sociedades oriundas de um dos Países-Membros do Fonplata. Para isso, o Mutuário que realiza a convocação deverá verificar que:

(a) a sociedade esteja constituída e em funcionamento, em conformidade com as disposições legais do País-Membro onde a sociedade tenha seu domicílio principal;

(b) a sociedade tenha a sede principal de seus negócios em território de um País-Membro;

(c) mais de 50% do capital da sociedade seja de propriedade de uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas de um ou mais Países-Membros ou de cidadãos ou residentes “bona fide” desses países elegíveis;

(d) a sociedade esteja funcionando integralmente e desempenhe atividades econômicas no País-Membro no qual está domiciliada;

(e) não exista disposição alguma em virtude da qual uma parte substancial dos rendimentos líquidos ou de outros benefícios tangíveis da sociedade seja creditada ou paga a pessoas naturais que não sejam cidadãos ou residentes “bona fide” dos Países-Membros, ou a pessoas jurídicas que não sejam elegíveis de acordo com os requerimentos de nacionalidade.

Art. 11. As normas anteriores serão aplicadas, com as devidas adaptações, a cada um dos membros de um consórcio (associação de duas ou mais sociedades), as sociedades que se proponham a subcontratar parte do trabalho, e a pessoas físicas que tenham interesse em participar dos procedimentos licitatórios para as aquisições de bens e de serviços e para as contratações de obras.

Art. 12. Os requisitos de que trata este capítulo deverão ser conhecidos pelos interessados em contratar. Estes deverão apresentar ao Mutuário a informação pertinente para determinar sua nacionalidade, seja nos formulários de pré-qualificação, nos de registro ou nos da convocação, conforme o caso.

## CAPÍTULO III

### **Procedimentos de Licitação Pública**

#### **Seção 1 Publicações**

Art. 13. As convocações para licitação pública serão colocadas à disposição de todos os Países-Membros e, se for o caso, dos países não-membros autorizados pelo Fonplata.

Art. 14. Os anúncios da licitação deverão ser publicados de maneira que se assegure uma adequada competição. Na publicação da licitação deverão ser informados o lugar, a data e a hora da recepção das ofertas.

Art. 15. Os anúncios da licitação pública deverão ser publicados pelos Mutuários em dois ou mais jornais de grande circulação do país do Mutuário e comunicados às Embaixadas dos Países-Membros do Fonplata radicadas no país do Mutuário, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para a apresentação de propostas.

Art. 16. Com a mesma antecedência, o Mutuário deverá remeter a citada publicação ao Fonplata, a fim



de que seja imediatamente posta ao conhecimento dos Diretores Executivos e dos Órgãos de Enlace.

### Seção 2

#### **Valores para Incentivar a Competição**

Art 17. Para incentivar uma ampla competição, os contratos individuais deverão ser em valores sempre que possível atrativos, de modo que permitam interessar a licitantes idôneos.

Art. 18. Com a aprovação do Fonplata, o projeto poderá ser dividido em seções que permitam a participação de licitantes de menor porte, com a condição de que se autorizem também ofertas por toda a licitação, ou que seja por um valor suficiente para interessar a licitantes fora do país do Mutuário.

### Seção 3

#### **Idioma**

Art. 19. Os documentos de licitação, especificações e contratos deverão ser redigidos no idioma do país do Mutuário.

### Seção 4

#### **Especificações nos documentos das licitações**

Art. 20. O mutuário deve assegurar-se de que as especificações e condições que serão incluídas no contrato estejam claramente redigidas, de maneira que compreendam todos os aspectos necessários e que, conforme o caso, todos os planos concordem com as mesmas. As especificações deverão indicar os principais fatores ou bases que serão tomados em conta para a avaliação e comparação das propostas.

Art. 21. Os aditamentos, coações, esclarecimentos ou modificações das especificações, assim como as respostas às consultas apresentadas pelos licitantes serão enviadas, sem demora, a todos os que tenham solicitado os documentos de licitação originais.

Art. 22. Se forem indicadas características determinadas para equipamentos ou materiais, também serão aceitas especificações que demonstrem que os bens estão de acordo com outras normas que assegurem uma qualidade igual ou superior à originalmente indicada.

Art. 23. As descrições contidas nas especificações não deverão assinalar marcas de fabricação, números de catálogo ou modelos de equipamento de um determinado fabricante, a menos que se tenha decidido que seja necessário fazê-lo para garantir a inclusão de um determinado desenho essencial, ou características de funcionamento, construção ou de fabrica-

ção. Nesse caso, a referência deverá ser seguida da palavra "similar", com uma indicação ou critério para determinar similitude.

Art. 24. Deve-se especificar a moeda ou moedas que serão utilizadas no pagamento, de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Empréstimo com o Fonplata. Quando pagamentos devam ser realizados em moeda nacional e/ou em outras moedas, as especificações deverão assinalar os valores respectivos por separado.

Art. 25. Para fins de comparação das ofertas, dever-se-á estabelecer uma só moeda de referência e os tipos de câmbio que serão utilizados.

Art. 26. Em caso de se estipular pagamentos adiantados, deverão ser definidos cuidadosamente os aspectos de valores, prazos, documentação comprobatória, garantia, etc.

Art. 27. Devem-se especificar as fianças ou garantias das ofertas para assegurar a responsabilidade dos licitantes, indicando-se o prazo de vigência.

Art. 28. Nos documentos de licitação devem-se estipular, em detalhe, os tipos de seguros que o adjudicatário deverá contratar.

Art. 29. As especificações devem estabelecer as condições para o ressarcimento integral dos danos e prejuízos causados, nas hipóteses em que as demoras para a conclusão das obras ou para a entrega de materiais ou de equipamentos resultem em custos adicionais e em perdas de receita ou de outros benefícios.

30. Nos documentos de licitação será estabelecido que o mutuário poderá rechaçar todas as ofertas, declarando deserta a convocação. Esse rechaço justificar-se-á quando nenhuma das ofertas satisfaça o objeto das especificações, ou quando seja evidente que não houve competição suficiente.

### Seção 5

#### **Apresentação das ofertas**

Art. 31. O tempo estabelecido para a apresentação das ofertas estará relacionado com a magnitude e complexidade da obra, bens ou serviços solicitados, incluindo o tempo necessário para que o licitante possa examinar as circunstâncias particulares do país onde terá que oferecer os serviços ou bens. Esse prazo não poderá ser inferior a 45 (quarenta e cinco) dias calendário. As ofertas recebidas com posterioridade à data e hora estabelecidas serão desavolvidas sem abrir.

## Seção 6

**Abertura das ofertas**

Art. 32. As ofertas serão abertas em um ato público, dando-se a conhecer os valores de cada uma delas e todo o ato será registrado por escrito.

Art. 33. Nenhum licitante poderá modificar sua oferta depois de que tenha sido aberta; sem embargo, poderão ser aceitas esclarecimentos que não a alterem. O mutuário poderá pedir esclarecimento ao licitante a respeito de sua oferta, mas não poderá solicitar que a modifique.

## Seção 7

**Avaliação das ofertas**

Art. 34. Depois da abertura pública das ofertas e antes do anúncio da adjudicação ao licitante selecionado, toda informação referente ao exame, tabulação, esclarecimento e avaliação das ofertas e recomendações relativas à adjudicação será colocada à disposição exclusivamente das pessoas ou entidades oficialmente vinculadas com o processo, salvo disposição em contrário de legislação do país do mutuário.

Art. 35. Ao se analisar as ofertas, dever-se-á comprovar que todas cumpram com os requisitos estabelecidos nas especificações dos documentos de licitação. Será elaborada uma tabulação das ofertas que permita a sua comparação e as conseqüentes análises técnicas, administrativas e legais.

Art. 36. Toda oferta que não cumpra com as especificações ou não atenda por completo aos documentos de licitação será rechaçada.

Art. 37. As propostas devem ser avaliadas com base nos termos e condições estipulados nos documentos de licitação. Essa avaliação permitirá ao mutuário estabelecer uma comparação válida, entre todas as propostas apresentadas que reúnam as condições requeridas, e determinar qual é a mais conveniente.

Art. 38. Toda proposta que seja substancialmente inferior ao orçamento previsto e que possa razoavelmente fazer supor que o licitante não poderá completar a obra ou prover o bem dentro do prazo previsto e pelo preço oferecido, poderá ser rechaçada, a menos que disponha de uma fiança de cumprimento de 100% (cem por cento) da licitação.

Art. 39. Antes da adjudicação, o mutuário apresentará ao Fonplata um informe sobre a avaliação e a comparação das propostas, juntamente com o processo que se desenvolveu, expondo as razões específicas

nas quais se baseou a seleção da proposta. O Fonplata verificará o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos.

## CAPÍTULO IV

**Aquisições por Valores Inferiores****Aqueles Estabelecidos para a Licitação Pública**

Art. 40. A aquisição de bens e serviços, assim como a contratação de obras, por valores inferiores àqueles previstos no artigo 40 destas normas será realizada, em princípio, conforme as disposições vigentes na legislação local.

Art. 41. A entidade responsável pela convocação e seleção na forma do artigo anterior estabelecerá procedimentos que permitam a participação de sociedades oriundas dos Países-Membros.

Art. 42. Sempre que possível, a entidade responsável pela convocação e seleção estabelecerá procedimentos que possibilitem a participação de diversos proponentes e que atendam adequadamente aos princípios de economia, eficiência e razoabilidade de preço.

Art. 43. A supervisão ou verificação das aquisições e contratações realizadas conforme o disposto no presente capítulo será efetuada pelo Fonplata, de forma **ex post**.

Art. 44. A fim de permitir ao Fonplata realizar a supervisão **ex post**, o organismo executor deverá:

- (a) notificar ao Fonplata, o mais breve possível, acerca de cada aquisição ou contratação, enviando os respectivos dados básicos;
- (b) guardar os antecedentes da aquisição ou contratação, para que o Fonplata possa efetuar a referida supervisão. Em especial, guardar a seguinte documentação:
  - (i) os documentos da convocação;
  - (ii) os avisos e cartas relativos à publicidade dada à convocação;
  - (iii) os informes nos quais as ofertas foram analisadas e onde se efetuaram as recomendações de adjudicação;
  - (iv) os respectivos contratos devidamente formalizados; e,
  - (v) qualquer outra informação adicional pertinente que o Fonplata possa solicitar.

Art. 45. As aquisições e contratações a que se refere este capítulo estão também sujeitas às normas e políticas do Fonplata, motivo pelo qual o organismo se reserva o direito de:

(a) não financiar ou cancelar os recursos relacionados com contrato cujo procedimento de seleção prévia não esteja de acordo com as referidas normas e políticas do Fonplata.

(b) requerer o reembolso, com juros e comissões, dos recursos já desembolsados para os citados contratos.

(e) estabelecer que, para os contratos subseqüentes que serão financiados total ou parcialmente com recursos do mesmo Contrato de Empréstimo, a supervisão seja efetuada de forma **ex ante**, que é a forma adotada, em maneira geral, nestas normas.

#### CAPÍTULO V

##### Procedimentos de Aquisição Distintos da Licitação Pública

Art. 46. A pedido do mutuário, o Fonplata poderá aceitar procedimentos distintos da licitação pública para a aquisição de bens e serviços, nos seguintes casos:

(a) Quando tenha sido justificada a necessidade de uniformizar o equipamento e peças de reposição, para compatibilizá-los com os existentes.

(b) Quando, devido a situações especiais no país ou na zona do projeto, a primeira licitação se tome sem efeito e se considere que um novo chamado a licitação não trará um resultado favorável, ou existam razões suficientes para esperar que qualquer chamado a licitação não teria êxito.

(e) Quando se considerar aconselhável ampliar um contrato de trabalho originalmente subscrito como resultado de uma licitação pública.

(d) Quando se evidenciar que, por mudanças imprevisíveis nas condições do mercado, exista escassez de determinados produtos, ou porque seria conveniente assegurar uma manutenção adequada do equipamento e maquinário que será adquirido, ou porque existam outras circunstâncias identificáveis e demonstráveis.

(e) Quando se tratar de financiamento paralelo ou outros acordos financeiros que complementem empréstimos do Fonplata.

(f) Quando se tratar de mutuários privados, o Fonplata poderá aceitar um sistema de seleção competitiva, que assegure a devida

atenção aos critérios de economia e eficiência, na utilização dos fundos do projeto.

(g) Quando, como resultado de caso fortuito ou força maior, o mutuário tenha que realizar obras urgentes e imposteráveis dos projetos financiados pelo Fonplata. Será considerado caso fortuito ou força maior, o fato imprevisível e irresistível, produzido pela natureza ou por convulsão social.

Art. 47. Em qualquer dos casos anteriores aceitos pelo Fonplata, será verificado o cumprimento dos requisitos estabelecidos nestas normas, na medida que corresponda.

#### CAPÍTULO VI

##### Disposições Contratuais

Art. 48. As disposições contratuais mencionadas neste capítulo serão aplicadas aos procedimentos estabelecidos nos capítulos III, IV e V destas Normas.

Art. 49. Os contratos a serem firmados pelo mutuário e o provedor dos bens, serviços ou obras de construção incluirão condições gerais em que figurem, entre outras, as seguintes: definições, obrigações gerais do contratado, disposições sobre fianças, indenizações e seguros, cláusulas punitivas, bonificações, porcentagens de retenção de pagamentos, adiantamentos, forma e moeda de pagamento, arbitragem, causas de rescisão, caso fortuito e força maior.

Art. 50. As especificações dos contratos para as obras de construção devem exigir fianças de execução e outras garantias que assegurem que os trabalhadores sejam executados até a sua conclusão. A garantia exigida deve estar detalhada e ser suficiente para que o mutuário tenha segurança de que se terminarão as obras sem que ele incorra em um aumento de custos em caso de descumprimento pelo contratado.

Art. 51. No caso de aquisições de bens, as fianças de cumprimento de contrato ou entrega de acordo com especificações deverão ser consideradas juntamente com os seguros e os pagamentos.

Art. 52. Para cobrir um período razoável, o prazo da fiança ou outras garantias deve vencer com suficiente posterioridade à entrega dos bens ou serviços.

Art. 53. Deve-se estipular que o contratado ou provedor realizará gastos somente no território dos Países-Membros ou em países não-membros autorizados pelo Fonplata.

Art. 54. Poderão ser incluídas disposições referentes aos ajustes do preço contratual, para os casos em que se produzam alterações nos principais componentes do custo do contrato, sobre os quais o contratado não tenha controle. Deverão estar indicadas com clareza no contrato as bases para efetuar os citados ajustes.

Art. 55. Os documentos contratuais poderão estipular as porcentagens do pagamento total que serão retidas como garantia de execução, assim como as condições para seu pagamento final.

### ANEXO C

#### **Normas para a Contratação de Consultores pelos Mutuários do Fonplata**

##### **Introdução**

O Fonplata tem por objeto financiar a execução de estudos de pré-viabilidade, viabilidade e desenho final, assim como obras que sejam viáveis, técnica, financeira e economicamente, e respondam ao ideal de integração da bacia do Prata, levando em conta uma distribuição harmônica do desenvolvimento entre os Países-Membros, considerando preferencialmente a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai.

##### CAPÍTULO I

##### **Disposições Gerais**

Artigo 1. Para as obras e estudos que com tal propósito o Fonplata financia, dar-se-á prioridade de contratação às sociedades consultoras e de engenharia, profissionais e técnicos dos países da bacia do Prata.

##### CAPÍTULO II

##### **Critérios para Estabelecer a Nacionalidade das Sociedades Consultoras**

Art. 2. As sociedades que tenham interesse em ser contratadas para a prestação de serviços de consultoria deverão demonstrar que são oriundas de um dos Países-Membros do Fonplata. Para isso, o mutuário deverá verificar que:

(a) A sociedade esteja constituída e em funcionamento, em conformidade com as disposições legais do País-Membro onde a sociedade tenha seu domicílio principal.

(b) A sociedade tenha a sede principal de seus negócios em território de um País-Membro.

(c) Mais de 50% do capital da sociedade seja de propriedade de uma ou mais pessoas

naturais ou jurídicas de um ou mais Países-Membros ou de cidadãos ou residentes **bona fide** desses países elegíveis.

(d) A sociedade esteja funcionando integralmente e desempenhe atividades econômicas no País-Membro no qual está domiciliada.

(e) Não exista disposição alguma em virtude da qual uma parte substancial dos rendimentos líquidos ou de outros benefícios tangíveis da sociedade seja creditada ou paga a pessoas naturais que não sejam cidadãos ou residentes **bona fide** dos Países-Membros, ou a pessoas jurídicas que não sejam elegíveis de acordo com os requisitos de nacionalidade.

Art. 3. As normas anteriores serão aplicadas a cada um dos membros de um consórcio (associação de duas ou mais sociedades) e a sociedades que se proponham a subcontratar parte do trabalho.

Art. 4. Os requisitos de que trata este capítulo deverão ser conhecidos pelos interessados em contratar. Estes deverão apresentar ao mutuário a informação pertinente para determinar sua nacionalidade, seja nos formulários de pré-qualificação, nos de registro ou nos de convocação, conforme o caso.

##### CAPÍTULO III

##### **Registros de Prestadores de Serviços Profissionais**

Art. 5. O Fonplata manterá um registro de prestadores de serviços profissionais, que conterá toda a informação pertinente de que possa necessitar. Nesse sentido, o Fonplata solicitará a todos os prestadores de serviços profissionais interessados dos Países-Membros que apresentem antecedentes e dados sobre sua competência técnica, organização e experiência. Esse registro será atualizado com a frequência necessária, para assegurar que se disponha de informação atualizada dado que a informação que proporcione será utilizada pelo Fonplata e por seus mutuários a fim de avaliar a capacidade dos consultores para realizar os serviços requeridos.

Art. 6. O Fonplata solicitará a cada prestador que apresente e atualize o formulário respectivo de prestadores de serviços profissionais, em que se indicará, em forma resumida, os antecedentes do pessoal, a experiência e as capacidades do prestador, junto com uma lista de projetos que ele tenha executado, e uma lista de projetos que tenha realizado com a



colaboração de outras sociedades ou consultores individuais.

Art. 7 Os mutuários poderão ter acesso ao registro de prestadores de serviços profissionais para preparar listas de prestadores de serviços.

Art. 8 O registro não significa de modo algum que o Fonplata pré-qualifique os prestadores de serviços profissionais nele incluídas, ou que mantenha listas de consultores aprovados. A aceitação de um consultor para um projeto é determinada unicamente quando o nome do consultor é apresentado pelo mutuário, ou quando seu nome figura em uma lista preparada pelo Fonplata por solicitação do mutuário, vinculada a um projeto específico.

#### **CAPÍTULO IV Honorários dos Consultores**

Art. 9 O Fonplata estabelecerá e revisará periodicamente uma escala de honorários de consultores por data e mês, em cuja elaboração se considerará a natureza do trabalho, os requisitos exigidos do consultor e as escalas de salários internacionais no país em que se prestem os serviços.

#### **CAPÍTULO V Responsabilidade da Seleção**

Art. 10. Nas operações financiadas pelo Fonplata, corresponde ao mutuário a seleção e contratação das sociedades consultoras e/ou consultores individuais, cujos serviços sejam requeridos para a execução de projetos.

Art. 11. Os procedimentos de seleção deverão ser negociados e acordados entre a Secretaria Executiva e o mutuário antes da apresentação da operação respectiva à Diretoria Executiva do Fonplata.

Art. 12. A seleção das sociedades consultoras e/ou consultores individuais, assim como a negociação final dos contratos e sua assinatura em termos e condições aceitáveis pelo Fonplata, corresponderão exclusivamente ao mutuário.

Art. 13. Na medida do possível, a lista de consultores deve guardar um equilíbrio desejável entre os países da Bacia do Prata.

Art. 14. O principal critério que deve prevalecer na seleção é o de assegurar que os consultores técnicos que sejam contratados reúnam todos os requisitos necessários para o trabalho proposto.

#### **CAPÍTULO VI Assessoria do Fonplata para a Seleção**

##### **Seção 1 Antecedentes**

Art. 15. Não obstante a seleção e contratação de sociedades consultoras e/ou consultores individuais corresponder ao mutuário, o Fonplata poderá colaborar, por solicitação daquele, na identificação de sociedades consultoras e/ou consultores individuais, assim como na elaboração dos contratos respectivos, sem que o Fonplata assuma responsabilidade alguma a respeito.

##### **Seção 2 Informação**

Art. 16. Os Mutuários poderão apresentar solicitações ao Fonplata com pedidos de encaminhamento de uma lista de consultores apropriados para desenvolver projetos ou programas específicos, ou de orientação para preparar uma lista de prestadores de serviços, ou de prestação de informações a respeito de custos e preços.

Art. 17. A Secretaria Executiva oferecerá a assistência que corresponda, utilizando o registro de prestadores de serviços profissionais.

Art. 18. As listas de prestadores de serviços sugeridas serão proporcionadas ao mutuário, indicando claramente que não se trata de listas aprovadas e que o Fonplata não recomenda os prestadores enumerados nem assume responsabilidade por seus serviços.

##### **Seção 3 Designação de um observador do Fonplata**

Art. 19. As solicitações para que o Fonplata designe um observador que assessore e ajude na revisão das propostas de consultores serão encaminhadas a e processadas por meio da Secretaria Executiva.

#### **CAPÍTULO VII Documentos de Convites**

##### **Seção 1 Ação do Mutuário**

Art. 20. O mutuário apresentará ao Fonplata a seguinte documentação, para a sua consideração:

(a) O procedimento ou as disposições legais que serão utilizados na seleção e contratação do prestador de serviços profissionais.

**(b)** Os termos de referência, o plano de operações e anexos do contrato ou convênio respectivo, descrevendo os trabalhos que o consultor realizará, junto com uma estimativa de custos.

**(c)** Uma lista de consultores aos quais se pretende enviar convites para que apresentem propostas.

#### Seção 2

#### **Ação do Fonplata**

Art. 21. O Fonplata analisará os documentos apresentados pelo Mutuário dentro do contexto do respectivo Contrato de Empréstimo. No caso de existirem diferenças, elas serão comunicadas oportunamente ao mutuário para efetuar os ajustes necessários. Em caso contrário, proceder-se-á

À aprovação respectiva.

### CAPÍTULO VIII

#### **Seleção e Contratação**

#### Seção 1

#### **Ação do Mutuário**

Art. 22. O mutuário, desde que não exista conflito com as disposições legais do seu país, deve seguir os seguintes passos:

**a)** Solicitar propostas técnicas de pelo menos três dos prestadores de serviço pré-aprovados, conforme os procedimentos e termos de referência negociados com o Fonplata.

**b)** Analisar as propostas recebidas e classificá-las, podendo recorrer, caso necessário, a consultores ou especialistas, para que examinem as propostas e proporcionem assessoramento técnico especializado na classificação dos consultores pelo mérito das propostas apresentadas.

**c)** O mutuário poderá utilizar um sistema de dois envelopes fechados para receber as propostas. Em tal caso, o primeiro envelope deverá conter a proposta técnica, sem qualquer indicação de custos, e o segundo o custo proposto para tais serviços, com expressa indicação da moeda que deverá ser utilizada para o pagamento dos serviços.

**d)** O mutuário analisará as propostas técnicas e estabelecerá a sua ordem de classificação. A negociação contratual começará com o consultor que ofereça a melhor proposta.

O segundo envelope apresentado pelo consultor eleito será aberto em sua presença e sua proposta será utilizada na negociação contratual.

**e)** Todos os demais envelopes continuarão fechados. Se for possível chegar a um acordo com o primeiro consultor, os demais envelopes serão devolvidos aos consultores respectivas.

**f)** Negociar o contrato com o consultor classificado em primeiro lugar. Na negociação, os detalhes dos termos de referência serão examinados em forma completa, a fim de que exista um pleno e recíproco entendimento com o consultor; serão examinados os requisitos contratuais e legais do acordo; e, por último, serão elaborados os custos detalhados.

**g)** Se não for possível chegar a um acordo com o primeiro consultor a respeito das condições contratuais, ele será notificada por escrito de que a sua proposta foi rejeitada, e serão iniciadas as negociações com o segundo consultor e assim sucessivamente, até que se chegue a um acordo satisfatório.

**h)** A impossibilidade de se chegar a um acordo a respeito dos custos detalhados e da remuneração dos serviços, ou sobre a moeda de pagamento, ou o fato de o mutuário considerar que tais custos ou remunerações são excessivos ou não razoáveis, será causa suficiente para notificar a rejeição da proposta apresentada pelo primeiro consultor e iniciar as negociações com o segundo consultor e assim sucessivamente.

**i)** Quando um consultor tiver sido rejeitado, ele não será chamado novamente para ulteriores negociações.

**j)** De comum acordo com o consultor selecionado, se procederá à preparação de uma minuta de contrato com todos os demais detalhes da negociação e os termos de referência aprovados.

**k)** O mutuário deverá apresentar ao Fonplata a minuta de contrato finalmente acordada, para a sua aprovação.

**l)** Nos contratos que serão firmados entre o mutuário e o consultor, será estabelecido que ambas as partes se comprometem a assegurar que, durante a execução do projeto, os conhecimentos aportados pelo consultor serão transmitidos ao país onde a consultoria

será prestada, seja mediante a subcontratação de uma proporção adequada de pessoal ou de sociedades locais, seja mediante a designação de profissionais do mutuário que participarão ativamente da execução do projeto junto com o pessoal da consultora.

## Seção 2

### Ação do Fonplata

Art. 23. O Fonplata revisará a minuta do contrato, verificando que todas as estipulações aplicáveis sejam cumpridas.

Art. 24. O contrato entre os mutuários e os consultores deve ser preparado com detalhe suficiente para oferecer a melhor garantia para as partes.

Art. 25. Nos contratos devem estar definidos com clareza todas as obrigações importantes, incluídos os calendários, a definição completa dos trabalhos, dos termos de referência finalmente acordados, a escala detalhada de remuneração e a moeda de pagamento.

Art. 26. O Fonplata não aprovará os contratos de consultoria nos quais a remuneração tenha sido computada exclusivamente em função de uma porcentagem do custo de construção, estimado ou real. Apesar de se admitir que o mutuário, para fins de uma estimativa preliminar dos custos, possa utilizar um cálculo percentual, os custos reais deverão refletir a distribuição específica dos gastos projetados correspondentes ao fator de trabalho, aos materiais, aos gastos gerais e aos rendimentos provenientes do lucro.

Art. 27. O Fonplata comunicará ao mutuário a decisão de aprovação ou modificação contrato.

## CAPÍTULO IX

### Aprovação de Contratos e Garantia

Art. 28. A minuta de contrato que será assinado com os consultores e/ou sociedades consultoras será submetida à aprovação do Fonplata.

Art. 29. A forma de pagamento deverá estabelecer a retenção de uma porcentagem, negociada em cada caso, que assegure a apresentação do relatório final em forma considerada satisfatória pelo mutuário.

## CAPÍTULO X

### Contratação Direta de Organismos ou Instituições Especializadas

### Seção 1

#### Definição

Art. 30. Define-se como Organismo ou Instituição Especializada a uma entidade cuja constituição tenha

sido concebida sem fins de lucro comercial e cujos campos de atuação incluam a prestação de serviços de assessoria e/ou assistência técnica. Essas entidades podem ser de tipo nacional, regional, intergovernamental ou internacional. Também se incluem universidades públicas e privadas e organismos internacionais.

## Seção 2

### Critérios de Elegibilidade

Art. 31. A fim de definir a conveniência de executar um projeto mediante o uso dos serviços de um Organismo ou Instituição Especializada, serão considerados:

- A natureza dos trabalhos ou estudos a realizar.
- O grau de experiência comprovada do Organismo ou Instituição Especializada proposta para a execução de trabalhos ou estudos.
- A adequação das condições do contrato de prestação de serviços às políticas e normas do Fonplata sobre a matéria.
- A disponibilidade de recursos, usos de moeda e custos comparativos da proposta.

## Seção 3

### Identificação e Contratação

Art. 32. A identificação de um Organismo ou Instituição Especializada para atuar na atividade ou estudo financiado com recursos do Fonplata pode ser decorrente de uma solicitação específica do mutuário ou beneficiário, ou ser resultado de um processo de negociação do projeto entre o Fonplata e o mutuário ou beneficiário, com base critérios de elegibilidade expostos no item anterior.

Art. 33. A Secretaria Executiva incorporará nos documentos de trabalho de operações de empréstimos ou contribuições a correspondente informação sobre o Organismo ou Instituição Especializada identificada, bem como a justificativa sobre a recomendação para sua contratação.

Art. 34. O Mutuário ou Beneficiário colocará à consideração do Fonplata a minuta de convênio ou contrato que formalizará com o Organismo ou Instituição especializada selecionado.

## Seção 4

### Pautas mínimas a incorporar nos Convênios ou Contratos

Art. 35. Nos convênios ou contratos que serão assinados pelo Mutuário ou Beneficiário de operações

financiadas pelo Fonplata com o Organismo ou Instituição Especializada (doravante as Partes), deverão ser observados, pelo menos, os seguintes aspectos:

(a) Que seja incorporado ao convênio entre as Partes, como parte integrante, o contrato ou convênio firmado entre o Fonplata e o Mutuário ou Beneficiário.

(b) Que os objetivos gerais e específicos que se estimem alcançar com o convênio entre as Partes não sejam diferentes daqueles definidos no acordo entre o Fonplata e o Mutuário ou Beneficiário.

(c) Que seja incorporado ao convênio entre as Partes um plano de trabalho no qual se descrevam e detalhem as atividades a cumprir, o cronograma de execução e os consultores/funcionários responsáveis por cada um deles.

(d) Que no convênio entre as Partes sejam estabelecidas e descritas as obrigações do Organismo ou Instituição Especializada selecionada, em sua qualidade de executor do estudo, destacando que tais obrigações serão cumpridas em conformidade com suas políticas e normas vigentes, sem prejuízo do qual se dará prioridade às “Normas para Contratação de Bens e Serviços e de Consultores, por parte dos Mutuários de Fonplata” em tudo o que seja pertinente. Essas Normas serão incorporadas como anexo integrante ao convênio.

(e) Que esteja expresso no convênio entre as Partes o montante total do financiamento e a forma, o custo do estudo e períodos como este será desembolsado; o desembolso final estará sujeito à aprovação do Relatório Final por parte do Fonplata. Esforços serão feitos para que as moedas de pagamento correspondam às previsões do respectivo orçamento estabelecido no convênio ou contrato entre o Mutuário ou Beneficiário do Fonplata.

(f) Que esteja estipulado no Convênio entre as Partes que os pagamentos serão efetuados diretamente pelo Fonplata ao Organismo ou Instituição Especializada, a requerimento expresso do Mutuário ou Beneficiário, e que serão depositados na conta que este abra para tal finalidade.

(g) Que esteja previsto expressamente que toda modificação ao Convênio entre as

Partes poderá ser realizada somente mediante proposta conjunta, que deverá contar com a expressa aprovação do Fonplata.

(h) Que qualquer forma de rescisão do Convênio entre as Partes porventura existente deverá contar com a prévia e expressa anuência do Fonplata e explicitar a forma como o Mutuário ou Beneficiário se propõe a dar continuidade ao estudo até a sua conclusão.

(i) Que esteja previsto que a solução de qualquer controvérsia que possa surgir no contexto da execução do convênio entre as Partes será solucionada por arbitragem, segundo as regras assinaladas no convênio ou contrato entre o Fonplata e o Mutuário ou Beneficiário.

(j) Que seja estipulado que o uso da informação por parte do Mutuário ou Beneficiário somente ocorrerá mediante o reconhecimento sobre a participação do Fonplata e o Organismo ou Instituição Especializada na execução do estudo.

## CAPÍTULO XI

### Propriedade dos Relatórios

Art. 36. Os Mutuários terão o direito de propriedade intelectual sobre os distintos relatórios emitidos pelos consultores, segundo os termos de seus respectivos contratos.

## CAPÍTULO XII

### Avaliação dos Trabalhos dos Consultores

Art. 37. A fim de qualificar a atuação dos prestadores de serviços profissionais e manter um registro deles, serão realizadas avaliações anuais, de caráter confidencial, dos consultores que prestarem serviços ao Fonplata e a seus Mutuários ou Submutuários em projetos ou programas financiados pelo Fonplata.

Art. 38. A Secretaria Executiva do Fonplata manterá um arquivo especial confidencial com as avaliações das atuações dos prestadores de serviços profissionais. Quando um consultor seja apresentado por um Mutuário a fim de que seja considerado para trabalhos num projeto financiado pelo Fonplata, ou quando ele for levado em consideração para prestar serviços ao próprio Fonplata, o arquivo de avaliações será examinado tomando em conta qualquer informação significativa que exista. As avaliações processadas e arquivadas na Secretaria Executiva do Fonplata somente estarão à disposição dos funcionários autorizados do Fonplata.



**TESOURO NACIONAL**

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em então, o resultado primário do Governo Central foi superávit em R\$ 5,3 bilhões, contra R\$ 16,9 bilhões obtidos em abril e R\$ 4,2 bilhões em maio de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 19,1 milhões respectivamente.

O resultado primário do Governo Central nos primeiros cinco meses de 2008 atingiu R\$ 53,6 bilhões, equivalente a 4,69% do PIB estimado para o período.

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2007-2008**

[illegible]

O resultado do mês de maio refletiu, por um lado, a redução sazonal das receitas do Tesouro Nacional, relativamente a abril e, por outro lado, o incremento nas despesas, principalmente, de capital. No que se refere às receitas, observou-se decréscimo de R\$ 8,7 bilhões, efeito esse localizado na arrecadação: o ITRF (R\$ 1,9 bilhão) - devido ao pagamento em abril da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste de 2008; o II IRRF e CSLL (R\$ 2,2 bilhões a R\$ 1,8 bilhão) - decorrente do pagamento, também em abril, da primeira cota ou cota única referente à apuração trianual; III) da cota

| RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL<br>1. BRASIL - JAR - VALIA DO PIB |        |        |
|--|--------|--------|
| DISCRIMINAÇÃO  | 2007   | 2008   |
| Tesouro Nacional   | 3,41%  | 6,01%  |
| Providência Social   | -1,71% | -1,34% |
| Banco Central  | -2,07% | -0,01% |
| Governo Central  | 2,88%  | 4,88%  |

| RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL<br>1. BRASIL - JAR - VALIA DO PIB |        |        |
|--|--------|--------|
| DISCRIMINAÇÃO  | 2007   | 2008   |
| Tesouro Nacional   | 3,41%  | 6,01%  |
| Providência Social   | -1,71% | -1,34% |
| Banco Central  | -2,07% | -0,01% |
| Governo Central  | 2,88%  | 4,88%  |

**Resultado Fiscal do Governo Central**

Y

# RESULTADO DO TESOURO NACIONAL





## TESOURO NACIONAL

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOUREIRO NACIONAL

R\$ milhões

|  | Mai/2007 | Jun      | Jul       | Ago      | Set      | Out      | Nov      | Dez      | Jan       | Fev      | Mar      | Abr      | Mai/2008 |
|--|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| <b>FLUXO FISCAL</b>  |          |          |           |          |          |          |          |          |           |          |          |          |          |
| <b>I. RECEITAS</b>   | 52.452,5 | 52.112,3 | 50.154,1  | 53.452,5 | 52.778,0 | 53.792,0 | 56.332,5 | 60.894,9 | 46.451,1  | 59.224,0 | 64.472,4 | 68.482,3 | 66.792,1 |
| I.1 - Arrecadação Bruta  | 76.817,8 | 37.120,3 | 35.394,3  | 36.700,5 | 36.900,8 | 37.988,3 | 44.190,3 | 58.125,1 | 33.989,2  | 44.941,2 | 56.230,5 | 42.874,1 | 44.534,4 |
| I.2 - Outras Receitas Fiscais                                  | 0,0      | 0,0      | 0,0       | 0,0      | -10,7    | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0       | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      |
| I.3 - Outras Operações Cíveis de Crédito                       | 1.432,1  | 1.521,1  | 1.429,8   | 1.507,8  | 1.588,2  | 1.601,6  | 1.520,3  | 1.204,2  | 1.779,4   | 1.541,5  | 1.887,5  | 1.585,5  | 1.586,4  |
| I.4 - Receita das Despesas de Crédito                          | 518,5    | 198,2    | 118,5     | 141,8    | 129,5    | 345,3    | 351,8    | 304,2    | 312,0     | 87,6     | 157,4    | 142,7    | 141,9    |
| I.5 - Receita de Salário Educação                              | 612,9    | 633,9    | 644,1     | 669,3    | 673,8    | 688,2    | 688,5    | 712,5    | 1.256,7   | 729,9    | 727,7    | 727,7    | 735,1    |
| I.6 - Arrecadação Líquida de Previdência Social                | 10.822,2 | 12.099,2 | 12.311,2  | 11.331,8 | 14.091,8 | 12.888,8 | 12.189,5 | 21.871,5 | 12.798,1  | 12.487,0 | 14.119,8 | 13.885,9 | 13.791,1 |
| I.8 - Remuneração de Desembargadores - BD                      | 91,2     | 18,8     | 38,8      | 102,4    | 3,4      | 10,9     | 3,6      | 3,6      | 0,0       | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      |
| <b>II. DESPESAS</b>  | 50.802,7 | 50.841,7 | 50.715,3  | 49.328,8 | 51.391,5 | 49.887,5 | 50.851,1 | 50.377,1 | 47.555,2  | 47.453,2 | 61.211,1 | 63.224,7 | 66.432,1 |
| II.1 - Despesas Vinculadas                                     | 15.640,7 | 15.668,5 | 15.330,5  | 16.328,8 | 16.229,4 | 16.848,4 | 16.458,1 | 16.378,1 | 15.418,2  | 15.732,2 | 16.881,8 | 15.454,4 | 15.987,4 |
| II.1.1 - Transferências e Fundos Constitucionais               | 7.346,1  | 7.344,6  | 6.246,6   | 6.551,3  | 6.818,5  | 6.158,5  | 7.315,7  | 10.338,8 | 9.842,7   | 9.822,5  | 7.882,5  | 9.127,8  | 8.565,5  |
| II.1.2 - Despesas Transferências e Estados e Municípios        | 1.255,0  | 478,5    | 940,2     | 1.277,2  | 948,4    | 1.299,8  | 1.257,2  | 506,4    | 1.866,5   | 1.317,1  | 634,9    | 1.038,7  | 1.964,5  |
| II.1.3 - Lei Complementar 374 e Complementar 115               | 218,7    | 1.062,6  | 270,9     | 271,5    | 278,8    | 289,6    | 288,8    | 258,2    | 18,2      | 6,0      | 494,4    | 182,5    | 182,5    |
| II.1.4 - Outras Vinculadas                                     | 1.809,4  | 1.962,8  | 1.872,2   | 1.329,4  | 2.182,9  | 1.318,2  | 2.807,2  | 308,7    | 3.885,3   | 3.042,9  | 1.867,9  | 2.112,7  | 2.265,0  |
| II.2 - Despesas Obrigatórias                                   | 49.852,6 | 45.873,2 | 48.948,8  | 38.101,2 | 49.873,1 | 36.848,8 | 49.223,2 | 47.841,8 | 32.945,6  | 32.730,8 | 46.398,2 | 46.783,9 | 42.448,7 |
| II.2.1 - Previdência e Encargos Sociais                        | 6.330,4  | 11.738,2 | 9.254,2   | 9.541,0  | 9.728,8  | 9.338,9  | 12.737,7 | 12.423,1 | 12.812,7  | 10.481,8 | 8.738,2  | 10.998,2 | 10.844,5 |
| II.2.2 - Encargos da Dívida Consolidada                        | 5.875,9  | 629,5    | 953,1     | 717,5    | 267,2    | 588,2    | 306,1    | 709,5    | 380,2     | 618,5    | 999,9    | 1.815,2  | 1.824,5  |
| II.2.3 - Dívida Consolidada Própria                            | 115,7    | 115,2    | 102,5     | 118,2    | 116,2    | 429,8    | 288,2    | 118,8    | 72,1      | 103,5    | 101,8    | 112,7    | 98,0     |
| II.2.4 - Dívida Consolidada Externa                            | 2.780,3  | 3.241,6  | 684,4     | 607,4    | 151,0    | 158,2    | 317,9    | 19,8     | 832,6     | 907,2    | 358,2    | 1.582,3  | 1.528,5  |
| II.2.5 - Encargos de DPMS - Mercado                            | 4.109,8  | 4.409,8  | 14.330,0  | 3.205,0  | 8.732,0  | 8.015,7  | 4.323,8  | 1.344,4  | 15.484,5  | 2.948,5  | 6.307,5  | 4.818,8  | 4.901,4  |
| II.2.6 - Benefícios Previdenciários                            | 12.812,6 | 14.214,2 | 12.821,5  | 15.289,0 | 20.120,9 | 14.962,7 | 16.919,7 | 17.724,4 | 17.461,8  | 12.518,2 | 15.438,8 | 15.133,8 | 14.900,9 |
| II.2.7 - Cessão e Investimentos                                | 13.488,2 | 6.961,9  | 4.214,2   | 4.844,3  | 6.832,9  | 9.818,2  | 11.228,2 | 17.825,1 | 7.281,6   | 8.007,2  | 7.889,8  | 1.782,8  | 4.398,8  |
| II.2.8 - Operações e Offsets de Crédito                        | 437,1    | 464,1    | 134,0     | 582,4    | 325,8    | 331,1    | 415,0    | 574,1    | 483,5     | 188,8    | 333,8    | 418,3    | 293,4    |
| II.2.9 - Restos e Pagos  |          |          |           |          |          |          |          |          |           |          |          |          |          |
| <b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOUREIRO (I - II)</b>        | -7.350,2 | -8.729,4 | -10.561,2 | -5.876,3 | -8.613,5 | -6.095,5 | -4.518,6 | -9.482,2 | -11.104,1 | -8.229,2 | -4.738,7 | -4.742,4 | -9.640,0 |
| <b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>                                  |          |          |           |          |          |          |          |          |           |          |          |          |          |
| <b>IV. RECEITAS</b>  | 36.878,5 | 46.413,4 | 15.842,4  | 12.357,4 | 34.926,4 | 66.855,4 | 21.885,5 | 16.463,4 | 34.847,2  | 34.815,4 | 21.118,4 | 33.845,7 | 18.871,8 |
| IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado                            | 36.880,9 | 42.425,5 | 16.891,7  | 11.824,7 | 33.394,5 | 65.454,7 | 20.783,2 | 15.549,3 | 25.334,8  | 32.960,8 | 28.876,8 | 22.878,2 | 17.342,4 |
| IV.2 - Outras Operações de Crédito                             | 1.998,6  | 887,9    | 950,7     | 732,8    | 632,0    | 1.399,9  | 800,3    | 922,4    | 733,2     | 1.312,2  | 972,4    | 1.568,8  | 1.278,4  |
| <b>V. DESPESAS</b>   | 19.313,3 | 21.862,2 | 46.113,8  | 8.042,9  | 21.479,5 | 41.292,2 | 7.871,8  | 16.484,1 | 44.541,4  | 1.345,5  | 22.804,9 | 88.285,9 | 5.841,4  |
| V.1 - Amortização da Dívida Interna                            | 16.648,8 | 21.863,7 | 44.188,8  | 3.978,1  | 23.504,8 | 40.341,6 | 5.881,0  | 16.397,8 | 43.979,9  | 579,7    | 21.009,8 | 99.808,2 | 1.387,6  |
| V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado                           | 16.511,0 | 21.738,5 | 44.000,5  | 3.848,5  | 23.383,0 | 40.047,5 | 5.788,0  | 16.251,4 | 43.841,5  | 384,3    | 20.888,5 | 98.833,4 | 1.220,8  |
| V.1.2 - Dívida Consolidada                                     | 135,8    | 124,2    | 188,3     | 134,6    | 111,7    | 294,1    | 218,0    | 146,3    | 140,5     | 166,2    | 121,1    | 144,8    | 147,8    |
| V.2 - Amortização da Dívida Externa                            | 2.664,5  | 898,5    | 2.025,0   | 1.581,5  | 324,8    | 958,6    | 1.089,8  | 108,5    | 1.461,5   | 818,1    | 1.396,5  | 8,8      | 873,1    |
| V.3 - Amortização de Operações/Outras Operações                | 0,0      | 0,0      | 0,0       | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0       | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      |
| <b>VI. ENCARGAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (V.1 - V.2)</b> | 16.483,9 | 21.671,0 | 43.998,8  | 7.746,2  | 16.831,1 | 39.383,0 | 12.891,2 | 16.249,3 | 42.518,4  | 11.118,7 | 20,0     | 97.412,2 | 16.121,4 |
| <b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>             | 15.177,8 | -4.111,0 | -3.771,9  | -4.000,5 | -2.438,7 | -276,9   | 683,1    | 4.854,5  | -4.196,2  | 3.999,1  | 6.232,8  | -1.388,3 | 3.753,4  |
| <b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV - V)</b>               | 21.541,1 | 19.549,7 | -32.271,4 | 16.911,2 | -4.189,7 | -4.406,7 | 13.993,7 | 22.877,2 | -17.714,1 | -4.844,8 | 9.877,2  | -2.293,2 | 22.782,4 |

\* Outros Livros, Outras receitas, pagas e abates.

## TESOURO NACIONAL

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

|  | Mai/2007 | Jun      | Jul      | Ago      | Set     | Out      | Nov     | Dez      | Jan      | Fev     | Mar     | Abr      | Mai/2008 |
|--|----------|----------|----------|----------|---------|----------|---------|----------|----------|---------|---------|----------|----------|
| <b>I. RECEITAS ORÇAMENTAIS DO BACEN</b>        |          |          |          |          |         |          |         |          |          |         |         |          |          |
| I.1 - Emissão de Títulos                       | 14.777,6 | 10.788,4 | 29.278,1 | 6.592,5  | 2.438,7 | 16.476,9 | 2.483,1 | 10.164,6 | 21.828,8 | 4.709,1 | 6.232,8 | 14.819,7 | 6.783,4  |
| I.2 - Remuneração das Disponibilidades         | 1.830,0  | 2.807,3  | 2.200,3  | 2.750,5  | 2.268,5 | 2.029,7  | 2.344,5 | 1.340,3  | 2.117,7  | 2.303,2 | 2.896,1 | 2.111,0  | 2.380,7  |
| I.3 - Remuneração das Apl. Financeiras das Ugs | 159,0    | 225,1    | 178,8    | 173,4    | 170,5   | 154,5    | 138,5   | 94,1     | 136,8    | 140,5   | 141,5   | 121,8    | 125,8    |
| I.4 - Resultado do Banco Central               | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0     | 0,0      | 0,0     | 0,0      | 0,0      | 0,0     | 0,0     | 0,0      | 0,0      |
| <b>II. DESPESAS NO BACEN</b>                   | 4.600,0  | 11.200,0 | 21.000,0 | 600,0    | 0,0     | 15.300,0 | 1.800,0 | 6.300,0  | 37.724,6 | 800,0   | 0,0     | 15.900,0 | 2.000,0  |
| II.1 - Resgate de Títulos                      | 3.600,0  | 7.500,0  | 25.500,0 | 0,0      | 0,0     | 13.500,0 | 0,0     | 4.852,5  | 29.500,0 | 0,0     | 0,0     | 15.000,0 | 0,0      |
| II.2 - Encargos da DPMS                        | 1.000,0  | 3.700,0  | 5.500,0  | 600,0    | 0,0     | 1.700,0  | 1.800,0 | 446,5    | 8.224,6  | 800,0   | 0,0     | 1.900,0  | 2.000,0  |
| <b>III. RESULTADO (I - II)</b>                 | 12.177,6 | -411,6   | -1.721,9 | -4.002,5 | 2.438,7 | 276,9    | 683,1   | 4.854,5  | -4.196,2 | 3.999,1 | 6.232,8 | -1.388,3 | 3.753,4  |

\* Dados revisados, sujeitos a alteração.



## TESOURARIA NACIONAL

TABELA 44 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO)\*

|  | Ma/2007 | Jun   | Jul   | Ago   | Set   | Out   | Nov     | Dez     | Jan    | Fev   | Mar   | Abr   | Ma/2008 |
|--|---------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|---------|--------|-------|-------|-------|---------|
| I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO                           | 199,2   | 193,5 | 0,0   | 194,5 | 81,2  | 87,5  | 88,9    | 47,4    | 47,8   | 44,8  | 38,3  | 31,9  | 1,5     |
| II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGRONINDUSTRIAL               | 0,4     | 8,1   | 3,1   | 11,9  | 6,1   | 6,1   | 6,2     | 1,5     | 13,9   | 8,4   | 8,9   | 3,7   | 9,3     |
| III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS                                | 181,2   | 182,8 | 93,8  | 11,5  | 29,0  | 8,3   | -4,3    | -13,7   | 34,8   | 33,9  | 133,8 | 196,4 | 61,5    |
| III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal                 | 1,6     | 3,2   | 0,0   | 0,0   | 0,0   | 0,0   | 23,5    | 1,9     | 1,2    | 1,3   | 1,2   | 6,4   | 0,8     |
| III.2. Equalização Aquisição do Governo Federal                  | 47,8    | 96,8  | 83,8  | 0,5   | 49,8  | 49,9  | -128,4  | -118,0  | -46,4  | -31,8 | -1,1  | -1,2  | -78,5   |
| III.3. Garantia à Sustentação de Preços                          | 132,0   | 81,0  | 0,0   | 71,0  | 18,0  | 65,0  | 110,2   | 99,5    | 120,0  | 70,0  | 125,8 | 187,5 | 149,8   |
| IV. PRONAF   | 77,2    | 88,2  | 6,3   | 273,1 | 42,3  | 73,8  | 119,8   | 14,4    | 22,3   | 34,8  | 61,2  | 47,8  | 26,4    |
| IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal                  | 31,5    | 42,2  | 6,3   | 205,2 | 34,9  | 36,9  | 47,1    | 58,0    | 214,4  | 41,4  | 29,8  | 31,0  | 14,8    |
| IV.2. Concessão de Financiamento                                 | 45,7    | 46,0  | 0,0   | 17,9  | 7,4   | 36,9  | 72,7    | 18,2    | 7,9    | 7,4   | 21,5  | 3,2   | 5,8     |
| V. PROEX   | 48,7    | 45,0  | 26,4  | 21,9  | 32,2  | -71,8 | 35,8    | 182,8   | -173,8 | -19,3 | 88,4  | 42,7  | 68,3    |
| V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal                   | 48,2    | 28,2  | 25,9  | 48,7  | 18,7  | 27,4  | 28,1    | 74,4    | 63,5   | 11,3  | 82,2  | 30,2  | 14,8    |
| V.2. Concessão de Financiamento                                  | 17,5    | 15,7  | 2,1   | -18,8 | 3,5   | -49,2 | 6,7     | 35,2    | -132,8 | -21,6 | -49,8 | 5,4   | 51,7    |
| VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)             | 79,8    | 68,9  | 36,4  | 17,8  | 17,8  | 62,4  | 48,2    | 177,8   | 14,8   | 64,4  | 4,8   | 15,3  | 7,8     |
| VII. CACAU   | 6,8     | 8,2   | 6,0   | 8,2   | 6,0   | 6,0   | 6,8     | 6,8     | 6,8    | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8     |
| VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH) | 3,7     | 6,0   | 34,1  | 6,4   | 6,8   | 6,8   | 6,8     | 6,8     | 6,8    | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8     |
| IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.126/1996)            | 6,8     | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8     | 6,8     | 6,8    | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8     |
| X. FUNDO DA TERRA INCRA <sup>2</sup>                             | 35,1    | 48,3  | 31,1  | 36,3  | 113,3 | 266,3 | 250,4   | 515,2   | 51,8   | 23,8  | 33,2  | 22,8  | 27,3    |
| XI. FUNCAPÉ  | 6,8     | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8     | 6,8     | 6,8    | 6,8   | 6,8   | 6,8   | 6,8     |
| XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)                     | -36,6   | -42,3 | -48,8 | -48,8 | -41,8 | -41,8 | -382,8  | -243,6  | -46,2  | -78,9 | -48,9 | -49,5 | -49,7   |
| XIII. TOTAL  | 443,8   | 582,3 | 479,8 | 446,9 | 298,3 | 278,4 | 1.787,1 | 1.731,2 | 233,3  | 117,7 | 354,9 | 219,2 | 116,6   |

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui movimentação do passivo e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos (montos relativos).<sup>2</sup> Inclui "despesa" decorrente da baixa de ativos estaduais e municipais em função da Lei de União.

## TESOURARIA NACIONAL

TABELA 45 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ MAIO 2008/2007\*

| ÓRGÃO SUPERIOR   | 2007                      |                   |                     |                                  |                                   |             | 2008                      |                   |                     |                                  |                                   |             |
|--|---------------------------|-------------------|---------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-------------|---------------------------|-------------------|---------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-------------|
|  | Despesa autorizada no ano | Despesa empenhada | Despesa Equilibrada | Despesa paga no ano <sup>1</sup> |                                   |             | Despesa autorizada no ano | Despesa empenhada | Despesa Equilibrada | Despesa paga no ano <sup>1</sup> |                                   |             |
|  |                           |                   |                     | Valor pago de exercício          | Restos a Pagar pagos <sup>2</sup> | Total       |                           |                   |                     | Valor pago de exercício          | Restos a Pagar pagos <sup>2</sup> | Total       |
| Câmara dos Deputados   | 119.085,5                 | 1.701,8           | 143,1               | 143,1                            | 9.916,5                           | 9.140,8     | 364.418,1                 | 6.213,8           | 263,7               | 88,2                             | 4.871,8                           | 4.336,6     |
| Senado Federal   | 129.845,8                 | 11.191,2          | 1.303,8             | 1.303,8                          | 12.131,8                          | 10.528,9    | 73.881,8                  | 6.785,9           | 899,6               | 811,1                            | 1.985,4                           | 1.864,3     |
| Tribunal de Contas da União                                  | 51.846,7                  | 2.038,3           | 581,4               | 581,4                            | 3.294,8                           | 2.808,2     | 61.558,5                  | 1.871,0           | 114,1               | 114,1                            | 1.853,7                           | 1.469,8     |
| Supremo Tribunal Federal                                     | 61.489,3                  | 1.829,7           | 1.193,2             | 1.193,2                          | 10.671,3                          | 11.884,4    | 88.118,8                  | 1.136,8           | 72,5                | 72,5                             | 31.485,5                          | 33.777,7    |
| Superior Tribunal de Justiça                                 | 8.888,8                   | 1.332,8           | 47,8                | 47,8                             | 2.858,3                           | 3.006,1     | 15.408,5                  | 2.384,8           | 82,8                | 82,7                             | 11.282,8                          | 11.375,3    |
| Justiça Federal <sup>3</sup>                                 | 284.363,1                 | 238.490,3         | 172.720,7           | 122.711,5                        | 63.743,4                          | 216.458,8   | 262.884,2                 | 217.628,3         | 177.196,8           | 178.514,4                        | 19.678,6                          | 258.264,4   |
| Justiça Militar  | 7.383,5                   | 271,8             | 146,3               | 146,3                            | 2.678,5                           | 2.332,7     | 1.439,7                   | 98,7              | 28,1                | 25,3                             | 1.872,7                           | 1.898,8     |
| Justiça Eleitoral  | 409.357,5                 | 27.071,1          | 3.588,5             | 3.523,8                          | 37.564,9                          | 40.338,9    | 290.366,9                 | 150.321,4         | 19.260,3            | 18.808,8                         | 42.833,8                          | 76.136,8    |
| Justiça do Trabalho  | 212.114,8                 | 21.781,2          | 6.836,5             | 5.951,7                          | 73.228,1                          | 79.788,2    | 166.488,9                 | 16.487,8          | 2.801,9             | 1.931,7                          | 18.818,7                          | 68.550,4    |
| Justiça do Trabalho de Distrito Federal e dos Territórios    | 43.818,8                  | 1.832,1           | 298,4               | 243,1                            | 6.277,7                           | 6.170,8     | 32.886,9                  | 6.272,4           | 1.973,9             | 1.271,4                          | 36.169,8                          | 64.816,2    |
| Procuradoria da República <sup>4</sup>                       | 180.058,2                 | 6.227,3           | 1.738,4             | 1.742,8                          | 25.161,7                          | 36.804,9    | 1.273.281,5               | 162.391,1         | 23.635,8            | 73.810,1                         | 181.678,8                         | 175.252,1   |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão               | 56.420,5                  | 1.264,0           | 41,9                | 41,9                             | 128.802,3                         | 128.788,1   | 51.891,4                  | 289,8             | 84,9                | 41,9                             | 9.923,9                           | 9.685,3     |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento          | 545.321,0                 | 18.993,8          | 7.587,5             | 5.783,8                          | 62.428,3                          | 68.184,2    | 782.738,4                 | 3.591,4           | 178,1               | 63,1                             | 172.318,2                         | 172.385,3   |
| Ministério de Ciência e Tecnologia                           | 1.829.388,8               | 217.823,7         | 87.743,0            | 81.812,5                         | 181.226,8                         | 229.943,8   | 1.174.201,8               | 116.848,5         | 32.515,8            | 28.195,8                         | 122.711,8                         | 190.214,4   |
| Ministério da Fazenda <sup>5</sup>                           | 91.540,3                  | 14.462,8          | 8.219,8             | 8.022,0                          | 158.648,6                         | 156.571,8   | 482.146,1                 | 10.519,6          | 882,1               | 478,8                            | 56.292,7                          | 57.164,3    |
| Ministério da Educação                                       | 1.843.156,5               | 74.378,7          | 28.232,7            | 24.581,8                         | 444.718,4                         | 466.281,6   | 2.637.114,1               | 431.847,7         | 18.698,2            | 16.328,5                         | 731.175,1                         | 738.504,4   |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 106.059,1                 | 3.701,1           | 89,8                | 89,8                             | 31.130,7                          | 32.220,5    | 186.374,7                 | 1.288,5           | 123,3               | 153,3                            | 21.589,2                          | 21.439,5    |
| Ministério da Justiça  | 1.008.817,8               | 88.441,8          | 78.718,8            | 78.709,0                         | 152.804,8                         | 231.812,8   | 1.528.650,9               | 78.244,1          | 1.247,0             | 1.738,4                          | 136.008,8                         | 131.731,1   |
| Ministério de Minas e Energia                                | 47.964,0                  | 2.352,9           | 361,3               | 361,3                            | 15.674,3                          | 16.235,2    | 64.881,2                  | 7.815,4           | 377,4               | 311,8                            | 11.881,7                          | 12.642,7    |
| Ministério das Previdência Social                            | 46.043,5                  | 6.138,4           | 870,9               | 251,4                            | 49.853,2                          | 49.802,8    | 141.828,2                 | 11.232,5          | 1.788,4             | 1.808,4                          | 26.778,0                          | 27.789,0    |
| Ministério Público da União                                  | 295.077,9                 | 18.355,8          | 7.882,1             | 1.881,8                          | 14.330,2                          | 19.492,1    | 165.849,4                 | 7.144,4           | 30,3                | 30,2                             | 72.888,3                          | 73.688,7    |
| Ministério do Meio Ambiente                                  | 42.188,3                  | 2.819,3           | 8.538,3             | 2.358,8                          | 9.586,9                           | 8.209,1     | 38.999,2                  | 1.421,0           | 1.348,2             | 1.338,1                          | 819,4                             | 2.306,1     |
| Ministério da Saúde  | 2.797.526,8               | 170.328,8         | 21.580,5            | 21.538,5                         | 99.005,1                          | 120.904,1   | 3.285.184,1               | 488.863,4         | 8.333,3             | 6.618,8                          | 478.454,8                         | 487.218,8   |
| Ministério do Trabalho e Emprego                             | 86.482,8                  | 1.480,7           | 323,4               | 323,4                            | 32.655,8                          | 33.842,3    | 111.577,1                 | 778,5             | 73,9                | 73,2                             | 1.703,2                           | 1.780,4     |
| Ministério dos Transportes                                   | 6.125.361,0               | 3.077.301,3       | 288.618,1           | 141.333,8                        | 1.252.842,8                       | 1.394.378,4 | 9.564.439,8               | 2.534.896,2       | 116.788,3           | 117.948,8                        | 1.819.218,5                       | 1.936.162,1 |
| Ministério das Comunicações                                  | 174.385,3                 | 6.145,8           | 580,3               | 580,3                            | 61.843,3                          | 62.793,2    | 29.184,4                  | 272,8             | 3,3                 | 3,3                              | 12.345,8                          | 12.348,8    |
| Ministério da Cultura  | 242.825,2                 | 35.305,9          | 113,9               | 113,9                            | 26.193,9                          | 26.085,2    | 253.814,0                 | 7.832,0           | 61,5                | 41,8                             | 35.870,8                          | 35.812,1    |
| Ministério do Meio Ambiente                                  | 95.256,2                  | 1.117,7           | 740,3               | 740,3                            | 14.841,2                          | 14.841,2    | 170.039,8                 | 1.433,1           | 271,4               | 271,4                            | 16.888,4                          | 11.071,9    |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário                        | 1.237.277,9               | 87.494,7          | 361.323,3           | 361.028,9                        | 134.390,7                         | 495.811,5   | 1.887.882,2               | 218.881,3         | 4.215,2             | 4.127,7                          | 259.064,8                         | 263.294,5   |
| Ministério do Esporte  | 801.786,5                 | 206.801,1         | 19.370,1            | 124.725,8                        | 188.823,0                         | 226.397,4   | 89.218,5                  | 1,8               | 3,7                 | 45.588,2                         | 45.031,9                          | 45.031,9    |
| Ministério da Defesa   | 2.832.141,8               | 145.315,3         | 85.915,2            | 83.811,8                         | 409.939,6                         | 79.731,2    | 4.532.221,7               | 481.184,4         | 18.553,3            | 14.828,8                         | 348.992,7                         | 687.012,7   |
| Ministério da Integração Nacional                            | 2.217.281,8               | 257.781,7         | 32.235,7            | 31.846,4                         | 218.619,8                         | 376.489,0   | 4.884.881,3               | 722.366,7         | 6.816,4             | 1.981,9                          | 563.292,8                         | 568.274,0   |
| Ministério do Turismo  | 1.364.782,5               | 83.235,4          | 178,2               | 178,2                            | 68.853,1                          | 67.021,1    | 2.011.093,8               | 77.711,8          | 4,4                 | 4,8                              | 66.152,3                          | 66.157,1    |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome        | 241.899,3                 | 3.828,1           | 144,3               | 144,3                            | 31.328,7                          | 31.173,2    | 177.813,7                 | 36.030,0          | 132,8               | 132,8                            | 21.481,8                          | 21.614,6    |
| Ministério das Cidades                                       | 2.335.889,0               | 181.185,9         | 5.374,9             | 3.191,9                          | 370.218,3                         | 373.312,3   | 2.536.802,4               | 6.862.971,8       | 11.261,2            | 8.333,2                          | 1.164.103,8                       | 1.183.598,2 |
| TOTAL  | 21.213.193,3              | 3.442.939,9       | 1.249.191,3         | 1.018.842,1                      | 4.763.310,9                       | 5.816.484,9 | 42.241.850,0              | 7.218.844,7       | 827.334,1           | 384.374,5                        | 6.124.763,2                       | 7.413.131,2 |

\* Dados preliminares.

<sup>1</sup> Compõem-se as movimentações dos Pagamentos Legítimos, Autônomos e Excepcionais, mediante guias de despesa (Inventário de GND 4) e Invenientes (Invenientes de GND 1) com atenção do elemento de despesa (Empenhamento e Pagamento) (B3).<sup>2</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas de 2007 e 2008 e das despesas das despesas. Diferença decorrente do "preço médio" de compra de bens e serviços de 2007 e 2008.<sup>3</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia de cada ano, com impacto no saldo do ano seguinte.<sup>4</sup> Novas descentralizações de crédito para o ano de 2007 no valor de R\$ 120,3 milhões e R\$ 185,3 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.<sup>5</sup> Inclui "Gastos de Presidência, Vice-Presidência e Assembleia Geral da União".<sup>6</sup> Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento e Outros.

FOR (I=1, MAXI) DO 100 J=1, MAXJ  
100 CONTINUE

UNIÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2007 A ABRIL/2008

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

| DESPESA COM PESSOAL   | DESPESAS EXECUTADAS<br>(Últimos 12 Meses) |  |
|---|---|--|
|   | LIQUIDADAS<br>(a)                         | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS<br>(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)   | 94.577.243                                | 556.461  |
| Pessoal Ativo   | 49.022.113                                | 316.933  |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  | 45.555.130                                | 169.339  |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0   | 0  |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)   | 13.766.385                                | 118.362  |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  | 88.045                                    | 6.271  |
| Decorrentes de Decisão Judicial   | 2.033.163                                 | 44.562   |
| Despesas de Exercícios Anteriores   | 309.365                                   | 31.175   |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   | 12.335.611                                | 37.355   |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)  | 78.110.858                                | 440.099  |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)  | 79.250.957                                |  |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL   | VALOR                                     |  |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)  | 413.867.577                               |  |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100                        | 19,15%                                    |  |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9% <sup>1</sup>                    | 156.855.812                               |  |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%                                | 149.033.715                               |  |

FONTE: SIAPF - SINCONTAGI/INC

<sup>1</sup> O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 6º da Lei nº 4.320/64;

- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 55, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

c) Os valores da despesa bruta com Pessoal Ativo e com Pessoal Inativo e Pensionistas inscritas em Restos a Pagar Não Processados foram alterados em relação aos divulgados no RGF de dezembro de 2007 devido à inclusão a menor dos valores do elemento de despesa 91 - sentenças judiciais no Pessoal Ativo e a maior no Pessoal Inativo e Pensionistas.

d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do sumatório das partes em função de arredondamentos.

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO  
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA  
Secretário Federal de Controle Interno

Aviso nº 788 – C. Civil.

Em 2 de setembro de 2008

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah”.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

#### **MENSAGEM Nº 177, DE 2008**

(Nº 673/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa Uruguaiana Vencerá”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 2 de setembro de 2008. – Luiz **Inácio Lula da Silva**

EM Nº 141/2008 – ME

Brasília, 26 de agosto de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Município de Uruguaiana, RS, requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$6.830.000,00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos

recursos destinam-se ao financiamento do “Programa Uruguaiana Vencerá”.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante as Resoluções nº 48, de 21 de dezembro de 2007 e nº 43, de 21 de dezembro de 2001.

3. O Projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEF, de que trata o Decreto nº 3.502, de 2000.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à concessão da garantia por parte da União, por meio do parecer cuja cópia encontra-se em anexo, juntamente com a cópia da minuta contratual da operação em tela e do pronunciamento da Secretaria do Tesouro Nacional.

6. O Banco Central do Brasil efetuou o chamado “credenciamento” da operação, conforme o Ofício nº 16º/2008/DESIG/DICIC-SUREX, de 30 de julho de 2008 (TA465295), cuja cópia encontra-se a esta anexa.

7. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar à Presidência da República que envie Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter, á apreciação daquela Casa, o pedido de concessão da garantia da República Federativa do Brasil à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos.

Respeitosamente, – **Guido Mantega**.

#### **PARECER**

#### **PGFN/COF/Nº 1.828/2008**

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Uruguaiana/RS e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$6.830.000,00 (seis milhões oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá.

Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual.



Operação sujeita à autorização do Senado Federal. Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312/74; DL nº 147/67; Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000; Resolução nº 48, de 2007, Resolução nº 43, de 2001, republicada e consolidada em 9.4.2002, com alterações, todas do Senado Federal.

## I

Trata-se de operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Uruguaiana/RS e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$6.830.000,00 (seis milhões, oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá.

## II

2. As formalidades prévias à contratação, prescritas na Constituição Federal, na Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, no Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, foram obedecidas, a saber:

**a)** a Secretaria do Tesouro Nacional, considerando os documentos constantes dos autos, emitiu parecer favorável ao mérito do pleito, nos termos do art. 29 da Resolução nº 48, de 2007, mediante o Parecer nº 1.222, GERFI/COREF/STN, de 11 de julho de 2008, a fls. 535/544, descrevendo as condições financeiras da operação de crédito e demais informações pertinentes, das quais importa destacar que:

a.1) o referido Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, tendo sido tal decisão homologada pelo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 6-12-2004, nos termos da Recomendação nº 763, de 6-12-2004, a fls. 511, e Resolução nº 367, de 2-4-2008, a fls. 418, tendo sido, ainda, autorizado o aumento do custo total do Programa em até 10%, por meio da Resolução nº 335, de 8-8-2007, a fls. 512, em observância ao previsto no inciso XII do art. 17, da Resolução COFIEIX nº 290;

a.2) a Lei Municipal nº 3.774, de 31-7-2007, a fls. 14, alterada pela Lei nº 3.830, de 27-12-2007, a fls. 310, autoriza o Poder Exe-

cutivo a contratar operação de crédito com o BIRD, no montante de até US\$6.835.052,00,00 (seis milhões oitocentos e trinta e cinco mil e cinquenta e dois dólares dos Estados Unidos da América), destinado ao financiamento do Programa em questão;

a.3) a supramencionada lei dispõe que o Poder Executivo do município está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas;

a.4) a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e municípios – COPEM/STN, por intermédio dos Pareceres nº 1.525 – COPEM/STN, de 6-12-2007, a fls. 181/184 e nº 23/2008-COPEM/STN, de 8-1-2008, a fls. 194/195, pronunciou-se favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo município de Uruguaiana/RS, tendo sido cumpridas as exigências dispostas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40/2001 e 43/2001 e suas alterações, e atendidos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

a.5) segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota nº 358/2008/STN/COREM, de 16-4-2008 (fls. 425/429), o Município de Uruguaiana/RS foi classificado na categoria **B**, suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89, de 25-4-1997;

a.6) a Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e municípios – COREM/STN informou, ainda, que o município em tela não assinou contrato de renegociação da dívida segundo a Medida Provisória nº 2.185-35/2001;

a.7) foi anexada, a fls. 206, cópia da Lei Municipal nº 3.831, de 27-12-2007, que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2008, contempla dotações suficientes para o Programa no ano de 2008;

a.8) consta, fls. 431, Declaração assinada pelo Secretário de Planejamento do município de Uruguaiana/RS, informando que estão incluídos na referida Lei Orçamentária os recursos provenientes da operação de crédito externo a ser firmada com o BIRD, destinada a financiar o Programa em epígrafe, para recursos

externos e de contrapartida, bem como de dispêndios em encargos, conforme Declaração, a fls. 362/364;

a.9) considerando as informações prestadas pelo município e o cronograma de utilização dos recursos apresentado, a STN entende que o mutuário dispõe das dotações necessárias ao início da execução do Programa;

a.10) foi anexada, também, a fls. 82/94, a Lei Municipal nº 3.507, de 14-9-2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do município de Uruguaiana/RS para o período 2006/2009, na qual se inserem as ações do Programa em questão, bem como, à Declaração do Sr. Secretário de Planejamento do município de Uruguaiana/RS, fls. 362/417, atestando a inclusão do Programa no PPA 2006/2009, no âmbito do Programa em questão;

a.11) de acordo com as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2008 (fls. 526), referentes aos limites de endividamento da União, há margem, na presente data, para a concessão da pleiteada garantia da União, no limite estabelecido pelo Senado Federal nos termos do artigo 9º da Resolução SF nº 48/2007;

a. 12) foram calculados e considerados atendidos pela COPEM/STN, em seus citados Pareceres nº 1.525 – COPEM/STN, de 6-12-2007, a fls. 181/184, e nº 23/2008-COPEM/STN, de 8-1-2008, a fls. 194/195, os limites de endividamento do município de Uruguaiana, estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal nº 40, de 20-12-2001, e nº 43, de 21-12-2001, e suas alterações;

a.13) de acordo com estudo elaborado pela STN acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias do município (fls. 436), as garantias oferecidas pelo município de Uruguaiana são consideradas suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação em epígrafe, devendo, as citadas contragarantias, ser formalizadas mediante contrato a ser celebrado junto à União, por força do qual o Governo Federal poderá reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do município;

a.14) não há registro de compromissos honrados pela União em nome do município de

Uruguaiana/RS nos últimos anos decorrentes de garantias concedidas;

a.15) foram anexadas, a fls. 452/473, as minutas contratuais do Acordo de Empréstimo e o respectivo contrato de Garantia para o Programa em tela, que são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito.

a.16) foram anexadas ao processo, a fls. 519/525, as informações elaboradas pela STN relativas às finanças da União, as quais encontram-se atualizadas no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br>.

a. 17) no que concerne ao pleno exercício da competência tributária do Município, bem como o cumprimento dos artigos 198, com a redação da EC nº 29, e 212, todos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul emitiu as Certidões nº 2784/2008, em 4-6-2008, a fls. 514/515, nº 2.700/2008, em 29-5-2008, a fls. 516, e nº 1.177/2008, em 18-2-2008, a fls. 517, atestando o cumprimento destes dispositivos legais no último exercício analisado, de 2007;

a.18) o Tribunal de Contas do Estado emitiu a Certidão nº 2.784/2003, de 4-6-2008, a fls. 514/515, mediante a qual atestou que, no exercício de 2007, último analisado, a despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais não extrapolou os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);

a.19) com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, conforme disposto na LRF (art. 40 § 2º, combinado com o art. 25, inciso IV, alínea c) e na Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (art. 10, inciso II, alínea c), é entendimento desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme exarado no Parecer PGFN/COF/nº 468/2008, que tais limites, conforme mencionado nas citadas normas legais, estão a referir-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito, e, em atenção a essa exigência legal, o Sr. Prefeito do Município de Uruguaiana encaminhou declaração, em 16-4-2008, a fls. 441, informando que está cumprindo e cumprirá com o disposto no artigo supracitado;

a.20) conforme Declaração do Sr. Prefeito de Uruguaiana/RS, de 16-4-2004 (fls. 433), o município não realizou nenhum contrato de Par-

ceria Público-Privada, não incorrendo, assim, nas penas do artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e que impede a União a conceder garantia aos demais entes, caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 1% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subseqüentes excederem a 1% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios;

a.21) não há registro de pendências do interessado, no âmbito do SIAFI, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União (fls. 527/530), atendendo, portanto, ao disposto no § 2º do art. 40 da Lei Complementar nº 101/00.

a.22) foi anexado ao Parecer da STN o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo da operação com o BIRD, situado em 5,05% a.a.. Desse modo, considerando o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis a esta Secretaria;

a.23) a STN entende que o município atende ao disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101/2000, por não constar, até aquela data, débito em nome da Administração Direta do município de Uruguaiiana com a União ou suas entidades controladas;

**b)** consoante o citado Parecer nº 1.222, GERFI/CO-REF/STN, a Secretaria do Tesouro Nacional nada tem a opor à concessão da garantia, desde que, previamente à assinatura do instrumento contratual, seja firmado o respectivo contrato de contragarantia;

**c)** para fins do disposto no art. 32 da L.C. nº 101, de 2000, e Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, a Procuradoria-Geral do município, por meio do Parecer nº 54/2008, de 2 de julho de 2008, analisou a minuta de contrato, concluindo, ao final, que não vislumbra impedimento ou ilegalidade para realizar o empréstimo com o Banco Mundial;

**d)** o Município apresentou, conforme requeridas pela Lei Complementar nº 101/2000 e pelas Portarias STN nº 115/2008 e MF nº 497/1990, e foram

anexadas ao processo, cópias das seguintes certidões, emitidas em seu nome;

I – Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CND), emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, válida até 4-10-2008 (fls. 508);

II – Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil, válida até 4-10-2008 (fls. 420);

III – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, válida até 4-10-2007 (fls. 113); e

IV – Regime Próprio de Previdência Social – Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), emitido pelo INSS, válido até 4-11-2008;

**e)** O município apresentou a Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul nº 3.059/2008, em que atesta o cumprimento do disposto no artigo 52 e 55, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal no exercício em curso.

4. O Banco Central do Brasil efetuou o chamado “credenciamento” da operação, conforme o Ofício nº 160/2008/ DESIG/DICIC-SUREX, de 30 de julho de 2008(TA465295).

### III

5. O empréstimo será concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), sendo certo que nas respectivas minutas contratuais foram estipuladas as cláusulas usuais de tais operações.

6. No mais, as minutas contratuais contêm cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o preceito contido no art. 8º da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

### IV

7. O mutuário é o município de Uruguaiiana/RS, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

8. Destarte, entende esta Procuradoria-Geral não haver óbice legal ao encaminhamento ao Senado Federal do pleito relativo à contratação da operação de crédito em teia e à concessão de garantia por parte da União. Nesse sentido, conclui deva o assunto ser elevado à consideração do Senhor Ministro da Fazenda, a fim de que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal.

É o parecer que submeto à superior consideração.

Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União, em 22 de agosto de 2008. – **Ana Lúcia Gatto de Oliveira**, Procuradora da Fazenda Nacional.

De acordo. À consideração da senhora Procuradora-Geral Adjunta da Fazenda Nacional.

Coordenação-Geral de Operações Financeiras Da União, em 25 de agosto de 2008. – **Sônia Portella**, Coordenadora-Geral.

Aprovo o parecer. Submeta-se à superior consideração do Exmº Sr. Ministro da Fazenda.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em 25 de agosto de 2008. – **Adriana Queiroz de Carvalho**, Procuradora-Geral Adjunta da Fazenda Nacional.

Ofício nº 162/2008/Desig/Dicic-Surex

Brasília, 30 de julho de 2008

Pt. 0801418152

A Sua Senhoria a Senhora

Drª Sônia de Almendra Freitas Portella Nunes

Coordenadora-Geral de Operações Financeiras da União – COF

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Esplanada dos Ministérios – Bloco “P” – 8º Andar – Sala 803

70048-900 Brasília – DF

Fax 3412-1740

Assunto: ROF – TA465295/Comunica Credenciamento – Município de Uruguaiiana

Senhora Coordenadora-Geral,

Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA465295, por meio do qual o município de Uruguaiiana solicita credenciamento para contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$6.830.000,00, com garantia da República Federativa do Brasil, tendo como credor o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao Programa “Uruguaiiana Vencerá”.

2. A propósito, informamos que, por meio do Ofício anexo, o Banco Central do Brasil credenciou o município de Uruguaiiana a negociar referida operação

no exterior, nas condições abaixo relacionadas, constantes do ROF TA465295:

*Devedor:* Município de Uruguaiiana

*Credor:* Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

*Garantidor:* República Federativa do Brasil;

*Valor:* US\$6.830.000,00;

*Modalidade:* **Fixed Spread Loan** (Margem Fixa) – evento 7100 do ROF;

*Prazo:* 234 meses;

*Carência:* 60 meses;

*Juros:* **Libor** de 6 (seis) meses, pata dólares dos Estados Unidos da América, mais “spread” de 0,05% a.a.;

*Taxa Inicial:* 0,25% sobre o valor do empréstimo;

*Juros de Mora:* taxa de juros contratada da operação (**Libor**-US\$-6 meses + spread Empréstimo Margem Fixa de 0,05% a.a.) + 0,50% a.a.

#### **Condições de pagamento**

*do Principal:* em prestações semestrais e consecutivas. O número de parcelas foi estimado em 30 (trinta), uma vez que a amortização está prevista pata o período de 15-9-2013 a 15-3-2028;

*dos Juros:* semestralmente vencidos;

*da Taxa Inicial:* pagamento único.

3. Outrossim, esclarecemos que o tomador foi informado que:

**a)** ao empréstimo pretendido (margem fixa), fica facultada a conversão de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa; o estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros; a alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante já desembolsado; e a alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante a desembolsar;

**b)** o exercício das opções contidas no item “a” implica a cobrança dos custos eventualmente incorridos pelo BIRD na realização das opções, e de comissão de transação (**transaction fee**), que varia de 0,125% até 0,25%;

**c)** o credenciamento foi concedido com base nas declarações e nos documentos apresentados pelo devedor e credor, podendo o Banco Central do Brasil apurar a veracidade das informações, na forma do artigo 62 do Decreto nº 55.762, de 17-2-65. A cobrança ou o pagamento, a qualquer título, em moeda nacional ou estrangeira, de ânus ou encargos que não estejam expressamente aprovados pelo Banco



Central ou, ainda, eventuais divergências nas declarações ou nos documentos, tomarão sem efeito, automaticamente, o credenciamento;

**d)** a fixação da data de assinatura dos respectivos instrumentos contratuais somente poderá ocorrer após o exame das minutas de contrato pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, a emissão de Resolução específica do Senado Federal e a aprovação da operação pelo Exmº Sr. Ministro da Fazenda,

**e)** a operação estará definitivamente registrada no ROF com a condição de “concluído” após a inclusão do evento 9006 (manifestação da STN/COPEM), do evento 9001 (Resolução do Senado Federal) e do evento 9007 (manifestação da PGFN e a aprovação do Exmº Sr. Ministro da Fazenda); e

**f)** o credenciamento é válido pelo prazo de 90 dias, a partir desta data.

Atenciosamente, – **Rosalvo Ermes Streit**, Chefe Adjunto Substituto/Desig.

#### **RESOLUÇÃO Nº 367, 2 DE ABRIL DE 2008**

O Presidente da Comissão de Financiamentos Externos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, da Resolução Cofix nº 290, referente ao Regimento Interno da Cofix, e ouvida a Cofix na sua 78ª reunião, realizada no dia 27 de março de 2008,

Resolve

Com relação à Recomendação Cofix nº 763, de 6 de dezembro de 2004, referente ao “Projeto Cidade Viva”, de interesse do município de Uruguaiana-RS, estender, até 27 de março de 2009, o seu prazo de validade, sem prejuízo dos termos da referida Recomendação. – **Alexandre Meira da Rosa**, Secretário Executivo – **João Bernardo de Azevedo Bringel**, Presidente.

#### **PARECER Nº 1.222/2008/GERFI/COREF/STN**

Em, 11 de julho de 2008

**Assunto:** Município de Uruguaiana/RS Operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$6.830.000,00. Recursos destinados ao Programa Uruguaiana Vencerá. Pedido de concessão de garantia da União.

Ref.: Processo MF nº 17944.001129/2007-62

Senhora Coordenadora-Geral,

Trata o presente parecer de pedido de concessão de garantia da União à operação de crédito externo, de interesse do município de Uruguaiana/RS, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvi-

mento – BIRD, no valor de até US\$6.830.000,00 (seis milhões oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América). Tais recursos serão destinados ao Programa Uruguaiana Vencerá.

#### **Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX**

2. A Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX, por meio da Recomendação nº 763, de 6-12-2004, às fls. 511, homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 6-12-2004, e Resolução nº 367, de 2-4-2008, às fls. 418, recomendou a preparação do Programa em epígrafe com apoio de financiamento externo, no valor de até US\$6.213.684,00, e contrapartida do município de Uruguaiana de US\$4.142.457,00. Adicionalmente o Secretário-Executivo da Cofix, tendo em vista o previsto no inciso XII do art. 17, da Resolução Cofix nº 290, autorizou o aumento do custo total do Programa em até 10%, por meio da Resolução nº 335, de 8-8-2007, às fls. 512.

#### **Objetivos do Programa, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício**

3. Inicialmente, cabe esclarecer que o Programa em questão está no âmbito do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado – PDMI, que abrange os municípios de Bagé, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Uruguaiana, todos do Estado do Rio Grande do Sul, a ser co-financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. O PDMI tem como objetivo geral melhorar a eficiência e eficácia da gestão pública dos municípios envolvidos, ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda e disponibilizar uma melhor infra-estrutura urbana e rural com equilíbrio ambiental. Ressalte-se que o município de Pelotas assinou o Programa Pelotas Pólo do Sul, com o BIRD, em 26-3-2008.

4. De acordo com o Parecer Técnico e informações técnicas encaminhadas pelo interessado, às fls. 31/61, 239/242 e 303/307, respectivamente, o Programa tem como objetivo levar o desenvolvimento ao município, por meio de ações integradas, onde são considerados à aspectos econômicos, sociais e ambientais, de forma a buscar e estruturar uma melhor qualidade de vida às populações atendidas pelo Programa.

5. O referido Parecer demonstra a viabilidade econômica das intervenções, tendo em vista que apresenta taxa interna de retomo superior a 10% em todas as intervenções previstas no programa. De acordo com o referido Parecer, vale destacar a reestruturação do Micronegócio na região ser uma alternativa de crédito para os empreendedores do setor formal e informal, que não tem acesso ao sistema bancário oficial. Espera-se

que com o referido investimento haja uma revitalização do micronegócio no município.

6. O Programa está estruturado em três componentes: (a) Fortalecimento Municipal, que engloba ações de fortalecimento da capacidade de execução e eficiência do município para executar os seus programas; (b) Geração de Emprego e Renda, que deverá fortalecer a capacidade do município na geração de emprego e renda por meio da ampliação do acesso ao pequeno e micro crédito e aperfeiçoamento dos referidos negócios, por meio de estudos, treinamento da população local e publicidade, dentre outros; e (c) Aperfeiçoamento dos Serviços de Infra-estrutura, que abrange atividades destinadas à melhoria das estradas, drenagem, água e saneamento.

7. O gerenciamento do Programa será realizado de forma centralizada por intermédio da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento.

#### Fluxo Financeiro

8. O Programa contará com investimentos orçados em aproximadamente US\$11,3 milhões, sendo US\$6,8 milhões financiados pelo BIRD e US\$4,5 milhões provenientes da contrapartida municipal. Conforme cronograma estimativo de desembolso enviado pela Prefeitura Municipal de Uruguaiana/RS (fls. 510), os desembolsos deverão ocorrer de 2008 a 2012, conforme quadro a seguir.

Quadro I – Cronograma Estimativo de Desembolso

Em US\$

|                  | 2008         | 2009         | 2010         | 2011       | 2012       | Total         |
|------------------|--------------|--------------|--------------|------------|------------|---------------|
| <b>BIRD</b>      | 2.775.711,00 | 2.352.506,00 | 1.257.634,00 | 341.955,00 | 102.174,00 | 6.830.000,00  |
| <b>Município</b> | 1.590.400,00 | 1.756.008,00 | 909.082,00   | 285.313,00 | 20.951,00  | 4.561.754,00  |
| <b>Total</b>     | 4.366.111,00 | 4.108.514,00 | 2.166.739,00 | 627.268,00 | 123.125,00 | 11.391.754,00 |

#### Condições Financeiras

9. Conforme minuta do contrato de empréstimo (fls. 452/469), as condições financeiras da operação de crédito em foco, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil, sob registro TA465295 (fls. 518), objeto de manifestação favorável desta Secretaria, serão as seguintes:

Quadro II: Condições financeiras da operação de crédito

**Valor do Empréstimo:** US\$6.830.000,00;

**Credor:** Banco Internacional pela Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

**Modalidade:** Margem Fixa;

**Prazo de Desembolsos:** 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de vigência do Contrato;

**Carência:** 60 (sessenta) meses;

**Amortização:** Será feita em 30 parcelas semestrais, sucessivas, e sempre que possível, iguais, pagas nos dias 15 de março e setembro de cada ano; vencendo-se a primeira em 15 de setembro de 2013 e a última em 15 de março de 2028. Cada uma das 29 primeiras corresponderá a 3,33% do valor total do empréstimo, e a última a 3,43%;

**Juros:** Exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do Empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros LIBOR semestral para dólar americano acrescidos de um **spread** a ser determinado pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixado na data da assinatura do contrato;

Obs.: A margem fixa acordada é de 0,05% a.a.

**Juros de Mora:** 0,50% a.a. acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos. Vencidos 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros, constituirá o Mutuário em mora, e a mesma será aplicada conforme o disposto na Seção 3.2 (d) das Normas Gerais; e

**Comissão à Vista (Front-end fee):** 0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

10. Há que se destacar, ainda, que de acordo com a Seção 2.07 do contrato de empréstimo, a operação contratada na modalidade margem fixa permite ao mutuário a utilização dos seguintes instrumentos financeiros:

a) Converter a taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa;

**b)** Alterar a moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado;

**c)** Alterar a moeda de referência da operação de crédito para o montante a desembolsar.

11. O exercício das opções acima implica a cobrança dos encargos incorridos pelo BIRD na realização das opções e de uma Comissão de Transação (Transaction Fee) de 0,125% sobre os valores afetados (nos casos das opções **a** e **c** do item anterior) e 0,25% sobre os valores afetados (no caso da opção **b** do item anterior).

12. Foi anexado ao presente Parecer o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo da operação com o BIRD, situado em 5,05% a.a.. Desse modo, considerando o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis a esta Secretaria.

### **Requisitos Legais e Normativos**

13. Relativamente ao disposto na Lei Complementar nº 101/00, na Resolução do Senado Federal nº 48/07 e na Portaria MEFP nº 497/90, alterada pelas Portarias MEFP nº 650/92 e ME nº 150/97, com vistas à concessão da garantia da União, vale ressaltar o seguinte:

#### **I – Autorização Prevista no art. 32 da LRF**

14. Mediante os Pareceres nº 1.525 – COPEM/STN, de 6-12-2007 (fls. 181/184) e 23/2008-COPEM/STM, de 8-1-2008, às fls. 194/195, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM pronunciou-se favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo Município de Uruguaiana/RS, tendo sido cumpridas as exigências dispostas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40/2001 e 43/2001 e suas alterações, e atendidos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da LRF.

#### **II – Inclusão no Plano Plurianual**

15. Encontra-se às fls. 82/94, cópia da Lei Municipal nº 3.507, de 14-9-2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município de Uruguaiana/RS para o período 2006/2009, na qual se inserem as ações do Programa em questão. Complementarmente, às fls. 362/417, consta Declaração do Sr. Secretário de Planejamento do Município de Uruguaiana/RS atestando a inclusão do Programa no PPA 2006/2009, no âmbito do Programa em questão.

#### **III – Previsão Orçamentária**

16. A Lei Municipal nº 3.831, de 27-12-2007, cópia às fls. 206, que estima a receita e fixa a despesa do mu-

nícipio para o exercício financeiro de 2008, contempla dotações suficientes para o Programa no ano de 2008. Complementarmente, às fls. 431, consta Declaração assinada pelo Secretário de Planejamento do Município de Uruguaiana/RS, informando que estão incluídos na referida Lei Orçamentária os recursos provenientes da operação de crédito externo a ser firmada com o BIRD, destinada a financiar o Programa em epígrafe, distribuídos da seguinte forma: R\$5.000.826,00 (cinco milhões oitocentos e vinte e seis reais) de recursos externos; R\$2.858.174,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta e oito mil cento e setenta e quatro reais) de contrapartida municipal. Adicionalmente, consta Declaração do Sr. Secretário de Planejamento, às fls. 362/364, informando que consta da referida Lei o montante de R\$1.126.000,00 (um milhão cento e oitenta e vinte e seis mil reais) para o dispêndios em encargos.

17. Assim, considerando as informações prestadas pelo município e o cronograma de utilização dos recursos, mencionado no § 8º deste Parecer, entende-se que o mutuário dispõe das dotações necessárias ao início da execução do Programa.

### **IV – Autorização Legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União**

18. A Lei Municipal nº 3.774, de 31-7-2007 (fls. 14), alterada pela Lei nº 3.830, de 27-12-2007, cópia às fls. 310, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BIRD, no montante de até US\$6.835.052,00,00 (seis milhões oitocentos e trinta e cinco mil e cinquenta e dois dólares dos Estados Unidos da América), destinado ao financiamento do Programa em questão. Além disso, a referida lei dispõe que o Poder Executivo do município está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

### **V – Limites de Endividamento do Município**

19. Quanto aos limites de endividamento do Município de Uruguaiana, estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal nº 40, de 20-12-2001, e nº 43, de 21-12-2001, e suas alterações, observe-se que foram calculados e considerados atendidos pela COPEM/STN, em seus citados Pareceres nº 1.525 – COPEM/STN, de 6-12-2007 (fls. 181/184) e nº 23/2008-COPEM/STM, de 8-1-2008, às fls. 194/195.

### **VI – Limites para a Concessão da Garantia da União**

20. De acordo com as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro

quadrimestre de 2008 (fls. 526), referentes aos limites de endividamento da União, há margem, na presente data, para a concessão da pleiteada garantia da União, no limite estabelecido pelo Senado Federal nos termos do artigo 9º da Resolução SF nº 48/2007.

### **VII – Capacidade de Pagamento e Aspectos Fiscais do Município**

21. Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota nº 358/2008/STN/COREM, de 16-4-2008 (fls. 425/429), o Município de Uruguaiana/RS foi classificado na categoria “B”, suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89, de 25-4-1997.

22. Ademais, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM/STN informou, na supracitada Nota, que o Município de Uruguaiana não firmou contrato de renegociação da dívida segundo a Medida Provisória nº 2.185-35/2001 ou nº 8.727/1993.

### **VIII – Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível**

23. Conforme mencionado no § 18 deste Parecer, o Poder Executivo do município está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

24. De acordo com estudo elaborado por esta Coordenação-Geral acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Município (fls. 436), as garantias oferecidas pelo município de Uruguaiana são consideradas suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação em epígrafe.

25. O referido estudo abrange os anos de 2007 (realizado) e as projeções para 2008 até 2017. A margem disponível apurada é sempre positiva e crescente para os exercícios projetados, partindo de R\$32,41 milhões em 2008 e chegando a R\$69,84 milhões em 2017.

Quanto aos pagamentos a serem efetuados, pelo município, em consequência da operação de crédito ora pleiteada, os maiores valores devidos estão projetados para 2014, quando entre amortização e juros, deverão ser pagos aproximadamente US\$398 mil por semestre. Note-se que, em 2014, a margem disponível é de R\$54,96 milhões, suficientes, portanto, para cobrir eventual dívida com a

União, se esta tiver de honrar a garantia. O Município terá compromissos de pagamento decorrentes desta operação até 2028 e a projeção das receitas foi feita até 2017. Contudo, nada indica que a tendência de crescimento normal das receitas estaduais se reverterá, a não ser na hipótese de algum evento absolutamente imprevisto.

26. Assim, entendemos que o oferecimento das citadas contragarantias é suficiente, devendo ser formalizado mediante contrato a ser celebrado junto à União, podendo o Governo Federal reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do município.

### **IX – Situação de Adimplência**

27. Consulta realizada por meio eletrônico, às fls. 534, na presente data, não indicou a existência de débito em nome da Administração Direta do Município de Uruguaiana com a União ou suas entidades controladas. Desse modo, entendemos que o município atende ao disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101/2000.

28. Ademais, foram anexadas ao processo, cópias das seguintes certidões todas emitidas em nome do Município de Uruguaiana, conforme requeridas pela Lei Complementar nº 101/2000 e pelas Portarias STN nº 115/2008 e MF nº 497/1990:

**a)** Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CND), emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, válida até 4-10-2008 (fls. 508);

**b)** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil, válida até 4-10-2008 (fls. 420);

**c)** Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, válida até 4-10-2007 (fls. 113); e

**d)** Regime Próprio de Previdência Social – Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), emitido pelo INSS, válido até 5-8-2008 (fls. 507).

### **X – Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional**

29. Não há registros de compromissos honrados pela União em nome do Município de Uruguaiana/RS



nos últimos anos, decorrentes de garantias concedidas.

### **XI – Alcance das Obrigações Contratuais**

30. As obrigações contratuais constantes das minutas do Acordo de Empréstimo, às fls. 452/470, bem como do Contrato de Garantia, às fls. 471/473, são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito.

### **XII – Demais Exigências da Portaria nº 497/90, da Resolução SF nº 48/07 e da Lei Complementar nº 101/2000**

31. Cumpre esclarecer que estão apenas ao processo (fls. 519/525), as informações elaboradas pela STN relativas às finanças da União, as quais encontram-se atualizadas no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

32. No que concerne ao pleno exercício da competência tributária do município, bem como o cumprimento dos artigos 198, com a redação da EC nºs 29 e 212, todos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul emitiu as Certidões nº 2.784/2008, em 4-6-2008, às fls. 514/515, nº 2.700/2008, em 29-5-2008, às fls. 516, e nº 1.177/2008, em 18-2-2008, às fls. 517, atestando o cumprimento destes dispositivos legais no último exercício analisado: 2007.

33. Ademais, a Certidão nº 2.784/2008, de 4-6-2008, às fls. 514/515, atestou, também, que no exercício de 2007, último analisado, a despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais não extrapolou os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 34. **Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, conforme disposto na LRF (art. 40 § 2º, combinado com o art. 25, inciso IV, alínea c) e na Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (art. 10, inciso II, alínea c), é entendimento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; conforme exarado no Parecer PGFN/COF/nº 468/2008, que tais limites, conforme mencionado nas citadas normas legais, estão a referir-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito. O referido artigo 42 dispõe o seguinte:**

“Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que

haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.”

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

35. A propósito, o Sr. Prefeito do Município de Uruguaiana encaminhou declaração, em 16-4-2008, às fls. 441, informando que está cumprindo e cumprirá com o disposto no artigo supracitado.

36. O artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, impede a União a conceder garantia aos demais entes, caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 1% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subseqüentes excederem a 1% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

37. A esse respeito, cumpre esclarecer que, conforme Declaração do Sr. Prefeito de Uruguaiana/RS, de 16-4-2008 (fls. 433), o Município não realizou nenhum contrato de Parceria Público-Privada.

38. Ademais, cumpre informar que não há registro de pendências do interessado, no âmbito do Siafi, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União (fls. 527/530), atendendo, portanto, ao disposto no § 2º do art. 40 da Lei-Complementar nº 101/00.

### **Conclusão**

39. Diante do exposto, nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

À consideração, sugerindo o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF para as providências de sua alçada.

**Juliana Torres da Paz**, Analista de Finanças e Controle – **Eduardo Luiz Gaudard**, Gerente da CO-REF/STN.

De acordo. À consideração dos Srs. Secretários-Adjuntos do Tesouro Nacional. – **Nina Maria Arcela**, Coordenadora-Geral da COREF.

De acordo. – **Eduardo Coutinho Guerra**, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.

De acordo. Encaminhe-se o processo à PGFN/COF como sugerido. – **Líscio Fábio de Brasil Camargo**, Secretário do Tesouro Nacional, Substituto.

Secretaria do Tesouro Nacional  
Coordenação Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários da União - COREF  
Gerência de Responsabilidades Financeiras - GERFI

### Calculo do Custo Efetivo de Operação de Crédito Externo

| Informações do Projeto |                            |               |
|------------------------|----------------------------|---------------|
| Projeto                | Programa Uruguiana Vencerá |               |
| Muniário:              | Município de Uruguiana/RS  |               |
| Credor                 | BRD                        |               |
| Modalidade:            | Margem Fixa                |               |
| Valor Total            | US\$                       | 11.386.702,00 |
| Empréstimo:            | US\$                       | 6.830.000,00  |
| Contrapartida          | US\$                       | 4.556.702,00  |

Data de Análise pela GTN: 25-mar-08

| Condições Financeiras            |                                       |                       |
|----------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| Amort.(parcelas):                | 30                                    |                       |
| Amortização:                     | US\$ 227.505,50                       | 29 primeiras parcelas |
|                                  | US\$ 234.440,50                       | última parcela        |
| Data 1ª Amortização:             | 15/9/2013                             |                       |
| Data Última Amortização:         | 15/3/2028                             |                       |
| Carência:                        | 5 anos                                |                       |
| Comissão de Compromisso:         | 0,00%                                 |                       |
| Taxa de Juros:                   | Libor US\$ + Spread (margem variável) |                       |
| Custo BID Captação Libor:        | 0,00%                                 |                       |
| Custo BID de Mitigação:          | 0,00%                                 |                       |
| Spread Atual                     | 0,05%                                 |                       |
| Front-end fee (100% financiada): | 0%                                    |                       |
| Front-end fee:                   | US\$ 17.075,00                        |                       |

| Data      | Despesa      | Amortização  | Comissão de Compromisso | Front-End Fee | Taxa de Juros | Fluxo de Juros | Fluxo de Amort. | Total de Fluxo | Custo Efetivo | Valor Presente do Fluxo de Caixa | Valor Presente do Fluxo de Caixa com Spread |
|-----------|--------------|--------------|-------------------------|---------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|---------------|----------------------------------|---|
| 15-set-08 | 2.775.711,00 | -            | -                       | 17.075,00     | 0,59%         | -              | 17.075,00       | 2.775.711,00   | 0,66%         | (2.757.064,12)                   |   |
| 15-mar-09 | 1.176.253,00 | -            | -                       | -             | 3,16%         | 44.079,68      | 44.079,68       | 3.951.964,00   | 3,85%         | (1.107.034,01)                   |   |
| 15-set-09 | 1.176.253,00 | -            | -                       | -             | 3,25%         | 65.611,91      | 65.611,91       | 5.128.217,00   | 3,85%         | (1.065.020,16)                   |   |
| 15-mar-10 | 628.827,00   | -            | -                       | -             | 3,90%         | 100.615,37     | 100.615,37      | 5.757.044,00   | 3,91%         | (496.422,31)                     |   |
| 15-set-10 | 628.827,00   | -            | -                       | -             | 4,32%         | 127.080,67     | 127.080,67      | 6.385.871,00   | 4,21%         | (459.475,14)                     |   |
| 15-mar-11 | 170.977,50   | -            | -                       | -             | 4,60%         | 147.667,41     | 147.667,41      | 6.556.848,50   | 4,48%         | (20.760,11)                      |   |
| 15-set-11 | 170.977,50   | -            | -                       | -             | 4,87%         | 163.170,02     | 163.170,02      | 6.727.826,00   | 4,72%         | (8.747,02)                       |   |
| 15-mar-12 | 51.087,00    | -            | -                       | -             | 4,87%         | 165.712,24     | 165.712,24      | 6.778.913,00   | 4,90%         | 98.141,98                        |   |
| 15-set-12 | 51.087,00    | -            | -                       | -             | 5,04%         | 174.557,51     | 174.557,51      | 6.830.000,00   | 5,03%         | 100.486,01                       |   |
| 15-mar-13 | -            | -            | -                       | -             | 5,04%         | 173.200,77     | 173.200,77      | 6.830.000,00   | 5,14%         | 136.838,16                       |   |
| 15-set-13 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,16%         | 179.956,58     | 407.395,58      | 6.602.561,00   | 5,22%         | 312.314,51                       |   |
| 15-mar-14 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,16%         | 171.200,24     | 398.639,24      | 6.375.122,00   | 5,29%         | 296.688,90                       |   |
| 15-set-14 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,26%         | 171.463,40     | 398.902,40      | 6.147.643,00   | 5,38%         | 287.430,73                       |   |
| 15-mar-15 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,32%         | 164.440,99     | 391.870,99      | 5.920.244,00   | 5,53%         | 272.279,78                       |   |
| 15-set-15 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,38%         | 162.895,89     | 390.334,89      | 5.692.805,00   | 5,66%         | 261.283,78                       |   |
| 15-mar-16 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,39%         | 155.100,96     | 382.539,96      | 5.465.366,00   | 5,78%         | 246.785,03                       |   |
| 15-set-16 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,44%         | 151.064,73     | 379.303,73      | 5.237.927,00   | 5,88%         | 235.738,99                       |   |
| 15-mar-17 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,45%         | 143.430,43     | 370.869,43      | 5.010.488,00   | 5,97%         | 222.307,51                       |   |
| 15-set-17 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,49%         | 140.578,29     | 368.015,29      | 4.783.049,00   | 6,03%         | 212.821,45                       |   |
| 15-mar-18 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,51%         | 132.515,39     | 359.954,39      | 4.555.610,00   | 6,09%         | 200.950,62                       |   |
| 15-set-18 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,44%         | 126.677,41     | 354.116,41      | 4.328.171,00   | 6,14%         | 190.736,27                       |   |
| 15-mar-19 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,33%         | 115.954,17     | 343.393,17      | 4.100.732,00   | 6,18%         | 178.555,13                       |   |
| 15-set-19 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,38%         | 112.791,35     | 340.230,35      | 3.873.293,00   | 6,23%         | 170.645,56                       |   |
| 15-mar-20 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,43%         | 106.423,62     | 333.062,62      | 3.645.854,00   | 6,27%         | 161.657,67                       |   |
| 15-set-20 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,49%         | 102.302,49     | 329.741,49      | 3.418.415,00   | 6,30%         | 154.041,82                       |   |
| 15-mar-21 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,55%         | 95.308,45      | 322.747,45      | 3.190.978,00   | 6,34%         | 145.553,59                       |   |
| 15-set-21 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,60%         | 91.380,06      | 318.819,06      | 2.963.537,00   | 6,37%         | 136.721,63                       |   |
| 15-mar-22 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,66%         | 84.345,27      | 311.784,27      | 2.736.098,00   | 6,40%         | 130.953,45                       |   |
| 15-set-22 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,72%         | 80.004,29      | 307.443,29      | 2.508.659,00   | 6,42%         | 124.594,00                       |   |
| 15-mar-23 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,78%         | 72.822,17      | 300.361,17      | 2.281.220,00   | 6,45%         | 117.509,98                       |   |
| 15-set-23 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,82%         | 64.382,11      | 291.821,17      | 2.053.781,00   | 6,47%         | 110.130,42                       |   |
| 15-mar-24 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,85%         | 55.553,96      | 283.002,86      | 1.826.342,00   | 6,49%         | 103.102,06                       |   |
| 15-set-24 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,38%         | 50.192,99      | 277.631,99      | 1.598.903,00   | 6,51%         | 97.584,48                        |   |
| 15-mar-25 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,40%         | 43.432,84      | 270.871,84      | 1.371.464,00   | 6,53%         | 91.938,93                        |   |
| 15-set-25 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,42%         | 37.997,93      | 265.436,93      | 1.144.025,00   | 6,54%         | 86.870,12                        |   |
| 15-mar-26 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,43%         | 31.255,84      | 258.694,84      | 916.586,00     | 6,56%         | 81.872,83                        |   |
| 15-set-26 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,45%         | 25.521,02      | 252.960,02      | 689.147,00     | 6,59%         | 77.284,46                        |   |
| 15-mar-27 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,46%         | 18.822,31      | 246.381,31      | 481.708,00     | 6,58%         | 72.703,66                        |   |
| 15-set-27 | -            | 227.439,00   | -                       | -             | 5,48%         | 12.820,44      | 240.359,44      | 234.269,00     | 6,59%         | 68.475,12                        |   |
| 15-mar-28 | -            | 234.269,00   | -                       | -             | 5,49%         | 6.500,98       | 240.769,98      | -              | 6,60%         | 66.241,62                        |   |
|           | 6.830.000,00 | 6.830.000,00 | -                       | 17.075,00     | -             | 4.069.940,01   | 10.917.015,01   | 156.856.429,50 | -             | -661.135,35                      |   |

(1) Custo de Captação do Tesouro corresponde aos valores constantes da Curva Soberana Zero, estimada conforme metodologia própria, na mesma moeda da operação de crédito.

(2) A TIR corresponde ao custo efetivo da operação, ou seja, à taxa de juros média que iguala o valor presente do fluxo a zero.

(3) Duration - É a média ponderada do valor presente do fluxo de caixa, expressa em anos.

(4) Modified Duration - É a Duration modificada considerando o custo efetivo da operação.

|                          |       |
|--------------------------|-------|
| TIR (%)                  | 6,59% |
| Duration (anos)          | 7,50  |
| Modified Duration (anos) | 5,33  |

**PARECER Nº 1.525 – COPEM/STN**

Brasília, 5 de dezembro de 2007

**Operação de Crédito com o Banco Mundial. Operação Contratual Externa e Convênios Externos – Recursos destinados à reestruturação e modernização do Município por meio do desenvolvimento institucional, geração de trabalho e renda e da qualificação territorial (obras de saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asfaltamento, drenagem pluvial e mobiliário urbano das vias públicas).**

**Relatório**

1. O Município de Uruguaiana (RS) solicitou autorização para contratar operação de crédito com o Banco Mundial, destinada à reestruturação e modernização do Município por meio do desenvolvimento institucional, geração de trabalho e renda e da qualificação territorial (obras de saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asfaltamento, drenagem pluvial e mobiliário urbano das vias públicas), com as seguintes características:

**a) Valor da Operação:** US\$6.835.052,00 (seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil e cinqüenta e dois dólares norte-americanos), equivalente a R\$12.238.160,61 (doze milhões, duzentos e trinta e oito mil, cento e sessenta reais e sessenta e um centavos), ao câmbio de R\$1,7905/US\$, em 29-11-2007 (fl. 162);

**b) Fonte/origem de recursos:** BIRD;

**c) Juros:** até 12% ao ano;

**d) Amortização:** até 20 (vinte) anos (conforme a lei autorizativa, fl. 14);

**e) Carência:** até 5 (cinco) anos (conforme a lei autorizativa, fl. 14);

**f) Prazo Total:** até 25 (vinte) anos;

**g) Indexador:** variação cambial do real em relação ao dólar norte-americano;

**h) Liberação:** US\$2.658.574,00 em 2008, US\$2.464.876,00 em 2009, US\$1.267.638,00 em 2010, US\$349.086,00 em 2011 e US\$94.878,00 em 2012 (fl. 127), equivalentes a R\$4.760.176,75 em 2008, R\$4.413.360,48 em 2009, R\$2.269.705,84 em 2010, R\$625.038,48 em 2011 e R\$169.879,06 em 2012 (fl. 164);

**i) Lei Autorizativa:** nº 3.774, de 31-7-2007 (fl.14).

2. Os pareceres do órgão técnico e jurídico foram devidamente apresentados em cumprimento ao inciso I do art. 21 da Resolução SF nº 43/2001. O parecer técnico (fl. 31) atesta a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação e o parecer jurídico (fls. 76/77) informa que o financiamento pleiteado foi autorizado pela Lei Municipal nº 3.774/2007, que a operação está incluída no Plano Plurianual referente ao período 2006-02009 e que o município cumpre os limites e condições fixados nas Resoluções nºs 40 e 43/2001, do Senado Federal e as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000.

3. De acordo com as disposições sobre a matéria constante das Resoluções do Senado Federal n.ºs. 40/2001 e 43/2001, o Município apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a) art. 6º § 1º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício anterior:**

|  |                           |
|--|---------------------------|
| a.1) despesas de capital executadas no exercício anterior (fl. 158):             | R\$ 14.576.506,51;        |
| a.2) receitas de operações de crédito realizadas no exercício anterior (fl.157): | R\$ 0,00;                 |
| <b>Saldo:</b>  | <b>R\$ 14.576.506,51;</b> |

b) art. 6º § 1º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício atual:**

|  |                           |
|--|---------------------------|
| b.1) Despesas de capital do exercício ajustadas (fl. 159): | R\$ 13.204.177,97;        |
| b.2) Liberações de crédito já programadas (fl. 153):       | R\$ 0,00;                 |
| b.3) Liberação da operação sob exame (fl. 127):            | R\$ 0,00;                 |
| <b>Saldo:</b>  | <b>R\$ 13.204.177,97;</b> |

c) art. 7º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF: **percentagem da Receita Corrente Líquida - RCL para o Montante Global - MGA das operações realizadas em um exercício financeiro.**

**Tabela I - MGA das operações realizadas em um exercício financeiro**

| Ano  | Desembolso Anual |                   | Projeção da RCL | MGA/RCL (%) |
|------|------------------|-------------------|-----------------|-------------|
|      | Oper. em Exame   | Liber. Programada |                 |             |
| 2007 | 0,00             | 0,00              | 94.863.869,44   | 0,00        |
| 2008 | 4.760.176,75     | 0,00              | 97.263.925,34   | 4,89        |
| 2009 | 4.413.360,48     | 0,00              | 99.724.702,65   | 4,43        |
| 2010 | 2.269.705,84     | 0,00              | 102.247.737,62  | 2,22        |
| 2011 | 625.038,48       | 0,00              | 104.834.605,39  | 0,60        |

Projeção da RCL, pela taxa média de 2,53% de crescimento do PIB nos últimos 10 anos

d) art. 7º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF: **percentagem da RCL para o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos.**

**Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos.**

| Ano  | Comprometimento Anual |                  | Projeção da RCL | CAED/RCL (%)         |
|------|-----------------------|------------------|-----------------|----------------------|
|      | Oper. em Exame        | Demais Operações |                 |                      |
| 2007 | 0,00                  | 2.784.380,12     | 94.863.869,44   | 2,94                 |
| 2008 | 897,04                | 5.568.760,24     | 97.263.925,34   | 5,73                 |
| 2009 | 3.824,51              | 8.353.140,36     | 99.724.702,65   | 8,38                 |
| 2010 | 12.551,41             | 11.189.276,05    | 102.247.737,62  | 10,96                |
| 2011 | 36.146,61             | 11.260.809,40    | 104.834.605,39  | 10,78                |
|      |                       |                  |                 | <b>Média: 7,75 %</b> |

Projeção da RCL, pela taxa média de 2,53% de crescimento do PIB nos últimos 10 anos

e) art. 7º Inciso III da Resolução nº 43, de 2001-SF: **número de vezes o valor da receita corrente líquida relativamente ao montante da dívida consolidada líquida.**

- e.1) Limite ao final do exercício de 2016: 1,20;
- e.2) Limite atual para relação DCL/RCL: 1,20;
- e.3) Receita Corrente Líquida: R\$ 94.273.166,78;
- e.4) Dívida Consolidada Líquida: R\$ 26.479.066,89;
- e.5) Operações de crédito contratadas, autorizadas e em tramitação: R\$ 0,00;
- e.6) Valor da operação em exame: R\$ 12.238.160,61;



e.7) Saldo Total da Dívida Líquida: R\$38.717.227,50;

e.8) Relação Saldo Total da Dívida Líquida/RCL: 0,41.

4. Salientamos que, os dados relativos à receita corrente líquida constantes na alínea e do item anterior têm como fonte o Anexo I – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, (fls. 150/151) e que os dados referentes à relação DCL/RCL têm como fonte o Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

(fl. 152), ambos encaminhados pelo município, com a data-base de setembro de 2007.

### Análise

5. No que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, a Prefeitura Municipal de Uruguaiana (RS) atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001 – SF. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001 – SF, expressos nos itens do § 3º retro, registramos:

**Tabela III - Análise dos Limites**

| Itens | Limites   | Resultado   |
|-------|---|-------------|
| a     | receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício anterior | ENQUADRADO. |
| b     | receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício corrente | ENQUADRADO. |
| c     | MGA das operações realizadas em um exercício financeiro/RCL <16%                    | ENQUADRADO. |
| d     | comprometimento anual com amortizações, juros e encargos - CAED/RCL <11,5%          | ENQUADRADO. |
| e     | limite atual para a relação DCL/RCL <1,2  | ENQUADRADO. |

6. Destacamos ainda, no que tange ao item d, que a média para o período futuro de cinco anos não é superior a 10%, e que o comprometimento anual apresenta tendência crescente.

7. Quanto ao art. 5º da Resolução nº 43/2001-SF, a Prefeitura Municipal de Uruguaiana não infringiu nenhuma de suas vedações, consoante declaração firmada pelo Chefe do Poder Executivo inclusa nos autos às folhas 118/120.

8. Em observância ao disposto no art. 16 da Resolução nº 43/2001 – SF, certificamos que não constam registros de inadimplência sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Uruguaiana junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme o resultado da pesquisa realizada em 6-12-2007, no Sistema do Banco Central – SISBACEN, incluso nos autos à folha 175.

9. Quanto ao Tesouro Nacional, informamos que não constam registros de inadimplência conforme consulta realizada em 6-12-2007, inclusa nos autos à folha 175.

10. De acordo com o extrato do CAUC – Cadastro Único de Convenientes (fl. 175), o município vem observando o art. 21, inciso VIII, da Resolução nº 43/2001-SF. Cabe ressaltar que, até 31 de dezembro de 2007, a verificação de adimplência somente abrangerá o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

(CNPJ) do órgão ou entidade tomador da operação de crédito, conforme a Resolução do Senado Federal nº 6, de 4 de junho de 2007, que alterou o art. 21 da Resolução nº 43/2001 – SF.

11. No que concerne ao art. 21 Inciso IV da Resolução nº 43, de 2001 – SF, a Certidão nº 3.718/2007 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS (fls. 129/130) atestou o cumprimento pelo município do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, relativamente ao último exercício analisado (2006) e ao exercício em curso (2007). Devido ao fato do TCE – RS não incluir no cômputo das despesas com pessoal os valores relativos ao IRRF (Executivo: 46,63% da RCL; Legislativo: 3,24% da RCL – fl. 129), acrescentamos os valores do IRRF obtidos no site do TCE – RS (fls. 160/161) e, mesmo assim, o município continuou cumprindo os limites do art. 20 da LRF: Executivo (48,19% da RCL) e Legislativo (3,53% da RCL) no 2º quadrimestre do exercício de 2007. Cabe ressaltar que, pelo princípio da prudência, utilizamos a RCL informada na certidão.

12. Em consonância com o disposto na Portaria nº 109, de 2002, alterada pela Portaria STN nº 90, de 2003, verificamos mediante o sistema de consulta da Caixa Econômica Federal (SISTN) que o município atualizou as informações constantes das referidas portarias nos termos do art. 27 da Resolução nº 43,

de 2001 – SF, conforme Histórico das Declarações à folha 155.

13. Quanto aos parcelamentos dos débitos mencionados no item V do Anexo VI (fl. 119) com a Prefeitura Municipal Barra do Quaraí (RS) e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), esclarecemos que este foi regularizado pelo processo nº 17944.001575/2007-77 e aquele não configura operação de crédito segundo o Parecer PGFN/CAF/Nº 1.443, de 18-7-2007, porque são débitos relativos a receita de área emancipada (fls.138/139).

14. Relativamente às demais exigências, de ordem documental, aplicam-se as regras da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, as quais estão devidamente atendidas.

### Conclusão

15. Tornando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando que o pleito sob exame atende aos requisitos mínimos previstos no art. 32 da Resolução nº 43, de 2001 – SF, alterada pela Resolução nº 3, de 2002-SF, indicamos parecer favorável ao mérito do pleito, nos termos do inciso II do art. 31 da mesma Resolução nº 43.

16. Registramos, todavia, que por tratar-se de operação de crédito com garantia da União, o processo deverá ser encaminhado, preliminarmente, à análise da Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários do Setor Público – COREF, para as providências de sua competência e posterior encaminhamento à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e ao Senado Federal. – **Ho Yiu Cheng**, Analista de Finanças e Controle – **Sérgio Paulo da S. Nascimento**, Gerente – **Celmar Rech**, Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

De acordo. À consideração do Sr. Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional. – **Ronaldo Camillo**, Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

De acordo. – **Eduardo Coutinho Guerra**, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.

### MEMORANDO Nº GERFI/COREF/STN 7.251

Em 21 de dezembro de 2007

Ao: Sr. Coordenador-Geral da COPEM

**Assunto:** Encaminhamento de Processo. Operação de crédito externo, de interesse do Município de Uruguaiana/RS, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$6.835.052,00.

Tais recursos serão destinados ao Projeto Uruguaiana Vencerá.

Processo nº 17944.001129/2007-62

Tendo em vista que a referida operação de crédito, com o Banco Mundial, contempla um prazo total de 15 anos e a análise da COPEM foi realizada para uma operação de 25 anos, encaminhamos o presente processo para reavaliação por parte desta Coordenação-Geral.

Atenciosamente, **Charles Carvalho Guedes**, Coordenador-Geral da COREF/STN, Substituto.

### NOTA Nº 358/2008/STN/COREM

Em 16 de abril de 2008

**Assunto:** Capacidade de pagamento do Município de Uruguaiana/RS, referente à operação de crédito junto ao BIRD.

1. A Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários – COREF, por intermédio do Memorando COREF/STN nº 1.604, de 27-3-2008, solicita a análise da capacidade de pagamento do Município de Uruguaiana/RS, com o intuito de subsidiar a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional em relação à operação de crédito, no valor de US\$6,835 milhões, destinada ao Programa Uruguaiana Vencerá.

2. Os critérios utilizados para o cálculo da capacidade de pagamento são os estabelecidos na Portaria MF nº 89, de 25-4-1997. Foi apurado o resultado primário médio ponderado de catorze exercícios e a necessidade de financiamento utilizando-se dados efetivamente realizados no período de 2004 a 2007 e projeções para os anos de 2008 a 2017. Os quadros usados nesta avaliação estão em anexo.

3. Da análise retrospectiva, foram apurados superávits primários em 2004 e 2005, e déficits em 2006 e 2007. Houve necessidade de financiamento líquida apenas em 2006 e necessidade de financiamento bruta em 2006 e 2007.

4. Nas projeções foram apurados superávits primários entre 2011 e 2017. Observou-se necessidade de financiamento líquida de 2008 a 2010 e necessidade de financiamento bruta em 2008 e 2009.

5. Com base nesses dados, a média ponderada do resultado primário de todo período analisado foi positiva e suficiente para a cobertura integral dos juros e encargos médios das dívidas existentes e da operação pretendida, mas insuficiente para arcar com a totalidade da amortização média. Nessa situação conforme a Portaria MF nº 89/1997, a situação financeira do município se classifica na categoria “B”.

6. Acrescenta-se que o Município de Uruguaiana não firmou com a União contrato de renegociação de

dívidas segundo a Medida Provisória nº 2.185-35/2001 ou a Lei nº 8.727, de 1993.

À consideração superior – **Thiago Alvarez Pedroso**, Analista de Finanças e Controle.

À consideração do Sr. Coordenador-Geral da COREM/STN. – **Ruy Takeo Takahashi**, Gerente da GEREM/COREM.

De acordo. Encaminhe-se à Coordenadora-Geral da COREF/STN. – **Maria da Salette Medeiros Moreira**, Coordenadora-Geral da COREM.

**FAX Nº 158**

### **TESOURO NACIONAL**

Data:15-4-2008

Para: Sr. Ruben Güez De: Vinícius Mendonça Neiva  
Assessor da Secretaria de Planejamento Gerente da COREF/ STN / ME, Substituto

Prefeitura de Uruguaiana/RS Órgão: Secretaria do Tesouro Nacional

Fax: (55) 3411-7535

Fone: (55) 3411-7535 Número de páginas (incluindo esta):

Referência: Projeto Uruguaiana Vencerá.

### **MENSAGEM FAC-SÍMILE Nº**

Assunto: Pedido de concessão de garantia da União: complementação de documentos e informações.

Prezado senhor,

Refiro-me ao pedido de concessão de garantia da União para a operação de crédito externo, de interesse do Município de Uruguaiana/RS, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 6.835.052,00, cujos recursos destinam-se ao Programa Uruguaiana Vencerá.

2. A propósito, venho solicitar o envio dos seguintes documentos e informações relacionados

abaixo, para fins da análise da concessão de garantia da União, com base na Lei Complementar nº 101, de 4/5/00, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21/12/07, e na Portaria nº MEFP nº 497, de 27/8/90:

a) Cronograma estimativo de utilização de recursos (desembolso) em base anual e por fonte (ingresso e contrapartida), compatível com a disponibilidade orçamentária. Ressalte-se que de acordo com o cronograma enviado, em 14/3/2008, os recursos previstos para o aporte de contrapartida não estão compatíveis com os montantes constantes da Lei Orçamentária de 2008;

3. Ademais, tendo em vista o disposto no art. 28º da Lei nº 11.079/2004, solicito o encaminhamento de De-

claração do Sr. Prefeito Municipal, informando eventuais operações de parceria público-privadas realizadas pelo município, bem como o atendimento dos limites fixados no citado artigo, acompanhada, caso pertinente, do Quadro Demonstrativo, cujo modelo segue em anexo, a ser preenchido conforme as instruções que o acompanham.

4 – Informo ainda que no momento da análise da concessão da garantia quando da assinatura do contrato, o ente deverá estar adimplente com a União e suas entidades controladas

(convênio e Cadin), bem como deverá manter atualizadas as seguintes certidões:

- Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- e
- Certidão Negativa de Débito com o INSS – CND.

Atenciosamente, – **Vinícius Mendonça Neiva**, Gerente da COREF/STN, Substituto.

### **ANEXO**

### **DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICAS-PRIVADAS**

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, se aplica aos órgãos da administração pública direta aos fundos especiais às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

De acordo com o art. 28º da Lei nº 11.079/2004, a União não poderá conceder garantias e realizar transferência voluntário aos Estados, Distrito Federal e Municípios nos seguintes casos:

- se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício; ou
- se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subseqüentes excederem a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício projetada para os respectivos exercícios.

**MODELO DO QUADRO DEMONSTRATIVO**

**<ENTE DA FEDERAÇÃO>  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
<PERÍODO DE REFERÊNCIA>**

| DESPESAS DE PPP                | EXERCÍCIO ANTERIOR (EC-1) | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | EC+1 | EC+2 | EC+3 | EC+4 | EC+5 | EC+6 | EC+7 | EC+8 | EC+9 |
|--------------------------------|---------------------------|-------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Do Ente Federado               |                           |                         |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Das Estatais Não-Dependentes   |                           |                         |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| TOTAL DAS DESPESAS DE PPP      |                           |                         |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) |                           |                         |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)   |                           |                         |      |      |      |      |      |      |      |      |      |

Nota:

FONTE:

**INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO**

Período de referência – Nessa linha, registrar o período considerado, de janeiro a dezembro, no caso dos Estados e dos Municípios.

Ex.: janeiro a dezembro 2007/bimestre novembro-dezembro.

Despesas de PPP – Essa coluna identifica, por contrato, as despesas derivadas de PPP contratadas pelo ente da Federação e pelas estatais não-dependentes. Devem abranger as despesas com a parcela fixa da contraprestação pecuniária, com a parcela variável vinculada ao desempenho do parceiro privado e com os diferentes riscos provisionados.<sup>1</sup> Deverão estar incluídas as despesas derivadas de contratos de parceria celebrados pela Administração Pública direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo respectivo ente<sup>2</sup>.

Exercício Anterior – Essa coluna identifica, por contrato, os valores das despesas derivadas de contratos de PPP que foram liquidadas no exercício anterior ao de referência.

Exercício Corrente (EC) — Essa coluna identifica, por contrato, os valores das despesas derivadas de contratos de PPP que já foram liquidadas no exercício atual, bem como as previsões de despesas de PPP para o resto do ano.

<E.C.+>, <E.C.+2>, <E.C.+3>, ... <E.C.+9> — Essa coluna identifica, por contrato, as despesas derivadas das PPP já contratadas nos 9 (nove) anos subsequentes ao exercido atual.

TOTAL DAS DESPESAS – Nessa linha, registrar, o total das despesas derivadas dos contratos das PPP, discriminados nas linhas acima deste item.

Receita Corrente Líquida (RCL) — Nessa linha, registrar, a Receita Corrente Líquida — RCL<sup>3</sup>. Para o exercício

anterior ao de referência, deverá ser utilizada a RCL demonstrada no Anexo III do RREO referente ao 6º bimestre. Na projeção da RCL para os outros exercícios, deverá ser utilizada a geométrica da taxa de crescimento real do PIB do Brasil nos últimos dez anos divulgada pelo IBGE. Esta taxa deverá ser a mesma divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual de Instrução de Pleitos, aplicável aos procedimentos para contratação de operação de crédito de estados, Distrito Federal e municípios, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)

Nota — Nessa linha, o ente que tenha registrado em seu balanço patrimonial obrigações não relacionadas a serviços, ativos contabilizados na SPE, ou provisões de PPP deverá explicar as principais características dos contratos que fundamentaram esses registros, podendo se restringir aos registros feitos no exercício corrente até o bimestre de referência.<sup>4</sup>

Total das Despesas/RCL (%) – Nessa linha, registrar, os percentuais do total das despesas anuais sobre a Receita Corrente Líquida.

Ofício 37/2007/SEPLAN

Uruguaiana/RS, 15 de julho de 2008

Ex<sup>mo</sup> Sr.

Dr. Guido Mantega

D.D. Ministro da Fazenda

Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Ministro:

O Município de Uruguaiana, juntamente com outros quatro municípios da metade sul do Rio Grande do Sul obteve, em dezembro de 2004, a aprovação de Carta Consulta para Projeto de Desenvolvimento

1 A provisão de riscos deve seguir a metodologia estabelecida no art. 7º da Portaria nº 614/2006.

2 Lei nº 11.079/04, art. 28, § 2º

3 LRF, art. 2º, inciso IV, §§ 1º, 2º e 3º

4 Conforme arts. 4º, 6º e 7º da Portaria nº 614/2006.



Local a ser financiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento — BIRD.

Para Uruguaiana o valor financiado para o Projeto é de US\$6.835.052,00, que acrescido da contrapartida municipal de US\$4.556.702,00, totaliza US\$11.391.754,00.

O Projeto Uruguaiana Vencerá está estruturado em três componentes:

Desenvolvimento Institucional, Geração de Trabalho e Renda e Qualificação Territorial.

Com investimentos em diversas ações previstas nestes componentes, somando-se às políticas públicas já em andamento, tem-se como objetivo promover

a modernização administrativa, dinamizar a economia local e recuperar e ampliar a infra-estrutura básica do município.

Isto posto, concluída a fase de preparação do projeto, venho respeitosamente solicitar a Vossa Excelência a concessão de garantia da União, para que o Município de Uruguaiana possa realizar esta operação de crédito.

Na esperança de sua acolhida, subscrevo-me com votos de estima e consideração.

Atenciosamente, – **Sanchotene Felice**, Prefeito municipal.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO  
Gabinete do Procurador-Geral**

**PARECER nº 054/2008**

**De:** Procuradoria Geral do Município.

**Para:** Secretaria Municipal de Planejamento; Banco Mundial.

**Objeto:** Contrato de Empréstimo “Uruguaiana Vencerá”.

**Data:** 02 de julho de 2008.

Vem a esta Procuradoria, para análise e parecer, minuta de empréstimo com o Banco Mundial. O empréstimo está embasado em projeto maior de desenvolvimento da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, denominado “Projeto de Desenvolvimento Municipal Integrado” - PDMI.

**1. RELATÓRIO.**

Por oportuno, cabível registrar algumas informações úteis. Vejamos: a) montante do empréstimo: US\$ 6.835.000,00 (seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil dólares americanos); b) Juros: com margem fixa, libor de seis em seis meses, mais spread que permanece fixo durante a vigência do contrato; c) prazo de vigência de 20 (vinte) anos, sendo 5 de carência de 15 de amortização; d) os aportes estão estabelecidos em 60% do Banco Mundial e a contra-partida de 40% pelo Município de Uruguaiana.

O empréstimo está embasado, tecnicamente, em projeto que contempla três grandes componentes, são eles: desenvolvimento institucional; geração de trabalho e renda e qualificação territorial.

O desenvolvimento institucional consiste na modernização dos serviços públicos com a pretensão de melhorar os espaços físicos do prédio central, bem como na qualificação técnica dos servidores.

A geração de trabalho e renda consiste na disponibilidade de micro crédito a trabalhadores formais e informais, exemplificativamente cita-se a implantação de hortas comunitárias e apoio ao produtor rural.

A qualificação territorial consiste na pavimentação de ruas; na construção de galeria de drenagem, bem como no gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos com a previsão de recuperação ambiental do atual lixão e, por consequência, a implementação de aterro sanitário, em local apropriado em com as recomendações ambientais pertinentes.

É o relatório.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**URUGUAIANA**  
**PALÁCIO RIO BRANCO**  
**Gabinete do Procurador-Geral**

**2. FUNDAMENTAÇÃO.**

De início, vislumbra-se o cumprimento do requisito elementar para iniciar as tratativas e formalizar o empréstimo, ou seja, o Poder Executivo está autorizado pela Câmara Municipal, conforme Leis Municipais nº 3.774/2007 e 3.830/2007.

De outra parte, sob o ângulo financeiro e orçamentário, também, houve o cumprimento da legislação. Os valores e obras estão previstos e estimados, o que demonstra a sua plena viabilidade para execução e cumprimento do compromisso de pagamento, sem acarretar ônus excessivo ao município. Aliás, considerando o benefício que se alcançará, são irrisórios os montantes a serem desembolsados por ano.

Resalta-se o aspecto da economicidade do contrato de empréstimo. Os juros anuais são inferiores a 4%, em média, e o município terá prazo de 20 (vinte) anos para quitar o empréstimo.

Neste aspecto, todas as outras opções oferecidas, tanto pelo mercado interno quanto pelo mercado externo, o empréstimo com o banco mundial é o que menos onera o município.

Por fim, de exame dos termos da minuta do contrato de empréstimo com as disposições da Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/97) e das Resoluções do Senado (arts. 6º, 7º e 9 da resolução nº 43), não vislumbro impedimento ou ilegalidade para realizar o empréstimo com o Banco Mundial, eis que já está autorizado desde o ano de 2007.

**3. CONCLUSÃO.**

Em vista disso, s.m.j. opino pela contratação.

  
**CACIANO SGORLA FERREIRA**  
**PROCURADOR-GERAL**  
**CAB/RS 67.141**

R\$ mil

| DISCRIMINAÇÃO                                | Valores Nominais |                 |                |                | Valores Atualizados |                 |                |                |
|--|------------------|-----------------|----------------|----------------|---------------------|-----------------|----------------|----------------|
|  | 2004             | 2005            | 2006           | 2007           | 2004                | 2005            | 2006           | 2007           |
| <b>RECEITAS</b>                              | <b>65.562</b>    | <b>80.635</b>   | <b>86.065</b>  | <b>95.480</b>  | <b>77.883</b>       | <b>90.385</b>   | <b>94.765</b>  | <b>100.134</b> |
| <b>1. RECEITAS CORRENTES</b>                 | <b>70.853</b>    | <b>87.236</b>   | <b>92.999</b>  | <b>104.491</b> | <b>84.168</b>       | <b>97.796</b>   | <b>102.400</b> | <b>109.584</b> |
| <b>1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA</b>               | <b>10.637</b>    | <b>11.981</b>   | <b>13.089</b>  | <b>14.035</b>  | <b>12.637</b>       | <b>13.431</b>   | <b>14.412</b>  | <b>14.720</b>  |
| 1.1.1. IPTU                                  | 4.209            | 4.840           | 4.679          | 4.610          | 5.000               | 5.426           | 5.152          | 4.835          |
| 1.1.2. IRRF                                  | 1.386            | 1.421           | 1.454          | 1.795          | 1.647               | 1.593           | 1.601          | 1.882          |
| 1.1.2. ITBI                                  | 1.163            | 1.003           | 1.200          | 1.398          | 1.382               | 1.124           | 1.321          | 1.466          |
| 1.1.3. ISSQN                                 | 3.176            | 3.958           | 5.255          | 5.561          | 3.773               | 4.437           | 5.787          | 5.832          |
| 1.1.4. TAXAS                                 | 703              | 760             | 502            | 672            | 835                 | 852             | 552            | 704            |
| 1.1.5. Outras Rec. Tributárias               | -                | -               | -              | -              | -                   | -               | -              | -              |
| <b>1.2. RECEITA PATRIMONIAL</b>              | <b>255</b>       | <b>1.060</b>    | <b>1.536</b>   | <b>6.122</b>   | <b>302</b>          | <b>1.188</b>    | <b>1.691</b>   | <b>6.420</b>   |
| 1.2.1. Receitas Financeiras                  | 78               | 837             | 1.390          | 849            | 93                  | 938             | 1.530          | 890            |
| 1.2.2. Outras                                | 177              | 223             | 146            | 5.273          | 210                 | 250             | 161            | 5.530          |
| <b>1.3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>         | <b>56.147</b>    | <b>69.301</b>   | <b>72.668</b>  | <b>78.994</b>  | <b>66.698</b>       | <b>77.689</b>   | <b>80.014</b>  | <b>82.844</b>  |
| 1.3.1. Transf. Intergovernamentais           | 55.765           | 67.942          | 71.125         | 78.227         | 66.245              | 76.166          | 78.315         | 82.041         |
| 1.3.1.1. Transferência da União              | 18.608           | 23.254          | 25.066         | 28.691         | 22.105              | 26.069          | 27.600         | 30.089         |
| 1.3.1.1.1. Cota-Parte do FPM                 | 12.080           | 15.118          | 16.780         | 19.785         | 14.350              | 16.948          | 18.476         | 20.749         |
| 1.3.1.1.2. Lei Compl. nº 87/96               | 807              | 855             | 506            | 503            | 958                 | 959             | 557            | 527            |
| 1.3.1.1.3. SUS                               | 3.171            | 3.514           | 4.364          | 3.651          | 3.767               | 3.939           | 4.805          | 3.829          |
| 1.3.1.1.4. Demais da União                   | 2.550            | 3.768           | 3.417          | 4.753          | 3.029               | 4.224           | 3.763          | 4.984          |
| 1.3.1.2. Transferência dos Estados           | 28.785           | 34.585          | 35.416         | 37.142         | 34.195              | 38.772          | 38.996         | 38.953         |
| 1.3.1.2.1. Cota-Parte do ICMS                | 22.767           | 28.317          | 29.856         | 30.971         | 27.046              | 31.745          | 32.874         | 32.480         |
| 1.3.1.2.2. Cota-Parte do IPVA                | 3.100            | 3.737           | 3.828          | 3.959          | 3.682               | 4.189           | 4.215          | 4.152          |
| 1.3.1.2.2. Demais dos Estados                | 2.918            | 2.532           | 1.733          | 2.212          | 3.466               | 2.838           | 1.908          | 2.320          |
| 1.3.1.3. Transf. Multigovernamentais         | 8.373            | 10.102          | 10.642         | 12.394         | 9.946               | 11.325          | 11.718         | 12.998         |
| 1.3.1.4. Outras Transf. Interg.              | -                | -               | -              | -              | -                   | -               | -              | -              |
| 1.3.2. Outras Transf. Correntes              | 381              | 1.359           | 1.544          | 766            | 453                 | 1.523           | 1.700          | 804            |
| <b>1.4. OUTRAS REC. CORRENTES</b>            | <b>3.814</b>     | <b>4.895</b>    | <b>5.706</b>   | <b>5.340</b>   | <b>4.531</b>        | <b>5.488</b>    | <b>6.282</b>   | <b>5.600</b>   |
| <b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>                | <b>10</b>        | <b>11</b>       | <b>52</b>      | <b>-</b>       | <b>12</b>           | <b>13</b>       | <b>57</b>      | <b>-</b>       |
| <b>2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>             | <b>-</b>         | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>            | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       |
| <b>2.2. ALIENAÇÃO DE BENS</b>                | <b>10</b>        | <b>11</b>       | <b>52</b>      | <b>-</b>       | <b>12</b>           | <b>13</b>       | <b>57</b>      | <b>-</b>       |
| <b>2.3. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO</b>        | <b>-</b>         | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>            | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       |
| <b>2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>        | <b>-</b>         | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>            | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       |
| 2.4.1. Transferências da União               | -                | -               | -              | -              | -                   | -               | -              | -              |
| 2.4.2. Transferências dos Estados            | -                | -               | -              | -              | -                   | -               | -              | -              |
| 2.4.3. Outras Transferências                 | -                | -               | -              | -              | -                   | -               | -              | -              |
| <b>2.5. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>       | <b>-</b>         | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>            | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       |
| <b>3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>       | <b>5.301</b>     | <b>6.613</b>    | <b>6.986</b>   | <b>9.011</b>   | <b>6.297</b>        | <b>7.413</b>    | <b>7.692</b>   | <b>9.450</b>   |
| <b>DESPESAS</b>                              | <b>63.071</b>    | <b>72.685</b>   | <b>94.551</b>  | <b>97.240</b>  | <b>74.922</b>       | <b>81.483</b>   | <b>104.105</b> | <b>101.580</b> |
| <b>4. DESPESAS CORRENTES</b>                 | <b>58.088</b>    | <b>66.669</b>   | <b>79.975</b>  | <b>86.953</b>  | <b>69.004</b>       | <b>74.739</b>   | <b>88.059</b>  | <b>91.191</b>  |
| <b>4.1. PESSOAL E ENCARGOS</b>               | <b>36.267</b>    | <b>45.376</b>   | <b>45.839</b>  | <b>49.712</b>  | <b>43.083</b>       | <b>50.868</b>   | <b>50.473</b>  | <b>52.135</b>  |
| 4.1.1. Aposentados e Reformas                | 1.284            | 1.353           | 1.456          | 1.458          | 1.526               | 1.517           | 1.603          | 1.529          |
| 4.1.2. Pensionistas                          | 589              | 569             | 643            | 685            | 699                 | 638             | 708            | 718            |
| 4.1.3. Vencimentos e Vantagens Fixas         | 28.082           | 30.471          | 34.318         | 36.784         | 33.360              | 34.159          | 37.787         | 38.577         |
| 4.1.4. Obrigações Patronais                  | 5.546            | 6.928           | 8.490          | 10.408         | 6.589               | 7.766           | 9.348          | 10.915         |
| 4.1.5. Outras Desp. Pessoal e Enc.           | 765              | 6.055           | 932            | 378            | 909                 | 6.788           | 1.026          | 396            |
| <b>4.2. JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>       | <b>-</b>         | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>            | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       |
| <b>4.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>        | <b>21.821</b>    | <b>21.293</b>   | <b>34.136</b>  | <b>37.241</b>  | <b>25.921</b>       | <b>23.871</b>   | <b>37.587</b>  | <b>39.056</b>  |
| 4.3.1. Material de Consumo                   | 4.482            | 5.153           | 7.617          | 10.197         | 5.324               | 5.777           | 8.387          | 10.694         |
| 4.3.2. Serviços de Terc - Física e Jur.      | 13.134           | 8.729           | 14.590         | 14.500         | 15.602              | 9.785           | 16.065         | 15.207         |
| 4.3.3. Outras                                | 4.205            | 7.411           | 11.929         | 12.544         | 4.995               | 8.308           | 13.135         | 13.155         |
| <b>4.4. REPASSES A INDIRETA</b>              | <b>-</b>         | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>            | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       |
| <b>5. DESPESA DE CAPITAL</b>                 | <b>4.983</b>     | <b>6.016</b>    | <b>14.577</b>  | <b>10.288</b>  | <b>5.919</b>        | <b>6.744</b>    | <b>16.050</b>  | <b>10.789</b>  |
| <b>5.1. INVESTIMENTOS</b>                    | <b>3.839</b>     | <b>3.841</b>    | <b>11.489</b>  | <b>7.980</b>   | <b>4.561</b>        | <b>4.306</b>    | <b>12.650</b>  | <b>8.369</b>   |
| <b>5.2. INVERSÕES FINANCEIRAS</b>            | <b>-</b>         | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>            | <b>-</b>        | <b>-</b>       | <b>-</b>       |
| <b>5.3. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA</b>           | <b>1.144</b>     | <b>2.175</b>    | <b>3.088</b>   | <b>2.308</b>   | <b>1.359</b>        | <b>2.439</b>    | <b>3.400</b>   | <b>2.420</b>   |
| <b>6. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>           | <b>65.552</b>    | <b>80.623</b>   | <b>86.013</b>  | <b>95.480</b>  | <b>77.871</b>       | <b>90.383</b>   | <b>94.708</b>  | <b>100.134</b> |
| <b>7. RECEITA LÍQUIDA REAL</b>               | <b>50.356</b>    | <b>61.805</b>   | <b>66.970</b>  | <b>75.351</b>  | <b>59.819</b>       | <b>69.286</b>   | <b>73.740</b>  | <b>79.024</b>  |
| <b>8. RESULTADO PRIMÁRIO</b>                 | <b>3.547</b>     | <b>9.277</b>    | <b>(6.840)</b> | <b>(302)</b>   | <b>4.213</b>        | <b>10.400</b>   | <b>(7.531)</b> | <b>(316)</b>   |
| Juros da dívida (líquido - excluí rec. fin.) | (78)             | (837)           | (1.390)        | (849)          | (93)                | (938)           | (1.530)        | (890)          |
| <b>9. NEC. FINANCIAMENTO LÍQUIDA</b>         | <b>(3.625)</b>   | <b>(10.114)</b> | <b>5.450</b>   | <b>(547)</b>   | <b>(4.306)</b>      | <b>(11.338)</b> | <b>6.001</b>   | <b>(574)</b>   |
| Amortizações (excluí Rec.de Amort)           | 1.144            | 2.175           | 3.088          | 2.308          | 1.359               | 2.439           | 3.400          | 2.420          |
| Alienação de Bens                            | 10               | 11              | 52             | -              | 12                  | 13              | 57             | -              |
| <b>10. NEC. FINANCIAMENTO BRUTA</b>          | <b>(2.492)</b>   | <b>(7.950)</b>  | <b>8.486</b>   | <b>1.761</b>   | <b>(2.960)</b>      | <b>(8.912)</b>  | <b>9.344</b>   | <b>1.847</b>   |
| Operações de Crédito                         | -                | -               | -              | -              | -                   | -               | -              | -              |
| <b>11. Atrasos/deficiência financeira</b>    | <b>(2.492)</b>   | <b>(7.950)</b>  | <b>8.486</b>   | <b>1.761</b>   | <b>(2.960)</b>      | <b>(8.912)</b>  | <b>9.344</b>   | <b>1.847</b>   |







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DAS RELAÇÕES E ANÁLISE FINANCEIRA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - COREM

CAPACIDADE DE PAGAMENTO - RESULTADO PRIMÁRIO E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO PONDERADOS

MUNICÍPIO: Uruguaiana

CATEGORIA: B

| DISCRIMINAÇÃO                                | NOME DO PROJETO: Uruguaiana Vencida |             |             |             |             |             |            |            |            |            |            |            |            |            | TOTAL<br>MÉDIO<br>100,00% |
|--|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|---------------------------|
|  | BALANÇO                             |             |             |             | PROJEÇÃO    |             |            |            |            |            |            |            |            |            |                           |
|  | 2004<br>5%                          | 2005<br>10% | 2006<br>15% | 2007<br>20% | 2008<br>15% | 2009<br>10% | 2010<br>7% | 2011<br>5% | 2012<br>4% | 2013<br>3% | 2014<br>2% | 2015<br>2% | 2016<br>1% | 2017<br>1% |                           |
| RESULTADO PRIMÁRIO                           | 211                                 | 1.040       | (1.130)     | (83)        | (81)        | (422)       | (194)      | 27         | 139        | 146        | 130        | 163        | 99         | 117        | 181                       |
| (-) Receita Financeira                       | 5                                   | 94          | 230         | 178         | 100         | 67          | 47         | 33         | 27         | 20         | 13         | 13         | 7          | 7          | 840                       |
| (+) Encargos de Dívidas                      | -                                   | -           | -           | -           | -           | -           | -          | -          | -          | -          | -          | -          | -          | -          | -                         |
| (+) Encargos da Op. em Análise               | -                                   | -           | -           | -           | -           | 6           | 11         | 17         | 20         | 17         | 12         | 12         | 6          | 6          | 107                       |
| (+) Encargos da Renovação                    | -                                   | -           | -           | -           | 28          | 22          | 21         | 14         | 10         | 7          | 4          | 4          | 2          | 1          | 112                       |
| NECESSIDADE DE FINANC. LÍQUIDA               | (215)                               | (1.134)     | 900         | (115)       | 8           | 383         | 179        | (30)       | (136)      | (142)      | (127)      | (160)      | (97)       | (116)      | (801)                     |
| (-) Alienação de Bens                        | 1                                   | 1           | 9           | -           | -           | -           | -          | -          | -          | -          | -          | -          | -          | -          | 10                        |
| (+) Amortizações de Dívidas (excl Rec.Amort) | 68                                  | 244         | 510         | 484         | 315         | 214         | 150        | 89         | 65         | 48         | 32         | 32         | 16         | 16         | 2.283                     |
| (+) Amortizações da Op. em Análise           | -                                   | -           | -           | -           | -           | -           | -          | -          | -          | -          | 10         | 10         | 5          | 5          | 29                        |
| (+) Amortizações da Renovação                | -                                   | -           | -           | -           | 18          | 15          | 15         | 11         | 9          | 7          | 4          | 4          | 2          | 2          | 88                        |
| NECESSIDADE DE FINANC. BRUTA                 | (148)                               | (891)       | 1.402       | 369         | 342         | 612         | 344        | 70         | (52)       | (87)       | (81)       | (144)      | (74)       | (93)       | 1.589                     |

Obs: Valores extraídos do quadro de Resultados Primários e Operacionais ponderados segundo o peso atribuído a cada ano.

Obs: Valores extraídos do quadro de Resultados Primários e Operacionais ponderados segundo o peso atribuído a cada ano.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
Procuradoria Geral do Município**

**PARECER JURÍDICO**

Em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21/12/01, emitimos o presente parecer, a respeito da contratação de operação de crédito, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de US\$ 6.835.052,00 ( seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil e cinquenta e dois Dólares Americanos ) equivalente a R\$ 13.670.104,00 (treze milhões, seiscentos e setenta mil e cento e quatro Reais ), visando promover a modernização administrativa, melhorar a infra-estrutura urbana e estimular a criação de novas oportunidades de trabalho e de geração de renda na zona rural e urbana.

Constatamos que:

- a) estão sendo observadas pelo Município as disposições contidas nos incisos I, II e V do § 1º do artigo 32, da Lei Complementar nº 101, conforme informações abaixo:

**inciso I:** há autorização específica na Lei Municipal nº 3.774, de 31/07/2007 para a contratação da operação;

**inciso II:** o projeto a ser financiado está incluído nos instrumentos deliberativos municipais, conforme segue:

- Lei Municipal Nº 3507/2005, de 14/09/2005 - PPA – 2006-2009;
- Lei Municipal Nº 3658/2006 de 28/09/2006 - LDO – 2007;
- Lei Municipal Nº 3717/2006 de 14/12/2006 – LOA – 2007.

Com relação aos recursos orçamentários para implementação das ações previstas no Projeto, informamos que procederemos aberturas de créditos adicionais tão logo sejam efetivados os repasses financeiros pertinentes à operação.

Os valores para os exercícios futuros serão previstos nos orçamentos devidos, conforme rubricas e valores abaixo:

| CÓDIGO                 | ESPECIFICAÇÃO  | VALOR                |
|------------------------|--|----------------------|
| <b>RECEITA</b>         |  |                      |
| 2.1.2.3.2.00.03.00.00  | Operações de Crédito Externo Para Programa de Saneamento                             | 0,00                 |
| 2.1.2.3.00.00.00       | Operações de Crédito Externo Para Programas de Modernização da Administração Pública | 1.167.842,00         |
| 2.1.2.3.2.00.04.00.00  | Operações de Crédito Externo-Geração de Trabalho e Renda                             | 1.688.034,00         |
| 2.1.2.3.02.00.06.00.00 | Operações de Crédito Externo-Qualificação Territorial                                | 10.814.228,00        |
|                        | <b>TOTAL RECEITA</b>   | <b>13.670.104,00</b> |
| <b>DESPESA</b>         |  |                      |
| 3.3.90.14.00.00.00.00  | Diária Civil   | 0,00                 |
| 3.3.90.30.00.00.00.00  | Material de Consumo  | 366.450,00           |
| 4.4.90.35.00.00.00.00  | Serviço de Consultoria   | 503.300,00           |
| 4.4.90.36.00.00.00.00  | Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Física  |                      |
| 4.4.90.39.00.00.00.00  | Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica  | 1.306.764,00         |
| 4.4.90.51.00.00.00.00  | Obras e Instalações  | 10.945.850,00        |
| 4.4.90.52.00.00.00.00  | Equipamento e Material Permanente  | 547.740,00           |
|                        | <b>TOTAL DESPESA</b>   | <b>13.670.104,00</b> |

**Inciso V:** estão atendidas as disposições do inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, visto que no exercício atual, Lei Municipal Nº 3717/2006 de 14/12/2006 – LOA – 2007, prevê receitas de operações de crédito no valor de R\$ 0,00 e despesas de capital no valor de R\$ 15.898.569,00

- b) este município, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar 101/2000, cumpre os limites das despesas com pessoal no 1º Quadrimestre de 2007, conforme abaixo:

O valor do IRRF está incluído na despesa com pessoal.

| JANEIRO À ABRIL DE 2007 – PRIMEIRO QUADRIMESTRE                         |                 |                   |
|---|-----------------|-------------------|
| DESPESA COM PESSOAL   | PODER EXECUTIVO | PODER LEGISLATIVO |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I=A+B-C)                                   | 43.508.028,98   | 3.696.219,11      |
| Pessoal Ativo (a)   | 41.954.304,51   | 3.124.509,04      |
| Pessoal Inativo e Pensionista (b)                                       | 1.553.724,47    | 571.710,07        |
| Despesas não Computadas (art.19,§1º LRF) © (I)                          |                 |                   |
| Despesas de Pessoal de Contratos de tercerização (art.18 § 1º LRF) (II) |                 |                   |
| Repasse ao RPPS (Contribuições Patronais) (III)                         |                 |                   |
| TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL (IV=I+II+III)                              |                 |                   |
| Receita Corrente Líquida (RCL)  | 87.970.434,82   | 87.970.434,82     |
| Imposto de Renda Retido na Fonte  |                 |                   |
| TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL/ RCL (%)                                   | 49,46           | 4,20              |

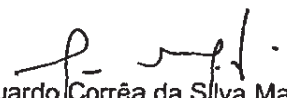
(1) Compõem as Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF):

- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária
- Decorrentes de Decisão Judicial
- Despesas de Exercícios Anteriores
- Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados

Observamos que de acordo com as informações do RGF do Primeiro Quadrimestre de 2007, o ente vem cumprindo os limites de endividamento e demais condições aplicáveis ao pleiteante previstos nas Resoluções nºs 40/2001 e 43/2001, do Senado Federal, bem como na Lei Complementar 101/2000 (incisos III e VI do § 1º do artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000).

Assim, o parecer é favorável à regularização da operação de crédito pretendida, por estar em consonância com os princípios legais.

Uruguaiana, 31 de Agosto de 2007.

  
Dr. Eduardo Corrêa da Silva Martins  
Advogado do Município

De acordo,

  
Sanchotene Felice  
Prefeito Municipal

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**

**LEI N.º 3.774 - de 31 de julho de 2007.**

Autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) operação de crédito para reestruturação e modernização do Município através do desenvolvimento institucional, geração de trabalho e renda e da qualificação territorial (obras de saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asfaltamento, drenagem pluvial e mobiliário urbano das vias públicas).

**O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:**

**Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 96, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município que a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) operação de crédito para reestruturação e modernização do Município através do desenvolvimento institucional, geração de trabalho e renda e da qualificação territorial (obras de saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asfaltamento, drenagem pluvial e mobiliário urbano das vias públicas) até o limite de US\$ 6.835.052,00 (seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil e cinquenta e dois dólares americanos), de um total de US\$ 11.391.752,00 (onze milhões, trezentos e noventa e um mil e setecentos e cinquenta e quatro dólares americanos).

**Parágrafo único.** O contrato a que se refere o caput deste artigo será firmado conforme termos estabelecidos pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a Resolução n.º 43/2001 de 10/4/2002 do Senado Federal, bem como as normas específicas do BIRD.

**Art. 2º.** Os encargos financeiros previstos para operação equivalem a Taxa de Juros de até 12% a.a. (doze por cento ao ano), com prazo de carência de até 5 (cinco) anos e a amortização de até 20 (vinte) anos contados da assinatura do contrato, desde que o prazo médio de pagamento não supere 11,25 anos (onze anos e três meses) e comissão de compromisso de até 0,75% (setenta e cinco décimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado.

**Art. 3º.** Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3º, da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Geral do Município até o limite previsto no artigo primeiro, acrescido de US\$ 4.556.702,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e setecentos e dois dólares americanos) que correspondem a 40% (quarenta por cento) à aplicação da contrapartida do Município no investimento em questão.



**LEI N.º 3.830 – de 27 de dezembro de 2007.**

Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.774, de 31 de julho de 2007, que autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

**O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 96, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei altera a redação da Lei Municipal n.º 3.774, de 31 de julho de 2007, que autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), operação de crédito para a reestruturação e modernização do Município através do desenvolvimento institucional, geração de trabalho e renda e da qualificação territorial (obras de saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asfaltamento, drenagem pluvial e mobiliário urbano das vias públicas).

**Art. 2º.** Os artigos 2º e 3º da supracitada Lei passam a vigorar com as seguintes redações:

**“Art. 2º.** A operação de crédito externo autorizada por esta lei terá suas condições de prazo, encargos financeiros e variações cambiais definidas a partir das normas estabelecidas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelas autoridades monetárias nacionais.”

**Art. 3º.** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159 complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º do artigo 167 (CF), bem como outras garantias em direito admitidas.”

**Parágrafo único.** Caso haja insuficiência de parte dos depósitos bancários para quitação dos encargos contratuais e/ou na hipótese de extinção de receitas, a garantia será sub-rogada sobre os fundos ou impostos que venham a substituí-las, durante o prazo de vigência do contrato de operação de crédito autorizado por esta Lei.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 27 de dezembro de 2007.

**Sanchotene Felice,**  
Prefeito Municipal.

**Francisco Robalo Fernandes,**  
Secretário Municipal de Administração.

## PUBLICAÇÕES LEGAIS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Diretor de Compras e Materiais torna público que realizará a seguinte licitação:

## Pregão Eletrônico 256/2007

Objeto: aquisição de gasolina.  
Recolhimento das propostas: das 08:00h do dia 28.12.2007 às 08:00h do dia 10.01.2008.  
Abertura das propostas: às 8:30h do dia 10.01.2008.  
Início da sessão de disputa: às 9:00h do dia 10.01.2008.

## Pregão Eletrônico 257/2007

Objeto: aquisição de gasolina.  
Recolhimento das propostas: das 08:00h do dia 28.12.2007 às 08:00h do dia 10.01.2008.  
Abertura das propostas: às 10:00h do dia 10.01.2008.  
Início da sessão de disputa: às 10:30h do dia 10.01.2008.

Os editais encontram-se disponíveis nos sites [www.uruguaiana.rs.gov.br](http://www.uruguaiana.rs.gov.br) e [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), portal de Compras Municipais. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Uruguaiana-RS, no e-mail [licitacoes@uruguaiana.rs.gov.br](mailto:licitacoes@uruguaiana.rs.gov.br), ou pelo telefone: (55) 3411-5904.

Uruguaiana, 27 de dezembro de 2007.

Paulo César F de Medeiros  
Diretor Dep. Compras e Materiais



## Prefeitura Municipal de Uruguaiana



## LEI N.º 3.830 – de 27 de dezembro de 2007.

Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.774, de 31 de julho de 2007, que autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

## O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 96, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei altera a redação da Lei Municipal n.º 3.774, de 31 de julho de 2007, que autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), operação de crédito para a reestruturação e modernização do Município através do desenvolvimento institucional, geração de trabalho e renda e da qualificação territorial (obras de saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos sólidos, esgoto, drenagem pluvial e mobiliário urbano das vias públicas).

Art. 2º. Os artigos 2º e 3º, da supracitada Lei passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º. A operação de crédito externo autorizada por esta lei terá suas condições de prazo, encargos financeiros e variações cambiais definidas a partir das normas estabelecidas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelas autoridades monetárias nacionais".

"Art. 3º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 156 e 158, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º do artigo 167 (CF); bem como outras garantias em direito admitidas."

Parágrafo único. Caso haja insuficiência da parte dos depósitos bancários, a quitação dos encargos contratuais e/ou na hipótese de extinção de receitas, a garantia será sub-rogada sobre os fundos ou impostos que venham a substituí-las, durante o prazo de vigência do contrato de operação de crédito autorizado por esta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 27 de dezembro de 2007.

Sancionado e  
Prefeito Municipal.

Francisco Roberto Fernandes,  
Secretário Municipal de Administração.

# Prefeito prorroga prazo da Super Anistia

O prefeito de Uruguaiana, Sanchotene Felice, prorrogou até 31/12/2008, o prazo da Super Anistia de Multa e Juros sobre os Débitos Tributários e não Tributados, inscritos em Dívida Ativa, com vencimento até 31/12/2008, de que trata a Lei Municipal n.º 3.773, de 13 de julho de 2007. O procedimento da adesão a Super Anistia obedecerá ao horário de funcionamento da Central Integrada de Atendimento ao Cidadão da Prefeitura Municipal de Uruguaiana.

## PUBLICAÇÕES LEGAIS



## Prefeitura Municipal de Uruguaiana



## LEI N.º 3.829 – de 27 de dezembro de 2007.

Dispõe sobre reduções no Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, propõe incentivos e dá outras providências.

## O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 96, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Serão beneficiados com redução no valor do imposto incidente sobre a propriedade predial e territorial urbana os proprietários:

I - de terrenos com pessoal construído na vigência desta Lei, por dois anos consecutivos, a partir do exercício seguinte à execução da obra, e saber:

a) edificados, equivalente a 100% do imposto calculado sobre o valor venal do terreno;

b) não edificados, equivalente a 30% do imposto calculado sobre o valor venal do terreno;

II - de terrenos utilizados como estacionamento, sem cobertura, equivalente a 30% do imposto calculado sobre o valor venal do terreno, desde que inscritos na Prefeitura;

III - de terrenos, quando da construção de residência unifamiliar, equivalente a 30% do imposto calculado sobre o valor venal do terreno, por dois anos consecutivos, aplicado sobre os exercícios seguintes, a contar da data do licenciamento da obra pela Prefeitura;

IV - de prédio, utilizado exclusivamente como residência unifamiliar, classificada como do tipo habitação popular de acordo com a Lei Municipal n.º 1.993, de 30 de dezembro de 1988 - Código de Obras do Município, na seguinte conformidade:

a) de valor venal até 3.562,39 URM, à época do lançamento: redução de 100%;

b) de valor venal equivalente a 3.562,40 URM a 5.343,59 URM, à época do lançamento: redução de 50%;

c) de valor venal equivalente a 5.343,60 URM a 7.272,72 URM, à época do lançamento: redução de 25%;

§ 1º. O disposto no inciso I, a ser usufruído pelo prazo de doze meses, a contar da vigência desta Lei, aplica-se somente aquelas obras licenciadas em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Município.

§ 2º. O disposto no inciso IV somente será aplicado aos proprietários de um único imóvel.

§ 3º. As reduções previstas nos incisos I, II e III deverão ser requeridas.

Art. 2º. Para os contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que na data de 30 de novembro de cada exercício encontrarem-se em situação de regularidade fiscal, referente ao exercício corrente, será concedida redução de 10%, aplicado sobre o valor venal do imóvel, no lançamento do IPTU do exercício seguinte.

Art. 3º. O Executivo Municipal expedirá, através de ato próprio, instruções complementares que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Gabinete do Prefeito, em 27 de dezembro de 2007.

Sancionado e  
Prefeito Municipal.

Francisco Roberto Fernandes,  
Secretário Municipal de Administração.

## PARECER TÉCNICO

A avaliação econômica e financeira para o projeto *Uruguiana Vencerá* se dará somente sobre dois dos componentes do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado – PDMI, uma vez que o componente *Desenvolvimento Institucional* está fora deste tipo de avaliação.

O componente Geração de Trabalho e Renda está dividido em dois sub-componentes:

- 1) Reestruturação do Micronegócio; 2) Alternativas de Produção, Trabalho e Renda.

Para a atividade de Reestruturação do Micro-negócio serão destinados US\$553.910,00, divididos conforme planilhas anexas em: Capacitação e Treinamento Profissional (US\$77.000,00) e Implantação de uma unidade municipal de Microcrédito (US\$476.910,00) que irá atuar como uma alternativa de crédito para os empreendedores do setor formal e informal de produção que não tem acesso ao sistema bancário oficial.

Como atividades do subcomponente Alternativas de Produção, Trabalho e Renda, temos: Implantação de hortas comunitárias no meio urbano (US\$123.514,00); Custeio (US\$8.033,00) e Consultorias (US\$22.823,00). Nesta relação de atividades temos ainda, construção de Agroindústria, sistemas de irrigação, estufas, pomares de citros (US\$485.212,00).

O retorno do investimento se dará sob a forma de revitalização do micronegócio através de treinamento de pequenos e micros empreendedores urbanos e rurais. A título de demonstração seguem em anexo planilhas que fazem a comparação custo-benefício de itens dos subcomponentes. Observamos que os valores estão expressos em USD considerados na paridade cambial de US\$1,00/R\$2,20.

O segundo componente, *Qualificação Territorial* com os seus subcomponentes: 1)

Melhoramento Urbano com a atividade Qualificação das Vias Públicas e Mobiliário Urbano(US\$6.834.042,00); 2) Melhoramento Ambiental com suas atividades: Gerenciamento de Resíduos

Sólidos Urbanos (US\$1.000.000,00), Implantação de Esgoto Sanitário em Bairros de Baixa Renda (US\$602.281,00) e Construção de Galeria Pluvial (US\$649.075,00).

O objetivo deste parecer é proporcionar uma avaliação e justificar a implantação do empreendimento através de um ponto de vista público onde os benefícios resultantes do projeto se sobrepõem aos seus custos e em que proporção eles acontecem.

Foram utilizados os conceitos de fluxo de caixa descontado, taxa interna de retorno, valor presente líquido, relação benefício/custo para proporcionar segurança em relação às atividades propostas. Para dar embasamento às decisões foram apresentados os indicadores de VPL, RBC e TIR para um período de 17 anos.

A análise de sensibilidade apresentada para os cenários traçados, permite a identificação das variáveis que podem afetar a rentabilidade do projeto e de antemão visualizar dificuldades futuras e assegurar a estabilidade do mesmo com ações preventivas e de caráter de segurança quanto a sua execução.

A inclusão da análise da relação benefício/custo de projetos propicia uma melhor visão dos elementos componentes dos mesmos tornando-se uma ferramenta essencial para tomadas de decisões no planejamento de políticas públicas. Em anexo seguem planilhas e estudos que amparam este parecer.

Uruguiana, 10 de agosto de 2007. – **Júlio César Ferreira Tieböh**, Secretário Municipal de Planejamento.

De Acordo

**José Francisco Sanchotene Felice**, Prefeito Municipal.



## PUBLICAÇÕES LEGAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO



LEI N.º 3.774 - de 31 de julho de 2007.

Autoriza o Poder Executivo a contratar com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) operação de crédito para reestruturação e modernização do Município através do desenvolvimento institucional, geração de trabalho e renda e de qualificação territorial (obras de saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asseio urbano, drenagem pluvial e mobilidade urbana das vias públicas).

## O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA

Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 96, inciso IV, da Lei Orgânica do Município que a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) operação de crédito para reestruturação e modernização do Município através do desenvolvimento institucional, geração de trabalho e renda e de qualificação territorial (obras de saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos sólidos, asseio urbano, drenagem pluvial e mobilidade urbana das vias públicas), até o limite de US\$ 6.635.000,00 (seis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil e quinhentos e dois dólares americanos), de um total de US\$ 11.361.754,00 (onze milhões, trezentos e noventa e um mil e seiscentos e cinquenta e quatro dólares americanos).

Parágrafo único. O contrato a que se refere o caput deste artigo será firmado conforme termos estabelecidos pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a Resolução n.º 43/2001 de 10/4/2002 do Senado Federal, bem como as normas específicas do BIRD.

Art. 2.º. Os encargos financeiros previstos para operação equivalem a Taxa de Juros de até 12% a.a. (doze por cento ao ano), com prazo de carência de até 5 (cinco) anos, e a amortização de até 20 (vinte) anos, contados da assinatura do contrato, desde que o prazo médio de pagamento não supere 11,25 anos (onze anos e três meses) e comissão de compromisso de até 0,75% (setenta e cinco décimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado.

Art. 3.º. Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular sua garantia, em caráter irrevogável e irretratável, e modo pro solvendo, as receitas e que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e parágrafo 3.º, da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

Art. 4.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Geral do Município até o limite previsto no artigo primeiro, acrescido de US\$ 4.555.702,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e setecentos e dois dólares americanos) que correspondem a 40% (quarenta por cento) a aplicação da contrapartida do Município no investimento em questão.

Parágrafo único. Os créditos a que se refere o caput deste artigo terão como contrapartida financeira redução de dotação orçamentária, excesso de arrecadação tributária e verbas oriundas de outros programas de financiamento.

Art. 5.º. Nos orçamentos anuais do Município constarão as dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes das operações de crédito autorizadas pela presente Lei.

Art. 6.º. O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal dentro de 30 (trinta) dias, contados da contratação da operação de crédito autorizada por esta Lei, cópias dos respectivos instrumentos contratuais.

Art. 7.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 31 de julho de 2007.

Francisco Roberto Fernandes,  
Prefeito Municipal.

Francisco Roberto Fernandes,  
Secretário Municipal de Administração.

Rua 15 de Novembro, 1962 - Uruguaiana - RS - CEP 97500-510  
Fone: (51) 3411-1088 - Ramal: 236 - e-mail: secad@uruguaiana.rs.gov.br - www.uruguaiana.rs.gov.br

Basta apenas um gesto para ficar bem informado

Ligue 3411-4794 ou 3411-3421 e assine

DIÁRIO DA FRONTEIRA

## Barra do Quaraí realiza a III Conferência Municipal de Saúde

A Barra do Quaraí realiza neste sábado (4), a III Conferência Municipal de Saúde. O evento abordará o tema: "Saúde e Qualidade de Vida - Políticas de Estado e Desenvolvimento". A Conferência tem como objetivo avaliar a situação da saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica de Saúde; definir diretrizes para a plena garantia da saúde como direito fundamental do ser humano e definir diretrizes que possibilitem o fortalecimento da participação social na perspectiva da plena garantia da implementação do SUS. Serão presentes no evento, a vice-prefeita Zulma Rolim, o secretário de Saúde e Meio Ambiente José Carlos da Luz Laporte, a representante da 10ª Coordenadoria Regional de Saúde, Maria de Fátima Mulazani e o presidente do Conselho Municipal de Saúde de Santa Ana do Livramento, Horácio Dávila Rodríguez. Também estarão participando, a ex-presidente do conselho de Saúde de Santa Ana do Livramento, Leda Marisa da Silva dos Santos e a conselheira de Saúde da cidade, Instrutora de capacitação para conselheiros de saúde, Tânia Marjori Vieira. O evento inicia às 9h e deverá se estender durante todo o dia.

## PUBLICAÇÕES LEGAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO



### EDITAL n.º ED 023/2007 CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

De ordem do Sr. Prefeito Municipal faz saber a quem interessar possa, que se acham vendidos os cemitérios em arrendamento onde foram inumados os restos mortais das seguintes pessoas, conforme discriminado abaixo:

| Nome do Falecido                    | N.º da Cadeira |
|-------------------------------------|----------------|
| Antônio de Medeiros Borges          | 206            |
| João Carlos Moslein                 | 212            |
| Eliz Maria Martins Cordeiro         | 356            |
| Jacira Basti Darguett               | 502            |
| Oswaldo dos Santos Rocha            | 625            |
| Elcio Pires                         | 629            |
| Tereza Siqueira Vargas              | 633            |
| Leonardo Vargas Volpato             | 675            |
| Melurino Machado de Freitas         | 698            |
| Maria Cruz                          | 900            |
| João Eduardo Fidalgo                | 924            |
| Leane Vitória Gonçalves Camargo     | 927            |
| Romeu de Silva Marques              | 965            |
| Florentino Medeiros                 | 954            |
| Cláudio Soares                      | 924            |
| Franco Rieri Roberto Guimarães      | 936            |
| Alceu Pereira da Silva Filho        | 949            |
| Ovidio Adelar Kober                 | 944            |
| Nitza Brinque dos Santos            | 957            |
| Artur Benito Cortes dos Santos      | 958            |
| Candido Meira de Campos             | 969            |
| João de Oliveira Vargas             | 967            |
| Pedro Alves da Cruz                 | 971            |
| Remona Benites Taborda              | 979            |
| Calixtina Gonçalves dos Santos      | 976            |
| Adocirlei Ribeiro                   | 981            |
| Albertina Martins Azevedo           | 982            |
| Elcio Jordão Dias                   | 984            |
| Lizete dos Santos Pinto             | 997            |
| Ignorado                            | 01003          |
| Francisco Fernandes                 | 01012          |
| Geisler Rodrigues Montanha          | 01015          |
| Valdeir de Oliveira Mendes          | 01098          |
| João Pires                          | 01102          |
| Paulo Correa                        | 01116          |
| Paulo Alberto Conceição de Oliveira | 01125          |
| Joacirlei Ferreira Bianchini        | 01372          |

Comunicar-se, ainda que, após expirar o prazo de 30 (trinta) dias, da publicação deste EDITAL, proceder-se-á a exumação compulsória, de acordo com o regulamento do Cemitério Público Municipal.

Uruguaiana, 1.º de agosto de 2007.

José Carlos da Luz Laporte,  
Agente Administrativo Auxiliar.

Rua 15 de Novembro, 1962 - Uruguaiana - RS - CEP 97500-510  
Fone: (51) 3411-1088 - Ramal: 236 - e-mail: secad@uruguaiana.rs.gov.br - www.uruguaiana.rs.gov.br



**PARECER JURÍDICO**

Em observância ao que determina a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ao inciso I do art. 21 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, faço saber ao chefe do poder executivo municipal que analisando os documentos que a mim foram apresentados para que o município de Uruguaiana participe do Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado – PDMI, junto ao Banco Mundial BIRD, no que diz respeito as condições para contratação de operação de crédito internacional que visa uma melhor prestação de serviço, redução de custos e aumento de receitas municipais.

Com referência ao inciso VI do § 1º do art. 32, o município observa as restrições estabelecidas na LRF, não estando sujeito às proibições de realizar operação de crédito previstas no art. 23, § 3º, tendo em vista que tais dispositivos ou não lhe são aplicáveis ou estão sendo cumpridos na forma daquela Lei, conforme abaixo:

**a)** Art. 23, § 3º, inciso III – a despesa total com pessoal, dos Poderes Executivo e Legislativo, não ultrapassa os limites definidos no art. 20, inexistindo excesso a ser limitado;

**b)** Art. 31, § 1º, inciso I – a dívida consolidada não ultrapassa o limite fixado na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, inexistindo excesso a ser eliminado;

**c)** Art. 33, § 3º – o município não realizou operação de crédito com infração ao disposto na LRF, inexistindo cancelamento, amortização ou constituição de reserva a serem efetuados;

**d)** Art. 52, § 2º – o município vem publicando na internet e no jornal **Diário da Fronteira**, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, inexistindo restrição em relação a este dispositivo;

**e)** Art. 55, § 3º – o município vem publicando na internet e no jornal **Diário da Fronteira**, o Relatório de Gestão Fiscal, até trinta dias após o encerramento de cada quadri-

mestre, inexistindo restrição em relação a este dispositivo.

Uruguaiana/RS, 10 de agosto de 2007. – **Júlio César Ferreira Tietböhl**, Secretário Municipal de Planejamento – **Caciano Sgorla Ferreira**, Procurador-Geral do Município.

De Acordo. – **José Francisco Sanchotene Felice**, Prefeito Municipal.

**LEI MUNICIPAL REFERENTE AO PPA,  
ACOMPANHADA DE DECLARAÇÃO DA  
SECRETARIA COMPETENTE****LEI Nº 3.507, DE 14 DE SETEMBRO DE 2005****Dispõe sobre o Plano Plurianual do  
Município de Uruguaiana para o período  
do 2006 a 2009.**

O Prefeito Municipal de Uruguaiana, faço saber, em cumprimento ao disposto no art. 96, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2006 a 2009, na forma dos seguintes Anexos:

**a)** Anexo I – Previsão das Receitas, hipóteses adotadas e metodologia de cálculos;

**b)** Anexo II – Definição do volume de recursos para o Plano Plurianual 2006 a 2009;

**c)** Anexo III – Metas Prioritárias – Definição dos “Objetivos”, “Programas”, “Ações”, “Metas” e “Indicadores”;

**d)** Anexo IV – Consolidação dos Programas e Ações;

**e)** Anexo V – Consolidação geral do Plano Plurianual 2006 a 2009.

Art. 2º O Plano Plurianual do Município para o período de 2006 a 2009 constituído pelos anexos constante desta lei, será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento Anual.

Art. 3º Integra o anexo de metas prioritárias na presente Lei, de acordo com o § 1º do art. 165 da Constituição Federal, os programas relativos:

- a) as despesas de capital;
- b) as delas decorrentes; e
- c) os de duração continuada.

Art. 4º Os valores constantes do Plano Plurianual 2006 a 2009 são os de maio de 2005.

Art. 5º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária, com indicação da fonte de recursos.

Art. 6º A inclusão de novos programas, projetos, atividades e ações será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei específico.

Parágrafo único. O projeto de lei conterá, no mínimo:

- a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com a inclusão;
- b) a indicação dos recursos que financiarão a inclusão proposta.

Art. 7º O Poder Executivo promoverá as medidas necessárias à efetiva execução, no período, do Plano Plurianual, que poderá ser revisado ou modificado, ao longo da sua vigência, aumentando ou diminuindo as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada de cada exercício, mediante lei específica, em decorrência de alterações de prioridades ou de contexto social, econômico ou financeiro.

Art. 8º O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 15 de setembro de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual que conterá:

I – Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Plurianual explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II – Demonstrativo contendo para cada ação:

- a) os valores previstos nesta lei e suas modificações;
- b) a execução física e orçamentária nos exercícios de vigências deste Plano Plurianual;
- c) as datações constantes da lei orçamentária em vigor e as previstas na proposta orçamentária para o exercício subsequente;
- d) as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros, tanto das ações constantes desta Lei e suas alterações como das novas alterações previstas para o exercício.

III – Demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados ao término do exercício anterior e dos índices finais previstos;

IV – Avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas e necessárias;

V – Justificativa da não inclusão, na proposta de lei orçamentária para o exercício subsequente, de projetos já iniciados

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 14 de setembro de 2005.

– **Sanchotene Felice**, Prefeito Municipal – **Francisco Robalo Fernandes**, Secretário Municipal de Administração.

**ANÁLISE DOS CUSTOS E BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS****CUSTOS/ BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS**

Para que se possa ter uma visão abrangente dos aspectos econômicos e sociais, fazemos a seguir a descrição dos componentes que sofreram a avaliação econômica e financeira do BIRD e que estruturam o Programa de Desenvolvimento Social Integrado – PDMI, correspondente ao Projeto “Uruguiana Vencerá”.

**2. COMPONENTE: GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: GERAÇÃO DE TRABALHO E 2.1 ATIVIDADE: FORTALECIMENTO DO MICRONEGÓCIO**

| <b>ATIVIDADES</b>                                | <b>BIRD (US\$)</b> | <b>Contrapartida (US\$)</b> | <b>Total (US\$)</b> |
|--|--------------------|-----------------------------|---------------------|
| Implantação de Unidade Municipal de Microcrédito | 286.146,00         | 190.764,00                  | 476.910,00          |
| Capacitação e Treinamento Profissional           | 46.200,00          | 30.800,00                   | 77.000,00           |
| <b>Total (US\$):</b>                             | <b>332.346,00</b>  | <b>221.564,00</b>           | <b>553.910,00</b>   |

**Benefícios:**

O uso de tecnologia microfinanceira adequada será imprescindível para a sustentabilidade. Acompanhada da utilização de ferramentas gerenciais e organizacionais atualizadas, com sistemas integrados de informações financeiras e de acompanhamento da produtividade do negócio financiado, bem como com qualificação e treinamento, o recurso financiado terá o retorno assegurado financiando outros investimentos.

**2.2. ATIVIDADE: IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS EM MEIO URBANO.**

| <b>ATIVIDADES</b>               | <b>BIRD (US\$)</b> | <b>Contrapartida (US\$)</b> | <b>Total (US\$)</b> |
|---------------------------------|--------------------|-----------------------------|---------------------|
| Aquisição de Estufas e Montagem | 78.448,00          |                             | 78.448,00           |
| Aquisição de Trator             | 45.048,00          |                             | 45.048,00           |
| Aquisição de Insumos            |                    | 8.051,00                    | 8.051,00            |
| Curso de Capacitação            |                    | 5.217,00                    | 5.217,00            |
| Contratação de Consultorias     |                    | 12.386,00                   | 12.386,00           |
| Mão de Obra braçal              |                    | 5.220,00                    | 5.220,00            |
| <b>Total (US\$):</b>            | <b>123.496,00</b>  | <b>30.874,00</b>            | <b>154.370,00</b>   |

Impactos Sociais Previstos:

As ações previstas reduzirão a fome e desenvolverá novos hábitos de alimentação nestes bairros, aumentando a renda familiar, disponibilizando alimentos para as creches, melhoria da saúde e preparação técnica para o trabalho.

**2.3. ATIVIDADE: APOIO AO PRODUTOR RURAL**

| <b>ATIVIDADES</b>                         | <b>BIRD (US\$)</b> | <b>Contrapartida (US\$)</b> | <b>Total (US\$)</b> |
|---|--------------------|-----------------------------|---------------------|
| Construção Agroindústria                  | 135.642,00         | 33.907,00                   | 169.548,00          |
| Equipamentos de irrigação para as estufas | 57.752,00          | 14.438,00                   | 72.190,00           |
| Construção de estufas                     | 83.477,00          | 20.869,00                   | 104.347,00          |
| Implantação pomar de citros               | 67.824,00          | 27.826,00                   | 95.650,00           |
| Sistema de Irrigação p/ citros            | 43.480,00          | -                           | 43.480,00           |
| <b>Total (US\$):</b>                      | <b>388.175,00</b>  | <b>97.040,00</b>            | <b>485.215,00</b>   |

Benefícios Econômicos e Sociais:

Os estabelecimentos rurais que participarão do projeto, encontrarão na diversificação aumento no grau de segurança da produção e da renda familiar.

As pequenas e micros propriedades rurais irão agregar valores a sua produção e com isso ocorrerá o aumento da renda familiar, melhorando a sua qualidade de vida.

Com produção quantificada e qualificada as possibilidades de fixação do homem no campo se acentuam.

O Poder Público Constituído atuará no projeto através do repasse de tecnologia, financiamento através de microcrédito.e

**3.COMPONENTE: QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL****3.1 ATIVIDADE: QUALIFICAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS E MOBILIÁRIO URBANO.**

| <b>ATIVIDADES</b>   | <b>BIRD (US\$)</b>  | <b>Contrapartida (US\$)</b> | <b>Total (US\$)</b> |
|---|---------------------|-----------------------------|---------------------|
| Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Passeios Públicos, Arborização, Abrigos de Paradas de Ônibus, Sinalização Viária e Urbanização de Canteiros | 3.880.869,00        | 2.095.528,00                | 5.976.397,00        |
| Aquisição de Usina de Asfalto   |                     | 278.798,00                  | 278.798,00          |
| Aquisição de Máquinas e Equipamentos  |                     | 504.347,00                  | 504.347,00          |
| Elaboração de Projeto Executivo   |                     | 74.500,00                   | 74.500,00           |
| <b>Total (US\$)</b>   | <b>3.880.869,00</b> | <b>2.953.173,00</b>         | <b>6.834.042,00</b> |



Impactos Sociais Previstos:

A população dos bairros de baixa renda atingida pelas ações do projeto, sofrerá o impacto da mudança em seu meio, pois a qualidade de vida melhorará com a pavimentação das vias públicas.

O Executivo Municipal estima que com a implantação deste projeto haja um incremento no IPTU sobre o valor atual das residências a serem beneficiadas com a presente ação. Prevêem-se, também, reflexos positivos sobre a saúde pública.

Com a drenagem pluvial o benefício será a melhoria do fluxo das águas pluviais e a conservação das vias públicas.

Com a pavimentação o benefício direto será a melhoria da trafegabilidade, o melhor atendimento no transporte coletivo, a redução de tempo no deslocamento dos trabalhadores, redução do custo da passagem e valorização dos imóveis. . Prevêem-se, também, reflexos positivos sobre a saúde pública.

### 3.2. ATIVIDADE: GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

| ATIVIDADES   | BIRD (US\$) | Contrapartida (US\$) | Total (US\$) |
|--|-------------|----------------------|--------------|
| 1. Cercamento e preparação p/ acessos internos               | 97.285,00   | 31.523,00            | 128.808,00   |
| 2. Regularização e operação da jazida de solo                | 3.913,00    | 2.609,00             | 6.522,00     |
| 3. Cobertura final da Área 1                                 | 10.800,00   | 7.200,00             | 18.000,00    |
| 4. Implantação do cortinamento vegetal da área               | 1.565,00    | 1.043,00             | 2.608,00     |
| 5. Preparação e operação das Áreas 2 e 3                     | 112.793,00  | 41.859,00            | 154.652,00   |
| 6. Construção e operação do sistema de tratamento Efluentes  | 24.468,00   | 16.312,00            | 40.780,00    |
| 6.1 Estudos complementares                                   | 7.043,00    | 4.696,00             | 11.739,00    |
| 7. Instalação dos sistemas de monitoramento                  | 3.913,00    | 2.609,00             | 6.522,00     |
| 8. Nova Unidade de Tratamento e Destino Final dos Resíduos   |             |                      |              |
| 8.1. Aquisição de Nova Área já Escolhida                     | 23.475,00   | 15.650,00            | 39.125,00    |
| 8.2. EIA-RIMA da nova área                                   | -           | 43.478,00            | 43.478,00    |
| 8.3. Projeto Executivo                                       | -           | 30.434,00            | 30.434,00    |
| 8.4. Taxas de Licenciamento Ambiental                        | 11.739,00   | 7.826,00             | 19.565,00    |
| 8.5. Serviços Preliminares (Limpeza e Dacapagem)             | 9.600,00    | 6.400,00             | 16.000,00    |
| 8.6. Cercamento da Área                                      | 3.985,00    | 2.657,00             | 6.642,00     |
| 8.7. Instalação de Água e Energia Elétrica                   | 6.313,00    | 4.208,00             | 10.521,00    |
| 8.8. Aterro Sanitário  |             |                      |              |
| 8.8.1. Impermeabilização da Base com Argila                  | 9.000,00    | 6.000,00             | 15.000,00    |
| 8.8.2. Impermeabilização da Base com Geomembrana PEAD 1 mm   | 102.646,00  | 27.854,00            | 130.500,00   |
| 8.8.3. Impermeabilização da Base com Geomembrana PEAD 0,8 mm | 74.340,00   | 49.560,00            | 123.900,00   |
| 8.8.4. Drenos de Biogás com Queimadores                      | 2.196,00    | 1.464,00             | 3.660,00     |
| 8.8.5. Drenos de Lixiviado                                   | 7.824,00    | 5.216,00             | 13.040,00    |
| 8.8.6. Estação de Tratamento do Lixiviado                    | 8.358,00    | 5.572,00             | 13.930,00    |
| 8.8.7. Poços de Monitoramento                                | 1.762,00    | 1.175,00             | 2.937,00     |

|  |                   |                   |                     |
|--|-------------------|-------------------|---------------------|
| 9. Implantação de Usina de Triagem, Reciclagem e Compostagem |                   |                   |                     |
| 9.1. Prédios e Edificações                                   |                   |                   |                     |
| 9.1.1. Unidade de Triagem                                    | 22.830,00         | 15.220,00         | 38.050,00           |
| 9.1.2. Unidade de Compostagem                                | 15.667,00         | 10.445,00         | 26.112,00           |
| 9.1.3. Prédio da Peneira                                     | 3.653,00          | 2.435,00          | 6.088,00            |
| 9.1.4. Obras Complementares (Muros, Fundações, Paredes)      | 9.652,00          | 6.435,00          | 16.087,00           |
| 9.1.5. Equipamentos  | 45.180,00         | 30.120,00         | 75.300,00           |
| <b>TOTAL (US\$):</b>   | <b>620.000,00</b> | <b>380.000,00</b> | <b>1.000.000,00</b> |

#### Impactos Sociais Previstos:

O engajamento da população lindeira ao Lixão, a inclusão social das 53 famílias que hoje vivem e sobrevivem da coleta do lixo, trazendo com estas ações, benefícios sociais e econômicos aos seus integrantes, possibilitando a estas pessoas uma expectativa de vida ampla e de saúde mais justa.

Observa-se também, que a construção do novo Aterro Sanitário, trará benefícios a toda população da cidade, tanto do ponto de vista ambiental, quanto dos problemas de poluição e mau cheiro causados pela combustão espontânea do lixo depositado, bem como pela poluição causada pelo depósito de lixo a céu aberto sem controle.

#### **3.3. ATIVIDADE: IMPLANTAÇÃO DE ESGOTO SANITÁRIO EM BAIRROS DE BAIXA RENDA**

| ATIVIDADES                               | BIRD (US\$)       | Contrapartida(US\$ | Total (US\$)      |
|--|-------------------|--------------------|-------------------|
| 1. Construção Estação Elevatória Esgoto. | 361.369,00        | 240.912,00         | 602.281,00        |
| <b>TOTAL (US\$):</b>                     | <b>361.369,00</b> | <b>240.912,00</b>  | <b>602.281,00</b> |

#### Benefícios Sociais:

As populações dos bairros de baixa renda atingidas pelas ações do projeto sofrerão o impacto da mudança em seu meio, pois a qualidade de vida melhorará com a implantação do esgoto sanitário das moradias.

#### **3.4. ATIVIDADE: CONSTRUÇÃO DE GALERIA PLUVIAL**

| Atividade                          | BIRD (US\$)       | Contrapartida US\$ | Total (US\$)      |
|------------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| 1. Elaboração do Projeto Executivo |                   | 12.325,00          | 12.325,00         |
| 2. Construção de Galeria Pluvial   | 379.876,00        | 256.874,00         | 636.750,00        |
| <b>Total (US\$):</b>               | <b>379.876,00</b> | <b>269.199,00</b>  | <b>649.075,00</b> |

#### Benefícios Esperados:

Com a construção da galeria de drenagem pluvial em vias urbanas, localizadas em bairros de baixa renda, espera-se estender à população alvo melhor qualidade de vida, dando inclusive, melhores condições de segurança, proteção ao patrimônio privado uma vez que haverá o escoamento das águas da chuva por meio de conduto fechado e seguro.

Uruguaiana, 28 de dezembro de 2007.

  
 Julio Cesar Ferreira Tietböhl  
 Secretário Municipal de Planejamento

# PLANO PLURIANUAL 2006-2009

## 02.Administração

**Objetivo Geral:** Modernização e ampliação da infra-estrutura física e administrativa, de recursos humanos e de informatização dos diversos setores e órgãos da Administração Municipal, demonstrando transparência nos atos administrativos, em cumprimento às exigências legais, agilização do atendimento ao cidadão, otimizando os serviços, o aperfeiçoamento e controle de pessoal, o patrimônio público, a manutenção, o controle e a aquisição de materiais, equipamentos e bens móveis e imóveis; implementação do sistema de controle interno; amortização da dívida fundada; incentivo a participação popular na elaboração de planos e metas do Governo Municipal; revisão e adequação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Uruguaiana – PDDU.

**Principais Órgãos envolvidos:** Gabinete do Prefeito e Assessorias, Secretarias Municipais de Governo, de Administração, de Fazenda e Planejamento, de Agricultura, de Obras e Serviços Urbanos, de Ação Social e Habitação, de Cultura, Juventude e Esportes, de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho Procuradoria Geral do Município.

### PROGRAMA 1: Modernização da infra-estrutura.

**Objetivo:** Modernizar os sistema de informação para otimizar processos, visando a melhoria dos serviços, a racionalização e redução de gastos, a transparência da administração e a agilização do atendimento à população.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2006         | 2007         | 2008         | 2009         | Total        |
|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Recursos | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | 4.400.000,00 |

**AÇÃO 1:** Manter e adquirir móveis, máquinas e utensílios de escritório para equipar convenientemente os diversos órgãos da PMU.

**META 1:** Manter os móveis, máquinas e utensílios de escritório do Município em perfeito estado de conservação e funcionamento.

**META 2:** Equipar adequadamente os diversos setores da PMU com móveis, máquinas e utensílios de escritório.

**INDICADOR:** A deterioração e a falta de móveis, máquinas e utensílios de escritório necessários ao bom andamento dos serviços.

**AÇÃO 2:** Adquirir e conservação veículos para atender aos diversos órgãos municipais em suas atividades administrativas.

**META 1:** Aquisição de dois veículos até 2009.

**META 2:** Manter convenientemente em condições de uso os veículos dos diversos órgãos da Administração Municipal.

**INDICADOR:** A deterioração da frota de veículos da PMU.

**AÇÃO 3:** Adquirir, manter e construir prédios públicos.

**META 1:** Aquisição e construção de prédios públicos para a melhor instalação dos órgãos municipais.

**META 2:** Manter em perfeito estado de conservação os prédios públicos municipais para melhor desenvolvimento dos serviços públicos.

**INDICADOR:** A utilização de imóveis de terceiros para funcionamento de órgãos municipais e a deterioração dos prédios públicos.

**AÇÃO 4:** Desapropriação de área para a Construção do Centro de Convivência do Idoso.

**META:** Abrigar os idosos em vulnerabilidade social.

**INDICADOR:** Idosos em situação de vulnerabilidade social.

**AÇÃO 5:** Manter e agilizar o funcionamento dos serviços públicos municipais.

**META 1:** Aquisição e controle de materiais de consumo.

**META 2:** Agilizar os serviços públicos municipais, através do aperfeiçoamento de pessoal, a melhoria e a interligação do sistema de informação entre os vários setores da Administração do Município.

**META 3:** Terceirização de serviços de qualquer natureza, necessários ao funcionamento da máquina administrativa.

**INDICADOR:** Manter os serviços públicos municipais.

**AÇÃO 5:** Desenvolvimento do sistema informatizado.

**META 1:** Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática.

**META 2:** Manutenção dos equipamentos de informática.

**META 3:** Interligação de todos órgãos da Administração Municipal, através de rede própria.

**INDICADOR:** Implantar rede de comunicação interna em todos os órgãos.

**AÇÃO 6:** Implantar sistemas de modernização administrativa.

**META 1:** Modernização do sistema de informações e otimização de processos.

**META 2:** Redução de gastos com licitações, compras e administração de contratos, implantando o pregão eletrônico e presencial e o sistema de registro de preços para os processos licitatórios.

**META 3:** Gerenciamento de gastos com energia elétrica, consumo de água e telefonia, implementando programas de conscientização para redução do consumo de energia, água e telefonia na administração e a redução do consumo de energia na iluminação pública.

**INDICADOR:** Servidores qualificados.

**AÇÃO 7:** Reestruturação do Arquivo.

**META 1:** Definição de local adequado para o funcionamento do Arquivo Geral do Município.

**META 2:** Informatização do Arquivo.

**META 3:** Capacitação de pessoal, em técnicas de arquivamento e computação.

**INDICADOR:** O espaço físico e a falta de infra-estrutura do atual Arquivo, incluindo recursos humanos adequadamente capacitados.

#### **PROGRAMA 2: Revitalização de Recursos Humanos:**

Objetivo: Atuar na administração de pessoal atendendo a legislação pertinente, assegurando a reposição de perdas salariais do funcionalismo público; oportunizar aos servidores condições de atualização em área própria e em informática para que possam desenvolver trabalho qualificado; promover concursos públicos.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2006         | 2007          | 2008          | 2009          | Total         |
|----------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Recursos | 2.500.000,00 | 10.130.000,00 | 10.791.000,00 | 11.495.000,00 | 34.916.000,00 |

**AÇÃO 1:** Administração de pessoal.

**META 1:** Administrar a despesa com pessoal e encargos patronais, cumprindo a legislação pertinente.

**META 2:** Assegurar a reposição das perdas salariais do funcionalismo público.

**META 3:** Pagamento de benefícios funcionais: auxílio alimentação, vale transporte e promoções.

**META 4:** Reestruturação dos quadros de pessoal.

**INDICADOR:** A legislação, a defasagem salarial, a inflação e a necessidade de adequação dos quadros de pessoal de acordo com a legislação vigente.

**AÇÃO 2:** Formação e qualificação dos servidores.

**META 1:** Aperfeiçoamento de pessoal, aprimorando os seus conhecimentos através de cursos, palestras, simpósios, seminários e encontros, objetivando melhorias e agilização dos serviços públicos municipais.

**META 2:** Formação e qualificação dos funcionários na área de informática, através de cursos básicos de computação tais como Word e Excel, com a qualificação de pelo menos um funcionário por setor.

**META 3:** A promoção de cursos de aperfeiçoamento no Município, visando atingir o maior número possível de servidores, com a contratação de instrutores.



**INDICADOR:** Servidores qualificados.

**AÇÃO 3:** Promoção de concurso público.

**META:** Promover concursos públicos para provimento de vagas de acordo com as necessidades de pessoal.

**INDICADOR:** Deficiência de Recursos Humanos.

**PROGRAMA 3: Administração Transparente**

Objetivo: Efetuar a publicidade exigida em lei, demonstrar transparência em todos os atos da Administração e desenvolver campanhas de interesse do Município e da população.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Recursos | 165.000,00 | 173.000,00 | 181.000,00 | 191.000,00 | 710.000,00 |

**AÇÃO 1:** Divulgação dos atos da Administração

**META 1:** Dar a publicidade, exigida por Lei, aos atos administrativos. (Publicidade legal)

**META 2:** Dar ciência à população dos atos da Administração Pública, tais como obras, ações na área de saúde, educação, assistência social (Publicidade institucional).

**META 3:** Dar publicidade a campanhas ou eventos de interesse da população e do Município. (Publicidade de utilidade pública)

**INDICADOR:** A exigência Legal, a satisfação à população dos atos do Governo Municipal e o desenvolvimento pelo Município de campanhas ou eventos de utilidade pública.

**PROGRAMA 4: Governo Para Todos**

Objetivo: Incentivar e facilitar a participação da comunidade na Administração do Município, buscando formar parceria com seus segmentos para implementar projetos que visem a melhoria da qualidade de vida do Município.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Recursos | 16.500,00 | 17.000,00 | 18.000,00 | 19.000,00 | 70.000,00 |

**AÇÃO 1:** Incentivar a participação comunitária.

**META 1:** Motivar o cidadão a participar e a envolver-se com os problemas do Município, identificando-os e buscando soluções alternativas.

**META 2:** Facilitar a participação da população na Administração do Município, ouvindo suas críticas e sugestões, através de audiências e da criação de estrutura especializada no atendimento à comunidade.

**INDICADOR:** Qualidade de vida do Município.

**PROGRAMA 5: Controle Interno**

Objetivo: Implementar adequadamente o Sistema de Controle Interno, no âmbito do Município.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Recursos | 33.000,00 | 34.000,00 | 36.000,00 | 38.000,00 | 141.000,00 |

**AÇÃO 1:** Implementar o sistema de controle interno.

**META 1:** Designar servidores com formação e características adequadas e dispostos a desenvolver o Sistema de Controle Interno.

**META 2:** Capacitar adequadamente todos os servidores envolvidos diretamente com o Sistema de Controle Interno.

**META 3:** Organizar e regulamentar adequadamente o Sistema de Controle Interno.

**INDICADOR:** Legislação e a falta de um Sistema de Controle Interno adequado e atuante.

**PROGRAMA 6: Amortização da Dívida do Município**

Objetivo: Amortização da dívida contratada junto a instituições financeiras, a governos e a decorrente de encargos patronais, de contratos de parcelamento e outras amortizações.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006        | 2.007        | 2.008        | 2.009        | Total        |
|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Recursos | 1.320.000,00 | 1.386.000,00 | 1.455.000,00 | 1.528.000,00 | 5.689.000,00 |

**AÇÃO 1:** Amortização da dívida fundada do Município.

**META:** Amortizar a dívida do Município, efetuando pagamentos das dívidas contratadas.

**INDICADOR:** As dívidas consolidadas.

**PROGRAMA 7: Atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Uruguaiana - PDDU.**

Objetivo: Atualizar e adequar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano a nova legislação.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Recursos | 33.000,00 | 34.000,00 | 36.000,00 | 38.000,00 | 141.000,00 |

**AÇÃO 1:** Atualizar e adequar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Uruguaiana.

**META 1:** Atualizar o PDDU, levando em consideração a atual conjuntura do Município e o que se objetiva para o futuro.

**META 1:** Adequar o PDDU, levando em consideração a nova legislação.

**INDICADOR:** A adequação a nova legislação, em especial a Lei Federal n.º 10.257/2001 – **Estatuto da Cidade.**

**PROGRAMA 8: Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município**

Objetivo: Criar um sistema de apoio e informações que possibilite de forma eficaz e satisfatória subsídios tanto para as decisões dos dirigentes municipais, como para consulta dos interessados. O objetivo pressupõe a informatização dos sistemas existentes, com a consequente economia de recursos materiais e humanos, seja pela simplificação dos processos administrativos e judiciais, seja pela racionalização do trabalho.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006        | 2.007        | 2.008        | 2.009        | Total        |
|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Recursos | 1.700.000,00 | 1.750.000,00 | 1.800.000,00 | 1.850.000,00 | 7.100.000,00 |

**AÇÃO 1:** Criar células de atendimento e apoio para a agilização dos processos administrativos e judiciais.

**META 1:** Adquirir 5 (cinco) microcomputadores, assinaturas de informativos jurídicos, tributários e trabalhistas.

**META 2:** Equipar a Procuradoria com as ferramentas adequadas para dar o respectivo suporte técnico.

**INDICADOR:** Agilização do Trabalho.

**AÇÃO 2:** Incluir na Lei Orçamentária Anual os pagamentos de Precatórios.

**META 1:** Pagar em ordem cronológica os precatórios de natureza alimentar e não – alimentar.

**INDICADOR:** Precatórios

### 03.Fazenda e Planejamento

#### Objetivo Geral

#### Secretaria envolvida: Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento

Aperfeiçoar as atividades da Secretaria de Fazenda, fornecendo cursos e treinamentos para seus funcionários.

Implantar políticas de modo a incrementar a arrecadação dos tributos, com ênfase na cobrança, diminuição, limpeza e atualização no Cadastro de Dívida Ativa do Município, através de um recadastramento e combate a sonegação fiscal.

Reaparelhamento, informatização e modernização dos órgãos da Secretaria de Fazenda, propiciando recursos para manutenção das atividades e treinamento técnico/profissional aos funcionários, visando aumentar a arrecadação dos tributos municipais, combater a sonegação fiscal e a evasão fiscal.

Controle do Cadastro Fiscal, Dívida Ativa, registros contábeis e levantamento da produção do município através de planilhas, relatórios e pareceres.

#### PROGRAMA 1 – Qualificação e Agilização do Sistema Fazendário

Objetivo: oferecer e promover cursos e treinamento para aperfeiçoar as atividades da Secretaria de Fazenda, fazendo um recadastramento da Dívida Ativa e incremento da arrecadação dos tributos municipais. Encaminhar lei solicitando autorização para baixar do cadastro Imobiliário a Dívida Ativa Prescrita a fim de reduzir sensivelmente o percentual de inadimplentes até o ano de 2009.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Recursos | 200.000,00 | 210.000,00 | 220.000,00 | 231.000,00 | 861.000,00 |

#### AÇÃO 1: Implantar cursos de aperfeiçoamento

**META :** Servidores capacitados para desenvolvimento e rendimento profissional

**INDICADOR:** Funcionários da Secretaria de Fazenda aperfeiçoados, treinados.

#### AÇÃO 2 : Cobrança da Dívida Ativa do Município

**META :** Utilizar mecanismos de forma a reduzir sensivelmente o valor da Dívida Ativa do Município, fazendo um recadastramento e baixa de valores prescritos.

**INDICADOR:** Fiscais responsáveis pela Dívida Ativa

#### AÇÃO 3: Incrementar a arrecadação dos tributos municipais

**META :** Aumentar a fiscalização no âmbito municipal de forma a possuir maior controle sobre os contribuintes e o recolhimento de tributos municipais.

**INDICADOR:** Fiscais municipais atuando na implementação de ações.

#### PROGRAMA 2 Modernização Fazendária

Objetivo: Modernização, informatização e reaparelhamento da Fazenda Municipal, visando combate a sonegação e evasão fiscal, controle do Cadastro Fiscal, Dívida Ativa, registros contábeis e levantamento da produção do município.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Recursos | 400.000,00 | 420.000,00 | 441.000,00 | 463.000,00 | 1.724.000,00 |

**AÇÃO 1:** Aquisição de micro computadores

**META :** Maior controle das ações dos agentes fiscalizadores e dos contribuintes fiscalizados, visando otimizar a receita municipal através da informatização.

**INDICADOR:** Informatização em rede e capacitação de funcionários municipais da Fazenda.

**AÇÃO 2:** Fiscalização austera de modo a combater a sonegação e evasão fiscal.

**META 1:** Diminuir a sonegação e evasão fiscal dos tributos municipais.

**INDICADOR:** Fiscais municipais.

**AÇÃO 3:** Controle do Cadastro Fiscal, arrecadação, Dívida Ativa, registros contábeis e levantamento da produção do município.

**META :** Confeccionar planilhas, relatórios gerenciais e pareceres para acompanhamento e controle das despesas, das receitas e transferências do ICMS.

**INDICADOR:** Funcionários municipais da Fazenda.

**PROGRAMA 3 Planejamento Estratégico**

Objetivo: Elaborar, implementar e acompanhar o controle orçamentário e financeiro que visem a eficiência e a eficácia das ações do governo, bem como o controle e a prestação de contas dos Projetos Especiais de Recursos Vinculados.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Recursos | 50.000,00 | 52.500,00 | 55.000,00 | 58.000,00 | 215.500,00 |

**AÇÃO 1:** Aquisição de micro computadores

**META :** Agilidade na confecção de projetos e planilhas de controle orçamentário e estatístico.

**INDICADOR:** Funcionários municipais do Planejamento.



## 04. Segurança Pública

### Objetivo Geral – Segurança Pública

**Secretaria envolvida: Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, FUNREBOM**

Manter o serviço de segurança da comunidade no tocante a prevenção contra incêndios, combate a incêndios, investigação de sinistro, busca salvamento e resgate e ações de apoio a defesa civil, Visando atender o convênio existente entre o estado e o município, lei 6.19/70, bem como cumprir as missões constitucionais previstas no art. 152 da C.F. e art. 130 da C.E., com recurso orçamentário em suplemento aos valores arrecadados através do FUMREBOM.

### PROGRAMA 1 - Manutenção do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros

Objetivo: Oferecer segurança a população através da manutenção dos serviços emergenciais em boas condições através da manutenção e aquisição de equipamentos, materiais, ferramentas, veículos, e construção e manutenção de aquartelamentos em locais estrategicamente escolhidos para melhorar o tempo resposta dos chamados.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|                     | 2.006     | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|---------------------|-----------|------------|------------|------------|------------|
| Recursos Próprios   | 29.000,00 | 31.000,00  | 33.000,00  | 34.000,00  | 127.000,00 |
| Recursos Vinculados | 98.000,00 | 104.000,00 | 110.000,00 | 116.000,00 | 428.000,00 |

#### AÇÃO 1: Conclusão das Obras de reforma e ampliação do Quartel de Bombeiros

**META :** Obra concluída

**INDICADOR:** Projeto implementado

#### AÇÃO 2 : Manter os materiais, equipamentos e viaturas

**META :** Manutenção de todos os materiais, equipamentos e viaturas disponíveis

**INDICADOR:** Projeto implementado

#### AÇÃO 3: Construção de um Posto Avançado

**META :** Obra concluída

**INDICADOR:** Chamadas de Emergências

#### AÇÃO 4: Aquisição de Equipamentos de Bombeiros

**META :** Modernizar e aparelhar com tecnologias mais eficazes no combate e prevenção de sinistros

**INDICADOR:** Chamadas de Emergências

### PROGRAMA 2: Defesa Civil.

Objetivo: Segurança global da comunidade, estruturando a COMDEC, afim de que possa cumprir seu papel de defesa da comunidade na sua totalidade, prevenção, preparação, respostas a desastres e reconstrução de cenários atingidos. Manter as ações de defesa contra sinistros e calamidades públicas. Elaborar e manter atualizado o mapa das áreas de risco do município.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 30.000,00 | 90.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 180.000,00 |

**AÇÃO 1:** Estruturação da COMDEC e manutenção dos trabalhos de estudos, cursos e estágios.

**META :** Desenvolver programas capazes de diminuir os desastres humanos e mistos, bem como minimizar os efeitos dos mesmos

**INDICADOR:** Prevenção e assistência

**AÇÃO 2:** Aquisição de equipamentos e um veículo para a COMDEC.

**META :** Agilização na manutenção das ações de defesa civil

**INDICADOR:** Segurança da comunidade

**PROGRAMA 3: Melhoria do Trânsito e Fluxo de Veículos Através do Projeto Coletivo Seguro.**

Objetivo: Melhorar a eficiência, a circulação e a qualidade do transporte e do trânsito, com vistas ao aumento da trafegabilidade e rapidez dos ônibus e a melhoria das condições de segurança e conforto dos usuários.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006    | 2.007    | 2.008    | 2.009    | Total     |
|-----------------------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 8.000,00 | 8.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 34.000,00 |

**AÇÃO 1:** Treinar servidores para exercer a fiscalização no transporte coletivo urbano do município, visando a segurança dos usuários e as condições da qualidade dos veículos.

**META :** Qualificar os servidores e capacitá-los ao atendimento das diretrizes do código de trânsito e suas implicações

**INDICADOR:** Fiscais de Trânsito

**AÇÃO 2:** Recuperação das instalações do terminal de passageiros, com salas para os fiscais e construção de sanitários coletivos de uso comum..

**META 1:** Dar maior condições de qualidade no trabalho dos servidores, bem como maior comodidade aos usuários do terminal.

**INDICADOR:** Fiscais municipais e usuários dos coletivos.

**AÇÃO 3:** Recuperação e construção de abrigos das paradas dos coletivos do transporte urbano, incluindo os abrigos das paradas do transporte coletivo do interior do município, Vila de São Marcos, Vila de João Arregui e Vila do Plano Alto.

**META :** Recuperação e pintura de todos os abrigos padronizando os mesmos em termos visuais.

**INDICADOR:** Público usuário do transporte coletivo urbano

**PROGRAMA 4: Modernização da sinalização vertical e horizontal das principais vias urbanas, com instalação de sistemas leds nas sinalleiras.**

Objetivo: Melhorar a circulação e segurança do pedestre e do fluxo de veículos, sincronizando as sinalleiras de forma a dar maior eficácia na trafegabilidade .

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios e Vinculados | 226.000,00 | 237.000,00 | 249.000,00 | 262.000,00 | 974.000,00 |

**AÇÃO 1:** Implantação de sinalleiras para pedestres e veículos dando maior trafegabilidade ao sistema de sinalização viária

**META :** Implantar 10 sinalleiras em pontos críticos do tráfego.

**INDICADOR:** Sinalização de vias urbanas.

**AÇÃO 2:** Substituição do atual sistema de semáforas com uso de lâmpadas pelo sistema leds,

**META 1:** Dar maior visibilidade na qualidade do sinal do semáforo evitando a queima total da lâmpada.

**INDICADOR:** Economia e eficiência do equipamento de sinalização.

**AÇÃO 3:** Demarcação de vias de sinalização horizontal, pintura de faixas de segurança, estacionamentos e delimitações de áreas e paradas, sinalização vertical com placas de sinalização e balizas delimitadoras.

**META :** Demarcar e sinalizar as vias urbanas asfaltadas..

**INDICADOR:** Vias urbanas

**AÇÃO 4:** Dar maior agilidade no serviços de conservação e manutenção dos equipamentos urbanos de transito.

**META :** Aquisição de um veículo utilitário tipo camioneta, equipado com escada hidráulica, para execução de tarefas correlatas.

**INDICADOR:** Manutenção de equipamentos

**AÇÃO 5:** Contratação de serviços especializado na redução de velocidade em vias urbanas, respeitando ao código de trânsito.

**META :** Manutenção das lombadas eletrônicas existentes e aquisição de um Radar Móvel para área urbana, aquisição e colocação de taxas e calotas na divisão de pistas.

**INDICADOR:** Redutor de velocidade

**PROGRAMA 5: Cadastramento e emplacamento de veículos de propulsão animal e humana.**  
Objetivo: Manter a continuidade ao cadastramento e ao atendimento destes meios de locomoção.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 40.000,00 |

**AÇÃO 1:** Manter atualizado o cadastro de veículos de propulsão animal e humana

**META :** Atualizar o banco de dados disponibilizando informações aos cadastrados.

**INDICADOR:** Veículos de propulsão animal e humana.

**PROGRAMA 6: Informatização e manutenção de máquinas e equipamentos**

Objetivo: Informatizar e manter as atividades inerentes aos serviços de segurança e trânsito, bem como equipar convenientemente os diversos setores para agilização do trabalho

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total      |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios e Vinculados | 222.000,00 | 233.000,00 | 245.000,00 | 257.000,00 | 957.000,00 |

**AÇÃO 1:** Adquirir utensílios de apoio ao expediente e aprimoramento do sistema informatizado

**META :** Aquisição de computadores, impressoras, linhas telefônicas, equipamentos de comunicação e materiais de consumo.

**INDICADOR:** Melhoria na qualidade do trabalho

**AÇÃO 2:** Adquirir veículos para o transporte de pessoal e execução do serviços

**META :** .Aquisição de veículos e motocicletas

**INDICADOR:** .Agilidade na execução do trabalho

**AÇÃO 3:** Manutenção de veículos

**META :** .Manter a frota de veículos já existente

**INDICADOR:** .Agilidade na execução do trabalho

**AÇÃO 4:** Aquisição de equipamentos e materiais de proteção e segurança

**META :** Adquirir uniformes para os fiscais de trânsito, bem como equipá-los com os materiais e equipamentos necessários à execução dos trabalhos correlatos

**INDICADOR:** .Agilidade na execução do trabalho

**AÇÃO 5:** Aumento do Efetivo de Guardas Municipais

**META :** Realizar concurso para contratação de pessoal, visando elevar o número de guardas municipais suprimindo a necessidade de implementar o emprego da atividade do guarda municipal como guarda de trânsito.

**INDICADOR:** .Agilidade na execução do trabalho

**AÇÃO 6:** Contratação dos serviços de Sistema de Vigilância Monitorada

**META :** Contratar empresa especializada em serviços de vigilância monitorada, visando maior segurança em próprios municipais, bem como o controle de entrada e saída de pessoas em prédios do município.

**INDICADOR:** .Segurança nos próprios municipais



## 05. Saúde e Meio Ambiente

### Objetivo Geral

Principais Secretarias envolvidas: SESMA

A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente acompanhando a evolução do SUS Nacional, terá sua rede reestruturada, gradativamente, ao longo dos quatro (04) anos para implantação do Programa Saúde da Família, bem como, tem sua agenda adequada à Agenda Nacional que tem como prioridades:

1. Combate à mortalidade infantil
2. Controle de doenças e agravos prioritários
3. Melhoria da gestão, do acesso e da qualidade das ações e serviços e informações em saúde
4. Reestruturação do modelo assistencial
5. Qualificação e valorização dos recursos humanos no setor saúde
6. Valorização do Controle Social
7. Valorização do Meio Ambiente

### PROGRAMA 1: Saúde Competente I

Objetivo: Manter os serviços na Rede Básica garantindo o fornecimento pleno de recursos humanos, atuando na administração de pessoal atendendo a legislação pertinente, assegurando a reposição de perdas salariais do funcionalismo público; oportunizar aos servidores condições de atualização em área própria e em informática para que possam desenvolver trabalho qualificado, materiais, serviços e equipamentos necessários. Manter os serviços existentes na área administrativa da SESMA, garantindo recursos humanos, materiais e equipamentos necessários para o apoio à rede assistencial. Ampliar a rede de Assistência Básica, com o aumento da área física dos Postos existentes, bem como através de levantamento epidemiológico, expandir o número de Postos junto às regiões mais carentes. Promover a atualização e aperfeiçoamento dos profissionais e dos serviços disponibilizados, como também, da área física destinada à saúde da população. Estabelecer e firmar convênios em âmbito Municipal, Estadual e Federal, visando implementar e qualificar a assistência e apoio à assistência hospitalar. Aquisição de novos veículos, renovação e manutenção da frota.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos   | 2006         | 2007         | 2008         | 2009         | Total         |
|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Próprios   | 5.280.000,00 | 5.625.000,00 | 5.985.000,00 | 6.364.000,00 | 23.253.000,00 |
| Vinculados | 1.451.000,00 | 1.451.000,00 | 1.451.000,00 | 1.451.000,00 | 5.804.000,00  |

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>AÇÃO 1</b>    | Manter os serviços de saúde na Rede Básica.  |
| <b>META 1</b>    | Manter o atendimento de qualidade.   |
| <b>INDICADOR</b> | Número de atendimento com resolubilidade.  |
| <b>META 2</b>    | Implantar o Serviço de Atendimento Domiciliar  |
| <b>INDICADOR</b> | Número de visitas domiciliares / Redução do Número de Internações Hospitalares             |
| <b>META 3</b>    | Manter os serviços existentes na área administrativa.                                      |
| <b>INDICADOR</b> | Agilidade e fidedignidade das informações e serviços prestados.                            |
| <b>META 4</b>    | Reformar e ampliar a rede física de assistência básica.                                    |
| <b>INDICADOR</b> | Adequação dos prédios à RDC50, manutenção e aquisição de equipamentos necessários.         |
| <b>META 5</b>    | Atualização e aperfeiçoamento dos profissionais e serviços oferecidos.                     |
| <b>INDICADOR</b> | Qualidade do serviço oferecido - resolubilidade.   |
| <b>META 6</b>    | Estabelecer e firmar convênios em âmbito Municipal, Estadual e Federal.                    |
| <b>INDICADOR</b> | Qualificação da assistência e do apoio à rede hospitalar.                                  |
| <b>META 7</b>    | Aquisição de novos veículos, renovação e manutenção da frota.                              |
| <b>INDICADOR</b> | Número de veículos, condições de trafegabilidade.  |
| <b>META 8</b>    | Implementar e intensificar o atendimento nos postos localizados no Interior do Município   |
| <b>INDICADOR</b> | Numero de atendimentos com resolatividade.   |
| <b>META 9</b>    | Administrar a despesa com pessoal e encargos patronais, cumprindo a legislação pertinente. |
| <b>INDICADOR</b> | Servidor público   |
| <b>META 10</b>   | Assegurar a reposição das perdas salariais do funcionalismo público.                       |
| <b>INDICADOR</b> | : A legislação, a defasagem salarial, a inflação e a necessidade de adequação dos          |

|                  |   |
|------------------|---|
|                  | quadros de pessoal de acordo com a legislação vigente.                                |
| <b>META 11</b>   | Pagamento de benefícios funcionais: auxílio alimentação, vale transporte e promoções. |
| <b>INDICADOR</b> | Servidor público  |

**PROGRAMA 2: Saúde Comunitária**

Objetivo: Garantir o pleno funcionamento dos Programas específicos de Saúde hoje existentes e ampliar sua rede de abrangência: **PSF, AIDS, BRASIL SORRIDENTE, PACS, PREVENÇÃO A CEGUEIRA,...**

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos   | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total        |
|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios   | 375.000,00 | 375.000,00 | 375.000,00 | 375.000,00 | 1.500.000,00 |
| Vinculados | 479.000,00 | 479.000,00 | 479.000,00 | 479.000,00 | 1.916.000,00 |

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>AÇÃO 2</b>    | Manter e ampliar os programas de saúde existentes.  |
| <b>META 1</b>    | Ampliar o número de equipes de Programas Saúde da Família.  |
| <b>INDICADOR</b> | Número da população beneficiada + resolubilidade + diminuição internação hospitalar.  |
| <b>META 2</b>    | Implementar o Programa DST/AIDS.  |
| <b>INDICADOR</b> | Número de diagnóstico realizado + número de pessoas beneficiadas.   |
| <b>META 3</b>    | Implementar o Programa Brasil Sorridente.   |
| <b>INDICADOR</b> | Número de atendimentos, número de procedimentos, diminuição de exodontias.  |
| <b>META 4</b>    | Implementar o Programa de Prevenção à Cegueira.   |
| <b>INDICADOR</b> | Número de procedimentos oftalmológicos realizados.  |
| <b>META 5</b>    | Manter e ampliar o PACS.  |
| <b>INDICADOR</b> | Número de população beneficiada + resolubilidade + diminuição da internação hospitalar.   |
| <b>META 6</b>    | Diminuir a mortalidade infantil para índice inferior a 10/1000.   |
| <b>INDICADOR</b> | Taxa de mortalidade infantil 2004 = 23,6/1000 nascidos vivos.   |
| <b>META 7</b>    | Fortalecer o Programa Saúde da Mulher.  |
| <b>INDICADOR</b> | Diminuição da gravidez na adolescência 2004 = 23%.<br>Diminuir a mortalidade materna 2004 = 160,13.<br>Diminuir a taxa de mortalidade de mulheres por câncer de mama 2004 = 50,62.<br>Aumentar o número de gestantes com 07 (sete) ou mais consultas de pré-natal 2004 = 27,1%. |
| <b>META 8</b>    | Implementar o Serviço de Saúde Mental.  |
| <b>INDICADOR</b> | Número de usuários atendidos.   |

**PROGRAMA 3: Saúde Eficaz**

Objetivo: Implementar Programas de Saúde constantes no cronograma do Ministério da Saúde, não desenvolvido no Município, como: Programa da Hipertensão Arterial; Diabetes Mellitus; Saúde do Idoso;

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos   | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total        |
|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios   | 375.000,00 | 375.000,00 | 375.000,00 | 375.000,00 | 1.500.000,00 |
| Vinculados | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 1.000.000,00 |

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>AÇÃO 3</b>    | Elaborar e implantar novos programas de saúde.   |
| <b>META 1</b>    | Implementar o Programa da Hipertensão Arterial.  |
| <b>INDICADOR</b> | Diminuição da taxa de internação por AVC 2004 = 34,7.<br>Diminuição da taxa de mortalidade por doenças Cérebro Vasculares 2004 = 194,26.<br>Diminuição de internação por insuficiência cardíaca congestiva 2004 = 53,82. |
| <b>META 2</b>    | Implementar o Programa da Diabetes Mellitus.   |
| <b>INDICADOR</b> | Diminuição da taxa de internação por Diabetes Mellitus 2004 = 14.  |
| <b>META 3</b>    | Implantar o Programa Saúde do Idoso.   |
| <b>INDICADOR</b> | Número de idosos beneficiados pelo programa, no mínimo 50% da população idosa que é de 11.213 pessoas.   |

**PROGRAMA 4: Incluir Sim, Excluir Não**

Objetivo: Implementar o serviço Municipal de Saúde Mental mantendo o **CAPS (Centro de Apoio Psicosocial)**, elaborar projeto e implantar o **CAPS i (Infantil e Adolescente)** e o **CAPS ad (Álcool e Drogas)** e Implantar a **Residência Terapêutica**.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos   | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total        |
|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios   | 225.000,00 | 225.000,00 | 225.000,00 | 225.000,00 | 900.000,00   |
| Vinculados | 459.000,00 | 459.000,00 | 459.000,00 | 459.000,00 | 1.836.000,00 |

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>AÇÃO 4</b>    | Reformar e adaptar a área física Ambulatorial existente, bem como, definir o local da Residência Terapêutica e a sua Implantação |
| <b>META 1</b>    | Implantar o CAPS i, o CAPS ad e a Residência Terapêutica   |
| <b>INDICADOR</b> | Número de usuários atendidos.  |

**PROGRAMA 5: Saúde Competente II**

Objetivo: Implementar e manter o Laboratório de Análises Clínicas e Referência de Fronteira

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos   | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total        |
|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios   | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 1.000.000,00 |
| Vinculados | 400.000,00 | 400.000,00 | 400.000,00 | 400.000,00 | 1.600.000,00 |

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>AÇÃO 5</b>    | Implementar e manter o Laboratório de Análises Clínicas e Referência de Fronteira   |
| <b>META 1</b>    | Prover os recursos materiais e equipamentos necessários para agilizar a realização dos exames.  |
| <b>INDICADOR</b> | Diminuição do número de dias de espera para realização de exames, hoje = 15 dias.   |
| <b>META 2</b>    | Realizar todos os exames constantes na lista do Ministério da Saúde para o laboratório de Fronteira e manter o serviço como Referência Regional |
| <b>INDICADOR</b> | Realização dos exames constantes na lista. Hoje estão sendo realizados somente Hepatite e Toxoplasmose.   |

**PROGRAMA 6: Vigilância Competente**

Objetivo: Implementar a Vigilância em saúde Ambiental, Epidemiológica, Sanitária e Saúde do Trabalhador no Município.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos   | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total      |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios   | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 500.000,00 |
| Vinculados | 234.000,00 | 234.000,00 | 234.000,00 | 234.000,00 | 936.000,00 |

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>AÇÃO 6</b>    | Implementar a Vigilância em Saúde.  |
| <b>META 1</b>    | Manter e implementar a Vigilância Epidemiológica.   |
| <b>INDICADOR</b> | Coberturas vacinais básicas = ou maior 95% /2004 = 98% (média).<br>Número de meningite bacteriana diagnosticadas por cultura = 2004 = 42%, atingir 50%.<br>Proporção de abandono tuberculose = 2004 = 0 (zero).<br>Diminuição da taxa de prevalência de Hanseníase = 2004 = 2,4 para 1. |
| <b>META 2</b>    | Implementar a Vig. à Saúde do Trabalhador.  |
| <b>INDICADOR</b> | Nº de notificação p/ alimentação do Sistema = 2004 = 00.  |
| <b>META 3</b>    | Implementar a Vig. Ambiental.   |
| <b>INDICADOR</b> | Nº de domicílios visitados = 2004 = 80% para 100%.<br>Nº de relatórios Vigiaqua = 02 relatórios anuais.   |
| <b>META 4</b>    | Implementar a Vig. Sanitária.   |
| <b>INDICADOR</b> | 20% de inspeção sanitária em comércio de alimentos<br>100% de inspeção sanitária em creches.  |
| <b>META 5</b>    | Implantar a Vig. da violência contra crianças e adolescentes.   |



|                  |   |
|------------------|---|
| <b>INDICADOR</b> | Nº de notificações no sistema.                      |
| <b>META 6</b>    | Ampliar a área física da Vig. em Saúde.             |
| <b>INDICADOR</b> | Todas as vig. juntas no prédio da Secretaria Saúde. |

**PROGRAMA 7: Informatiza SUS I**

Objetivo: Implantar o Programa Cartão SUS no Município

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 81.000,00 | 81.000,00 | 81.000,00 | 81.000,00 | 324.000,00 |

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>AÇÃO 7</b>    | Implantar o uso do Cartão SUS no município.                  |
| <b>META 1</b>    | Informatização da Rede Básica de Saúde = 100%.               |
| <b>INDICADOR</b> | Abastecimento do Banco de Dados municipal e nacional = 100%. |

**PROGRAMA 8: Meio Ambiente Saudável**

Objetivo: Elaborar o Plano Ambiental Municipal

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 200.000,00 |

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>AÇÃO 8</b>    | Fortalecer as ações de Meio Ambiente e Habilitar o Município para Licenciamento de Empreendimentos de Impacto Ambiental. |
| <b>META 1</b>    | Elaborar o Plano Ambiental Municipal.  |
| <b>INDICADOR</b> | A habilitação do Município p/ Licenciamento de empreendimentos de Impacto Ambiental.                                     |
| <b>META 2</b>    | Execução Plena das Ações Ambientais Previstas em Lei.  |
| <b>INDICADOR</b> | Execução das ações ambientais conforme a Legislação vigente no país.   |

**PROGRAMA 9: Saúde Competente IV**

Objetivo: Manter e Ampliar a Assistência Farmacêutica Básica e Medicamentos da Saúde Mental

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos   | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total        |
|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios   | 325.000,00 | 325.000,00 | 325.000,00 | 325.000,00 | 1.300.000,00 |
| Vinculados | 147.000,00 | 147.000,00 | 147.000,00 | 147.000,00 | 588.000,00   |

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>AÇÃO 9</b>    | Fortalecer a Assistência Farmacêutica Básica, provendo estoques adequados de Medicamentos. |
| <b>META 1</b>    | Manter e ampliar a assistência farmacêutica básica e medicamentos da Saúde Mental.         |
| <b>INDICADOR</b> | Nº de medicamentos distribuídos em proporção ao nº de pessoas atendidas na rede.           |



**PROGRAMA 10: Comunidade Atuarite**

Objetivo: Manter e ampliar as ações de controle social.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 125.000,00 | 500.000,00 |

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>AÇÃO 10</b>   | Garantir a participação do CMS nos eventos, elaboração de boletins informativos periódicos e adquirir viatura destinada a visitas aos estabelecimentos de saúde |
| <b>META 1</b>    | Garantir a participação do CMS nas ações de saúde.  |
| <b>INDICADOR</b> | Nº de ações realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde.<br>Nº de participações em eventos a nível Estadual e Nacional.   |

**PROGRAMA 11: Saúde Competente V**

Objetivo: Implementar o atendimento especializado

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos   | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total      |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios   | 175.000,00 | 175.000,00 | 175.000,00 | 175.000,00 | 700.000,00 |
| Vinculados | 119.000,00 | 119.000,00 | 119.000,00 | 119.000,00 | 476.000,00 |

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>AÇÃO 11</b>   | Oferecer e garantir o acesso ao atendimento especializado                                      |
| <b>META 1</b>    | Manter e Ampliar as Especialidades Médicas e os Serviços oferecidos na Policlínica Municipal . |
| <b>INDICADOR</b> | Nº de atendimentos + resolutibilidade.   |

**PROGRAMA 12: Informatiza SUS II**

Objetivo: Implantar a Informatização em rede de toda a Estrutura da Área da Saúde

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006-2009

| Recursos | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 75.000,00 | 300.000,00 |

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>AÇÃO 12</b>   | Modernizar a Rede de informação da Secretaria de Saúde. |
| <b>META 1</b>    | Informatização em Rede da Secretaria de Saúde.          |
| <b>INDICADOR</b> | 100% das unidades de Saúde pertencentes a SESMA         |

## 07.Agricultura e Produção

### Objetivo Geral

#### Principais secretarias envolvidas: Secretaria Municipal de Agricultura

Promover o atendimento de pequenos produtores rurais do interior do Município de Uruguaiana, com prestações de serviços e assessoramentos na implantação, desenvolvimento e comercialização dos produtos agropecuários. Também executar programas governamentais de crédito e incentivo a produção agrícola. Capacitação e organização de núcleos comunitários rurais e urbanos, com fins de desenvolvimento sócio-econômico. Também a fiscalização de produtos de origem animal, e orientar as formas de produção destes produtos. Controle e gerenciamento do setor de marcas e sinais em animais no Município de Uruguaiana. Administração e controle do Horto Florestal de Uruguaiana e Hortas Municipais.

#### PROGRAMA 1: Assistência aos Pequenos Produtores do Interior do Município.

Objetivo: Incentivar e dar apoio técnico aos pequenos produtores, colocando a disposição máquinas e implementos agrícolas, promovendo a diversificação no meio rural.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 60.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 40.000,00 | 200.000,00 |

**AÇÃO :** Atender os produtores no interior do município e fornecer máquinas e implementos agrícolas.

**META :** Expandir no interior do município o atendimento da patrulha agrícola e outros serviços da secretaria .

**INDICADOR:** Número de produtores atendidos.

#### PROGRAMA 2: Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas.

Objetivo: Atendimento à demanda de entidades urbanas e produtores do interior do município, disponibilizando todos os tipos de serviços necessários a produção no meio rural.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios e Vinculados | 150.000,00 | 200.000,00 | 150.000,00 | 120.000,00 | 620.000,00 |

**AÇÃO 1 :** Aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

**META:** Expansão de atendimentos aos produtores do interior do município.

**INDICADOR:** Produtores atendidos.

#### PROGRAMA 3: Central de Máquinas e Implementos Agrícolas.

Objetivo: Garantir a conservação, manutenção e segurança dos tratores e implementos da patrulha agrícola.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios | 20.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 70.000,00 |

**AÇÃO 1:** Construção de um galpão para abrigar a patrulha agrícola e viaturas.

**META:** Garantir a segurança e conservação da patrulha agrícola e viaturas.

**INDICADOR:** Estado de conservação.

**PROGRAMA 4: Central de Abastecimentos de Viaturas e Maquinários Agrícolas.**

Objetivo: Terá que ser junto da central de máquinas(programa 3).

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007    | 2.008    | 2.009    | Total     |
|----------|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| Próprios | 30.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 45.000,00 |

**AÇÃO 1:** Construção de um posto de abastecimento de combustíveis.**META:** Centro de abastecimento próprio.**INDICADOR:** Agilidade no atendimento ao produtor.**PROGRAMA 5: Aquisição de Combustíveis.**

Objetivo: Abastecimento das viaturas da Secretaria e maquinários da patrulha agrícola, (óleo diesel, gasolina e álcool)

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 105.000,00 | 105.000,00 | 105.000,00 | 105.000,00 | 420.000,00 |

**AÇÃO 1:** Fornecer combustíveis .**META :** Facilitar o abastecimento dos tratores e viaturas das secretarias.**INDICADOR:** Produtor atendido.**PROGRAMA 6: Convênios com o Ministério da Agricultura, Emater e Comitê de Fruticultura.**

Objetivo: Manter convênios que promovam novas técnicas, prestações de serviços e recursos financeiros.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 40.000,00 | 220.000,00 |

**AÇÃO 1:** Repassar programas governamentais aos produtores e fornecer assistência técnica no interior do município.**META :** Manter convênios que possa dar suporte ao atendimento dos pequenos produtores.**INDICADOR:** Número de produtores atendidos.**PROGRAMA 7: Centro de Manutenção de Equipamentos.**

Objetivo: Montagem de estrutura para manutenção básica dos equipamentos da secretaria e oficina mecânica.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 50.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 80.000,00 |

**AÇÃO:** Construção de um local próprio para a manutenção dos equipamentos da patrulha agrícola.**META :** Proporcionar maior agilidade e economia na manutenção dos tratores e implementos.**INDICADOR:** Estado de conservação dos maquinários.**PROGRAMA 8: Capacitação do Quadro.**

Objetivo: Promover a capacitação do quadro funcional através de cursos em instituições e implantação de programas de qualidade total.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 10.000,00 | 55.000,00 |

**AÇÃO :** Participar de cursos técnicos teóricos-práticos na área agropecuária.

**META :** Melhorar a qualificação técnica do quadro funcional.

**INDICADOR:** Qualificação profissional.

**PROGRAMA 9: Acervo Educativo.**

Objetivo: Convenio com a universidade para disponibilizar acervo técnico para atualização do produtor rural.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 12.000,00 | 57.000,00 |

**AÇÃO 1 :** Fornecer material didático.

**META:** Melhorar o conhecimento técnico do produtor rural.

**INDICADOR:** Qualificação do produtor rural.

**PROGRAMA 10: Horto Florestal.**

Objetivo: Contratação de consultoria permanente para definição do trato do Horto Florestal.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 40.000,00 |

**AÇÃO 1:** Realizar o estudo da viabilidade técnica do Horto Florestal.

**META:** Buscar a melhor alternativa para a conservação do Horto Florestal.

**INDICADOR:** Estado do Horto Florestal.

**PROGRAMA 11: Agricultura Urbana.**

Objetivo: Produção de Hortas em parceria com associações comunitárias, creches e escolas.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 30.000,00 | 20.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 60.000,00 |

**AÇÃO 1:** Disponibilizar área com infraestrutura adequada para a produção de hortaliças.

**META:** Dar subsídio as populações carentes para produzirem seus alimentos.

**INDICADOR:** Melhor alimentação .

**PROGRAMA 12: Centro Tecnológico de Piscicultura.**

Objetivo: Promover o desenvolvimento e incentivar a criação de peixe em cativeiro .



## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 70.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 20.000,00 | 150.000,00 |

**AÇÃO 1:** Montagem da estrutura para a criação e reprodução de peixe.

**META :** Expandir a piscicultura no interior do município.

**INDICADOR:** Oferta do produto.

**PROGRAMA 13: Feira de Colonos**

Objetivo: Visa a criação de uma feira para os produtores rurais na cidade, para exporem seus produtos para venda direta aos consumidores.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007    | 2.008    | 2.009    | Total     |
|-----------------------|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 10.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 4.000,00 | 26.000,00 |

**AÇÃO 1:** Construir bancas moveis para os colonos exporem seus produtos.

**META :** Proporcionar um local favorável para expor seus produtos na zona central.

**INDICADOR:** Aumento da renda dos pequenos produtores.

**PROGRAMA 14: Feira Agropastoril.**

Objetivo: Trabalho conjunto com associações e sindicatos para a institucionalização e divulgação.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 40.000,00 |

**AÇÃO:** Realizar feiras para incentivar o agro-negócio para a região

**META :** Exposição de seus produtos agropecuários.

**INDICADOR:** Aumento das vendas.

## 08. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### OBJETIVO GERAL:

**Principais secretarias envolvidas:** Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho, Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento:

Capacitar Uruguaiana estruturalmente e administrativamente para tornar-se atrativa para investimentos privados internos e externos, dentro de contexto de localização geográfica favorável, da diferenciação na prestação de serviços de logística e comércio exterior, da abundância de insumos agrícolas para agroindústrias e da disponibilidade de gás natural a um custo diferenciado.

### Programa 1: Legislação de incentivos fiscais-INVESUR.

Objetivo: Prover Uruguaiana de legislação específica para a atração de novos investimentos e a potencialização das existentes

Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios | 596.000,00 | 596.000,00 | 596.000,00 | 596.000,00 | 2.384.000,00 |

**AÇÃO 1:** Elaboração da legislação.

**META:** Aprovação da lei em setembro/2005.

**INDICADOR:** Publicação lei jornal.

**AÇÃO 2:** Aplicação da legislação na atração de novas Empresas.

**META:** Atração de Empresas ou ampliação de Empresas existentes.

**INDICADOR:** Número de Empresas instalando-se em Uruguaiana, procura de incentivos junto a SEMIC.

### Programa 2: Distrito Industrial de Uruguaiana/Parque Tecnológico Empresarial.

Objetivo: Criar estrutura física adequada para implantação de novas Empresas, dentro de conceito inovador, no qual se une a condição urbanística diferenciada com a integração de Entidades formadoras de mão-de-obra, Universidade e formação Empresarial.

Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006        | 2.007        | 2.008        | 2.009        | Total        |
|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Próprios | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | 4.400.000,00 |

**AÇÃO 1:** ANO 2006-FASE II- Terraplanagem, urbanização e pavimentação de 02 quarteirões, pavimentação complementar FASE I, construção e operacionalização de Centro de Formação Profissional.

**META:** Entregar obras de infra-estrutura em agosto de 2006, Centro de Formação Profissional início atividades no primeiro semestre de 2007.

**INDICADOR:** Instalação de novas Empresas, formação e atualização de profissionais.

**AÇÃO 2:** ANO 2007-FASE III - Terraplanagem, urbanização e pavimentação de 02 quarteirões, construção e operacionalização de Bercário Industrial.

**META:** Atração de Empresas, ampliação de Empresas existentes e criação de Microempresas.

**INDICADOR:** Número de Empresas instalando-se em Uruguaiana, projetos de ampliação e registro de novas microempresas.

**AÇÃO 3:** ANO 2008-FASE IV - Terraplanagem, urbanização e pavimentação de 02 quarteirões, construção e operacionalização da Incubadora Tecnológica Empresarial.

**META:** Atração de Empresas, ampliação de Empresas existentes e criação de Empresas de base tecnológica em convenio com a Universidade.

**INDICADOR:** Número de Empresas instalando-se em Uruguaiana, projetos de ampliação e criação de tecnologia "MADE IN URUGUAIANA".

**AÇÃO 4:** ANO 2009-FASE V - Terraplanagem, urbanização e pavimentação de 02 quarteirões, construção e operacionalização de Centro Empresarial.

**META:** Atração de Empresas, ampliação de Empresas existentes e ampliação de espaço para eventos, cursos, salas para reuniões e locação.

**INDICADOR:** Número de Empresas instalando-se em Uruguiana, projetos de ampliação e formação de novas lideranças Empresariais em Uruguiana.

**Programa 3: Reativação e Manutenção do Berçário Industrial.**

Objetivo: Recuperar estrutura física predial, melhorar acessos e entorno. Instalação rede lógica, telefones, sistema de alarme e montagem da estrutura administrativa.

Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios e Vinculados | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 212.000,00 | 812.000,00 |

**AÇÃO 1:** ANO 2006 - Recuperação estrutura predial, implantação acessos, instalação rede lógica, telefonia, alarme.

**META:** Recuperar e modernizar as condições de funcionamento do Berçário Industrial.

**INDICADOR:** Fiscalização do projeto da reforma, disponibilidade de boxes para ocupação.

**AÇÃO 2:** ANO 2006 - Aquisição equipamentos e mobiliários para setor administrativo.

**META:** Aquisição de 02 computadores completos, 01 aparelho de fax, 01 scanner, 02 armários duas portas, 01 armários fichário, 02 mesas de escritório c/ cadeiras, 01 mesa de reuniões c/ 06 cadeiras.

**INDICADOR:** Funcionamento do setor administrativo do Berçário Industrial conforme projeto original.

**AÇÃO 3:** ANO 2007/2008/2009 - Manutenção do Berçário Industrial de Uruguiana.

**META:** Manutenção do patrimônio público municipal, preservar o Berçário Industrial atrativo para a iniciação de novas Empresas.

**INDICADOR:** Planilhas de fiscalização mensais expedidas pelo gerente do Berçário Industrial.

**Programa 4: Programa de Assessoria Empresarial.**

Objetivo: Capacitar micro e pequenos Empresários para o gerenciamento de seus negócios, procurando reduzir a informalidade e aumentar as condições de sobrevivência das Empresas.

Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 40.000,00 | 40.000,00 | 50.000,00 | 80.000,00 | 210.000,00 |

**AÇÃO 1:** Contratação de Universidade.

**META:** Contratação de instituição de ensino superior que ofereça serviço de consultoria empresarial.

**INDICADOR:** Licitação pelo Município de Uruguiana.

**AÇÃO 2:** Implementação junto as Empresas.

**META:** Contatar o maior número de Empresários, provocando a sensibilização para participação no Programa.

**INDICADOR:** Número de palestras, junto as entidades empresarias e de classes, número de cartas de adesão ao Programa.

**AÇÃO 3:** Consultoria.

**META:** Participar de informações sobre as Empresas, elaborando Plano Estratégico individualizado e informando ao Empresário sua aplicação.

**INDICADOR:** Maior e melhor operação das Empresas, cumprindo sua função de gerador de renda na comunidade.

**AÇÃO 4:** Acompanhamento pós consultoria.

**META:** Pós consultoria verificando evolução Empresarial.

**INDICADOR:** Menor número de baixas de alvará.

**Programa 5: Institucionalização do município de Uruguaiana.**

Objetivo: Melhorar imagem institucional do município de Uruguaiana quanto a definição de investimentos empresariais.

Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 48.000,00 |

**AÇÃO 1:** Execução de folder eletrônico(CD).

**META:** Idealização e produção de CD de apresentação do município de Uruguaiana para distribuição junto a interessados a investir no município.

**INDICADOR:** Número de CD distribuídos.

**AÇÃO 2:** Participação em eventos específicos.

**META:** Apresentar representação em todas feiras multisetoriais da região da Fronteira Oeste, e específicas de gás natural, logística.

**INDICADOR:** Contatos feitos nos eventos.

**Programa 6: Normatização da atividade comercial.**

Objetivo: Melhorar infra-estrutura, capacitar servidores e disponibilizar meios para ação fiscalizatória sobre atividade comercial.

Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 78.000,00 | 70.000,00 | 63.000,00 | 30.000,00 | 241.000,00 |

**AÇÃO 1:** Aquisição de equipamentos de informática.

**META:** Disponibilidade de meios informáticos aos funcionários (02 servidores x computador).

**INDICADOR:** Aumento do nível de produtividade na liberação de alvarás e nas ações de fiscalização.

**AÇÃO 2:** Aquisição de veículos para fiscais.

**META:** Aquisição de 02 veículos tipo 1.0 e 02 motocicletas.

**INDICADOR:** Menor custo de operação e maior produtividade nas ações fiscalizatórias.

**AÇÃO 3:** Capacitação de Recursos Humanos.

**META:** Reciclagem,atualização dos conhecimentos técnicos dos servidores.

**INDICADOR:** Maior confiabilidade sobre o trabalho dos servidores, menor número de retrabalhos.

**AÇÃO 4:** Implantação de Programa de Qualidade Total.

**META:** Implantação dos conceitos da Qualidade no dia-a-dia dos servidores, buscando sua valorização profissional e humana.

**INDICADOR:** Maior satisfação sobre o trabalho,menor número de retrabalhos, redução absenteísmo.

**Programa 7-Convênio Agência de Desenvolvimento.**

Objetivo: Potencializar a capacidade de atratividade de investimentos para Uruguaiana, através da profissionalização de processo ofertada pela Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana Assessoria de empresários para concorrer a linhas de crédito nas instituições financeiras.

Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 160.000,00 |

**AÇÃO 1:** Convênio com Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana.

**META:** Viabilização de trabalho conjunto com a Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana.

**INDICADOR:** Aumento no número de contatos empresariais e confirmação de interesse de investimentos em Uruguaiana.



**AÇÃO 2:** Assessoria bancária.

**META:** Fornecer assessoria para obtenção de linhas de crédito.

**INDICADOR:** Maior volume de recurso financeiro disponível para o empresariado uruguaianense.

## 10. TRABALHO

### OBJETIVO GERAL:

**Principais Secretarias Envolvidas:** Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho, Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento:

Desenvolver atividades com o foco na profissionalização e capacitação, atingindo resultados no desenvolvimento e transformação sócio-econômica da comunidade, produzindo inovação progressiva no mercado de trabalho e nas competências de qualidade dos empregados e das empresas como fonte permanente de inclusão social.

### Programa 1: Pesquisa para atender demandas:

Objetivo: Conhecer as necessidades da comunidade e das empresas na referência profissional, estimando ações para combater o desemprego, trabalhadores em vias de perder o emprego ou excluídos do mercado de trabalho.

Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos              | 2006     | 2007      | 2008     | 2009      | Total    |
|-----------------------|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| Próprios e Vinculados | 2.000,00 | 12.000,00 | 2.000,00 | 12.000,00 | 8.000,00 |

**AÇÃO 1:** Contrato com Agência especializada.

**META:** Pesquisa de conhecimento, perfil do trabalhador, qualificação e necessidades do mercado de trabalho.

**INDICADOR:** Trabalhadores e Empresas.

**AÇÃO 2:** Divulgação dos resultados.

**META:** Tornar público e canalizar ações próprias para suprir demandas.

**INDICADOR:** Análise das demandas.

### Programa 2: Programa de qualificação profissional.

Objetivo: Desenvolver e executar programas específicos e próprios de qualificação e capacitação profissional atendendo as demandas detectadas oportunizando desenvolvimento econômico e assegurando trabalho.

Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos              | 2006      | 2007      | 2008      | 2009      | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 160.000,00 |

**AÇÃO 1:** Projeto dos cursos da demanda.

**META:** Projetar atividades de capacitação, seus conteúdos programáticos, carga horárias e condições legais exigidas para atender a profissionalização no mercado de trabalho com base na demanda pré-estabelecida.

**INDICADOR:** Trabalhadores sem qualificação / Mercado de trabalho sem qualificação.

**AÇÃO 2:** Execução da profissionalização com especialização.

**META:** Proporcionar, por contrato, cursos de níveis profissionalizante, elaborados para seguimentos de formação - instituições educacionais - de custos incentivados.

**INDICADOR:** Trabalhadores profissionais.

**AÇÃO 3:** Cursos para empresas e empresários.

**META:** Proporcionar profissionalismo, modernização nas relações de trabalho, garantindo desenvolvimento e políticas ao empreendedorismo.

**INDICADOR:** Empregadores profissionais

### Programa 3: Cooperativas de trabalho.

Objetivo: Incentivar na criação de cooperativas, trabalhadores de conhecimentos de áreas semelhantes, desenvolvendo labores, com gestão democrática, com qualidade e geração de renda partilhada que motive permanentemente capacitação na perspectiva de crescimento sócio-cultural e econômico familiar e da comunidade.

## Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 48.000,00 |

**AÇÃO 1: Mobilização de setores.**

**META:** Buscar a reunião de trabalhadores com atividades similares à organizarem seguimentos com lucratividades. Inclusão Social.

**INDICADOR:** Palestras, oficinas, legislação e workshop.

**AÇÃO 2: Geração de Renda.**

**META:** Viabilizar a constituição de cooperativas como setor de empreendedorismo, incentivando a alternativa e apoio a promoção de cooperação e ajuda mútua.

**INDICADOR:** Cooperativas para gerar rendas e fonte de trabalho.

**Programa 4: Frentes emergências de trabalho.**

Objetivo: Mediante programa, proporcionar aos trabalhadores desempregados, de comunidades em situação de vulnerabilidade, capacitação profissional observando as potencialidades e reinserção produtiva no mercado do trabalho.

## Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009      | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 200.000,00 | 80.000,00 |

**AÇÃO 1: Projetos.**

**META:** Participar de projetos desenvolvidos pelos órgãos públicos buscando equacionar os benefícios da população de baixa renda, implementando projetos de qualificação e capacitação profissional auto-sustentável.

**INDICADOR:** Famílias com menor renda percapita.

**AÇÃO 2: Capacitar para mudar a condição de vida.**

**META:** Proporcionar nos programas, cursos de capacitação e escolaridade, preparando a família para prover suas necessidades básicas.

**INDICADOR:** Famílias em situação referenciais sócio-econômicas.

**Programa 5: Agência Municipal de Intermediação de Empregos.**

Objetivos: Dispor de estrutura de recursos humanos, gratuito, para recrutar, preparar, encaminhar e intermediar junto aos empregadores e trabalhadores no preenchimento de vagas no mercado de trabalho, acelerando o processo de emprego. Proporcionar ao público alvo: trabalhadores em geral, desempregados ou em busca de nova ocupação; pessoas portadoras de deficiências; idosos; pessoas que buscam o primeiro emprego e empregadores da iniciativa privada ou governamental programas específicos e próprios de qualificação e capacitação profissional atendendo as demandas detectadas e ainda.

## Valores propostos para o programa no período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios | 30.000,00 | 30.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 80.000,00 |

**AÇÃO 1: Estruturação da Agência.**

**META:** Criação de espaço físico específico, para atendimento ao público, em instalações compatíveis, 02 salas equipadas para desenvolver atividades de capacitação de curta duração. Aquisição de 06 computadores com programas e sistema específicos e modernos para resultados de eficácia.

**INDICADOR:** Trabalhadores e empresas.

**AÇÃO 2: Atividades Correlatas.**

**META:** Proporcionar atendimento de RH. Dinâmicas de orientações psicológicas, suporte e acompanhamento motivacional.

**INDICADOR:** trabalhador desempregado e perfil de empresas.

**AÇÃO 3: Atividades de informação.**

**META:** Desenvolver atividades através de palestras, oficinas e outros mecanismos de atualização para não marginalização do mercado de trabalho.

**INDICADOR:** Trabalhadores.

**AÇÃO 4: Envolver as empresas e estudantes.**

**META:** Oportunizar a presença de estudantes, empresas e indústrias utilizando a AMIE para desenvolverem atividades em trabalhos de cidadania e formação na qualidade de vida nas perspectivas de futuro e oportunizar.

**INDICADOR:** Trabalhadores / estudantes.

## 11. Cultura e Juventude

### Objetivo Geral:

### Transformações Urbanas

#### Principais secretarias envolvidas: Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Esportes:

Melhorar a qualidade de vida na cidade, através de reestruturação dos equipamentos públicos, paisagem urbana e de políticas de requalificação do centro.

Com base neste eixo foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2006 a 2009.

#### PROGRAMA 1: Disponibilizar Equipamentos Públicos à Comunidade.

**Objetivo:** Implantar, reformar e manter centros desportivos, de cultura e lazer e prédios de uso da administração.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009 - Estrutura Física

|          | 2.006        | 2.007        | 2.008        | 2.009        | Total        |
|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Recursos | 1.000.000,00 | 1.010.000,00 | 1.020.000,00 | 1.030.000,00 | 4.060.000,00 |

#### AÇÃO 1: Aquisição.

**META:** Aquisição, adequação e reforma.

**INDICADOR:** Teatro Municipal de Uruguiana.

#### AÇÃO 2: implantação e reforma.

**META:** Adequação e reforma.

**INDICADOR:** Biblioteca Municipal de Uruguiana, e Café-Arte (Praça Barão do Rio Branco).

#### AÇÃO 3: Manutenção.

**META:** Melhoraria de infra-estrutura dos prédios unidades mantidas / reformadas.

**INDICADOR:** Biblioteca Municipal de Uruguiana, caféArte, Teatro Municipal de Uruguiana, Centro Cultural Dr. Pedro Marini, Solar João Fagundes (Elba e Secult).

#### AÇÃO 4: Ampliação do Atelier de Escultura – Elba.

**META:** Construção de galpão em unidade mantida (Solar João Fagundes) e equipamentos.

**INDICADOR:** Melhoria de qualidade de atendimento.

**AÇÃO 5:** Reforma e construção de espaços culturais alternativos – antiga Biblioteca Infantil e Infanto-Juvenil, oficinas de artesanato e depósitos.

**META:** Criar e ampliar as possibilidades de lazer no Centro Cultural Dr. Pedro Marini.

**INDICADOR:** Qualidade de atendimento, espaço físico e equipamentos para o cidadão.

#### PROGRAMA 2: Melhoria dos Serviços / Atendimentos ao Cidadão.

**Objetivo:** Continuação de obras de infra-estrutura interna, ambientes.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009 – Estrutura de Serviços / Atendimentos

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008      | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|------------|-----------|------------|
| Recursos | 40.000,00 | 50.000,00 | 100.000,00 | 50.000,00 | 240.000,00 |

**AÇÃO 1:** Up grade, ampliação e adequação do Laboratório de Arte Eletrônica quanto a seus equipamentos.

**META:** oferecer oficinas de curta metragem, laboratório de criação de cenários / efeitos áudio-visuais e suporte para outras áreas.

**INDICADOR:** projeto implementado – Elba.

**AÇÃO 2:** Revitalização e aquisição de elementos para Biblioteca Infantil e Infanto-Juvenil.

**META:** Revitalização da Hora do Conto.

**INDICADOR:** Projeto implementado – atendimento as Escolas Municipais.

**AÇÃO 3:** Criação de studio de dança clássica e moderna.

**META:** Oferecer curso de balé clássico, moderno e pesquisa do movimento (Artes Cênicas - Elba).

**INDICADOR:** Solicitação da população.

**AÇÃO 4:** Revitalização do Museu Crioulo, Museu Histórico e Artístico e Museu Didatca – Centro Cultural Dr Pedro Marini.

**META:** Intervenção e novas possibilidades de mostra / exposição tornando os Museus mais atrativos e informativos.

**INDICADOR:** Cidadão atendido.

**AÇÃO 5:** Implementação de sala de prática de instrumento musical – Elba.

**META:** Oferecer curso de prática de instrumentos musicais – piano, flauta doce, violão.

**INDICADOR:** Solicitação da população.

**AÇÃO 6:** Implementação de sala de design de luz, no Teatro Municipal.

**META:** Oferecer curso de Design de Luz – Elba.

**INDICADOR:** Cidadão atendido e projeto implementado.

**AÇÃO 7:** Implementação de sala de exposição (Solar João Fagundes).

**META:** Oferecer espaço para exposição mediante Edital.

**INDICADOR:** Solicitação da população.

**AÇÃO 8:** Implementação de sala com cavaletes.

**META:** Oferecer curso de pintura em tela..

**INDICADOR:** Solicitação da população.

**AÇÃO 9:** Implementação de sala e equipamentos com mesas de luz.

**META:** Oferecer curso de desenho animado.

**INDICADOR:** Solicitação da população.

**AÇÃO 10:** Informatização das Bibliotecas.

**META:** Climatização, informatização da consulta do acervo, acesso a Internet para usuários.

**INDICADOR:** Solicitação da população.

**AÇÃO 11:** Edital para sala de exposições no Centro Cultural Dr. Pedro Marini.

**META:** Montagem de calendário de sala de exposições.

**INDICADOR:** Solicitação da população.

#### **Objetivo Geral:**

#### **Inclusão Social**

**Principais secretarias envolvidas:** Secult e Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo:

Promover atendimento, promoção de conhecimento, lazer e cultura, priorizando a informação para a população de baixa renda, buscando a inclusão social dos extratos ora excluídos.

Com base neste eixo foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2006 a 2009.



**PROGRAMA 1: Combate à Pobreza, Desemprego e Garantir Acesso a Arte:**

Objetivo: criar condições para que a população de baixa renda possa rever as suas trajetórias pessoais, tendo condições de optar por alguma capacitação ocupacional ou mesmo atividade de natureza comunitária. Com isso, visa-se ao aumento na qualidade de vida, à redução da violência e à ampliação do mercado de trabalho.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Recursos | 25.000,00 | 26.000,00 | 27.000,00 | 28.000,00 | 106.000,00 |

**AÇÃO 1:** Projeto Extensões – artesanato como sustento.

**META:** Introduzir nas associações de bairro / clubes de mães o conceito de artesanato de luxo.

**INDICADOR:** Projeto implementado, cidadão atendido.

**AÇÃO 2:** Projeto Concerto para Todos.

**META:** Garantir o acesso dos diversos públicos à música, a poesia, a dança, a oratória.

**INDICADOR:** Projeto implementado, cidadão atendido.

**AÇÃO 3:** Projeto Cooperativa de Atores.

**META:** Aquisição e montagem de Caminhão Mambembe.

**INDICADOR:** Crianças e adolescentes atendidos.

**AÇÃO 4:** Projeto Teatrando – teatro de bonecos.

**META:** Levar teatro de bonecos para população de baixa renda.

**INDICADOR:** Crianças e adolescentes atendidos.

**AÇÃO 5:** Projeto Oficinando.

**META:** Levar oficinas de artesanato e arte aplicada as diversas comunidades de baixa renda.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

**Objetivo Geral:****Acesso ao Lazer e a Cultura**

**Principais secretarias envolvidas:** Secult e Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho e Secretaria da Educação:

Promover, difundir, resgatar e garantir acesso ao lazer e a cultura.

Com base neste eixo foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2006 a 2009.

**PROGRAMA 1: Arte:**

Objetivo: promover exposições, palestras, workshops, oficinas, feiras e encontros com artistas para comunidade em geral, priorizando a comunidade escolar.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Recursos | 60.000,00 | 65.000,00 | 70.000,00 | 80.000,00 | 275.000,00 |

**AÇÃO 1:** II, III, IV e V Festival Aberto de Música de Uruguaiana.

**META 1:** Incentivar a criação da composição de música.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

**AÇÃO 2:** Semana das Artes.

**META:** Incentivar, promover, dar acesso, estimular, oportunizar, permitir vivência das múltiplas artes.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

**AÇÃO 3:** 32ª, 33ª, 34ª e 35ª Feira do Livro.

**META:** Dar acesso à leitura e oportunizar a vivência do universo literário.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

**AÇÃO 4:** 7º, 8º, 9º e 10º Encontro de Corais de Uruguaiana.

**META 1:** Promover e fomentar a prática do canto coral e o intercâmbio entre os diversos públicos.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

**PROGRAMA 2: História e Tradicionalismo:**

Objetivo: Promover e fomentar a valorização da história e da identidade de povo gaúcho através exaltação das tradições, cultura e resgate dos personagens e fatos que construíram nossa história.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Recursos | 30.000,00 | 50.000,00 | 55.000,00 | 60.000,00 | 195.000,00 |

**AÇÃO 1:** 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Semana da Paz – Secult faz parte de uma Comissão, com nomeação do Presidente pelo Prefeito.

**META:** Exaltar datas e fatos onde houve o restabelecimento da Paz no Rio Grande do Sul.

**INDICADOR:** projeto implementado.

**AÇÃO 2:** 160, 161, 162 e 163 anos de fundação - Semana de Uruguaiana.

**META:** Valorizar, lembrar e comemorar a data de fundação de Uruguaiana através das múltiplas artes.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

**AÇÃO 3:** Semana Farroupilha – Comissão constituída de candidatos indicados pelos tradicionalistas e nomeação do Presidente pelo Prefeito.

**META:** Valorizar, lembrar e comemorar a data da Guerra dos Farrapos.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

**AÇÃO 4:** 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Mostra Internacional de Etnias.

**META:** Fazer conhecer a formação do povo gaúcho na região dos pampas.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

**PROGRAMA 3: Comemorações Religiosas.**

Objetivo: enaltecer o espírito cristão possibilitando vivências.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Recursos | 25.000,00 | 30.000,00 | 35.000,00 | 40.000,00 | 130.000,00 |

**AÇÃO 1:** Festa Junina – inclusão no Juníño 22º RCMec.

**META:** Através de Teatro de Bonecos e Exposição Estudantil de Artes Plásticas enaltecer o espírito cristão.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

**AÇÃO 2: II Auto de Natal.****META:** Através de espetáculo cênico ao ar livre, na Pça Barão de Rio Branco, enaltecer o espírito cristão.**INDICADOR:** Projeto implementado.**PROGRAMA 4: Datas Comemorativas Internacionais.**

Objetivo: Assegurar à participação da comunidade nas datas comemorativas, onde enalteçamos a figura da mulher e da criança visando um futuro mais justo e humano.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Recursos | 100.000,00 | 105.000,00 | 110.000,00 | 115.000,00 | 430.000,00 |

**AÇÃO 1: Semana da Mulher.****META:** Enaltecer e fazer conhecer o universo feminino.**INDICADOR:** Projeto implementado.**AÇÃO 2: Semana da Criança.****META:** Garantir o lazer e a cultura para as crianças através da disponibilidade das múltiplas artes.**INDICADOR:** Projeto implementado.**AÇÃO 3: Carnaval Internacional.****META:** Promover e divulgar o Carnaval Internacional, buscando aumentar a participação cultural.**INDICADOR:** Projeto implementado em parceria com a LIESU.**PROGRAMA 5: Oficinas de Verão.**

Objetivo: Proporcionar lazer e entretenimento através das múltiplas artes aos cidadãos que permanecem no município no verão.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Recursos | 10.000,00 | 10.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 42.000,00 |

**AÇÃO 1: Projeto Oficinas de Verão.****META:** Promover oficinas de curta duração das múltiplas artes.**INDICADOR:** Projeto implementado.**PROGRAMA 6: Uruguaiana fazendo parte do circuito estadual.**

Objetivo: Promover o encontro de culturas permitindo a troca de informações, viabilizando o acesso da produção cultural estadual em nosso município.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Recursos | 15.000,00 | 16.000,00 | 17.000,00 | 18.000,00 | 66.000,00 |

**AÇÃO 1 : Lâmpada Mágica.****META:** Interiorização das artes.**INDICADOR:** Projeto implementado.**AÇÃO 2: Festival Estadual de Teatro Amador do Rio Grande do Sul.****META:** Interiorização das artes.**INDICADOR:** Solicitação da comunidade.

**AÇÃO 3:** Exposições itinerante.

**META:** Interiorização das artes.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

#### Objetivo Geral:

#### Recursos Humanos

**Principais secretarias envolvidas:** Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Esporte e Secretaria Municipal de Administração.

Selecionar, qualificar, reciclar, instrumentalizar, promover pesquisa, estimular e operacionalizar meios dos profissionais – nas artes plásticas, arte aplicada, arte eletrônica, cinema, música, teatro, dança, e produção cultural.

Com base neste eixo foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2006 a 2009.

#### PROGRAMA 1: Concurso para Professores, Oficineiros e Profissionais da Área.

Objetivo: Compor equipe efetiva.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Recursos | 20.000,00 | 21.000,00 | 22.000,00 | 23.000,00 | 86.000,00 |

**AÇÃO 1:** Realizar concurso.

**META 1:** Processo seletivo para contratação.

**INDICADOR:** Solicitação da comunidade.

**AÇÃO 2:** Atualização e reciclagem dos professores.

**META:** Participação de festivais, seminários, workshops, oficinas, cursos, visitas a ateliês, Bienais.

**INDICADOR:** projeto em andamento.

**AÇÃO 3:** salário, remuneração e cachê.

**META:** Pagamento do pessoal envolvido nos programas.

**INDICADOR:** Projeto implementado.

#### Objetivo Geral:

#### Publicações

**Principais secretarias envolvidas:** Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Esporte.

Estimular a produção e o pensamento literário, promover e fazer conhecer através de divulgações em seus diferentes meios.

Com base neste eixo foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2006 a 2009.

#### PROGRAMA 1: Publicações em Mídia Empresa.

Objetivo: Fazer conhecer a produção cultural do Município.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|          | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Recursos | 20.000,00 | 25.000,00 | 30.000,00 | 35.000,00 | 110.000,00 |

**AÇÃO 1:** Editoração de revista anual sobre a produção cultural do Município.

**META 1:** Planejar, registrar, coletar dados, criar design editorial, produzir e levar a comunidade o veículo.

**INDICADOR:** Solicitação da comunidade.



**AÇÃO 3:** Publicação de livro.

**META:** Criação e realização do Prêmio Anual de Incentivo a Produção de Poesia Alceu Wamosy.

**INDICADOR:** Solicitação da comunidade.

**AÇÃO 3:** Publicação de catálogo.

**META:** Criação e realização do Prêmio Anual de Incentivo a Produção de Artes Plásticas Alice Soares.

**INDICADOR:** Solicitação da comunidade.

**AÇÃO 4:** Veiculação de site.

**META:** Planejar, registrar, coletar dados, criar design de website informativo das atividades da Elba.

**INDICADOR:** Solicitação da comunidade.

### 13. Obras e Serviços Urbanos

**Objetivo Geral:** Melhorar a qualidade de vida na cidade e no interior, através de intervenções urbanas nas áreas de trânsito, transporte, conservação de vias, reestruturação dos equipamentos públicos, paisagem urbana e de políticas de requalificação do centro, redinamização dos bairros, de redução de incidência de enchentes e alagamentos e de limpeza urbana.

**Principais secretarias envolvidas:** Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

#### PROGRAMA 1: MANUTENÇÃO e FUNCIONAMENTO da SECRETARIA

Objetivo: Disponibilizar recursos para a manutenção e serviços da SMOSU.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 170.000,00 | 171.000,00 | 172.000,00 | 173.000,00 | 686.000,00 |

**AÇÃO 1:** Aquisição de material de expediente, material de limpeza e higiene; material para manutenção e conservação de bens imóveis, prédios, instalações, etc; diárias, passagens e despesas com locomoção; contratação de serviços técnicos profissionais; serviços de telecomunicações, cópias e reprodução de documentos; aquisição de uniformes, material de proteção e segurança; fretes, transportes e encomendas

**META:** Equipar convenientemente os diversos setores da Secretaria.

**INDICADOR:** Unidades mantidas

#### Serviços de Utilidade Pública

##### PROGRAMA 2: CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Objetivo: Ampliar e conservar o atual Cemitério Público Municipal.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 200.000,00 | 151.000,00 | 169.000,00 | 188.000,00 | 708.000,00 |

**AÇÃO 1:** Construção de muros em torno de todo o perímetro ainda não cercado.

**META:** Construção de 540 metros lineares de muro.

**INDICADOR:** Metros lineares de muro construído.

**AÇÃO 2:** Construção de novas carneiras.

**META:** Construção de aproximadamente 150 carneiras/ano.

**INDICADOR:** Carneiras construídas

**AÇÃO 3:** Calçamento, ajardinamento e pintura interna.

**META:** reforma e construção concluída

**INDICADOR:** projeto implementado

**AÇÃO 4:** Despesas com sepultamentos, exumações, etc.

**META:** Manter as atividades de exumação e sepultamento.

**INDICADOR:** Corpos exumados (aproximadamente 420/ano) e corpos sepultados (aprox. 1.100/ano)

**PROGRAMA 3: ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Objetivo: Ampliar e conservar, em perfeitas condições, a rede de iluminação pública.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios | 550.000,00 | 577.000,00 | 606.500,00 | 637.000,00 | 2.370.500,00 |

**AÇÃO 1:** Conservação da iluminação pública existente, luminárias, reatores, etc.

**META:** Manter a rede existente, atualmente, composta aproximadamente por 6.000 pontos.

**INDICADOR:** Pontos de iluminação pública existentes.

**AÇÃO 2:** Ampliação da rede pública nas vilas e melhoramentos na iluminação de praças, parques e arredores de escolas.

**META:** Ampliação da rede, com instalação de aproximadamente 1.150 novos pontos/ano.

**INDICADOR:** Pontos de iluminação pública existentes.

**PROGRAMA 4: EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS – MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO**

Objetivo: Manutenção, ampliação, remodelação e criação de novos equipamentos municipais.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 100.000,00 | 110.000,00 | 120.000,00 | 130.000,00 | 460.000,00 |

**AÇÃO 1:** Ajardinamento e melhoria no calçamento das praças existentes.

**META:** Melhoria na infra-estrutura urbana, recuperação e troca de passeios, plantio de novas espécies vegetais.

**INDICADOR:** projeto concluído

**AÇÃO 2:** Criação de novas praças e áreas de lazer na cidade e no interior do município

**META:** Implantação de novos equipamentos de lazer nos bairros e vilas do município

**INDICADOR:** Infra-estrutura urbana

**AÇÃO 3:** Manutenção dos Equipamentos de Comunicação.

**META 1:** Conservar e manter os equipamentos de transmissão dos sinais de televisão

**META 2:** Manter o funcionamento do serviço de telefonia rural dos distritos.

**INDICADOR:** Meios de Comunicação

**PROGRAMA 5: LIMPEZA URBANA**

Objetivo: Ampliação e melhoria dos serviços de limpeza urbana.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006        | 2.007        | 2.008        | 2.009        | Total        |
|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Próprios | 1.800.000,00 | 1.850.000,00 | 1.900.000,00 | 1.950.000,00 | 7.500.000,00 |

**AÇÃO.1:** Coleta dos resíduos sólidos e dos serviços de saúde.

**META 1:** Coleta de resíduos de todo o perímetro urbano e dos Distritos de João Arregui, São Marcos e localidade do Imbaá.

**META 2:** Coleta de resíduos de saúde apenas dos Postos de Saúde Municipais e Hospitais Públicos

**INDICADOR:** Quantidade de lixo coletado – 80 toneladas / dia

**AÇÃO 2:** Implantação de coleta seletiva.

**META:** Realização de campanhas de conscientização da população e organização dos catadores de lixo.

**INDICADOR:** projeto implantado

**AÇÃO 3:** Varrição e capina dos logradouros públicos, com remoção de resíduos. Limpeza de valas e bairros.

**META:** Contratação de 100 operários, através de Cooperativa de Trabalho, para a realização dos serviços descritos.

**INDICADOR:** Limpeza da cidade

**AÇÃO 4:** Implantação e manutenção do aterro sanitário.

**META:** Implantar e manter o aterro sanitário

**INDICADOR:** projeto concluído

### Saneamento

#### PROGRAMA 6: REDE MUNICIPAL DE ESGOTO PLUVIAL – MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO

Objetivo: Expansão da rede de esgoto pluvial e manutenção da rede existente.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios | 310.000,00 | 323.000,00 | 339.000,00 | 355.000,00 | 1.327.000,00 |

**AÇÃO 1:** Recuperação de bocas de lobo e caixas de passagem existentes; troca de grelhas.

**META:** Intervenção em 150 unidades /ano.

**INDICADOR:** Unidade (R\$ 270,00)

**AÇÃO 2:** Recuperação da rede existente com desobstrução e troca de tubos danificados.

**META:** Intervenção em 200 metros /mês (no mínimo)

**INDICADOR:**

**AÇÃO 3:** Drenagem pluvial no Bairro Ipiranga.

**META:** Execução de sistema de drenagem pluvial (aproximadamente 530 metros de extensão – 1º ano / rede principal)

**INDICADOR:** metro (R\$ 300,00)

**AÇÃO 4:** Aquisição e implantação de 6.000 tubos de concreto (2.500m – tubo Ø40; 2.500m – tubo Ø60; 1.000 – tubo Ø80).

**META:** Reduzir em 10% ano as valas a céu aberto – 2.000 metros/ ano.

**INDICADOR:** Metro (60,00 / metro)

**AÇÃO 5:** Canalização de águas pluviais na zona rural - vilas e distritos.

**META:** Implantar novas passagens e recuperar existentes – 300 metros/ ano.

**INDICADOR:** Metro (R\$ 50,00 /metro)

### Transporte Rodoviário

#### PROGRAMA 7: MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA P.M.U.

Objetivo: Manter a frota de veículos, automóveis, camionetas, caminhões e máquinas rodoviárias, através da utilização de recursos de mão de obra própria e contratação de serviços de terceiros.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios | 410.000,00 | 415.000,00 | 420.000,00 | 425.000,00 | 1.670.000,00 |

**AÇÃO 1:** Manutenção da frota, compra de peças, ferramentas, revisões e adaptações de máquinas.

**META:** Manter a frota permanente em condições de uso.

**INDICADOR:** Veículos da PMU

**AÇÃO 2:** Aquisição de combustíveis óleos lubrificantes e filtros.

**META:** Abastecer a frota de máquinas, caminhões e demais veículos da PMU

**INDICADOR:** Litros (10.000 l. /mês – óleo diesel; 5.000 l./mês – gasolina, lubrificantes

#### **PROGRAMA 8: AQUISIÇÃO DE NOVOS VEÍCULOS PARA A P.M.U.**

Objetivo: Aquisição de veículos, caminhões e máquinas rodoviárias a fim de complementar a frota e substituir equipamentos sem viabilidade de manutenção.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios | 250.000,00 | 262.000,00 | 275.000,00 | 288.000,00 | 1.075.000,00 |

**AÇÃO 1:** Aquisição de dois automóveis e uma caminhonete S10 para fiscalizar obras realizadas no interior.

**META:** Adquirir 03 veículos automotores

**INDICADOR:** Complementação da frota

**AÇÃO 2:** Aquisição de caminhões caçamba basculante dois eixos.

**META:** Adquirir 03 caminhões

**INDICADOR:** Agilização dos serviços

**AÇÃO 3:** Aquisição de 02 retroescavadeiras.

**META:** Adquirir 02 retroescavadeira

**INDICADOR:** Agilização dos serviços

#### **PROGRAMA 9: CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO**

Objetivo: Melhoramentos e conservação das estradas do interior do município, melhorando as condições de tráfego, incluindo-se no programa todas as obras necessárias, inclusive pontes, pontilhões e bueiros.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2006       | 2007       | 2008       | 2009       | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios | 525.000,00 | 551.000,00 | 578.000,00 | 606.000,00 | 2.260.000,00 |

**AÇÃO 1:** Encascalhamento e patrolamento de estradas.

**META:** Intervir em 1.300 km de estradas em 04 anos

**INDICADOR:** Km (R\$ 1.000,00 / km)

**AÇÃO 2:** Construção de pontes, bueiros e valas de drenagem.

**META:** Recuperação do sistema de drenagem das estradas.

**INDICADOR:** projeto concluído



**Transporte Urbano****PROGRAMA 10: CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS**

Objetivo: Conservação e manutenção de vias urbanas.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006        | 2.007        | 2.008        | 2.009        | Total        |
|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Próprios | 1.095.000,00 | 1.150.000,00 | 1.207.000,00 | 1.266.000,00 | 4.718.000,00 |

**AÇÃO 1:** Serviços de tapa buraco e recapeamento em vias pavimentadas.**META:** Intervenção em toda malha viária pavimentada – 200 toneladas / mês de CBUQ.**INDICADOR:** Malha viária existente**AÇÃO 2:** Patrolamento e encascalhamento em vias urbanas não pavimentadas.**META:** Patrolar e encascalhar 150 quadras /mês**INDICADOR:** M3 ( 800 m3 cascalho / mês x R\$ 12,00 m3 )

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 120.000,00 | 126.000,00 | 132.300,00 | 138.915,00 | 517.215,00 |

**PROGRAMA 11: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS**

Objetivo: Pavimentação de vias urbanas no Município de Uruguaiana.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006        | 2.007        | 2.008        | 2.009        | Total         |
|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Próprios | 2.550.000,00 | 2.550.000,00 | 2.550.000,00 | 2.550.000,00 | 10.200.000,00 |

**AÇÃO 1:** Pavimentação, em paralelepípedo, de diversas ruas dos bairros e vilas utilizadas pelo transporte coletivo. Beneficiando um volume médio de 400 mil/passageiros/mês. Extensão total 6.920m, largura 8,00m.**META:** Pavimentar 6.920 m com largura de 8,00 metros**INDICADOR:** m2 (40,00)

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios | 750.000,00 | 750.000,00 | 750.000,00 | 750.000,00 | 3.000.000,00 |

**AÇÃO 2:** Recapeamento asfáltico das ruas pavimentadas existentes, utilizando micro asfalto**META:** Pavimentar 20 quadras/ano – 55.540 m2**INDICADOR:** M2 (R\$ 12,00)

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios | 600.000,00 | 600.000,00 | 600.000,00 | 600.000,00 | 2.400.000,00 |

**AÇÃO 3:** Pavimentação em asfalto no prolongamento e fechamento das quadras já pavimentadas. Largura 12,00m.**META:** Pavimentar 10 quadras/ano**INDICADOR:** Quadra pavimentada

| Recursos | 2.006        | 2.007        | 2.008        | 2.009        | Total        |
|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Próprios | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | 4.800.000,00 |

**PROGRAMA 12: INFRAESTRUTURA DE EVENTOS E ATIVIDADES PROMOVIDOS PELA P.M.U.**

Objetivo: Disponibilizar equipamentos públicos à comunidade com fim de implantar, reformar e manter centros de cultura e lazer, promoção de eventos e infraestrutura para os mesmos.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 800.000,00 |

**AÇÃO 1:** Promover o Carnaval e Califórnia da Canção Nativa, propiciando infraestrutura para o público.

**META:** Incentivar as festas populares

**INDICADOR:** projeto implementado

| Recursos | 2.006       | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|-------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 200.000,00* | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 800.000,00 |

## 14. Assistência Social

## REDE DE PROTEÇÃO AO IDOSO

**Objetivo Geral**

**Principal secretaria envolvida:** Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação

Promover atendimento à população de baixa renda, buscando a inclusão social dos extratos ora excluídos, com ênfase ao atendimento à criança e ao adolescente, à população idosa, portadores de deficiência e desempregados, através de políticas compensatórias e com programas específicos para a redução das situações de risco e de alta vulnerabilidade.

Com base nestes eixos foram elaborados os seguintes programas para os anos de 2006 a 2009:

**Programa 1: PROTEÇÃO AO IDOSO**

Objetivo: Complementação alimentar para o idoso carente.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 176.000,00 | 206.000,00 | 242.000,00 | 280.000,00 | 904.000,00 |

|                      |   |       |       |       |        |
|----------------------|---|-------|-------|-------|--------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Distribuição de cestas básicas à idosos comprovadamente carentes.   |       |       |       |        |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 4.800   | 5.400 | 6.000 | 6.600 | 22.800 |
| <b>INDICADOR</b>     | Idosos com mais de 60 anos e em situação de vulnerabilidade social. |       |       |       |        |

**Programa 2: ATENDIMENTO ASILAR**

Objetivo: Conveniar com asilo para garantir um local de moradia para os idosos, com mais de 60 anos com semi ou total dependência, preferencialmente para aqueles que não possuam vínculos familiares ou abandonados, possibilitando-lhes uma vida diária semelhante ao núcleo familiar, construindo um espaço de proteção e abrigo.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 36.000,00 | 38.000,00 | 40.000,00 | 42.000,00 | 156.000,00 |

|                     |  |     |     |     |       |
|---------------------|--|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>        | Acolhimento ao Idoso em caráter permanente de modo a satisfazer suas necessidades básicas, encaminhando a rede sócio-assistencial, participação do idoso em grupos de convivência atividades laborais, culturais e associativas visando sua autonomia, reabilitação e habilitação e quando ainda existirem a busca do resgate de vínculos familiares. Entidade Executora: Secretaria de Ação Social e Habitação e Asilo São Vicente de Paula |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS</b> | 360  | 360 | 360 | 360 | 1.440 |
| <b>INDICADOR</b>    | Idosos com mais de 60 anos e em situação de abandono familiar.   |     |     |     |       |

**Programa 3: SERVIÇO DE ATENÇÃO A PESSOA IDOSA – API – GRUPOS DE CONVIVÊNCIA**

Objetivo: Proporcionar a pessoa idosa integração social, convivência digna e um relacionamento adequado com seus pares para que se sinta integrado no meio em que vive.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 36.000,00 | 38.000,00 | 39.000,00 | 41.000,00 | 154.000,00 |

|                        |  |       |       |       |       |
|------------------------|--|-------|-------|-------|-------|
| <b>AÇÃO 1:</b>         | Atender a pessoa idosa através de programas e projetos para este segmento através do desenvolvimento de atividades específicas, como por exemplo: Palestras, atividades físicas, dança, artesanato, pintura, bordado, tricô e crochê. Entidade Executora: Secretaria de Ação Social e Habitação. |       |       |       |       |
| <b>METAS ANUAIS 1:</b> | 1.200  | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 4.800 |
| <b>INDICADOR</b>       | Idosos com necessidade de convivência em sociedade   |       |       |       |       |

### REDE DE ATENÇÃO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE

#### Programa 1: ASEMA

Objetivo: Assegurar o desenvolvimento e a proteção integral da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, garantindo seus direitos fundamentais.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 60.000,00 | 65.000,00 | 70.000,00 | 80.000,00 | 275.000,00 |

|                      |  |       |       |       |       |
|----------------------|--|-------|-------|-------|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Desenvolvimento de ações diárias em turno inverso ao da escola através de oficinas culturais, de lazer e recreação, desportivas e pedagógicas, bem como, atividade grupal de socialização e desenvolvimento da auto-estima, de acordo com seus interesses e faixa etária. Atividades que desenvolvam o universo da criança. Articulação visando a permanência, retorno e sucesso escolar. Atendimento integrado à família e a comunidade. Organização do processo de trabalho educativo com a participação do adolescente. Entidade Executora: Secretaria de Ação Social e Habitação |       |       |       |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 1.800  | 1.920 | 2.040 | 2.400 | 8.160 |
| <b>INDICADOR:</b>    | Até três crianças ou adolescentes por família.   |       |       |       |       |

#### Programa 2: PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

Objetivo: Contribuir para a preparação das famílias e a partir de suas experiências estimular alcançado o máximo de desenvolvimento possível em cada criança.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos   | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Vinculados | 240.000,00 | 252.000,00 | 265.000,00 | 278.000,00 | 1.035.000,00 |

|                      |   |        |        |        |         |
|----------------------|---|--------|--------|--------|---------|
| <b>AÇÃO:</b>         | A ação será dirigida as gestantes e crianças de 0 a 6 anos de idade e operacionalizada através de visitas domiciliares realizadas por um visitador o qual será responsável por 25 famílias, gestantes e crianças de 0 a 6 anos. |        |        |        |         |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 30.000  | 30.000 | 30.000 | 30.000 | 120.000 |
| <b>INDICADOR</b>     | Gestantes e crianças de 0 a 6 anos.   |        |        |        |         |

#### Programa 3: PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI

Objetivo: Mobilizar os vários segmentos da sociedade comprometendo-os com o desenvolvimento integral da criança e do adolescente por meio da remoção dos fatores indutores do engajamento no trabalho precoce. Possibilitar o acesso e a permanência da criança na escola.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|-----------------------|-----------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios e Vinculados | 98.000,00 | 118.000,00 | 139.000,00 | 162.000,00 | 517.000,00 |

|                      |  |       |       |       |        |
|----------------------|--|-------|-------|-------|--------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Possibilitar o acesso e a permanência da criança na escola, proporcionar apoio e orientação através de ações sócio – educativas, fortalecendo os vínculos familiares. Melhorar a qualidade de vida da criança e sua família; fomentar e incentivar a ampliação do universo da criança e do adolescente, através da jornada ampliada de estudos, em turno inverso ao da escola. Entidade Executora: Secretaria de Ação Social e Habitação |       |       |       |        |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 2.100  | 2.400 | 2.700 | 3.000 | 10.200 |
| <b>INDICADOR</b>     | Crianças em situação de vulnerabilidade social.  |       |       |       |        |

#### Programa 4: COMBATE AO ABUSO E A VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Objetivo: Atender através de um conjunto articulado de ações, crianças e adolescentes abusados ou explorados sexualmente. Criar condições que possibilitem as crianças e os adolescentes e suas famílias o resgate dos seus direitos, bem como, o acesso os serviços de Assistência Social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte, lazer e cultura. Desenvolver ações especializadas de atendimento. Inserir as famílias em programas de trabalho e renda. Contribuir para um sistema de informações sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios e Vinculados | 155.000,00 | 162.000,00 | 170.000,00 | 179.000,00 | 666.000,00 |

|                      |  |     |     |     |       |
|----------------------|--|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Implementar serviços de abordagem educativa as crianças e os adolescentes explorados sexualmente, atendimentos multiprofissional para crianças e adolescentes e seus familiares acompanhamento permanente dos casos atendidos junto a rede de serviços família e comunidade, abrigamento quando necessário, mapeamento dos locais de exploração e/ou redes organizadas, visitas domiciliares para conhecimento da realidade, reuniões com as famílias. |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 600  | 600 | 600 | 600 | 2.400 |
| <b>INDICADOR</b>     | Crianças e adolescentes abusadas sexualmente   |     |     |     |       |

#### Programa 5: ABRIGO

Objetivo: Garantir proteção à criança e o adolescente.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|----------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Próprios | 396.000,00 | 416.000,00 | 437.000,00 | 458.000,00 | 1.707.000,00 |

|                      |   |     |     |     |       |
|----------------------|---|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Acolhimento da criança e do adolescente em ambiente favorável ao seu desenvolvimento, garantindo-lhe moradia, higienização, alimentação, saúde, medicação, vestuário em estreita relação com a família, à escola e a comunidade. Acompanhamento do abrigado estimulando a convivência grupal e socialização, inclusão e acompanhamento desses na rede de educação, encaminhamento à rede sócio-assistencial. Acompanhamento e encaminhamento em atividades comunitárias, inserção em atividades culturais, lúdicas, esportivas de lazer e profissionalização. Articulação com a rede de atendimento. Entidade Executora: Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação (Centro de Atenção à criança e ao Adolescente de Uruguaiana) |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 660   | 660 | 660 | 660 | 2.640 |
| <b>INDICADOR</b>     | Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.  |     |     |     |       |

#### Programa 6: PROJETO CEU

Objetivo: Garantir proteção à criança e o adolescente, através de acompanhamento especializado.



## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 34.000,00 | 36.000,00 | 38.000,00 | 40.000,00 | 148.000,00 |

|                      |   |     |     |     |       |
|----------------------|---|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Complementação alimentar, com cesta básica e lanche diário às crianças e adolescentes que apresentarem maior índice de desnutrição e em situação de risco social. Crianças que realizam acompanhamento pedagógico em turno inverso ao da escola. Entidade Executora: Secretaria de Ação Social e Habitação. |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 960   | 960 | 960 | 960 | 3.840 |
| <b>INDICADOR</b>     | Atendimento as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.   |     |     |     |       |

## REDE DE PROTEÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

**Programa 1: APOIO ALIMENTAR A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA**

Objetivo: Proporcionar complementação alimentar as pessoas portadoras de deficiência e seu núcleo familiar.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 42.000,00 | 44.000,00 | 45.000,00 | 49.000,00 | 181.000,00 |

|                      |  |       |       |       |       |
|----------------------|--|-------|-------|-------|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Ações de atendimento á pessoas portadoras de deficiência administrada por equipe multiprofissional. Entidade Executora: Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação. |       |       |       |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 1.200  | 1.200 | 1.200 | 1.200 | 4.800 |
| <b>INDICADOR</b>     | Pessoas portadoras de Deficiência.   |       |       |       |       |

**Programa 2: GRUPO DE CONVIVÊNCIA - PPD**

Objetivo: Estimular a organização das pessoas portadoras de deficiência, valorizando o desenvolvimento de suas potencialidades e trocas de experiências, informações de seus direitos fundamentais.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios | 12.000,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 14.000,00 | 52.000,00 |

|                      |   |      |      |      |       |
|----------------------|---|------|------|------|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Formar grupos de PPDs através de encontros mensais em espaço adequado, planejando atividades com envolvimento do grupo e suas famílias, desenvolvendo atividades físicas, laborais, recreativas, culturais, associativas e educacionais, visando o resgate da auto estima. Equipe multiprofissional. Resgate dos vínculos familiares. Entidades Executoras: Secretaria de Ação Social e Habitação, ACSE, ACESSU e APAE. |      |      |      |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 1200  | 1200 | 1200 | 1200 | 4.800 |
| <b>INDICADOR</b>     | Pessoas portadoras de deficiência atendidos   |      |      |      |       |

**Programa 3: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

Objetivo: REABILITAÇÃO

APAE – Reabilitação dos portadores de necessidades especiais.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios e Vinculados | 146.000,00 | 171.000,00 | 196.000,00 | 226.000,00 | 739.000,00 |

|                      |   |       |       |       |        |
|----------------------|---|-------|-------|-------|--------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Firmar convênio com entidades assistenciais para atendimento a população alvo das instituições. |       |       |       |        |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 2.100   | 2.460 | 2.820 | 3.240 | 10.620 |
| <b>INDICADOR</b>     | Pessoas portadoras de deficiência   |       |       |       |        |

**SAC – SERVIÇO DE AÇÃO CONTINUADA****Programa 1: LAR DA CRIANÇA - JOI**

Objetivo: JORNADA INTEGRAL - JOI

Lar da Criança – atendimento de creche às crianças de 0 a 6 anos em jornada integral.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 47.000,00 | 49.000,00 | 51.000,00 | 54.000,00 | 201.000,00 |

|                      |  |       |       |       |       |
|----------------------|--|-------|-------|-------|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Firmar convênio com entidades assistenciais para atendimento a população alvo das instituições |       |       |       |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 2.292  | 2.292 | 2.292 | 2.292 | 9.168 |
| <b>INDICADOR</b>     | Crianças de 0 a 6 anos   |       |       |       |       |

**Programa 2: LAR DA CRIANÇA - ASEFAM**

Objetivo: Atendimento Sócio Educativo às Famílias - ASEFAM

Lar da Criança – atendimento às famílias

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 19.000,00 | 19.000,00 | 20.000,00 | 21.000,00 | 79.000,00 |

|                      |  |       |       |       |       |
|----------------------|--|-------|-------|-------|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Firmar convênio com entidades assistenciais para atendimento a população alvo das instituições |       |       |       |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 1.560  | 1.560 | 1.560 | 1.560 | 6.248 |
| <b>INDICADOR</b>     | Famílias   |       |       |       |       |

**Programa 3: EXÉRCITO DA SALVAÇÃO**

Objetivo: Exército da Salvação – atendimento de meninas de 7 a 14 anos e suas famílias.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios e Vinculados | 19.000,00 | 19.000,00 | 21.000,00 | 21.000,00 | 80.000,00 |

|                      |  |       |       |       |       |
|----------------------|--|-------|-------|-------|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Firmar convênio com entidades assistenciais para atendimento a população alvo das instituições |       |       |       |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 1.560  | 1.560 | 1.560 | 1.560 | 6.248 |
| <b>INDICADOR</b>     | Meninas de 7 a 14 anos e suas famílias   |       |       |       |       |

**Programa 4: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

Objetivo: HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO

APAE – Habilitação dos portadores de necessidades especiais.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 30.000,00 | 32.000,00 | 33.000,00 | 35.000,00 | 130.000,00 |

|                      |   |     |     |     |       |
|----------------------|---|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Firmar convênio com entidades assistenciais para atendimento a população alvo das instituições. |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 360   | 360 | 360 | 360 | 1.440 |
| <b>INDICADOR</b>     | Pessoas portadoras de deficiência   |     |     |     |       |

**Programa 5: ATENDIMENTO SOCIAL – BENEFÍCIOS EVENTUAIS – NAF/SAC**

Objetivo: Criar possibilidades para retorno ao domicílio de origem aos migrantes sem condições de deslocamento intermunicipal.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 32.000,00 | 33.500,00 | 35.500,00 | 37.500,00 | 138.500,00 |

|                      |  |     |     |     |       |
|----------------------|--|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Acolhimento e escuta através de entrevista ou visita domiciliar para identificar e posterior atendimento das necessidades apresentadas e realização de encaminhamentos. Entidade Executora: Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação. |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 528  | 528 | 528 | 528 | 2.112 |
| <b>INDICADOR</b>     | População carente migrante   |     |     |     |       |

**REDE DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA****Programa 1: COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR**

Objetivo: Garantir às pessoas em vulnerabilidade social complementação alimentar. O alvo será as famílias cuja renda não permita o atendimento de suas necessidades básicas de alimentação.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 126.000,00 | 134.000,00 | 185.000,00 | 219.000,00 | 664.000,00 |

|                      |   |       |       |       |        |
|----------------------|---|-------|-------|-------|--------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Atendimento as pessoas em vulnerabilidade social, através de equipe técnica especializada. Planejamento de atividades com participação da população assistida, estimulando o auto-cuidado, prevenção de doenças, orientações nutricionais, orientações de saúde, encaminhamento a rede sócio-assistencial e apoio psicológico. Buscar o estabelecimento de vínculos comunitários e associativos, e, o resgate de vínculos familiares. Entidade Executora: Secretaria de Ação Social e Habitação. Entrega de uma cesta básica emergencial. |       |       |       |        |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 3.600   | 4.200 | 4.800 | 5.400 | 18.000 |
| <b>INDICADOR</b>     | População em situação de vulnerabilidade  |       |       |       |        |

**Programa 2: OASF – ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO - FAMILIAR**

Objetivo: Oportunizar a família o fortalecimento da função primordial de proteção, segurança e socialização de seus membros.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 25.000,00 | 25.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 110.000,00 |

|                      |  |     |     |     |       |
|----------------------|--|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Reuniões sistemáticas com as famílias, visitas domiciliares e/ou entrevistas com o núcleo familiar, encaminhamento a rede sócio-assistencial, inserção em grupo de geração de renda e qualificação profissional entre outros. Entidade Executora: Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação. |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 600  | 600 | 720 | 720 | 2.640 |
| <b>INDICADOR</b>     | Famílias em situação de vulnerabilidade social   |     |     |     |       |

**Programa 3: ENFRENTAMENTO À POBREZA**

Objetivo: Capacitar profissionalmente pessoas, grupos ou segmentos de pessoas em vulnerabilidade social, economicamente dependentes, combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais, o êxodo rural, proporcionar a geração de trabalho e renda, promover a cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população atendida.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 27.500,00 | 29.000,00 | 30.000,00 | 32.000,00 | 118.500,00 |

|                      |  |     |     |     |       |
|----------------------|--|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Utilização das potencialidades econômicas do município, identificação das características da população a ser envolvida no Projeto, para formação de grupos afins, criação de unidades produtivas, formação de uma rede produtiva, venda dos produtos para a geração de renda, encaminhamento a rede sócio-assistencial, acompanhamento social por equipe profissional. Entidades Executoras: Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação. Será estabelecida parceria com a Associação de Catadores de Lixo de Uruguiana e Horta Municipal. |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 300  | 300 | 300 | 300 | 1.200 |
| <b>INDICADOR</b>     | População em situação de vulnerabilidade social  |     |     |     |       |

**Programa 4: ABRIGO PARA MULHERES**

Objetivo: Garantir a proteção integral a mulheres e seus filhos, vítimas de violência.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 120.000,00 |

|                  |  |  |  |  |  |
|------------------|--|--|--|--|--|
| <b>AÇÃO:</b>     | Acolhimento da mulher vítima de violência e seus filhos em ambiente favorável ao seu desenvolvimento, garantindo-lhe moradia, higienização, alimentação, saúde, vestuário. Acompanhamento, encaminhamento e articulação com a rede de atendimento. Entidades executoras: Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação e JUS Mulher. O município insere-se na política do Ministério da Justiça – Direitos Humanos, buscando a parceria de ações com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher através de projeto visando a implantação de uma Casa Abrigo. |  |  |  |  |
| <b>META:</b>     | Implantação de uma unidade   |  |  |  |  |
| <b>INDICADOR</b> | Mulheres e seus filhos vítimas da violência doméstica  |  |  |  |  |



**REDE DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO ADULTA E MIGRANTE****Programa 1: ABORDAGEM SOCIAL DE RUA**

Objetivo: Oportunizar o resgate da auto-estima e o acesso as políticas sociais básicas.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 20.000,00 | 25.000,00 | 35.000,00 | 46.000,00 | 126.000,00 |

|                      |  |     |     |       |       |
|----------------------|--|-----|-----|-------|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Realização de abordagem individual e grupal através de pessoal capacitado, estimular a auto-organização dos usuários e a efetivação de seus direitos sociais, inclusão dos usuários na rede sócio-assistencial. As ações básicas de resgate da cidadania se dará através do encaminhamento para confecção de documentação (carteira de identidade, título eleitoral, certidão de nascimento, CPF, fotografia). |     |     |       |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 600  | 720 | 960 | 1.200 | 3.480 |
| <b>INDICADOR</b>     | Moradores de rua desamparados  |     |     |       |       |

**Programa 2: ALBERGUE E CASA DE PASSAGEM**

Objetivo: Proporcionar à população adulta a satisfação das necessidades de sobrevivência.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios | 21.500,00 | 22.500,00 | 24.000,00 | 25.000,00 | 93.000,00 |

|                      |   |     |     |     |       |
|----------------------|---|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Fornecimento de alimentação, pernoite, higiene e cuidados básicos de saúde; elaboração de regras básicas para o funcionamento do serviço. Realização de atividades que utilizem o processo de dinâmica grupal possibilitando a troca de experiências e estimulando a organização individual e coletiva. Entidade Executora Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação. |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 360   | 360 | 360 | 360 | 1.440 |
| <b>INDICADOR</b>     | Atendimento às pessoas desabrigadas e abandonadas pela família.   |     |     |     |       |

**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA****Programa 1: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO**

Objetivo: Manter em funcionamento a Secretaria de Ação Social e Habitação dando suporte para o desenvolvimento de suas ações. Ampliar e manter o espaço físico da Secretaria e do Abrigo para melhor acolhimento das crianças, adolescentes e população assistida pela mesma.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total      |
|----------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Próprios | 152.000,00 | 152.000,00 | 110.000,00 | 110.000,00 | 549.000,00 |

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>AÇÃO 1:</b>   | Aquisição de material de expediente, limpeza e higienização, manutenção de bens imóveis, manutenção e conservação de máquinas, congressos, simpósios, cursos, treinamentos, equipamento de processamento de dados, máquinas, instalações, utensílios de escritório e mobiliário em geral. |
| <b>AÇÃO 2:</b>   | Aquisição de 04 veículos para a Secretaria.   |
| <b>AÇÃO 3:</b>   | Realização de obras e benfeitorias nas instalações do Abrigo e Secretaria.  |
| <b>META:</b>     | Ampliar, manter e equipar adequadamente a secretaria e os órgãos de apoio, para agilização na execução dos trabalhos desenvolvidos pela mesma.  |
| <b>INDICADOR</b> | Manutenção do funcionamento da Secretaria de Ação Social e Habitação.   |

**Programa 2: AUXILIO FUNERAL****Objetivo:.** Realizar funerais e eventuais translados das pessoas carentes do município

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 60.000,00 | 63.000,00 | 66.000,00 | 69.500,00 | 258.500,00 |

|                      |   |     |     |     |     |
|----------------------|---|-----|-----|-----|-----|
| <b>AÇÃO:</b>         | Através de levantamento realizado por técnico especializado e após a avaliação social realizar o funeral de pessoas carentes de nosso município. Entidade Executora: Secretaria de Ação Social e Habitação. |     |     |     |     |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 220   | 220 | 220 | 220 | 880 |
| <b>INDICADOR</b>     | Atendimento funeral as famílias carentes do município.  |     |     |     |     |

**Programa 3: ASSISTÊNCIA A ATINGIDOS POR SINISTROS OU CALAMIDADES****Objetivo:.** Prestar atendimento e assistência as famílias flageladas em nosso município.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 60.000,00 | 63.000,00 | 66.000,00 | 69.000,00 | 258.000,00 |

|                      |  |     |     |     |       |
|----------------------|--|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Através de avaliação realizada por técnico especializado oferecer auxílio, assistência e alojamento as famílias em situação de calamidade , flageladas ou atingidas por sinistro que resultem em perda total de sua condição de moradia e sobrevivência. |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 600  | 600 | 600 | 600 | 2.400 |
| <b>INDICADOR</b>     | Famílias carentes vitimadas por calamidades ou sinistros   |     |     |     |       |

**Programa 4: PLANTÃO SOCIAL****Objetivo:.** Atendimento das necessidades de pessoas e/ou famílias carentes.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 24.000,00 | 25.000,00 | 26.500,00 | 28.000,00 | 103.500,00 |

|                      |   |     |     |     |       |
|----------------------|---|-----|-----|-----|-------|
| <b>AÇÃO:</b>         | Atendimento prestado as pessoas e/ou famílias carentes que se dirigem ao balcão da Secretaria de Ação Social e Habitação com o objetivo obter: doação de roupas, cobertores, agasalhos, documentos, fotografias e reforma de residência, encaminhamento para tratamento de saúde, passagem e encaminhamento para outro município. Entidade Executora: Secretaria de Ação Social e Habitação |     |     |     |       |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 480   | 480 | 480 | 480 | 1.920 |
| <b>INDICADOR</b>     | Atendimento prestado as pessoas/famílias carentes de nosso município  |     |     |     |       |

**Programa 5: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR****Objetivo:.** Dar condições para manter em funcionamento o Conselho Tutelar.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios | 20.000,00 | 21.000,00 | 22.000,00 | 23.000,00 | 86.000,00 |

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>AÇÃO:</b>     | Oferecer condições para o funcionamento do Conselho Tutelar através de material de expediente, material de limpeza e higienização, material para manutenção de bens imóveis, passagens e despesas de locomoção, serviços técnicos profissionais, diárias, combustíveis e lubrificantes e serviços de manutenção de veículos. |
| <b>META:</b>     | Manter em funcionamento o Conselho Tutelar   |
| <b>INDICADOR</b> | Crianças e Adolescentes em situação de risco social  |

#### Programa 6: SETOR DE CADASTRO E ANÁLISE

Objetivo:. Realizar e executar o cadastro único dos programas sociais do governo federal para as famílias de baixa renda.

#### Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006      | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 130.000,00 | 31.500,00 | 33.000,00 | 35.000,00 | 129.500,00 |

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>AÇÃO 1:</b>    | Executar o Cadastramento Único dos Programas Sociais do Governo Federal para famílias de baixa renda (2006 – 2009).   |
| <b>META 1:</b>    | Cadastramento de 5000 novas famílias de baixa renda ainda não cadastradas, que se enquadrem nas normas dos programas;   |
| <b>INDICADOR:</b> | 5.000 novas famílias cadastradas  |
| <b>META 2:</b>    | Execução dos recursos financeiros repassados pelo governo federal como contra partida para o gerenciamento local dos programas, conforme as normas específicas. |
| <b>INDICADOR:</b> | Atendimento Implementado  |

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>AÇÃO 2:</b>    | Executar o gerenciamento do Programa Bolsa Família e dos Programas Sociais remanescentes(Bolsa Escola,Bolsa Alimentação,Auxílio Gás e PETI):para 10.600 famílias já cadastradas e/ou beneficiadas.(2006 – 2009) |
| <b>META 1 :</b>   | Execução do CADBES(Atualização e complementação de dados cadastrais) para as famílias que recebem o Bolsa Escola em 2001:   |
| <b>INDICADOR</b>  | 2.400 famílias/cadastros atualizados e complementados   |
| <b>META 2:</b>    | Atendimento individual as famílias já cadastradas e/ou beneficiadas cujos cadastros ou benefícios apresentem situações irregulares:   |
| <b>INDICADOR:</b> | 7.680 famílias atendidas/ano  |

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>AÇÃO 3:</b>    | Implantar uma central de atendimento para o Cadastro Único,Bolsa Família e Programas Remanescentes(2006) |
| <b>META 1 :</b>   | Reforma e adequação do espaço físico.  |
| <b>INDICADOR</b>  | Atendimento implementado com maior qualidade.  |
| <b>META 2:</b>    | Aquisição de Equipamentos e mobiliário necessários ao funcionamento do setor.                            |
| <b>INDICADOR:</b> | Atendimento implementado com maior qualidade.  |

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>AÇÃO 4:</b>    | Execução das ações complementares de acompanhamento e qualificação do Bolsa Família e Programas Remanescentes(2006 – 2009). |
| <b>META 1 :</b>   | Execução da frequência escolar para os alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil;                                    |
| <b>INDICADOR</b>  | Frequência executada nos prazos determinados.(trimestral)   |
| <b>META 2:</b>    | Execução do "Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional" para crianças de risco beneficiadas do Bolsa Família:           |
| <b>INDICADOR:</b> | Controle de Vigilância executado mensalmente.   |

**Programa 7: PROGRAMA DEPENDÊNCIA QUÍMICA - GTAE**

Objetivo: Atender a crianças, adolescentes e adultos que apresentem problemas com dependência de substâncias psico-ativas, tanto em nível de prevenção como de tratamento.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios | 17.000,00 | 18.000,00 | 19.000,00 | 20.000,00 | 74.000,00 |

|                      |   |    |    |    |     |
|----------------------|---|----|----|----|-----|
| <b>AÇÃO :</b>        | Propiciar atividades de acolhida através de atendimento individual ou grupal, ao dependente e a seus familiares, através da oferta de serviços especializados; realizar atividades em grupo de lazer e esporte, Oficinas Artísticas e outras atividades. Execução: Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, Centro de Atendimento psico-social e GETAE. |    |    |    |     |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 50  | 50 | 50 | 50 | 200 |
| <b>INDICADOR:</b>    | Crianças, adolescentes e adultos que apresentem problemas com dependência de substâncias psico-ativas.  |    |    |    |     |

**Programa 8: PADARIA**

Objetivo: Produzir pães de 50 gramas que servem de complementação alimentar diária para os programas da Secretaria de Ação Social e Habitação e conveniados

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios | 25.000,00 | 26.000,00 | 27.500,00 | 29.000,00 | 107.500,00 |

|                      |  |         |         |         |           |
|----------------------|--|---------|---------|---------|-----------|
| <b>AÇÃO :</b>        | Complementação alimentar diária a crianças, adolescentes e adultos que participam de Programas como: Sentinela, Peti, Assema, Cacau, Projeto Céu, Casa de Passagem e Albergue. |         |         |         |           |
| <b>METAS ANUAIS:</b> | 325.080  | 341.334 | 358.400 | 395.136 | 1.419.950 |
| <b>INDICADOR:</b>    | Complementação alimentar a crianças, adolescentes e adultos carentes   |         |         |         |           |

**Programa 09: RESTAURANTES POPULARES**

Objetivo: Oferecer à população de baixa renda alimentação a baixo custo.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006      | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 420.000,00 | 60.000,00 | 65.000,00 | 70.000,00 | 615.000,00 |

|                   |  |  |  |  |  |
|-------------------|--|--|--|--|--|
| <b>AÇÃO :</b>     | Criação de programas sociais visando a promoção da alimentação a baixo custo- Restaurante popular                  |  |  |  |  |
| <b>META :</b>     | Construção de 02 unidades em locais estrategicamente escolhidos para abranger a população em situação de segurança |  |  |  |  |
| <b>INDICADOR:</b> | População em situação de segurança alimentar   |  |  |  |  |

**Programa 10: GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Objetivo: Promover atividades de treinamento de Recursos Humanos, capacitação de Gestores Conselheiros e Diretores de Entidades, manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social, realização de conferências e seminários. Aquisição de equipamentos.

## Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos              | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Próprios e Vinculados | 36.000,00 | 38.000,00 | 40.000,00 | 42.000,00 | 156.000,00 |



|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>AÇÃO :</b>     | Capacitar e prover de condições aos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento da política social do município, bem como, do pessoal a ele vinculado. |
| <b>META :</b>     | Capacitar recursos humanos.   |
| <b>INDICADOR:</b> | Qualificação de recursos humanos  |

**Programa 11: VETERANOS EM AÇÃO - VOLUNTARIADO**

Objetivo: Promover atividades que integrem as pessoas idosas ao convívio social e troca de experiências na atuação efetiva do trabalho voluntário.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

| Recursos | 2.006     | 2.007     | 2.008     | 2.009     | Total     |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Próprios | 16.000,00 | 18.000,00 | 20.000,00 | 22.000,00 | 76.000,00 |

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>AÇÃO:</b>      | Promover o trabalho voluntário, incentivando as pessoas idosas a resgatarem uma atividade voluntária de trabalho, aumentando a sua auto-estima e valorizando as experiências profissionais e de vida destas pessoas. |
| <b>META:</b>      | Incentivar o trabalho voluntário   |
| <b>INDICADOR:</b> | Pessoas idosas e voluntários   |

**16.Reserva de Contingência****PROGRAMA AÇÃO 1 – Reserva de Contingência**

Objetivo: Atender os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e para abertura de créditos adicionais do Poder Executivo.

Valores Propostos para o Programa no Período 2006 a 2009

|                   | 2.006      | 2.007      | 2.008      | 2.009      | Total        |
|-------------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| Recursos Próprios | 580.000,00 | 580.000,00 | 580.000,00 | 580.000,00 | 2.320.000,00 |

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**CERTIDÃO Nº 3059/2008**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000**

**CERTIFICAMOS**, nos termos da Resolução TCE nº 742/2006 e Instrução Normativa TCE nº 06/2006, com base nos dados contidos no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC), para fins de cumprimento ao disposto no art. 21, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Resolução do Senado Federal nº 043/2001, que o Município de URUGUAIANA, apresentou, em relação às contas da Gestão Fiscal, os seguintes dados:

**Último exercício analisado - 2007:**

Cumpriu com o disposto no(s) seguinte(s) artigos da Lei Complementar nº 101/2000: 11; 23; 33; 37; ~~52~~ 55, §2º.

No exercício de 2007, a despesa com pessoal foi de R\$ 43.484.821,97 no Poder Executivo Municipal e de R\$ 3.005.307,21 no Poder Legislativo, correspondendo, respectivamente, a 46,42% e 3,21% da Receita Corrente Líquida-RCL (R\$ 93.685.091,80).

**Exercício em curso - 2008:**

Cumprir com o disposto no(s) seguinte(s) artigos da Lei Complementar nº 101/2000: 11; 23; 52; 55, §2º.

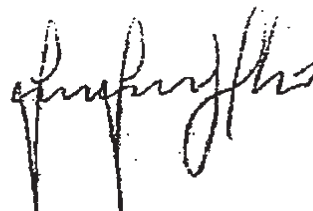
Até o 1º quadrimestre, que se encerrou em 4/2008, a despesa com Pessoal do Poder Executivo Municipal foi de R\$ 43.990.716,57 e a do Poder Legislativo foi de R\$ 3.318.979,15, correspondente, respectivamente, a 43,06% e a 3,25% da Receita Corrente Líquida-RCL (R\$ 102.159.019,27).

Esta Certidão é válida até 30-09-2008, estando condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.tce.rs.gov.br/certidao/lrf>, nos termos do §1º do art. 5º da Instrução Normativa nº 06/2006.

Por conta da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2238, encontra-se suspensa a aplicação do contido no § 2º do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalva-se, contudo, que a situação ora certificada não dispensa o exame a ser realizado sobre a mesma matéria nas contas do referido Executivo Municipal no respectivo exercício, em face das competências constitucionais desta Corte de Contas.

DCF/Gab., em 25-07-2008.



**Luís Carlos Carvalho**  
Diretor de Controle e Fiscalização.

*Código de Autenticação*  
**PXQA5-EGTY6-DEAJ2**

**GUIDO GILBERTO FERNANDES**  
Tradutor Público e Intérprete Comercial  
Idioma: INGLÊS  
Pelotas – RS  
CPF 096369350/68

Eu, abaixo assinado, Tradutor Público e Intérprete Comercial para a praça de Pelotas, devidamente nomeado pela Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul, em 05 de janeiro de 1977, com compromisso prestado em 17 de fevereiro de 1977, sob n. 31.593/85, certifico que atesto que pela presente me foi apresentado um documento: ACORDO DE EMPRÉSTIMO, exarado em idioma Inglês, o qual em virtude do meu ofício traduzo bem e fielmente para o Português, nos seguintes termos:

#### **ACORDO DE EMPRÉSTIMO**

Acordo datado em \_\_\_\_\_ de 2008, entre o MUNICIPIO DE URUGUAIANA ("o Prestatário") e o BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO ("o Banco"). O Prestatário e o Banco por meio deste concordam com o seguinte:

#### **ARTIGO I - CONDIÇÕES GERAIS; DEFINIÇÕES**

- 1.01 As Condições Gerais (como definidas no Apêndice deste Acordo) constituem parte integrante deste Acordo.
- 1.02 A menos que o termo requeira o contrário, os termos em maiúsculas usados neste Acordo têm os significados atribuídos a eles nas Condições Gerais ou no Apêndice deste Acordo.

#### **ARTIGO II – EMPRÉSTIMO**

- 2.01 O Banco concorda em emprestar ao Prestatário, nos termos e condições expostas ou referidas para este Acordo, a quantia de seis milhões, oitocentos e trinta mil dólares (\$ 6.830.000), quantia essa que pode ser convertida de tempo em tempo através de uma Conversão em Moeda Corrente, conforme as condições estipuladas (cláusulas) da Seção 2.07 deste Acordo ("Empréstimo"), prestando assistência no financiamento do Projeto descrito no Programa 1 deste Acordo ("Projeto").
- 2.02 O Prestatário pode retirar dinheiro do Empréstimo, conforme Seção IV do Programa 2 deste Acordo.
- 2.03 A Taxa de Compromisso pagável pelo Prestatário deverá ser igual a um quarto de um por cento (0,25%) da quantia do Empréstimo.
- 2.04 Os juros de pagamento do Prestatário, para cada Período de Participação, deverão ter uma taxa igual à LIBOR para a Moeda Corrente do Empréstimo mais a taxa de Risco Fixa, sujeitos a qualquer desistência de uma dotação de tal taxa como pode ser determinado periodicamente pelo Banco; estipulado em cima de uma conversão de toda ou qualquer parcela da quantia principal do Empréstimo, a taxa de pagamento do Prestatário durante o Período de Conversão a tal quantia deverá ser determinada conforme as providências pertinentes do Artigo IV das Condições Gerais. Não obstante o antecedente, se qualquer quantia do Balanço de Retirada de Empréstimo permanecer não paga quando devida e tais cumprimentos de pagamento continuarem por um período de trinta dias, então os juros pagáveis pelo Prestatário devem ser calculados conforme previsto na Seção 3.02 (d) das Condições Gerais de 2007.

- 2.05. As datas de pagamento são 15 de março e 15 de setembro em cada ano.
- 2.06. A quantia principal do Empréstimo deverá ser reembolsada de acordo com o programa de amortização, conforme o Programa 3 desse Acordo.
- 2.07. (a) O Prestatário pode a qualquer momento, em cada caso, com a prévia aceitação do fiador, e com a Secretaria do Tesouro Nacional do fiador, solicitar qualquer das seguintes Conversões dos termos de Empréstimo a fim de facilitar prudente administração da dívida: (i) uma mudança da moeda corrente do Empréstimo de toda ou parte da quantia principal do Empréstimo, retirada ou não retirada, a uma Moeda Aprovada; (ii) uma mudança de taxa de juros aplicável em toda ou qualquer parte da quantia principal do Empréstimo de Taxa Variável para Taxa Fixa, ou vice-versa; e (iii) a colocação de limites na Taxa Variável aplicável em toda ou parte da quantia principal do Empréstimo retiradas ou pendentes pelo estabelecimento de uma Taxa de Juros de Rateio ou de uma Taxa de Juros de Captação na Taxa Variável.
- (b) qualquer conversão pedida em conformidade com o parágrafo (a) dessa Seção que for aceita pelo Banco deverá ser considerada uma "Conversão", como definido nas Condições Gerais, e deverá ser efetivada conforme as condições estipuladas no Artigo IV das Condições Gerais e das Diretrizes de Conversão.
- (c) Pontualmente após a Execução da Data das Taxas de Juros de Rateio ou das Taxas de Juros de Captação para as quais o Prestatário pediu que o valor seja pago fora dos padrões do Empréstimo, o Banco deverá, em nome do Prestatário, retirar da Conta de Empréstimo e pagar as quantias exigidas para qualquer valor pagável de acordo com a Seção 4.045(c) das Condições Gerais até a quantia alocada de tempo em tempo para esse fim na tabela na Seção IV do Programa 2 desse Acordo.

### ARTIGO III - PROJETO

- 3.01. O Prestatário declara seu comprometimento com o objetivo do Projeto e do Programa. Para este fim, o Prestatário deverá executar o Projeto através da sua Secretaria de Planejamento, conforme as condições pré-estabelecidas do Artigo V das Condições Gerais.
- 3.02. Sem limitação das condições pré-estabelecidas da Seção 3.01 deste Acordo, e a não ser que o Prestatário e o Banco de outra forma concordem, o Prestatário deverá assegurar que o Projeto seja executado de acordo com as condições pré-estabelecidas no Programa 2 desse Acordo.

### ARTIGO IV - EFETIVIDADE; CONCLUSÃO.

- 5.01. As Condições Adicionais de Eficácia consistem no seguinte, a saber, que o Empréstimo foi registrado com Banco Central do Prestatário
- 5.02. Sem prejuízo às condições pré-estabelecidas nas Condições Gerais, o Prazo Final de Efetividade é de noventa (90) dias após a data deste Acordo, mas em nenhum momento mais que dezoito (18) meses depois da aprovação do Empréstimo pelo Banco que expiram em \_\_\_\_\_.

### ARTIGO V- REPRESENTATIVO; ENDEREÇOS



6.01. O Representante do Prestatário é o Prefeito.

6.02. O Endereço do Prestatário é:  
**Rua XV de Novembro 1882, Centro**  
**Uruguaiana Rio Grande do Sul**

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

**Fac Simile:**  
**55-55-3411-7535**

6.03. O Endereço do Banco é:  
**Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**  
**1818 Rua de H, N.W.**  
**Washington, D.C. 20433**  
**Estados Unidos da América**  
Endereço  
**INTBAFRAD**  
**Washington, D.C.,**

Fax:  
**248423(MCI) ou**  
**64145(MCI)**

Telefone:  
**1-202-477-6391**

CONCORDO em \_\_\_\_\_ a partir do dia e ano descritos acima.

#### **MUNICIPIO DE URUGUAIANA**

Por (segue a assinatura do Representante Autorizado)

**Representante autorizado**

#### **BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Por (segue a assinatura do Representante Autorizado)

**Representante autorizado**

#### **Programa I**

#### **Descrição do Projeto**

O objetivo do Projeto é fortalecer a capacidade do Prestatário em prover serviços de infraestrutura selecionados, criando oportunidades de emprego para sua população.

O Projeto constitui uma parte do Programa, sendo constituído das seguintes partes:

**Parte I: Fortalecimento Municipal**

Fortalecimento da capacidade do Prestatário de ser mais eficaz e eficiente na execução de seus programas, respondendo à demanda de disponibilidade de água, saneamento e outros serviços públicos, implementar e agir na avaliação, procedimentos financeiros, ambientais e sociais do PDMI incluindo entre outras coisas:

**1. Modernização do serviço público**

- (a) Melhorias de instalação do Centro Administrativo Municipal existente para criar um acesso mais amigável ao cidadão usuário..
- (b) Automatização dos sistemas de informação e integração dos bancos de dados, incluindo a aquisição de hardware e software para esse fim necessários..
- (c) Treinamento, equipagem e provisões de aconselhamento pericial para a equipe do Prestatário e gerenciamento em assuntos relacionados à administração municipal, inclusive serviços públicos.

**2. Gerenciamento do Projeto**

Proporcionar a assistência técnica, custos operacionais e equipamentos conforme exigidos para a UGP e UAP, quando aplicável, para executar a disseminação, treinamento, avaliação das exigências financeiras, ambientais, de monitoramento, informativas e sociais do Projeto e do PDMI.

**Parte II: Geração de Renda e Emprego****1. Estratégias, Apoio de Clusters e Acesso ao Microcrédito**

Fortalecimento da capacidade do Prestatário para gerar emprego e renda, facilitando o acesso do micro e pequeno negócio ao microcrédito, e melhorando a eficácia de tais negócios, incluindo, execução de estudos para identificar o potencial de crescimento local e preparar uma estratégia de LED para ao Prestatário e providenciar o treinamento para a equipe do SME em na formalização de atividades e administração de negócios, mercado, e organização de Clusters, inclusive a implementação de eventos mercadológicos. .

**2. Subprojetos Produtivos**

Execução de atividades produtivas no setor de agricultura, incluindo cultivo e processamento de legumes e frutas, de modo sustentável, construção de estufas, em fazendas administradas por famílias, equipamento de pequenos sistemas de irrigação, e funcionamento de pequenas indústrias de processamento agrícola (os Subprojetos Produtivos), e quaisquer outros subprojetos, de acordo com o Banco.

**Parte III: Melhorias de Serviço de Infra-Estrutura**

Realização de atividades destinadas à melhoria de estradas, serviços de drenagem, água e saneamento, incluindo,entre outros:

**1. Melhoramento Urbano e Viário**

- (a) Determinação e funcionamento da usina de asfalto municipal e provisões de equipamento para a manutenção de ruas, conforme o necessário, bem como nos números e especificações detalhadas no Manual Operativo.

- (b) Recuperação e pavimentação de ruas.
- (c) Melhorias de benefícios para pedestres, sinalização de trânsito, construção de abrigos para ônibus e plantio de árvores.
- (d) Melhorias nos sistemas de drenagem em bairros selecionados.

2. **Melhorias do Serviço de Água e Saneamento**

Construção de infraestrutura para melhorar a coleta de esgoto e/ou drenagem no Bairro Santo Inácio e da União das Vilas, ou outras vizinhanças como o Prestatário poderá sugerir e o Banco concordar.

3. **Administração de Detritos Sólidos Municipais Integrados.**

- (a) Fechamento do depósito existente, e da área de limpeza, criando uma reserva de zona vegetal, implementando sistemas de tratamento de líquidos, e abrindo um novo terreno sanitário.
- (b) Construção de centros de educação sócio-ambientais, incluindo benefícios para a segregação de detritos recicláveis; treinamento em reciclagem de detritos e outros programas profissionais para coletores de detritos e execução de programas educacionais para toda a comunidade no que se refere ao tratamento de detritos sólidos.

**PROGRAMA 2**

**Execução do Projeto**

**Seção I. Planos de Implementação**

**A. Planos Institucionais**

1. O Prestatário deverá:

- (a) manter uma unidade de coordenação do projeto (UGP) dentro de sua Secretaria de Planejamento com os poderes e responsabilidades estabelecidos no Manual Operativo; e
- (b) até dois meses da Data Efetiva, ter essa unidade completamente equipada de pessoal com experiência e qualificações satisfatórias ao Banco, incluindo os seguintes assessores chave: um coordenador e especialistas para supervisionar os aspectos técnicos, curadoria, administração financeira e a salvaguarda do Projeto.

- 2. O Prestatário deverá, juntamente com os outros Municípios Participantes e até a conclusão do Projeto, manter o Conselho Superior e Conselho Técnico com as estruturas, poderes e responsabilidades de acordo com o Manual Operativo.
- 3. O Prestatário deverá estabelecer, juntamente com no mínimo dois outros Municípios Participantes uma unidade de coordenação Intermunicipal (UAP) com poderes e responsabilidades previstos no Manual Operativo. Esta unidade deverá ser estabelecida até a data, em que o Banco notificar o Prestatário, que no mínimo três dos Acordos de Empréstimos entre o Banco e os Municípios Participantes tiverem sido e tornados efetivos, para finalidade do financiamento de parte dos custos de implementação do PDMI, nos respectivos Municípios Participantes.

**B. Acordos Inter-Institucionais**

1. A não ser que o Banco concorde de outro modo, o Prestatário não deverá corrigir, designar, revogar, renunciar, ou deixar de cumprir com as obrigações do Acordo Intermunicipal PDMI ou com quaisquer de suas condições.

**C. Subprojetos.**

1. (a) O Prestatário deverá, antes de submeter pedidos de retiradas, referentes a quaisquer Subprojetos Produtivos, sobre os quais o Beneficiário terá toda responsabilidade em sua implementação e/ou manutenção, de acordo com o Manual Operativo, entrar em acordo, em substância com os moldes do Acordo de Subprojeto Modelo, com cada Beneficiário para estabelecer as responsabilidades de cada parte na implementação do Subprojeto Produtivo, incluindo, entre outros aspectos:

- (i) A responsabilidade d Prestatário em adquirir os itens necessários para sua implementação;
- (ii) A obrigação do Beneficiário em aceitar o respectivo Plano de Negócios e obter a aprovação de quaisquer modificações a esse mesmo Plano.

- (b) A não ser que o Banco concorde de outra forma, o Prestatário não deve alterar, atribuir, transferir, adir ou deixar de reiterar o Acordo do Subprojeto Produtivo ou quaisquer de suas determinações.

**D. Manual Operativo**

Sem limitação para as condições do artigo V das Condições Gerais, deve o Prestatário, executar o Projeto conforme o Manual Operativo, satisfatório ao Banco, contendo entre outras coisas:

- (a) as funções, responsabilidades e treinamentos requeridos para o pessoal responsável pela coordenação, monitoramento e avaliação do Projeto, incluindo a UGP, UAP, o Conselho Superior e o Conselho Técnico;
- (b) procedimentos para aquisição de bens, obras e serviços, como também para administração financeira, disponibilidade de recursos e auditorias do Projeto e respectivos formulários, relatórios e diretrizes;
- (c) os indicadores a serem utilizados no monitoramento e evolução do Projeto (Indicadores de Desempenho);
- (d) a Avaliação Ambiental e Estrutura Administrativa e a Estrutura de Reassentamento;
- (e) o modelo de Acordos dos Subprojetos Produtivos; e
- (f) as exigências para a preparação e aprovação dos Planos de Negócios.

No caso de qualquer conflito entre as condições deste Acordo e do Manual Operativo, prevalecerão as condições deste Acordo.

**E. Diretrizes de Anti-Corrupção.**

O Prestatário garantirá que o Projeto será executado de acordo com as determinações das Diretrizes de Anti-Corrupção.

**F. Salvaguardas**



**1. Reassentamento**

O Prestatário deve, quando aplicável, de acordo com as condições da Estrutura de Reassentamento: (a) fornecer ao Banco para sua aprovação o Plano de Reassentamento; e (b) executar tal Plano de Reassentamento conforme seus termos.

**Seção II. Monitoração, Informação e Avaliação do Projeto****Á. Relatórios do Projeto**

1. O Prestatário deve monitorar e avaliar o progresso do Projeto e preparar Relatórios do Projeto conforme as condições pré-estabelecidas na Seção 5.08 das Condições Gerais, com base nos indicadores (Indicadores de Desempenho) estabelecidos abaixo no Manual Operativo. Cada Relatório do Projeto deve cobrir o período de um semestre, e deve ser fornecido ao Banco em até quarenta e cinco dias depois do fim do período incluso nesse relatório.

**B. Administração financeira, Relatórios Financeiros e Auditorias**

1. O Prestatário deve manter ou fazer com que seja mantido um sistema de administração financeira conforme as condições da Seção 5.09 das Condições Gerais.
2. Sem limitação nas condições da Parte A desta Seção, o Prestatário deve preparar e encaminhar ao Banco em até quarenta e cinco dias após o fim de cada trimestre, relatórios de auditorias financeiras internas do Projeto cobrindo o trimestre, de maneira satisfatória ao Banco.
3. O Prestatário deve ter seus Extratos Financeiros sob auditoria, conforme as condições da Seção 5.09 (b) das Condições Gerais. Cada auditoria dos Extratos Financeiros deve cobrir o período de um ano fiscal do Prestatário. A auditoria dos Extratos Financeiros para cada período deve ser encaminhada ao Banco em até seis meses depois do final desse período.

**Seção III. Aquisição****A. Geral**

1. **Bens, Obras e Serviços de não-consultoria.** Todos os bens, obras, e serviços de não-consultoria requeridos no Projeto, com recursos do Empréstimo, devem ser obtidos de acordo com as normas adiante mencionadas ou estabelecidas na Seção I das Diretrizes para Aquisições, e com as condições desta Seção.
2. **Serviços de Consultoria.** Todos os serviços de consultoria requeridos pelo Projeto, com recursos do Empréstimo, devem ser obtidos de acordo com as normas adiante mencionadas ou estabelecidas nas Seções I e IV das Diretrizes para Consultorias e com as condições desta Seção.
3. **Definições.** Os termos em maiúsculas usados abaixo nessa Seção descrevem métodos de aquisição específicos ou métodos de revisão pelo Banco de contratos específicos no correspondente método descrito nas Diretrizes de Aquisição, ou nas Diretrizes de Consultorias, conforme for o caso.

**B. Métodos Específicos Para a Aquisição de Bens, Obras e Serviços de Não-Consultoria**

1. **Licitação Competitiva Internacional.** A menos que de outro modo estabelecido no parágrafo 2 abaixo, bens, obras e serviços de não-consultoria devem ser obtidos sob contratos concedidos com base em procedimentos de Licitação Competitiva Internacional.

2. **Outros Métodos de Aquisição de Bens, Obras e Serviços de Não-consultoria.** (a) A tabela a seguir especifica os métodos de aquisição, diferentes de Licitação Competitiva Internacional, que podem ser usados para bens, obras e serviços de não-consultoria. O Plano de Aquisições deve especificar as circunstâncias sob as quais os métodos podem ser usados.

| <b>Método de Aquisição</b>         |
|------------------------------------|
| (a) Licitação Competitiva Nacional |
| (b) Contratação Direta             |
| (b) <i>Shopping</i> .              |

(b) Licitação competitiva Nacional será submetida aos seguintes procedimentos adicionais:

- (i) o edital de licitação deve ser publicado em, no mínimo, um jornal de circulação nacional ou em website aberto e gratuito.;
- (ii) os acordos sob o edital de licitação, para consórcios de empresas brasileiras ou estrangeiras devem ser aprovados com antecedência pelo Banco, em cada caso; e
- (iii) o comprador não deve emitir qualquer mudança de ordem sob o contrato que aumente ou diminua em mais que 15% da quantidade de bens (e serviços relacionados) sem qualquer mudança nos preços unitários ou outros termos e condições de venda.
- (iv) os documentos de licitação deverão ser aceitos pelo Banco.

**C. Métodos Específicos de Aquisição dos Serviços de Consultoria**

1. **Seleção Baseada em Qualidade e Custo.** A menos que de outro modo esteja estabelecido no parágrafo 2 abaixo, os serviços de consultoria devem ser obtidos sob contratos concedidos com base na Seleção Baseada em Qualidade e Custo.
2. **Outros Métodos de Aquisição dos Serviços de Consultoria.** O quadro seguinte especifica os métodos de aquisição, diferentes da Seleção Baseada em Qualidade e Custo, que podem ser usados para os serviços de consultores. O Plano de Aquisição deve especificar as circunstâncias sob as quais podem ser usados tais métodos.

| <b>Método de Aquisição</b>   |
|--|
| (a) Seleção Baseada nas Qualificações dos Consultores  |
| (b) Seleção de Menor Custo   |
| (c) Seleção Baseada na Qualidade   |
| (d) Procedimentos conforme referidos nos parágrafos 5.2 e 5.3 das Diretrizes de Consultoria para a Seleção de Consultores Individuais. |
| -----  |
| (e) Fonte Única para a Seleção de Consultores Individuais  |

**D. Revisão pelo Banco das Decisões de Aquisições**

O Plano de Aquisição deve estar conforme estes contratos que devem ser objeto de Revisão Prévia do Banco. Todos os outros contratos devem ser submetidos a uma revisão posterior pelo Banco.

**Seção IV. Procedimentos de Retiradas do Empréstimo**

**A. Geral**

O Plano de Aquisição estabelecerá os contratos que estarão submetidos a Revisão Prévia do Banco. Todos os outros contratos estarão dependentes da Revisão Posterior do Banco.

1. O Prestatário pode retirar recursos do Empréstimo conforme as condições pré-estabelecidas no Artigo II das Condições Gerais, desta Seção, e instruções adicionais de como o Banco deve especificar através de notificação ao Prestatário (incluindo "World Bank Disbursement Guidelines for Projects" datado de Maio de 2006, sendo revisado de tempo em tempo pelo Banco e como pode ser aplicável a este Acordo ao seguir tais instruções), para financiar Despesas Aceitáveis conforme a tabela no parágrafo 2 abaixo.
2. Oatabela abaixo especifica as categorias de Despesas Aceitáveis que podem ser financiadas com recursos do Empréstimo ("Categoria"), a distribuição dos valores do Empréstimo para cada Categoria e o percentual de despesas a serem financiadas para as Despesas Aceitáveis em cada Categoria.

| <u>Categoria</u>  | <u>Quantia de Empréstimo Distribuída</u><br>(expressa em dólares americanos) | <u>Porcentagem de Despesas a serem financiadas</u><br>(incluindo os impostos)  |
|---|--|--|
| (1) Bens, serviços de não consultoria, serviços de consultoria e custos de treinamento e operação:(a) para todas as partes do Projeto menos as parte I.2 (a) e (b), e III.1 (a) ;(b) para a Parte I.2 do Projeto. | 810.000<br>400,000   | 69%<br>100%  |
| (2) Obras   | 5,540,000  | 69%  |
| (3) Taxa de Comissão Inicial  | 17,075   | Valor pagável em conformidade com a Seção 2.03 desse Acordo em concordância com a Seção 2.07 (b) das Condições Gerais. |
| (4) Prêmios para taxa de juros de rateio e taxas de juros de captação   | 0  | Valor devido sobre a Seção 2.07 (c) deste Acordo.  |
| (5) Não Distribuído (alocado)   | 62,925   |  |

3. Para os fins do parágrafo 2, acima, os termos::
  - (i) "Treinamento" significa despesas razoáveis (que não sejam aquelas com despesas de consultoria) de responsabilidade do Prestatário com a finalidade do Projeto e diretamente relacionadas com as atividades de treinamento descritas no Projeto, incluindo, entre outras: os custos relacionados a seminários, conferências, viagens de estudo, taxas de inscrição de treinamentos, alugueis de instrumentos e equipamentos, e custos de viagens locais e diárias de ajuda de custo para o funcionários do Prestatário ou consultores contratados pela UGP; e
  - (ii) "Custos de Operação" significa despesas razoáveis periódicas (que não sejam aquelas para serviços de consultorias) de responsabilidade do Prestatário com a finalidade do Projeto e

diretamente relacionado às atividades descritas no Projeto, incluindo entre outras: materiais de escritório e fornecedores, transporte, telefone e fax, campanhas de mídia e materiais impressos, e custos de viagens locais, diárias de ajuda de custo para o funcionários do Prestatário ou consultores contratados pela UGP.

#### **B. Condições de Retirada; Período de Retirada**

1. Apesar das condições sob a parte A desta Seção, não deve ser feita retirada para pagamentos feitos antes da data deste Acordo, com exceção de retiradas até uma quantia agregada que não exceda o equivalente a \$ 683,000, podendo ser feitas para pagamentos realizados dentro de doze meses antes dessa data para despesas aceitáveis
2. A Data de Fechamento é 31 de dezembro de 2012. O Banco somente concederá uma extensão da Data de Fechamento depois que o Ministério de Finanças do Fiador tenha informado ao Banco que este concorda com tal extensão.

### **PROGRAMA 3**

#### **Programa de Amortização**

1. O quadro a seguir estabelece as Datas Principais de Pagamento do Empréstimo e o percentual do total da quantia principal do Empréstimo pagável em cada Data de Pagamento Principal (Parte da Prestação). Se os recursos de Empréstimo forem completamente retirados a partir da primeira Data de Pagamento Principal, a quantia principal do Empréstimo reembolsável pelo Prestatário em cada data de pagamento principal será determinada pelo Banco pela multiplicação: (a) Saldo de Retirada de Empréstimo, como a primeira Data de Pagamento Principal; pela (b) Parte de Prestação para cada Data de Pagamento Principal, com cada quantia reembolsável a ser ajustada, conforme necessário, para deduzir quaisquer quantias citadas no parágrafo 4 deste Programa, para o qual uma Conversão da Moeda Corrente se aplica.

| <b>Data do pagamento principal</b>  | <b>Parte de prestação<br/>(Expressa em Percentual)</b> |
|---|--|
| Em cada 15 de março e 15 de setembro<br>Começando em 15 de setembro de 2013<br>Até 15 de setembro de 2027 | 3.33%  |
| Em 15 de março 2028.  | 3.43%  |

2. Se os recursos do Empréstimo não forem completamente retirados a partir da primeira Data do Pagamento Principal, a quantia principal do Empréstimo reembolsável pelo Prestatário em cada Data de Pagamento Principal deverá ser determinada como segue:
  - (a) No caso de que quaisquer recursos do Empréstimo tenham sido retirados a partir da primeira Data de Pagamento Principal, o Prestatário deverá reembolsar o Saldo do Empréstimo Retirado a partir da data em conformidade com o parágrafo 1 desse Programa.
  - (b) Qualquer quantia, retirada após a primeira Data de Pagamento Principal, deverá ser reembolsada em cada Data de Pagamento Principal que vence depois da data dessa retirada em quantias determinadas pelo Banco multiplicando a quantia de cada retirada por uma fração, cujo numerador é a parte da prestação original especificada na tabela no parágrafo 1 deste Programa para a mencionada Data de Pagamento Principal ("Parte da Prestação Original") e o denominador é a soma de todas as Partes de Prestações Originais para as Datas de Pagamentos Principais que vencem nessa ou depois dessa data, tais quantias reembolsáveis a serem ajustadas, conforme o necessário, para se deduzir quaisquer



quantias mencionadas no parágrafo 4 deste Programa, às quais se aplica uma Conversão de Moeda Corrente.

3. (a) Quantias do Empréstimo, retiradas dentro de dois meses antes de qualquer Data de Pagamento Principal devem, para os propósitos únicos de calcular as quantias principais pagáveis em qualquer Data de Pagamento Principal, ser tratadas como retiradas e pendentes na segunda Data de Pagamento Principal seguinte à data de retirada e deverão ser reembolsáveis em cada Data de Pagamento Principal começando com a segunda Data de Pagamento Principal seguinte à data da retirada.
- (b) Apesar das providências do subparágrafo (a) desse parágrafo, se em qualquer momento o Banco adotar um sistema de cobrança na data de vencimento no qual as faturas são emitidas na data ou após a respectiva Data de Pagamento Principal, as provisões de tal subparágrafo não deverão mais ser aplicadas a quaisquer retiradas feitas após a adoção de tal sistema de cobrança.
4. Apesar das providências dos parágrafos 1 e 2 deste Anexo, sobre uma Conversão de Moeda corrente de toda ou qualquer porção do Saldo do Empréstimo Retirado para uma Moeda Corrente Aprovada, a quantia assim convertida na Moeda Corrente Aprovada que é reembolsável em qualquer Data de Pagamento Principal ocorrendo durante o Período de Conversão, deverá ser determinado pelo Banco, multiplicando tal quantia em sua moeda corrente de origem, imediatamente antes da Conversão, por (i) a taxa de câmbio que reflete as quantias do principal na Moeda Corrente Aprovada pagável pelo Banco sob a Transação da Moeda Corrente relacionada à Conversão; ou (ii) se o Banco assim determinar, conforme as Diretrizes de Conversão, a taxa de câmbio será o componente da taxa de proteção.
5. Se o Saldo do Empréstimo Retirado for originário de mais de uma Moeda Corrente do Empréstimo, as provisões desse Anexo deverão ser aplicadas separadamente à quantia de origem em cada Moeda Corrente do Empréstimo, a fim de produzir um calendário separado de amortização para cada quantia em questão.

## APÊNDICE

### Seção I. Definições

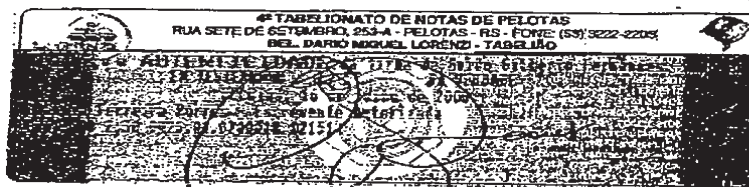
1. "Beneficiary" significa qualquer parte apta para executar um Subprojeto Produtivo conforme as providências do Manual Operativo.
2. "Business Plan" significa um plano de negócios elaborado pelo Prestatário e/ou Beneficiário, conforme o caso, aprovado pelo Banco e detalhando a descrição dos negócios, a estratégia de mercado, a análise de competitividade, um plano de desenvolvimento, operação e planos administrativos e informação financeira relevante.
3. "Category" significa uma categoria estabelecida na tabela, Seção IV do Programa 2 deste Acordo.
4. "Cluster" significa uma concentração geográfica de negócios inter-conectados, fornecedores e instituições associadas em um setor econômico específico.
5. "Consultant Guidelines" significa as "Diretrizes: Seleção e Contratação de Consultores pelos Prestatários do Banco Mundial" publicado pelo Banco em maio 2004 e revisado em outubro de 2006.
6. "Environmental Assessment and Management Framework" significa a estrutura para avaliação e administração do meio ambiente, propriedade cultural, habitats naturais e aspectos de segurança de barragens do Projeto, elaborado pelos Municípios Participantes, datado em 23 de Julho de 2007, e exposto no Manual Operativo, publicado e disponível para o público no site: [www.pmdi.com.br](http://www.pmdi.com.br).

7. "General Conditions" significa as Condições Gerais para o Acordo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, datado em 1º de Julho de 2005 e alteração em 12 de fevereiro de 2008).
8. "LED" significa desenvolvimento econômico local.
9. "Infrastructure Service Improvement Subproject" ou ISI Project significa um conjunto de atividades a serem implementadas sob a parte III do Projeto e aptas a financiamento com os valores do Empréstimo de acordo com as provisões do Manual Operativo.
10. "Model Subproject Agreement" significa o acordo mencionado na Seção LD do Programa @ deste Acordo.
11. "Operational Manual" significa o manual mencionado na Seção LD do Programa 2 deste Acordo.
12. "Participating Municipalities" significa: Bagé, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Uruguaiana e qualquer outro município no Estado do Rio Grande do Sul do Avalista que atende aos critérios estabelecidos no Manual Operativo para participar do Programa.
13. "PDMI Inter-Municipal Agreement" significa o acordo, satisfatório ao Banco, registrado entre os seguintes municípios participantes: Bagé, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Uruguaiana em 5 de novembro de 2007.
14. "Performance Indicators" significa o indicador adotado no Manual Operativo, para o monitoramento e evolução do Projeto.
15. "Procurement Guidelines" significa as "Diretrizes: Aquisição sobre Empréstimos de IBRD e Créditos IDA" publicados pelo Banco em maio de 2004 e revisado em outubro de 2006.
16. "Procurement Plan" significa o plano de aquisições do Prestatário para o Projeto, datado de 15 de maio de 2008 e mencionado no parágrafo 1.16 das Diretrizes para Aquisição e parágrafo 1.24 das Diretrizes para Consultoria, visto que o mesmo deverá ser atualizado de vez em quando conforme as providências desses parágrafos.
17. "Productive Subproject" significa um conjunto de atividades a serem implementadas sob a Parte II.2 do projeto e aptas para financiamento com os valores do Empréstimo de acordo com as provisões do Manual Operativo.
18. "Productive Subproject Agreement" significa quaisquer dos acordos mencionados na Seção I.C.1 deste Acordo.
19. "Program" ou "PDMI" significa o programa para o desenvolvimento integrado dos Municípios Participantes do Estado do Rio Grande do Sul do Avalista comprometidos ao exposto ou referido na carta dos Municípios participantes, para o Banco, datada de 12 setembro de 2007.
20. "Resettlement Framework" significa a estrutura que em 23 de julho de 2007 foi elaborada pelos Municípios Participantes e exposta no Manual Operativo definindo os procedimentos para o reassentamento involuntário ou deslocamento econômico de população no momento que for pedido conforme as obras a serem executadas sob o Projeto, e conforme publicado e disponível para o público no Site: [www.pdmi.com.br](http://www.pdmi.com.br).

21. "Resettlement Plan" significa qualquer plano preparado seguindo as exigências da estrutura de reassentamento e aprovado pelo Banco.
  22. "SME" significa pequeno e/ou médio empreendimento.
  23. "Superior Council" significa Conselho Superior, o conselho estabelecido pelos Municípios Participantes em 5 de novembro de 2007, em conformidade com o Acordo Inter-Municipal PDMI.
  24. "Technical Council" significa Conselho Técnico, o suporte técnico para Conselho Superior estabelecido pelos Municípios Participantes em 5 de novembro de 2007, em conformidade com o Acordo Inter-municipal PDMI.
  25. "UAP" significa Unidade de Articulação, a unidade a ser estabelecida juntamente pelos Municípios Participantes conforme as providências da Seção I.A.3 do Programa 2 deste Acordo.
  26. "UGP" significa Unidade Gestão do Projeto, a unidade estabelecida dentro da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Prestatário em 20 de março de 2007, em conformidade com a Portaria do Prestatário no. 029/2007, datada de 20 de março de 2007.
- NADA MAIS constava do Documento, o qual devolvo com esta tradução, a qual conferi, achei conforme e assino e dou fé. PELOTAS, 15 de julho de 2008.

LORENZI

*Guido Gilberto Fernandes*  
 Guido Gilberto Fernandes  
 Tradutor Público Juramentado



Guido Gilberto Fernandes  
 Tradutor Público Juramentado  
 Idioma: INGLÊS  
 Pelotas - RS  
 CPF – 096369350/68

EU, ABAIXO ASSINADO, TRADUTOR PÚBLICO E INTERPRETE COMERCIAL PARA A PRAÇA DE PELOTAS, DEVIDAMENTE NOMEADO PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 05 DE JANEIRO DE 1977, COM COMPROMISSO PRESTADO EM 17 DE FEVEREIRO DE 1977, SOB N. 31.593/85, CERTIFICO QUE ME FOI APRESENTADO UM DOCUMENTO; ACORDO DE GARANTIA, EXARADO EM IDIOMA INGLÊS. O QUAL EM VIRTUDE DO MEU OFICIO TRADUZO BEM E FIELMENTE PARA O PORTUGUÊS, NOS SEGUINTE TERMOS: 1056-Acordo de Garantia.doc Departamento Legal. Cópia Confidencial (sujeita a alteração). Marta Molaes-Halberg. 20 de maio de 2008. N.do Empréstimo-----BR

## Acordo de Garantia

Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado do Rio Grande do Sul  
 Projeto Municipal Integrado de Infraestrutura – Uruguiana Vencerá..

entre

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Número do Empréstimo \_\_\_\_=BR

**ACORDO DE GARANTIA**

ACORDO, datado de \_\_\_\_\_ 2008, registrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Fiador) e BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO ("Banco") ("Acordo de Garantia") em relação com a Acordo de Empréstimo de mesma data entre o Banco e o MUNICIPIO DE URUGUAIANA ("Prestatário") ("Acordo de Empréstimo"). O Fiador e o Banco, por este meio, concordam com o que segue:

**ARTIGO I - CONDIÇÕES GERAIS; DEFINIÇÕES**

Seção 1.01. As Condições Gerais (definidas no Apêndice para o Acordo de Empréstimo) constituem parte integrante deste Acordo.

Seção 1.02. A não ser que o contexto requeira de outra forma, os termos em maiúsculas usados neste Acordo têm os significados atribuídos a eles, nas Condições Gerais ou no Acordo de Empréstimo.

**ARTIGO II - GARANTIA**

Seção 2.01. Sem limite ou restrição sobre quaisquer outras obrigações do Acordo de Garantia, o Fiador incondicionalmente garante, como principal responsável, e não meramente por certeza, o devido e pontual pagamento de todas as parcelas do Empréstimo, pagáveis pelo Prestatário em conformidade com o Acordo de Empréstimo.

**ARTIGO III - REPRESENTANTE; ENDEREÇOS**

Seção 3.01. O Representante do Fiador é o Ministro das Finanças.

Seção 3.02. O Endereço do Fiador é:

Ministério da Fazenda  
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 8º andar  
70048-900 Brasília, DF,  
Brasil

Fax: 55-61-3412-1740

Seção 3.03. O endereço do Banco é:



Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
1818 H Street, N.W.  
Washington, D.C 20433  
United States of America

Telefônico:

Telex:

Fax:

INTBAFRAD  
Washington, D.C.

248423 (MCI) ou  
64145 (MCI)

(202)477-6391

ACORDADO em \_\_\_\_\_ no dia e ano anteriormente descritos.

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Por (segue assinatura)

Representante Autorizado

## BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

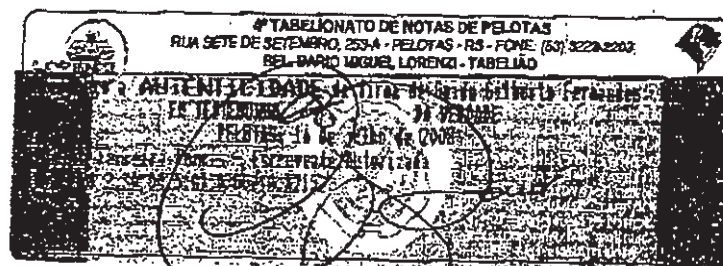
Por (segue assinatura)

Representante Autorizado

NADA MAIS CONSTAVA DO DOCUMENTO, O QUAL DEVOLVO COM ESTA TRADUÇÃO, A  
QUAL CONFERÍ, ACHEI CONFORME E ASSINO E DOU FÉ. Pelotas, 15 de julho de 2008.



*Guido Gilberto Fernandes*  
Guido Gilberto Fernandes  
Tradutor Público Juramentado



Carência  
Reservada

# RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, junho/2008



TESOURO NACIONAL

Mai/2008

## RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em maio, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 5,5 bilhões, contra R\$ 16,9 bilhões obtidos em abril e R\$ 4,2 bilhões em maio de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RPPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 19,1 bilhões respectivamente.

O resultado primário do Governo Central nos primeiros cinco meses de 2008 atingiu R\$ 53,6 bilhões, equivalente a 4,69% do PIB estimado para o período.

TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (%)  
BRASIL, 2007-2008

| DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO                               | R\$ bilhões     |                 |                   |                   |
|--|-----------------|-----------------|-------------------|-------------------|
|  | ABR<br>2008     | MAI<br>2008     | JAN - MAI<br>2007 | JAN - MAI<br>2008 |
| <b>I. RECEITA TOTAL</b>                                  | <b>82.841,3</b> | <b>84.538,9</b> | <b>248.211,2</b>  | <b>256.738,9</b>  |
| I.1. Receitas do Tesouro                                 | 48.716,1        | 43.851,1        | 133.398,8         | 227.804,9         |
| I.1.1. Receita Bruta (1)                                 | 81.000,9        | 82.387,2        | 198.000,8         | 226.973,0         |
| I.1.2. (-) Restituições                                  | -332,4          | -329,1          | -2.274,1          | -1.468,1          |
| I.1.3. (+) Incidências Fiscais                           | 0,0             | 0,0             | 0,0               | 0,0               |
| I.2. Receitas da Previdência Social                      | 12.641,9        | 12.444,4        | 61.397,5          | 58.598,9          |
| I.3. Receitas do Banco Central                           | 123,3           | 143,0           | 616,8             | 675,1             |
| <b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>         | <b>16.442,9</b> | <b>15.894,8</b> | <b>42.589,2</b>   | <b>53.786,6</b>   |
| <b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>                 | <b>66.398,4</b> | <b>68.644,1</b> | <b>205.622,0</b>  | <b>202.952,3</b>  |
| <b>IV. DESPESA TOTAL</b>                                 | <b>71.947,5</b> | <b>73.445,1</b> | <b>194.129,3</b>  | <b>191.313,2</b>  |
| IV.1. Despesas do Tesouro                                | 26.516,3        | 25.873,8        | 88.874,9          | 104.938,9         |
| IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)                   | 9.074,9         | 8.387,7         | 46.312,0          | 49.571,7          |
| IV.1.2. Custeio e Capital                                | 11.437,3        | 12.420,9        | 49.547,4          | 54.757,3          |
| IV.1.2.1. Despesa de FAT                                 | 1.174,0         | 1.416,5         | 5.135,1           | 8.289,1           |
| IV.1.2.2. Despesas de Subvenções Econômicas (2)          | 446,9           | 622,7           | 2.397,4           | 1.967,7           |
| IV.1.2.3. Despesas Administrativas (LOAS/ENV)            | 1.331,1         | 1.334,9         | 3.255,7           | 4.328,1           |
| IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital           | 6.542,2         | 8.298,0         | 36.495,1          | 40.192,4          |
| IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio                   | 7.042,1         | 7.801,8         | 30.892,7          | 32.781,0          |
| IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital                   | 1.483,2         | 2.037,2         | 5.998,4           | 7.411,3           |
| IV.1.3. Transferências do Tesouro ao Banco Central       | 74,0            | 83,3            | 215,3             | 310,9             |
| IV.1.3.1. Despesas da Previdência Social (Beneficiários) | 16.429,3        | 16.463,8        | 61.364,9          | 76.461,8          |
| IV.2. Despesas do Banco Central                          | 172,8           | 161,3           | 758,2             | 828,8             |
| <b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>  | <b>-4.549,1</b> | <b>-4.799,0</b> | <b>-10.507,3</b>  | <b>-8.360,9</b>   |
| V.1. Tesouro Nacional                                    | 16.678,3        | 8.260,1         | 68.083,1          | 69.088,8          |
| V.2. Previdência Social (RPPS) (3)                       | -2.787,8        | -2.763,8        | -17.307,4         | -15.292,9         |
| V.3. Banco Central (4)                                   | -38,0           | -19,1           | -323,3            | -147,3            |
| <b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO (V)</b>                        | <b>-4.549,1</b> | <b>-4.799,0</b> | <b>-10.507,3</b>  | <b>-8.360,9</b>   |

(1) Cálculo conforme, também é aplicado, não inclui receitas de contribuições do FOTIS e despesas com o comprometimento de obrigações em moeda estrangeira, conforme previsto no Lei Complementar nº 110/2001.

(2) Inclui o resultado de Contribuições para o Fundo de Suprimento de Alimentos (FSA) e de despesas de pessoal e pessoal patrimonial do CP-26 de Suprimento de Alimentos, bem como os resultados primários resultantes.

(3) Inclui resultados das contribuições para o Fundo de Previdência Social, a partir de 2008, conforme o novo regime previdenciário.

(4) Resultado de transferências entre instituições previdenciárias.

(5) Despesas administrativas do Banco do Brasil e resultados originais (não transferíveis ao Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIÁÇÕES  
ACUMULADAS: 2008/2007

| DISCRIMINAÇÃO     | %       |
|-------------------|---------|
| Receitas          | 17,28%  |
| Tesouro           | 17,30%  |
| Previdência       | 18,67%  |
| Transferências    | 24,05%  |
| Receita Líquida   | 18,47%  |
| Despesas          | 8,14%   |
| Benefícios        | 9,43%   |
| Pessoal           | 7,04%   |
| Custeio e Capital | 10,52%  |
| FAT               | 22,66%  |
| Despesas          | -16,95% |
| LOAS/ENV          | 19,18%  |
| Outras            | 9,35%   |
| Custeio           | 9,14%   |
| Capital           | 23,83%  |
| PIB estimado      | 12,18%  |

O resultado do mês de maio refletiu, por um lado, a redução sazonal das receitas do Tesouro Nacional, relativamente a abril e, por outro lado, o incremento nas despesas, principalmente, as de capital. No que se refere às receitas, observou-se decréscimo de R\$ 8,7 bilhões, efeito este localizado na arrecadação: i) do IRPF (R\$ 1,8 bilhão) - devido ao pagamento em abril da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste de 2008; ii) do IRPJ e CSLL (R\$ 2,2 bilhões e R\$ 1,8 bilhão) - decorrente do pagamento, também em abril, da primeira cota ou cota única referente à apuração trimestral; iii) da cota

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL  
BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)

| DISCRIMINAÇÃO      | 2007   | 2008   |
|--------------------|--------|--------|
| Tesouro Nacional   | 7,45%  | 6,04%  |
| Previdência Social | -1,71% | -1,34% |
| Banco Central      | -0,02% | -0,01% |
| Governo Central    | 5,68%  | 4,69%  |

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL  
BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

| DISCRIMINAÇÃO               | ABR/08   | MAI/08   |
|-----------------------------|----------|----------|
| Impostos                    | 16.945,8 | 15.505,8 |
| Imposto de Renda            | 10.012,2 | 12.716,1 |
| IRPJ                        | 3.163,5  | 3.242,9  |
| Outros                      | 2.061,2  | 2.009,9  |
| Contribuições               | 10.234,8 | 10.237,1 |
| Cofins                      | 9.942,3  | 9.929,2  |
| Cofins                      | 42,8     | 74,8     |
| C.S.L.                      | 1.807,9  | 2.047,1  |
| Cofin - Contribuintes       | 431,9    | 906,1    |
| Outros                      | 3.218,4  | 3.261,8  |
| Diversos                    | 1.307,1  | 8.743,8  |
| Contribuição Social         | 3.322,3  | 1.064,9  |
| Contribuição Previdenciária | 1.711,4  | 1.414,7  |
| Diversidade de União        | 899,9    | 1.262,9  |
| Contribuição                | 101,0    | 1.708,7  |
| Outros                      | 904,9    | 1.535,9  |
| Total Bruto                 | 61.998,9 | 48.267,2 |

\* Os valores referem-se à prestação de serviços e bens, sendo, portanto, distribuídos  
em várias etapas.

parte de compensações financeiras (R\$ 2,5 bilhões) em função do recolhimento, no mês de abril, da parcela trimestral da participação especial na exploração do petróleo e gás natural; e iii) da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) (R\$ 1,7 bilhão) que integra os recursos para o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Ainda no que se refere às receitas do Tesouro Nacional, registre-se no mês de maio o pagamento, por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, de licenças para exploração da banda de terceira geração (3G). Tal recolhimento elevou a arrecadação das receitas de concessões em R\$ 1,5 bilhão, comparativamente a abril.

Em relação às despesas do Tesouro Nacional, observou-se acréscimo de R\$ 1,2 bilhão, em relação a abril, assim discriminado: abono e seguro-desemprego (R\$ 242,9 milhões, 20,7%), pessoal e encargos sociais (R\$ 312,8 milhões, 3,4%) e, principalmente, na rubrica "Outras Despesas de Custeio e Capital" (R\$ 713,8 milhões, 8,4%). Vale destacar que, neste último caso, os dispêndios com investimento apresentaram maior dinamismo (R\$ 574,1 milhões, 38,7%) em relação aos gastos com demais despesas de custeio (R\$ 139,7 milhões, 2,0%).

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL  
BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

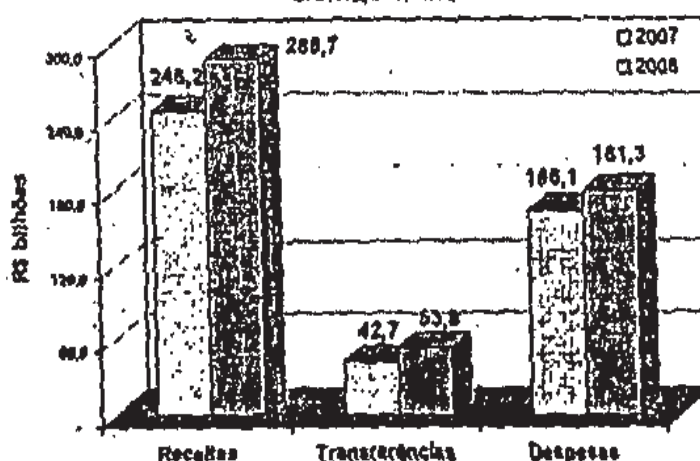
| DISCRIMINAÇÃO             | ABR/08   | MAI/08   |
|---------------------------|----------|----------|
| Pessoal e Encargos        | 312,8    | 329,7    |
| Custeio e Capital         | 11.437,1 | 12.651,8 |
| Diversidade de PAT        | 1.174,9  | 1.418,9  |
| Contribuição e Subvenções | 400,0    | 422,7    |
| LOAS/INUV                 | 1.331,1  | 1.334,3  |
| Outros                    | 8.343,3  | 8.238,0  |
| Transferência de Recurso  | 75,0     | 82,2     |

\* Valor de despesas com abono e seguro-desemprego, e a parte do  
R\$ 1,2 bilhão com contribuição de investimento.

No ano, o resultado do Governo Central é 43,3% superior ao obtido em igual período de 2007 (R\$ 53,6 bilhões contra R\$ 37,4 bilhões). Com isso, o resultado primário passou de 3,68% para 4,69% do PIB estimado para o período. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, cresceram 2,8% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,3%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo da mesma magnitude (2,8%).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES REAIS (BOMAS)  
CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB  
(% ACUMULADO JAN-MAI)

| DISCRIMINAÇÃO     | 2008   | 2007   |
|-------------------|--------|--------|
| Receitas          | 2,3%   | 4,4%   |
| Tesouro           | 2,3%   | 4,4%   |
| Previdência       | 2,3%   | 3,8%   |
| Transferências    | 1,7%   | 12,3%  |
| Receita Líquida   | 2,4%   | 3,8%   |
| Despesas          | 2,4%   | 2,8%   |
| Despesas          | 1,7%   | 2,3%   |
| Pessoal           | 2,2%   | 4,7%   |
| Custeio e Capital | 2,6%   | 1,3%   |
| PAT               | 4,3%   | 4,7%   |
| Contribuição      | -40,5% | -35,8% |
| LOAS/INUV         | 8,8%   | 8,2%   |
| Outros            | 6,8%   | 4,4%   |
| Custeio           | 3,3%   | 1,8%   |
| Capital           | 32,7%  | 70,4%  |

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL  
BRASIL, JAN-MAI





**DESPESAS DO TESOUREIRO NACIONAL**  
**BRASIL, JAN - MAI (%) do PIB**

| DISCRIMINAÇÃO             | 2007  | 2008  |
|---------------------------|-------|-------|
| Pessoal e Encargos        | 4,31% | 4,37% |
| Capital e Capital         | 4,95% | 4,77% |
| Despesas de FAT           | 0,50% | 0,33% |
| Estadísticas e Pesquisas* | 0,23% | 0,17% |
| LOAS/MSM                  | 0,53% | 0,51% |
| Outras                    | 2,00% | 2,51% |
| Transferência ao Bacia    | 0,02% | 0,02% |

\* Média mensal com ponderação dos meses, segundo o peso de cada mês em 2007, de acordo com o comportamento da população.

Até maio de 2008, enquanto os gastos de custeio cresceram 6,7%, em relação ao mesmo período de 2007, as despesas de capital expandiram-se 23,9%. O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,71% do PIB para 1,34% do PIB.

**BENEFÍCIOS EMBITOS DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, MÉDIA JAN-MAI**

| DISCRIMINAÇÃO      | 2007  | 2008  | %    |
|--------------------|-------|-------|------|
| Quantidade RGPS*   | 21,7  | 27,2  | 2,3% |
| Valor médio RGPS** | 948,1 | 585,1 | 0,8% |
| PIB em bilhões     |       |       |      |
| PIB em bilhões     |       |       |      |

\* em milhões

\*\* em bilhões

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, JAN - MAI (% do PIB)**

| DISCRIMINAÇÃO | 2007   | 2008   |
|---------------|--------|--------|
| Contribuição  | 5,08%  | 5,31%  |
| Benefícios    | 6,80%  | 6,88%  |
| Res. Primário | -1,71% | -1,34% |

meses de 2007, 4,55% do PIB, situaram-se, ao final de maio de 2008, em 4,33% do PIB.

Por seu turno, os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas apresentaram queda nominal de R\$ 399,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal rubrica apresentou redução de 0,06 p.p. do PIB, passando de 0,23% em 2007, para 0,17% em 2008. Os principais programas com menor dinamismo foram Aquisição do Governo Federal (decréscimo de R\$ 175,7 milhões) e Garantia e Sustentação de Preços (redução de R\$ 74,0 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, houve incremento de 9,5% (R\$ 3,5 bilhões) em relação ao acumulado até maio do ano anterior, sendo 6,7% (R\$ 2,1 bilhões) referentes a custeio e 23,9% (R\$ 1,4 bilhão) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficaram 4,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 10,4% acima da variação do PIB.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 13,3 bilhões, contra R\$ 17,4 bilhões observados no mesmo período de 2008 (redução de 12,1%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 8,7 bilhões (16,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 53,0 bilhões para R\$ 62,8 bilhões (elevação de 18,6%), explicada, sobretudo, pelo crescimento (de 14,4%) da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 6,5 bilhões (9,4%), atingindo o montante de R\$ 75,9 bilhões. Como tem ocorrido em meses anteriores, o déficit primário do RGPS apresentou queda em proporção do PIB, reduzindo-se para 1,34%, 0,37 p.p. inferior ao nível registrado em idêntico período de 2007 (1,71%).

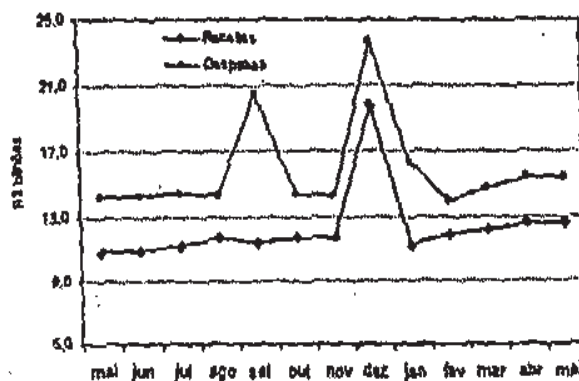
**RECEITAS E DESPESAS DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, 2008/2007**






TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOUREIRO NACIONAL \*

R\$ milhões

|   | Mai/2007 | Jun       | Jul       | Ago       | Set       | Out       | Nov       | Dez       | Jan       | Fev       | Mar       | Abr       | Mai/2008  |
|---|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>FLUXO FISCAL</b>                                     |          |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| <b>I. RECEITAS</b>                                      | 52.432,9 | 52.112,3  | 56.154,1  | 53.451,5  | 52.579,8  | 53.561,9  | 53.512,5  | 56.899,8  | 46.831,1  | 59.324,8  | 54.872,9  | 56.862,2  | 64.792,1  |
| I.1 - Recaudamento Bruto                                | 28.817,0 | 27.120,5  | 33.194,6  | 38.709,5  | 36.902,8  | 37.949,9  | 44.180,3  | 56.125,9  | 31.809,2  | 44.917,2  | 36.238,9  | 42.574,1  | 44.534,4  |
| I.2 - (+) Impostos Federais                             | 0,0      | 0,0       | 0,0       | 0,0       | -18,1     | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       |
| I.3 - Outras Operações Oficiais em Crédito              | 1.458,1  | 1.133,1   | 1.898,8   | 1.807,0   | 1.186,2   | 1.891,8   | 1.532,2   | 1.334,2   | 1.773,4   | 1.541,2   | 1.887,5   | 1.593,3   | 1.588,4   |
| I.4 - Receita das Operações em Crédito                  | 118,9    | 116,9     | 116,5     | 141,5     | 129,3     | 343,5     | 231,8     | 204,2     | 213,0     | 87,6      | 187,4     | 142,2     | 141,9     |
| I.5 - Receita do Sistema Educacional                    | 612,9    | 833,9     | 844,1     | 888,5     | 873,8     | 868,2     | 648,3     | 713,4     | 1.236,7   | 728,9     | 717,7     | 746,8     | 726,8     |
| I.6 - Anulação de Liquidação de Previdência Social      | 10.822,2 | 12.090,2  | 12.321,2  | 11.231,8  | 14.895,8  | 12.848,9  | 12.181,5  | 21.571,5  | 12.296,8  | 12.677,0  | 14.118,8  | 13.806,8  | 13.751,3  |
| I.6 - Anulação de Desembolsados - B2                    | 51,2     | 19,9      | 28,9      | 105,4     | 3,4       | 18,9      | 3,4       | 3,4       | 6,8       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       |
| <b>II. DESPESAS</b>                                     | 34.892,7 | 34.341,7  | 31.176,3  | 45.231,8  | 35.494,3  | 48.817,3  | 46.371,2  | 39.919,8  | 47.713,8  | 47.453,2  | 31.372,8  | 33.224,7  | 46.363,1  |
| II.1 - Despesas Vinculadas                              | 11.849,7 | 11.488,5  | 9.326,5   | 10.138,9  | 9.828,6   | 9.864,5   | 19.688,9  | 11.873,9  | 13,818,2  | 12.753,2  | 10.594,4  | 12.426,4  | 12.567,4  |
| II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais        | 7.766,9  | 7.344,5   | 8.248,4   | 8.567,9   | 8.816,5   | 8.498,5   | 7.515,7   | 10.538,8  | 9.042,7   | 9.925,5   | 7.881,5   | 9.121,5   | 9.388,8   |
| II.1.2 - Outros Transferências a Estados e Municípios   | 1.251,8  | 478,0     | 845,2     | 1.277,2   | 548,4     | 1.899,5   | 1.577,2   | 308,4     | 1.888,5   | 1.717,3   | 634,8     | 1.826,7   | 1.804,8   |
| II.1.3 - Lei Complementar 873, Lei Complementar 119     | 218,7    | 1.882,8   | 379,8     | 273,4     | 278,8     | 288,4     | 284,8     | 258,2     | 15,2      | 0,0       | 488,4     | 182,3     | 182,3     |
| II.1.4 - Outras Vinculadas                              | 1.868,9  | 1.863,8   | 1.758,9   | 1.220,8   | 2.182,9   | 1.578,2   | 2.097,2   | 894,7     | 3.888,8   | 2.087,2   | 1.807,8   | 2.113,7   | 2.298,8   |
| II.2 - Despesas Ordinárias                              | 23.043,0 | 22.853,2  | 21.849,8  | 35.092,9  | 25.665,7  | 38.952,8  | 26.502,3  | 28.045,9  | 33.945,6  | 34.700,0  | 20.778,4  | 20.798,3  | 33.846,7  |
| II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais                     | 6.330,4  | 11.789,2  | 9.234,5   | 9.548,8   | 6.728,0   | 8.538,8   | 12.727,1  | 12.423,1  | 18.483,6  | 9.758,5   | 9.758,5   | 10.848,8  | 10.848,8  |
| II.2.2 - Encargos de Dívida Consolidada                 | 3.671,8  | 829,8     | 993,9     | 717,3     | 387,5     | 548,3     | 824,1     | 138,3     | 887,5     | 887,5     | 887,5     | 1.813,3   | 1.813,3   |
| II.2.3 - Dívida Consolidada Interna                     | 112,7    | 115,2     | 103,7     | 178,1     | 516,2     | 429,8     | 288,2     | 149,8     | 73,3      | 103,2     | 103,9     | 112,7     | 112,7     |
| II.2.4 - Dívida Consolidada Externa                     | 3.780,1  | 324,8     | 888,4     | 807,4     | 131,0     | 158,2     | 217,8     | 19,8      | 813,8     | 847,2     | 858,2     | 1.563,3   | 1.563,3   |
| II.2.5 - Recursos do OFIM - Macula                      | 6.100,8  | 8.400,0   | 14.828,0  | 3.005,0   | 1.732,0   | 8.813,7   | 8.323,0   | -1.348,4  | 15.489,5  | 2.848,1   | 8.387,5   | 4.819,4   | 9.581,5   |
| II.2.6 - Recursos Previdenciários                       | 12.812,6 | 14.214,2  | 12.821,2  | 15.299,5  | 20.172,8  | 14.862,7  | 18.819,7  | 17.734,4  | 17.143,3  | 13.518,2  | 13.408,3  | 15.433,8  | 16.885,8  |
| II.2.7 - Outros e Investimentos                         | 12.489,5 | 8.587,5   | 8.214,2   | 8.548,3   | 9.538,9   | 9.513,2   | 11.220,2  | 17.225,1  | 7.281,8   | 6.807,2   | 7.889,9   | 8.782,8   | 8.208,8   |
| II.2.8 - Operações Oficiais em Crédito                  | 437,1    | 464,1     | 133,0     | 882,4     | 332,8     | 331,8     | 415,8     | 874,1     | 489,3     | 188,3     | 223,8     | 419,3     | 582,4     |
| II.2.9 - Reservas e Pagos                               |          |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| <b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOUREIRO (I - II)</b> | -7.460,8 | -17.229,4 | -25.022,2 | -11.780,3 | -16.914,5 | -15.255,3 | -12.858,7 | -16.020,0 | -10.882,7 | -12.128,4 | -23.500,0 | -20.362,5 | -21.599,0 |
| <b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>                           |          |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| <b>IV. RECEITAS</b>                                     | 26.879,3 | 26.413,8  | 18.882,8  | 13.257,8  | 34.838,8  | 88.958,8  | 21.388,8  | 16.482,8  | 36.887,8  | 34.813,8  | 21.763,8  | 23.445,8  | 16.833,8  |
| IV.1 - Entrada de Títulos - Mercado                     | 24.889,8 | 45.423,8  | 18.854,7  | 11.824,7  | 32.384,2  | 88.454,7  | 20.788,8  | 15.540,2  | 23.134,8  | 33.888,8  | 28.378,8  | 22.878,2  | 17.542,8  |
| IV.2 - Outras Operações em Crédito                      | 1.989,5  | 889,5     | 847,8     | 733,8     | 653,5     | 1.549,8   | 898,8     | 822,4     | 753,8     | 1.813,2   | 883,4     | 1.568,8   | 1.278,8   |
| <b>V. DESPESAS</b>                                      | 19.372,8 | 21.862,8  | 46.312,8  | 6.482,8   | 32.828,8  | 41.225,2  | 7.771,8   | 19.498,1  | 44.884,8  | 1.541,8   | 22.884,8  | 18.888,8  | 2.841,8   |
| V.1 - Anulação de Dívida Interna                        | 16.848,8 | 21.882,7  | 44.188,8  | 9.879,1   | 32.384,2  | 48.341,8  | 8.888,8   | 19.387,8  | 42.879,8  | 879,2     | 21.888,8  | 18.888,8  | 1.387,8   |
| V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado                    | 16.811,8 | 21.785,8  | 44.088,8  | 9.848,8   | 32.384,2  | 48.341,8  | 8.888,8   | 19.387,8  | 42.879,8  | 879,2     | 21.888,8  | 18.888,8  | 1.387,8   |
| V.1.2 - Dívida Consolidada                              | 135,8    | 537,2     | 138,8     | 138,8     | 141,2     | 294,8     | 779,8     | 148,8     | 88,8      | 648,2     | 138,8     | 148,8     | 147,8     |
| V.2 - Anulação de Dívida Externa                        | 2.887,8  | 88,8      | 2.077,8   | 1.888,8   | 324,8     | 958,8     | 1.888,8   | 188,8     | 1.481,8   | 878,8     | 1.388,8   | 1,8       | 172,8     |
| V.3 - Anulação de Operações em Crédito                  | 0,0      | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       | 0,0       |
| <b>VI. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (IV - V)</b>        | 7.506,5  | 4.551,0   | -27.430,0 | 7.775,0   | 12.010,0  | 47.733,6  | 13.617,0  | -3.015,3  | -8.077,0  | 33.272,0  | 0,0       | -17.443,0 | 14.012,0  |
| <b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOUREIRO/BANCO</b>   | 12.777,4 | -411,4    | -2.771,4  | 4.902,4   | 2.438,7   | 378,9     | 483,1     | 4.154,6   | -6.196,2  | 3.909,7   | 6.232,6   | -1.988,3  | 2.783,4   |
| <b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + VI + VII)</b>      | 21.543,9 | 19.889,7  | -28.380,6 | 16.814,4  | 4.196,3   | 23.894,5  | 12.299,0  | 22.638,8  | -17.374,8 | 38.091,7  | 9.244,3   | -10.669,0 | 24.783,8  |

\* Cálculo: Liquidação, Outras Receitas, Outras Despesas.



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOUREIRO/BANCO CENTRAL \*

R\$ milhões

|  | Mai/2007 | Jun      | Jul      | Ago     | Set     | Out      | Nov     | Dez      | Jan      | Fev     | Mar     | Abr      | Mai/2008 |
|--|----------|----------|----------|---------|---------|----------|---------|----------|----------|---------|---------|----------|----------|
| <b>I. RECEITAS ORÇAMENTAIS DO BACEN</b>          | 16.777,4 | 18.788,4 | 29.279,1 | 5.882,5 | 2.438,7 | 16.476,9 | 2.482,1 | 10.164,5 | 31.629,4 | 4.709,7 | 6.232,6 | 14.519,3 | 6.763,4  |
| I.1 - Entrada de Títulos                         | 14.788,8 | 7.758,0  | 28.889,8 | 2.578,8 | 0,0     | 12.282,7 | 0,0     | 8.118,4  | 28.273,8 | 2.259,5 | 3.355,3 | 12.277,8 | 3.288,8  |
| I.2 - Anulação de Disponibilidades               | 1.830,0  | 2.807,3  | 2.200,3  | 2.750,3 | 2.288,5 | 2.029,7  | 2.344,8 | 1.840,9  | 2.117,7  | 2.309,2 | 2.886,1 | 2.118,8  | 3.488,7  |
| I.3 - Retorno das Aplicações Financeiras das UAs | 158,6    | 223,1    | 178,8    | 173,4   | 170,3   | 154,5    | 138,5   | 94,4     | 134,8    | 140,5   | 141,2   | 123,9    | 128,8    |
| I.4 - Resultado do Banco Central                 | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0     | 0,0     | 0,0      | 0,0     | 0,0      | 0,0      | 0,0     | 0,0     | 0,0      | 0,0      |
| <b>II. DESPESAS NO BACEN</b>                     | 4.600,0  | 11.200,0 | 32.800,0 | 600,0   | 0,0     | 16.200,0 | 1.800,0 | 6.300,0  | 37.224,8 | 808,8   | 0,0     | 16.508,8 | 2.808,8  |
| II.1 - Resgate de Títulos                        | 3.800,0  | 7.500,0  | 26.600,0 | 0,0     | 0,0     | 13.500,0 | 0,0     | 4.833,5  | 28.500,0 | 0,0     | 0,0     | 15.000,0 | 0,0      |
| II.2 - Encargos do DPIMF                         | 1.000,0  | 3.700,0  | 5.500,0  | 600,0   | 0,0     | 1.700,0  | 1.800,0 | 448,5    | 8.224,8  | 808,8   | 0,0     | 1.508,8  | 2.808,8  |
| <b>III. RESULTADO (I - II)</b>                   | 12.177,4 | -411,4   | -2.721,4 | 4.902,4 | 2.438,7 | 378,9    | 483,1   | 4.154,6  | -6.196,2 | 3.909,7 | 6.232,6 | -1.988,3 | 2.783,4  |

\* Dados revisados, sujeitos a alteração.



TABELA 44 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO)\*

R\$ milhão

|  | Ma/2007 | Jun   | Jul   | Ago   | Set   | Out    | Nov     | Dez     | Jan    | Fev   | Mar   | Abr   | Ma/2008 |
|--|---------|-------|-------|-------|-------|--------|---------|---------|--------|-------|-------|-------|---------|
| I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO                           | 100,2   | 102,3 | 8,8   | 191,2 | 82,2  | 87,2   | 31,9    | 49,4    | 47,9   | 44,3  | 39,2  | 35,9  | 1,1     |
| II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGRONDISTRUAL                 | 6,4     | 6,7   | 2,8   | 16,9  | 8,1   | 6,1    | 8,2     | 1,9     | 19,9   | 9,4   | 8,9   | 2,7   | 8,1     |
| III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS                                | 191,2   | 182,8 | 92,0  | 71,2  | 89,2  | 8,1    | -4,1    | -15,7   | 84,8   | 39,2  | 125,2 | 196,4 | 41,1    |
| III.1. Equalização Empreendimento do Governo Federal             | 1,0     | 3,2   | 0,0   | 0,0   | 0,0   | 0,0    | 22,5    | 1,9     | 1,2    | 1,1   | 1,3   | 0,4   | 8,8     |
| III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal                 | 47,8    | 96,4  | 53,9  | 0,0   | -19,8 | -49,9  | -138,9  | -116,0  | -84,4  | -31,9 | -1,1  | -1,2  | -78,1   |
| III.3. Garantia à Sustentação de Preços                          | 132,2   | 82,9  | 38,0  | 71,2  | 89,2  | 88,2   | 110,2   | 96,5    | 128,0  | 70,0  | 122,9 | 197,5 | 148,8   |
| IV. PROMAF   | 77,2    | 106,2 | 6,9   | 222,1 | 82,2  | 72,0   | 110,9   | 74,9    | 274,2  | 34,9  | 81,2  | 47,9  | 38,1    |
| IV.1. Equalização Empreendimento do Governo Federal              | 31,8    | 42,7  | 8,8   | 205,2 | 54,9  | 36,9   | 47,9    | 54,8    | 216,4  | 41,4  | 39,8  | 51,9  | 14,8    |
| IV.2. Concessão de Financiamento                                 | 45,4    | 63,5  | -1,9  | 17,9  | 27,3  | 35,1   | 63,0    | 20,1    | 57,8   | -7,4  | 41,4  | -3,2  | 23,3    |
| V. PROEX   | 65,7    | 45,8  | 25,4  | 21,9  | 22,2  | -71,4  | 35,9    | 98,8    | -132,8 | -19,8 | 81,4  | -2,7  | 61,2    |
| V.1. Equalização Empreendimento do Governo Federal               | 49,2    | 29,2  | 22,9  | 49,7  | 18,7  | 32,4   | 29,4    | 0,0     | 0,0    | 11,2  | 82,2  | 27,2  | 14,9    |
| V.2. Concessão de Financiamento                                  | 17,5    | 16,6  | 2,4   | -27,9 | 3,5   | -104,2 | 6,5     | 28,2    | -132,8 | -31,0 | -29,8 | 5,4   | 46,3    |
| VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SAQUEAMENTO DE ATIVOS (PESA)            | 35,2    | 14,2  | 36,4  | 17,8  | 17,4  | 82,4   | 49,2    | 127,2   | 14,8   | 84,4  | 4,4   | 16,2  | 7,9     |
| VII. CACAU   | 9,0     | 8,2   | 6,0   | 0,2   | 8,0   | 8,8    | 8,8     | 8,8     | 8,8    | 8,8   | 8,8   | 8,8   | 8,8     |
| VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSM) | 2,7     | 11,4  | 84,1  | 6,4   | 8,0   | 0,0    | 0,0     | 0,0     | 6,9    | 0,0   | 0,0   | 8,0   | 0,0     |
| IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (Lei 8.134/1990)            | 6,9     | 6,9   | 6,9   | 6,9   | 6,9   | 65,4   | 86,2    | 6,9     | 6,9    | 6,9   | 6,9   | 6,9   | 6,9     |
| X. FUNDO DA TERRA/INCRA  | 25,7    | 86,9  | 51,1  | 86,5  | 116,9 | 295,7  | 716,4   | 795,2   | 52,8   | 23,8  | 23,7  | 22,8  | 27,2    |
| XI. FUNCAFE  | 0,8     | 0,8   | 0,8   | 0,8   | 0,8   | 0,1    | 0,2     | 1,0     | 4,1    | 4,0   | 5,7   | 9,8   | 1,0     |
| XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)                     | -51,4   | -46,2 | -48,8 | -43,9 | -43,9 | -45,2  | 282,9   | 743,8   | -88,2  | -78,9 | -65,1 | -19,4 | -49,7   |
| XIII. TOTAL  | 442,9   | 591,2 | 179,9 | 546,9 | 298,2 | 778,9  | 1.787,1 | 1.321,4 | 232,2  | 117,7 | 256,8 | 318,2 | 118,4   |

\* Outras emissões, liquidez e alteração. Não inclui movimentações de passivos e depósitos, com subtrações em outras regiões.

\* Concessão de empréstimos novos recursos.

\* Inclui "despesas" autorizadas de acordo com o plano de contingência do Plano de Contas do Brasil.



TABELA 45 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ MAIO 2008/2007\*

R\$ mil

| ÓRGÃO SUPERIOR   | 2007                      |                      |                   |                         |                        |             | 2008                      |                      |                   |                         |                        |             |
|--|---------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|------------------------|-------------|---------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|------------------------|-------------|
|  | Dotação autorizada no ano | Despesa comprometida | Despesa liquidada | Despesas pagas no ano¹  |                        |             | Dotação autorizada no ano | Despesa comprometida | Despesa liquidada | Despesas pagas no ano¹  |                        |             |
|  |                           |                      |                   | Valor pago de exercício | Rolagem e Pagos pagas² | Total       |                           |                      |                   | Valor pago de exercício | Rolagem e Pagos pagas² | Total       |
| Chamado dos Deputados  | 115.085,0                 | 2.787,9              | 143,1             | 143,1                   | 9.819,8                | 9.819,8     | 364.418,1                 | 5.721,9              | 262,7             | 262,7                   | 4.977,9                | 4.336,6     |
| Senado Federal   | 129.843,8                 | 11.191,9             | 1.821,8           | 1.821,8                 | 13.151,8               | 13.054,8    | 75.801,8                  | 8.795,9              | 889,9             | 811,9                   | 7.982,4                | 7.994,8     |
| Tribunal de Contas da União                                  | 53.646,7                  | 3.833,3              | 597,4             | 597,4                   | 3.294,8                | 3.294,8     | 61.828,8                  | 5.371,9              | 116,1             | 116,1                   | 4.483,7                | 4.489,8     |
| Supremo Tribunal Federal                                     | 81.489,2                  | 18.896,7             | 1.192,2           | 1.192,2                 | 10.877,2               | 11.864,2    | 69.118,2                  | 1.198,9              | 72,2              | 72,2                    | 32.499,2               | 32.477,2    |
| Supremo Tribunal de Justiça                                  | 8.989,8                   | 1.233,5              | 47,2              | 47,2                    | 2.868,2                | 3.008,2     | 18.409,8                  | 2.889,9              | 92,9              | 92,9                    | 11.292,8               | 11.278,2    |
| Justiça Federal³   | 254.783,1                 | 290.888,5            | 172.732,7         | 122.711,5               | 82.743,4               | 214.655,5   | 262.394,2                 | 217.829,2            | 177.194,8         | 178.144,8               | 71.790,9               | 236.384,4   |
| Justiça Militar  | 7.583,2                   | 271,8                | 186,2             | 186,2                   | 2.878,8                | 2.292,7     | 7.429,7                   | 98,7                 | 28,1              | 28,1                    | 3.872,7                | 1.898,8     |
| Justiça Eleitoral  | 179.537,8                 | 17.874,1             | 3.288,5           | 3.288,5                 | 27.504,8               | 48.539,8    | 290.389,8                 | 150.322,8            | 19.380,2          | 18.984,8                | 52.832,8               | 78.424,8    |
| Justiça do Trabalho  | 215.114,8                 | 23.783,2             | 6.154,5           | 6.154,5                 | 73.229,1               | 78.789,7    | 184.489,8                 | 18.487,2             | 1.938,2           | 1.938,2                 | 78.187,2               | 89.866,4    |
| Justiça do Trabalho de Distrito Federal e dos Territórios    | 45.918,8                  | 1.332,1              | 298,4             | 298,4                   | 6.227,7                | 6.329,8     | 32.596,8                  | 8.573,8              | 1.973,2           | 1.973,2                 | 34.144,8               | 36.818,2    |
| Procuradoria da República⁴                                   | 190.058,2                 | 8.227,2              | 1.788,4           | 1.788,4                 | 25.161,7               | 26.950,8    | 1.275.281,9               | 182.814,1            | 21.623,9          | 21.618,1                | 101.672,9              | 123.262,2   |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão               | 56.125,3                  | 1.284,0              | 43,9              | 43,9                    | 12.862,2               | 12.768,1    | 51.851,4                  | 298,9                | 64,9              | 64,9                    | 8.822,8                | 8.868,2     |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento          | 545.121,0                 | 18.983,8             | 7.387,2           | 7.387,2                 | 32.123,8               | 38.342,2    | 782.739,4                 | 2.891,4              | 176,1             | 176,1                   | 172.112,2              | 172.295,2   |
| Ministério da Ciência e Tecnologia                           | 1.039.268,8               | 217.822,7            | 57.742,0          | 57.742,0                | 191.829,8              | 223.843,8   | 1.174.201,8               | 114.846,5            | 32.513,9          | 28.123,9                | 122.118,8              | 156.254,4   |
| Ministério da Educação                                       | 81.548,2                  | 14.183,8             | 6.246,6           | 6.246,6                 | 32.822,0               | 39.068,8    | 156.271,8                 | 412.118,8            | 10.278,8          | 882,1                   | 17.894,8               | 51.143,2    |
| Ministério da Saúde  | 1.043.196,5               | 74.276,2             | 29.223,2          | 29.223,2                | 44.716,4               | 49.281,4    | 2.637.114,1               | 431.987,7            | 18.898,2          | 18.328,2                | 752.178,8              | 784.584,4   |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 108.858,1                 | 270,1                | 89,8              | 89,8                    | 15.136,2               | 15.226,0    | 196.276,7                 | 1.289,2              | 123,2             | 123,2                   | 2.161,2                | 2.198,6     |
| Ministério da Justiça  | 1.009.917,9               | 184.491,9            | 78.718,9          | 78.718,9                | 112.884,9              | 221.512,9   | 1.218.858,9               | 78.244,1             | 1.742,9           | 1.742,9                 | 139.208,9              | 131.737,1   |
| Ministério de Minas e Energia                                | 47.364,2                  | 3.250,9              | 962,2             | 962,2                   | 15.878,2               | 18.739,2    | 84.881,2                  | 7.815,4              | 377,4             | 377,4                   | 19.681,1               | 12.662,7    |
| Ministério da Previdência Social                             | 49.045,2                  | 8.221,4              | 638,8             | 638,8                   | 351,4                  | 49.802,2    | 141.828,2                 | 11.329,2             | 1.784,4           | 1.784,4                 | 29.278,8               | 39.210,8    |
| Ministério Público da União                                  | 299.977,9                 | 16.255,6             | 1.082,1           | 1.082,1                 | 16.420,2               | 59.492,1    | 965.549,4                 | 7.144,4              | 20,2              | 20,2                    | 73.068,8               | 73.068,2    |
| Ministério das Relações Exteriores                           | 42.139,2                  | 2.891,2              | 2.352,2           | 2.352,2                 | 5.980,2                | 8.239,2     | 28.549,2                  | 1.421,8              | 1.289,2           | 1.289,2                 | 919,2                  | 2.309,2     |
| Ministério da Saúde  | 3.797.524,9               | 120.831,9            | 21.328,9          | 21.328,9                | 999.005,1              | 830.841,1   | 3.265.415,1               | 419.885,4            | 8.823,7           | 8.421,0                 | 478.189,9              | 447.219,8   |
| Ministério do Trabalho e Emprego                             | 66.481,9                  | 16.483,7             | 221,2             | 221,2                   | 32.538,9               | 32.362,2    | 114.577,1                 | 778,2                | 71,2              | 71,2                    | 3.782,2                | 3.788,4     |
| Ministério dos Transportes                                   | 8.125.381,0               | 3.017.101,5          | 298.818,1         | 141.828,0               | 1.182.842,8            | 1.394.276,4 | 8.944.458,8               | 3.508.996,2          | 118.798,9         | 17.543,9                | 1.818.216,2            | 1.818.182,1 |
| Ministério das Comunicações                                  | 174.383,2                 | 6.145,8              | 880,2             | 880,2                   | 81.814,7               | 82.795,2    | 39.184,4                  | 222,8                | 2,2               | 2,2                     | 12.361,2               | 12.364,9    |
| Ministério da Cultura  | 142.822,2                 | 30.515,9             | 113,9             | 113,9                   | 26.893,9               | 26.883,2    | 252.814,0                 | 7.822,8              | 81,8              | 81,8                    | 16.578,8               | 16.512,1    |
| Ministério do Meio Ambiente                                  | 95.258,2                  | 1.117,7              | 240,2             | 240,2                   | 14.841,2               | 15.081,2    | 170.029,8                 | 1.432,1              | 371,4             | 371,4                   | 16.836,4               | 17.427,8    |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário                        | 1.827.277,9               | 427.494,7            | 261.525,2         | 261.525,2               | 134.388,2              | 495.811,5   | 1.887.887,2               | 216.881,2            | 4.215,2           | 4.215,2                 | 239.084,8              | 263.298,8   |
| Ministério do Esporte  | 891.788,2                 | 208.202,1            | 124.270,4         | 124.270,4               | 102.529,0              | 226.799,4   | 894.318,2                 | 18,8                 | 2,7               | 2,7                     | 4.058,2                | 4.058,2     |
| Ministério da Defesa   | 2.833.189,8               | 187.555,2            | 65.575,2          | 65.575,2                | 109.579,2              | 109.579,2   | 4.172.378,2               | 163.189,1            | 12.863,2          | 12.863,2                | 68.880,2               | 68.880,2    |
| Ministério da Integração Nacional                            | 2.221.781,8               | 257.702,7            | 82.338,7          | 82.338,7                | 51.848,4               | 218.818,4   | 270.186,0                 | 4.894.515,1          | 722.388,7         | 8.814,1                 | 343.292,9              | 343.274,9   |
| Ministério do Turismo  | 1.264.788,2               | 82.235,4             | 178,2             | 178,2                   | 86.855,5               | 87.033,7    | 2.811.089,9               | 77.771,8             | 4,8               | 4,8                     | 96.912,2               | 96.912,2    |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome        | 241.395,0                 | 3.829,1              | 144,4             | 144,4                   | 35.228,7               | 35.373,2    | 177.812,7                 | 38.808,8             | 132,0             | 132,0                   | 21.488,8               | 21.889,9    |
| Ministério das Cidades                                       | 3.330.548,0               | 154.185,8            | 5.174,8           | 5.174,8                 | 218.318,3              | 213.357,2   | 3.238.983,4               | 1.045.887,8          | 11.282,2          | 8.332,9                 | 6.184.053,8            | 6.184.053,8 |
| TOTAL  | 12.797.165,2              | 6.444.294,1          | 1.248.215,1       | 1.248.215,1             | 4.951.583,9            | 5.186.484,0 | 43.211.558,8              | 7.379.844,7          | 977.294,3         | 968.371,1               | 8.747.613,1            | 7.711.348,7 |

¹ Despesa realizada.

² Correspondente ao investimento das Pastas Legislativas, Judiciária e Executiva, incluindo grupo de despesa Interministerial (GND 5) e Investimentos Financeiros (GND 3), com exceção de elementos de despesa Emprestados e Financiamentos (28).

³ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no SIAF, após a liquidação das despesas, Órgão de controle do "pago efetivo" apontado para as informações da Tabela A1 por meio da última correspondência ao valor da despesa realizada no ano em questão.

⁴ Inclui Orçamentos Baseados do Orçamento do ano anterior, com impacto no prazo de um ano.

⁵ Novas descentralizações de ordens para este órgão no valor de R\$ 128,7 milhões e R\$ 183,3 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

⁶ Inclui Gabinete de Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Assessoria Geral da União.

⁷ Inclui Exceções Financeiras da União, Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento Operações Oficiais de Crédito.





UNIÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2007 A ABRIL/2008

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

| DESPESA COM PESSOAL   | DESPESAS EXECUTADAS<br>(Últimos 12 Meses) |   |
|---|---|---|
|   | LIQUIDADAS                                | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|   | (a)                                       | (b)   |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)   | 94.577.243                                | 536.461                                     |
| Pessoal Ativo   | 49.022.113                                | 386.922                                     |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  | 45.355.130                                | 169.539                                     |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0   | 0   |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)   | 15.766.385                                | 116.362                                     |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  | 88.045                                    | 6.271                                       |
| Decorrentes de Decisão Judicial   | 2.037.163                                 | 44.562                                      |
| Despesas de Exercícios Anteriores   | 809.565                                   | 38.175                                      |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   | 12.835.611                                | 27.355                                      |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)  | 78.810.858                                | 440.099                                     |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)  | 79.250.957                                |   |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL   | VALOR                                     |   |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)  | 413.867.577                               |   |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100                          | 19,15%                                    |   |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9% <sup>1</sup>                    | 156.855.812                               |   |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%                                | 149.033.713                               |   |

FONTE: SIAFI - SINCONT/GEINC

<sup>1</sup> O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei nº 4.320/64.

b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

c) Os valores da despesa bruta com Pessoal Ativo e com Pessoal Inativo e Pensionistas inscritos em Restos a Pagar Não Processados foram alterados em relação aos divulgados no RGF de dezembro de 2007 devido à inclusão a menor dos valores do elemento de despesa 91 - sentenças judiciais no Pessoal Ativo e a maior no Pessoal Inativo e Pensionistas.

d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO  
Secretário do Tesouro Nacional

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA  
Secretário Federal de Controle Interno

Aviso nº 787 – C. Civil.

Em 2 de setembro de 2008

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa Uruguaiana Vencerá”.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff** – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – As mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 174/2008/CAE

Brasília, 26 de agosto de 2008

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Garibaldi Alves Filho  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 26 de agosto do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do OF. CAIE nº 038/2008-Circular, o Aviso nº 42, de 2008 (nº 255/GMF, na origem), 30 de julho de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de junho de 2008, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada

Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; em cumprimento ao art. 42, informa que não consta em seus registros, nos meses de abril a junho de 2008, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Comunico, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, Senador **Aloizio Mercadante**,  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 484/08/PS-GSE

Brasília, 4 de setembro de 2008

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.426, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 192/05 na Casa de Origem), o qual “Altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC, para definir tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,  
Primeiro Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2005.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 19 minutos.)

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Eptácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Casildo Maldaner\*\* (S)

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virginio de Carvalho\*\* (S)

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Marco Antônio Costa\*\* (S)

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozerildo Cavalcanti\*\*



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(16)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(8)</sup>  
**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final prorrogado:** 22/11/2008

| TITULARES   | SUPLENTE                                  |
|---|---|
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>                  |   |
| Heráclito Fortes (DEM-PI)   | 1. Demóstenes Torres (DEM-GO)             |
| Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(14)</sup>  |   |
| Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(11)</sup>   | 2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup> |
| Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>  |   |
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(9)</sup></b> |   |
| Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(13)</sup>   | 1. Eduardo Suplicy (PT-SP)                |
| Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>                                       | 2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)          |
| João Pedro (PT-AM) <sup>(3,12,17)</sup>   |   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |   |
| Valdir Raupp (PMDB-RO)  | 1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)           |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)  | 2. Romero Jucá (PMDB-RR)                  |
| Valter Pereira (PMDB-MS)  |   |
| <b>PDT</b>  |   |
| Jefferson Praia (AM) <sup>(15)</sup>  |   |

**PDT/PSOL (10)**

1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final prorrogado:** 13/03/2009

| TITULARES  | SUPLENTES                                       |
|--|---|
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |   |
| Demóstenes Torres (DEM-GO)   | 1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) <sup>(1)</sup> |
| Eduardo Azeredo (PSDB-MG)  | 2. Cícero Lucena (PSDB-PB)                      |
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |   |
| Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>                                  | 1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>     |
| Magno Malta (PR-ES)  |   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |   |
| Almeida Lima (PMDB-SE)   | 1.  |
| Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)                                  |   |
| <b>PTB</b>   |   |
| Romeu Tuma (SP)  | 1. Sérgio Zambiasi (RS)                         |

### Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 08/04/2008

| TITULARES  | SUPLENTES |
|--|-----------|
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |           |
|  | 1.        |
|  | 2.        |
|  |           |
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |           |
|  | 1.        |
|  | 2.        |
|  |           |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |           |
|  | 1.        |
|  | 2.        |
|  |           |
| <b>PTB</b>   |           |
|  | 1.        |
| <b>PDT</b>   |           |
|  |           |



## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

### COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton<sup>2</sup> (PP-MG)  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz<sup>2</sup> (PSDB – RS)

#### SENADORES

| TITULARES                         | SUPLENTES                                 |
|-----------------------------------|---|
| <b>Maioria (PMDB)</b>             |   |
| PEDRO SIMON (PMDB/RS)             | 1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)               |
| GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC) | 2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)                 |
| <b>DEM</b>                        |   |
| EFRAIM MORAIS (DEM/PB)            | 1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)               |
| ROMEU TUMA (DEM/SP)               | 2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>5</sup> (DEM/SC) |
| <b>PSDB</b>                       |   |
| MARISA SERRANO (PSDB/MS)          | 1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)              |
| <b>PT</b>                         |   |
| ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)        | 1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)                    |
| <b>PTB</b>                        |   |
| SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)          | 1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)               |
| <b>PDT</b>                        |   |
| CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)        | 1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)       |
| <b>PCdoB</b>                      |   |
| INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)          | 1.  |

#### DEPUTADOS

| TITULARES                              | SUPLENTES  |
|--|--|
| <b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b> |  |
| CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)               | 1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)                        |
| DR. ROSINHA (PT/PR)                    | 2. NILSON MOURÃO (PT/AC)                           |
| GEORGE HILTON (PP/MG)                  | 3. RENATO MOLLING (PP/RS)                          |
| MAX ROSENMANN (PMDB/PR)                | 4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)                        |
| <b>PSDB/DEM/PPS</b>                    |  |
| CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)                 | 1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) <sup>5</sup>           |
| GERALDO RESENDE (PPS/MS)               | 2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP) |
| GERMANO BONOW (DEM/RS)                 | 3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)           |
| <b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>           |  |
| BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)              | 1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)                        |
| <b>PV</b>                              |  |
| JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)             | 1. DR. NECHAR (PV/SP)                              |

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

| CÂMARA DOS DEPUTADOS  | SENADO FEDERAL  |
|---|---|
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  |
| HENRIQUE EDUARDO ALVES<br>PMDB-RN   | VALDIR RAUPP<br>PMDB-RO   |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>                               |
| ZENALDO COUTINHO<br>PSDB-PA   | MÁRIO COUTO<br>PSDB-PA  |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES<br/>E DEFESA NACIONAL</u></b> | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E<br/>DEFESA NACIONAL</u></b> |
| MARCONDES GADELHA<br>PSB-PB   | HERÁCLITO FORTES<br>DEM-PI  |

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º  | TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------|-----------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I)                                |           |           |
| Representante das empresas de televisão (inciso II)                           |           |           |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)                    |           |           |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) |           |           |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)            |           |           |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)           |           |           |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)             |           |           |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)    |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  |           |           |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

### **COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>2</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>2</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).



## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  | MESA DO SENADO FEDERAL   |
|---|--|
| <b><u>PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)  | <b><u>PRESIDENTE</u></b><br>Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)  |
| <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)   | <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senador Tião Viana (PT-AC)   |
| <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)   | <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)  |
| <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)   | <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Efraim Morais (DEM-PB)  |
| <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)   | <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Gerson Camata (PMDB-ES)   |
| <b><u>3º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)   | <b><u>3º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador César Borges (PR-BA)  |
| <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)  | <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Magno Malta (PR-ES)   |
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)   | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b><br>Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)   |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b><br>Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)   | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b><br>Senador Mário Couto (PSDB-PA)                               |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b><br>Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)       | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b><br>Senador Marco Maciel (DEM-PE)         |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b><br>Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB) | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) |

(Atualizada em 02.06.2008)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Senado Federal – Anexo II - Térreo**  
**Telefones: 3311-4561 e 3311-5258**  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros:** 5

**Leitura:** 05/03/2008

#### TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

**Notas:**

1. (DEM)

## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

| TITULARES  | SUPLENTES                            |
|--|--------------------------------------|
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |                                      |
| Senador Jayme Campos (DEM)   | 1. Senador Gilberto Goellner (DEM)   |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB)                                       | 2. Senador Mário Couto (PSDB)        |
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |                                      |
| Senador João Pedro (PT)  | 1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)  |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                                      |
| Senador Valdir Raupp (PMDB)  | 1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) |
| <b>PTB</b>   |                                      |
| Senador Mozarildo Cavalcanti                                       | 1. Senador Romeu Tuma                |

### **3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

**Número de membros: 9**

**COORDENADOR:** Hamilton Carvalhido

**RELATOR-GERAL:** Eugenio Pacelli de Oliveira

**Leitura:** 25/03/2008

**Designação:** 01/07/2008

---

#### **MEMBROS**

---

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

---



**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ**

**Finalidade:** Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

**Número de membros: 3**

**Leitura:** 03/04/2008

**TITULARES****Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )****Maioria ( PMDB )**

Senador José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

## **5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA**

**Finalidade:** Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros:** 3

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

---

### **TITULARES**

---

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

---

Senador João Pedro (PT)

---

#### **Maioria ( PMDB )**

---

---

#### **PSDB**

---

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

| TITULARES  | SUPLENTES                          |
|--|------------------------------------|
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |                                    |
| Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)                                    | 1. Senador Efraim Morais (DEM)     |
| Senador Cícero Lucena (PSDB)                                       | 2. Senador Tasso Jereissati (PSDB) |
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |                                    |
|  | 1.                                 |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                                    |
| Senador José Maranhão (PMDB)                                       | 1. Senador Almeida Lima (PMDB)     |
| <b>PTB</b>   |                                    |
| Senador Gim Argello  | 1. Senador João Vicente Claudino   |

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

| TITULARES   | SUPLENTES                                |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |  |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 1. Flávio Arns (PT)                      |
| Francisco Dornelles (PP)  | 2. Ideli Salvatti (PT)                   |
| Delcídio Amaral (PT)  | 3. Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>      |
| Aloizio Mercadante (PT)   | 4. Marcelo Crivella (PRB)                |
| Renato Casagrande (PSB)   | 5. Inácio Arruda (PC DO B)               |
| Expedito Júnior (PR)  | 6. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>  |
| Serys Slhessarenko (PT)   | 7. Antonio Carlos Valadares (PSB)        |
|   | 8. César Borges (PR)                     |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| Romero Jucá (PMDB)  | 1. Valter Pereira (PMDB)                 |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 2. Roseana Sarney (PMDB)                 |
| Pedro Simon (PMDB)  | 3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) |
| Mão Santa (PMDB)  | 4. Leomar Quintanilha (PMDB)             |
| Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,12)</sup>  | 5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(6)</sup>     |
| Neuto De Conto (PMDB)   | 6. Paulo Duque (PMDB)                    |
| Gerson Camata (PMDB)  | 7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)             |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| Adelmir Santana (DEM)   | 1. Gilberto Goellner (DEM)               |
| Heráclito Fortes (DEM)  | 2. Antonio Carlos Júnior (DEM)           |
| Eliseu Resende (DEM)  | 3. Demóstenes Torres (DEM)               |
| Jayme Campos (DEM)  | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)                |
| Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>   | 5. Marco Maciel (DEM)                    |
| Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>  | 6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>       |
| Cícero Lucena (PSDB)  | 7. Arthur Virgílio (PSDB)                |
| Flexa Ribeiro (PSDB)  | 8. Eduardo Azeredo (PSDB)                |
| Sérgio Guerra (PSDB)  | 9. Marconi Perillo (PSDB)                |
| Tasso Jereissati (PSDB)   | 10. João Tenório (PSDB)                  |
| <b>PTB <sup>(4)</sup></b>   |  |
| João Vicente Claudino   | 1. Sérgio Zambiasi <sup>(9)</sup>        |



|             |                        |
|-------------|------------------------|
| Gim Argello | 2.                     |
| <b>PDT</b>  |                        |
| Osmar Dias  | 1. Jefferson Praia (7) |

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

| TITULARES   | SUPLENTE                                  |
|---|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |   |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 1. Delcídio Amaral (PT)                   |
| VAGO <sup>(6)</sup>   | 2. Serys Slhessarenko (PT)                |
| Expedito Júnior (PR)  | 3. João Vicente Claudino (PTB)            |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |   |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 1. Mão Santa (PMDB)                       |
| VAGO <sup>(4)</sup>   | 2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup> |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |   |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 1. VAGO <sup>(5)</sup>                    |
| Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>   |   |
| Sérgio Guerra (PSDB)  | 2. Flexa Ribeiro (PSDB)                   |
|   | 3. Eduardo Azeredo (PSDB)                 |
| <b>PDT PMDB PSDB <sup>(1)</sup></b>   |   |
| Cícero Lucena (PSDB)  | 1.  |

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL****Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA**

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

| TITULARES   | SUPLENTE                               |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |  |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 1. Renato Casagrande (PSB)             |
| Francisco Dornelles (PP)  | 2. Ideli Salvatti (PT)                 |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| Mão Santa (PMDB)  | 1.                                     |
| Neuto De Conto (PMDB)   | 2.                                     |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>   | 1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>  |
| Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>   | 2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup> |
| Tasso Jereissati (PSDB)   | 3. Flexa Ribeiro (PSDB)                |

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

| TITULARES   | SUPLENTES                   |
|---|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                             |
| Delcídio Amaral (PT)  | 1. Francisco Dornelles (PP) |
| Inácio Arruda (PC DO B)   | 2. Renato Casagrande (PSB)  |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                             |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 1. Romero Jucá (PMDB)       |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 2. Valter Pereira (PMDB)    |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                             |
| VAGO <sup>(3)</sup>   | 1. José Agripino (DEM)      |
| Eliseu Resende (DEM)  | 2. Romeu Tuma (PTB)         |
| Sérgio Guerra (PSDB)  | 3. Tasso Jereissati (PSDB)  |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>                         |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |  |
| Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>  | 1. Fátima Cleide (PT)                    |
| Flávio Arns (PT)  | 2. Serys Slhessarenko (PT)               |
| Augusto Botelho (PT)  | 3. Expedito Júnior (PR)                  |
| Paulo Paim (PT)   | 4. VAGO <sup>(5)</sup>                   |
| Marcelo Crivella (PRB)  | 5. Antonio Carlos Valadares (PSB)        |
| Inácio Arruda (PC DO B)   | 6. Ideli Salvatti (PT)                   |
| José Nery (PSOL)  | 7. Magno Malta (PR)                      |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| Romero Jucá (PMDB)  | 1. Leomar Quintanilha (PMDB)             |
| VAGO <sup>(8)</sup>   | 2. Valter Pereira (PMDB)                 |
| VAGO <sup>(4)</sup>   | 3. Pedro Simon (PMDB)                    |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 4. Neuto De Conto (PMDB)                 |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)   | 5.                                       |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| Demóstenes Torres (DEM)   | 1. Adelmir Santana (DEM)                 |
| Jayme Campos (DEM)  | 2. Heráclito Fortes (DEM)                |
| Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>   | 3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(9)</sup> |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>       |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 5. Cícero Lucena (PSDB)                  |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 6. Sérgio Guerra (PSDB)                  |
| Papaléo Paes (PSDB)   | 7. Marisa Serrano (PSDB)                 |
| <b>PTB <sup>(7)</sup></b>   |  |
| Mozarildo Cavalcanti <sup>(6,10)</sup>  | 1.                                       |
| <b>PDT</b>  |  |
| João Durval   | 1. Cristovam Buarque                     |

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>        |
|---|-------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                         |
| Paulo Paim (PT)   | 1. Flávio Arns (PT)     |
| Marcelo Crivella (PRB)  | 2.                      |
| <b>Maioria (PMDB) e PDT</b>   |                         |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 1.                      |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                         |
| Jayme Campos (DEM)  | 1. VAGO <sup>(3)</sup>  |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 2. Cícero Lucena (PSDB) |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

| TITULARES   | SUPLENTES                |
|---|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                          |
| Flávio Arns (PT)  | 1. Fátima Cleide (PT)    |
| Paulo Paim (PT)   | 2.                       |
| <b>Maioria (PMDB) e PDT</b>   |                          |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 1.                       |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                          |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  |                          |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 1. Papaléo Paes (PSDB)   |
|   | 2. Marisa Serrano (PSDB) |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

| TITULARES   | SUPLENTEs                               |
|---|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |   |
| Augusto Botelho (PT)  | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB)       |
| Flávio Arns (PT)  | 2.                                      |
| <b>Maioria (PMDB) e PDT</b>   |   |
| João Durval (PDT)   | 1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup> |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |   |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 1. VAGO <sup>(3)</sup>                  |
| Papaléo Paes (PSDB)   | 2. Cícero Lucena (PSDB)                 |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

| TITULARES   | SUPLENTE   |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(4)</sup></b> |  |
| Serys Slhessarenko (PT)   | 1. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(13)</sup>       |
| Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>  | 2. Francisco Dornelles (PP) <sup>(1,12,13)</sup> |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 3. César Borges (PR)                             |
| Aloizio Mercadante (PT)   | 4. Expedito Júnior (PR) <sup>(13,14)</sup>       |
| Ideli Salvatti (PT)   | 5. Magno Malta (PR)                              |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 6. José Nery (PSOL)                              |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB)   | 1. Roseana Sarney (PMDB)                         |
| Pedro Simon (PMDB)  | 2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)         |
| Romero Jucá (PMDB)  | 3. Leomar Quintanilha (PMDB)                     |
| Almeida Lima (PMDB)   | 4. Valdir Raupp (PMDB)                           |
| Valter Pereira (PMDB)   | 5. José Maranhão (PMDB)                          |
| Gilvam Borges (PMDB) <sup>(7,15)</sup>  | 6. Neuto De Conto (PMDB)                         |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| Adelmir Santana (DEM)   | 1. Eliseu Resende (DEM)                          |
| Marco Maciel (DEM)  | 2. Jayme Campos (DEM)                            |
| Demóstenes Torres (DEM)   | 3. José Agripino (DEM)                           |
| Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>   | 4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3)</sup>             |
| Antonio Carlos Júnior (DEM)   | 5. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(6)</sup>     |
| Arthur Virgílio (PSDB)  | 6. Flexa Ribeiro (PSDB)                          |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 7. João Tenório (PSDB)                           |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 8. Marconi Perillo (PSDB)                        |
| Tasso Jereissati (PSDB)   | 9. Mário Couto (PSDB)                            |
| <b>PTB <sup>(5)</sup></b>   |  |
| Epitácio Cafeteira  | 1. Mozarildo Cavalcanti                          |
| <b>PDT</b>  |  |
| Osmar Dias <sup>(10)</sup>  | 1. Cristovam Buarque <sup>(9)</sup>              |

**Notas:**

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>                   |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (3)</b> |                                   |
| Flávio Arns (PT)   | 1. Patrícia Saboya (PDT) (1)      |
| Augusto Botelho (PT)   | 2. João Pedro (PT)                |
| Fátima Cleide (PT)   | 3. Marina Silva (PT) (12)         |
| Paulo Paim (PT)  | 4. Antonio Carlos Valadares (PSB) |
| Ideli Salvatti (PT)  | 5. Francisco Dornelles (PP)       |
| Inácio Arruda (PC DO B)  | 6. Marcelo Crivella (PRB)         |
| Renato Casagrande (PSB)  | 7. João Vicente Claudino (PTB)    |
| João Ribeiro (PR)  | 8. Magno Malta (PR)               |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                                   |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)                                  | 1. Romero Jucá (PMDB)             |
| Gilvam Borges (PMDB) (8,16)  | 2. Leomar Quintanilha (PMDB)      |
| Mão Santa (PMDB)   | 3. Pedro Simon (PMDB)             |
| Valdir Raupp (PMDB)  | 4. Valter Pereira (PMDB)          |
| Paulo Duque (PMDB)   | 5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)      |
| Lobão Filho (PMDB) (5,9)   | 6. Casildo Maldaner (PMDB) (15)   |
| Gerson Camata (PMDB)   | 7. Neuto De Conto (PMDB)          |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                                   |
| VAGO (4)   | 1. Adelmir Santana (DEM)          |
| Heráclito Fortes (DEM)   | 2. VAGO (11)                      |
| Virgínio de Carvalho (PSC) (6)   | 3. Gilberto Goellner (DEM)        |
| Marco Maciel (DEM)   | 4. José Agripino (DEM)            |
| Raimundo Colombo (DEM) (13)  | 5. Marco Antônio Costa (DEM) (14) |
| Rosalba Ciarlini (DEM)   | 6. Romeu Tuma (PTB) (2)           |
| Marconi Perillo (PSDB)   | 7. Cícero Lucena (PSDB)           |
| Marisa Serrano (PSDB)  | 8. Eduardo Azeredo (PSDB)         |
| Papaléo Paes (PSDB)  | 9. Sérgio Guerra (PSDB)           |
| Flexa Ribeiro (PSDB)   | 10. Lúcia Vânia (PSDB)            |
| <b>PTB</b>   |                                   |
| Sérgio Zambiasi (7)  | 1.                                |
|  | 2.                                |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Cristovam Buarque  | 1. VAGO (10)                      |

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

| TITULARES   | SUPLENTES                                |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |  |
| Paulo Paim (PT)   | 1. Antonio Carlos Valadares (PSB)        |
| Flávio Arns (PT)  | 2. Ideli Salvatti (PT)                   |
| Sérgio Zambiasi (PTB)   | 3. Magno Malta (PR)                      |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| VAGO <sup>(3)</sup>   | 1. Marcelo Crivella (PRB)                |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)   | 2. Valdir Raupp (PMDB)                   |
| Paulo Duque (PMDB)  | 3. Valter Pereira (PMDB)                 |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| VAGO <sup>(4)</sup>   | 1. VAGO <sup>(1)</sup>                   |
| Romeu Tuma (PTB)  | 2. Marco Maciel (DEM)                    |
| Rosalba Ciarlini (DEM)  | 3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup> |
| Marisa Serrano (PSDB)   | 4. Eduardo Azeredo (PSDB)                |
| Marconi Perillo (PSDB)  | 5. Flexa Ribeiro (PSDB)                  |
| <b>PDT</b>  |  |
| Francisco Dornelles (PP)  | 1. Cristovam Buarque                     |

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

| TITULARES  | SUPLENTES                         |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b> |                                   |
| Renato Casagrande (PSB)  | 1. Flávio Arns (PT)               |
| Marina Silva (PT) (7)  | 2. Augusto Botelho (PT)           |
| Fátima Cleide (PT)   | 3. Serys Shessarenko (PT)         |
| César Borges (PR)  | 4. Inácio Arruda (PC DO B)        |
|  | 5. Expedito Júnior (PR)           |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                                   |
| Leomar Quintanilha (PMDB)  | 1. Romero Jucá (PMDB)             |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)                                  | 2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)    |
| Valdir Raupp (PMDB)  | 3. Almeida Lima (PMDB)            |
| Valter Pereira (PMDB)  | 4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                                   |
| Eliseu Resende (DEM)   | 1. Adelmir Santana (DEM)          |
| Heráclito Fortes (DEM)   | 2. VAGO (1)                       |
| Gilberto Goellner (DEM)  | 3. VAGO (3)                       |
| José Agripino (DEM)  | 4. Raimundo Colombo (DEM) (9)     |
| Cícero Lucena (PSDB) (10)  | 5. Papaléo Paes (PSDB) (4)        |
| Marisa Serrano (PSDB)  | 6. Flexa Ribeiro (PSDB)           |
| Marconi Perillo (PSDB)   | 7. Arthur Virgílio (PSDB)         |
| <b>PTB</b>   |                                   |
| Gim Argello (6)  | 1.                                |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Jefferson Praia (8)  | 1.                                |

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL****Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**RELATOR:** VAGO

| TITULARES   | SUPLENTES                |
|---|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                          |
| Renato Casagrande (PSB)   | 1. Flávio Arns (PT)      |
| Inácio Arruda (PC DO B)   | 2. Expedito Júnior (PR)  |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                          |
| Valter Pereira (PMDB)   | 1. VAGO <sup>(2)</sup>   |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                          |
|   | 1. Adelmir Santana (DEM) |
| Marconi Perillo (PSDB)  | 2. Marisa Serrano (PSDB) |
| VAGO <sup>(3)</sup>   |                          |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

| TITULARES  | SUPLENTE                   |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b> |                            |
| César Borges (PR)  | 1. Inácio Arruda (PC DO B) |
| Serys Slhessarenko (PT)  | 2. Augusto Botelho (PT)    |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                            |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)                                  | 1. VAGO (3,4,6)            |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                            |
| VAGO (1)   | 1. Adelmir Santana (DEM)   |
| VAGO (5)   | 2. Flexa Ribeiro (PSDB)    |

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marina Silva (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

| TITULARES  | SUPLENTES                |
|--|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |                          |
| Marina Silva (PT) <sup>(1)</sup>                                   | 1. Fátima Cleide (PT)    |
| Renato Casagrande (PSB)  | 2. César Borges (PR)     |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                          |
| Leomar Quintanilha (PMDB)  | 1. Almeida Lima (PMDB)   |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |                          |
| Marisa Serrano (PSDB)  | 1. Flexa Ribeiro (PSDB)  |
| Gilberto Goellner (DEM)  | 2. Adelmir Santana (DEM) |

**Notas:**

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

| TITULARES  | SUPLENTES                 |
|--|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |                           |
| Renato Casagrande (PSB)  | 1. Expedito Júnior (PR)   |
| VAGO <sup>(1)</sup>  | 2. Augusto Botelho (PT)   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                           |
| Leomar Quintanilha (PMDB)  | 1. VAGO <sup>(3,5)</sup>  |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |                           |
| Flexa Ribeiro (PSDB)   | 1. VAGO <sup>(4)</sup>    |
| Gilberto Goellner (DEM)  | 2. Arthur Virgílio (PSDB) |

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTE</b>                               |
|---|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(8)</sup></b> |   |
| Flávio Arns (PT)  | 1. Serys Slhessarenko (PT)                    |
| Fátima Cleide (PT)  | 2. Eduardo Suplicy (PT)                       |
| Paulo Paim (PT)   | 3. Marina Silva (PT) <sup>(12)</sup>          |
| Patrícia Saboya (PDT) <sup>(5)</sup>  | 4. Ideli Salvatti (PT)                        |
| Inácio Arruda (PC DO B)   | 5. Marcelo Crivella (PRB)                     |
| José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>   |   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |   |
| Leomar Quintanilha (PMDB)   | 1. Mão Santa (PMDB)                           |
| Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)  | 2. Romero Jucá (PMDB)                         |
| Paulo Duque (PMDB)  | 3. Roseana Sarney (PMDB)                      |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)   | 4. Valter Pereira (PMDB)                      |
| Gilvam Borges (PMDB) <sup>(11,13)</sup>   | 5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)                  |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |   |
| César Borges (PR) <sup>(4)</sup>  | 1. VAGO                                       |
| Eliseu Resende (DEM)  | 2. Heráclito Fortes (DEM)                     |
| Romeu Tuma (PTB) <sup>(6)</sup>   | 3. Jayme Campos (DEM)                         |
| Gilberto Goellner (DEM)   | 4. Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(10)</sup> |
| Arthur Virgílio (PSDB)  | 5. Mário Couto (PSDB)                         |
| Cícero Lucena (PSDB)  | 6. Lúcia Vânia (PSDB)                         |
| Magno Malta (PR) <sup>(3,7)</sup>   | 7. Papaléo Paes (PSDB)                        |
| <b>PTB <sup>(9)</sup></b>   |   |
|   | 1. Sérgio Zambiasi                            |
| <b>PDT</b>  |   |
| Cristovam Buarque   | 1.  |

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTE</b>        |
|---|------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                        |
| Paulo Paim (PT)   | 1. Flávio Arns (PT)    |
| Serys Slhessarenko (PT)   | 2. VAGO <sup>(4)</sup> |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                        |
| Leomar Quintanilha (PMDB)   | 1. VAGO <sup>(3)</sup> |
| Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)  | 2.                     |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                        |
| VAGO <sup>(1)</sup>   | 1.                     |
| Heráclito Fortes (DEM)  | 2.                     |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 3. Papaléo Paes (PSDB) |

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

| TITULARES   | SUPLENTES                         |
|---|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |                                   |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 1. Flávio Arns (PT)               |
| José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>   | 2. Patrícia Saboya (PDT)          |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                                   |
| Inácio Arruda (PC DO B)   | 1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                                   |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 1. VAGO <sup>(4)</sup>            |
| Lúcia Vânia (PSDB)  | 2. Cícero Lucena (PSDB)           |

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>                         |
|--|---|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b> |   |
| Ideli Salvatti (PT)  | 1. Fátima Cleide (PT)                   |
| Serys Slhessarenko (PT)  | 2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup> |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |   |
| Roseana Sarney (PMDB)  | 1.                                      |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                  |   |
| VAGO <sup>(2)</sup>  | 1. Romeu Tuma (PTB)                     |
| Lúcia Vânia (PSDB)   | 2.                                      |

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>                             |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b> |  |
| Eduardo Suplicy (PT)  | 1. Inácio Arruda (PC DO B)                   |
| Marcelo Crivella (PRB)  | 2. Aloizio Mercadante (PT)                   |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 3. Augusto Botelho (PT)                      |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB)  | 4. Serys Slhessarenko (PT)                   |
| João Ribeiro (PR)   | 5. Marina Silva (PT) <sup>(11)</sup>         |
|   | 6. Francisco Dornelles (PP)                  |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| Pedro Simon (PMDB)  | 1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)            |
| Mão Santa (PMDB)  | 2. Leomar Quintanilha (PMDB)                 |
| Almeida Lima (PMDB)   | 3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)     |
| Jarbas Vasconcelos (PMDB)   | 4. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(8,13)</sup>    |
| Paulo Duque (PMDB)  | 5. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(10)</sup>       |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| Heráclito Fortes (DEM)  | 1. José Nery (PSOL) <sup>(4)</sup>           |
| Marco Maciel (DEM)  | 2. César Borges (PR) <sup>(1)</sup>          |
| Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(7)</sup>   | 3. Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(12)</sup> |
| Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>   | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)                    |
| Arthur Virgílio (PSDB)  | 5. Flexa Ribeiro (PSDB)                      |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 6. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(6)</sup>    |
| João Tenório (PSDB)   | 7. Sérgio Guerra (PSDB)                      |
| <b>PTB <sup>(5)</sup></b>   |  |
| Fernando Collor   | 1.   |
| <b>PDT</b>  |  |
| Cristovam Buarque   | 1. Jefferson Praia <sup>(9)</sup>            |

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>             |
|---|------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                              |
| Augusto Botelho (PT)  | 1. João Ribeiro (PR)         |
| Mozarildo Cavalcanti (PTB)  | 2. Fátima Cleide (PT)        |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                              |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 1. Leomar Quintanilha (PMDB) |
| Pedro Simon (PMDB)  | 2. VAGO <sup>(2)</sup>       |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                              |
| Romeu Tuma (PTB)  | 1. Marco Maciel (DEM)        |
| Flexa Ribeiro (PSDB)  | 2. Arthur Virgílio (PSDB)    |
| <b>PDT</b>  |                              |
| Jefferson Praia   | 1. Cristovam Buarque         |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME  
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

| TITULARES   | SUPLENTES                    |
|---|------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                              |
| VAGO <sup>(3)</sup>   | 1. Inácio Arruda (PC DO B)   |
| João Ribeiro (PR)   | 2. Augusto Botelho (PT)      |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                              |
| Mão Santa (PMDB)  | 1. Valdir Raupp (PMDB)       |
|   | 2. Leomar Quintanilha (PMDB) |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                              |
| Romeu Tuma (PTB)  | 1. Rosalba Ciarlini (DEM)    |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 2. Papaléo Paes (PSDB)       |
| <b>PDT</b>  |                              |
| Cristovam Buarque   | 1. VAGO <sup>(4)</sup>       |

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTE</b>           |
|---|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                           |
| VAGO <sup>(1)</sup>   | 1. Marcelo Crivella (PRB) |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                           |
| Paulo Duque (PMDB)  | 1. Pedro Simon (PMDB)     |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                           |
| Romeu Tuma (PTB)  | 1. Marco Maciel (DEM)     |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 2. Flexa Ribeiro (PSDB)   |
| <b>PDT</b>  |                           |
| VAGO <sup>(3)</sup>   | 1.                        |

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>                   |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b> |                                   |
| Serys Slhessarenko (PT)  | 1. Flávio Arns (PT)               |
| Delcídio Amaral (PT)   | 2. Fátima Cleide (PT)             |
| Ideli Salvatti (PT)  | 3. Aloizio Mercadante (PT)        |
| Francisco Dornelles (PP)   | 4. João Ribeiro (PR)              |
| Inácio Arruda (PC DO B)  | 5. Augusto Botelho (PT)           |
| Exedito Júnior (PR)  | 6. Renato Casagrande (PSB)        |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |                                   |
| Romero Jucá (PMDB)   | 1. Lobão Filho (PMDB) (3,6)       |
| Valdir Raupp (PMDB)  | 2. José Maranhão (PMDB)           |
| Leomar Quintanilha (PMDB)  | 3. Casildo Maldaner (PMDB) (8)    |
| Gilvam Borges (PMDB) (5,9)   | 4. Neuto De Conto (PMDB)          |
| Valter Pereira (PMDB)  | 5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)                                  | 6. Pedro Simon (PMDB)             |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |                                   |
| Gilberto Goellner (DEM)  | 1. Demóstenes Torres (DEM)        |
| Eliseu Resende (DEM)   | 2. Marco Maciel (DEM)             |
| Jayne Campos (DEM)   | 3. Adelmir Santana (DEM)          |
| Heráclito Fortes (DEM)   | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)         |
| Raimundo Colombo (DEM) (7)   | 5. Romeu Tuma (PTB) (1)           |
| João Tenório (PSDB)  | 6. Cícero Lucena (PSDB)           |
| Marconi Perillo (PSDB)   | 7. Eduardo Azeredo (PSDB)         |
| Flexa Ribeiro (PSDB)   | 8. Mário Couto (PSDB)             |
| Sérgio Guerra (PSDB)   | 9. Tasso Jereissati (PSDB)        |
| <b>PTB (4)</b>   |                                   |
| Gim Argello  | 1. João Vicente Claudino          |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| João Durval  | 1.                                |

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).  
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.  
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).  
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                         |
|--|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (4)</b> |  |
| Fátima Cleide (PT)   | 1. VAGO (8)                              |
| Patrícia Saboya (PDT) (3)  | 2. Expedito Júnior (PR)                  |
| João Pedro (PT)  | 3. Inácio Arruda (PC DO B)               |
| João Vicente Claudino (PTB)  | 4. Antonio Carlos Valadares (PSB)        |
|  | 5. José Nery (PSOL) (1)                  |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>  |  |
| José Maranhão (PMDB)   | 1. Leomar Quintanilha (PMDB)             |
| Gim Argello (PTB) (2)  | 2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) |
| VAGO (5)   | 3. Pedro Simon (PMDB)                    |
| Valter Pereira (PMDB)  | 4. Valdir Raupp (PMDB)                   |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                      |  |
| Demóstenes Torres (DEM)  | 1. Gilberto Goellner (DEM)               |
| Adelmir Santana (DEM)  | 2. Jayme Campos (DEM)                    |
| Marco Maciel (DEM)   | 3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)        |
| Rosalba Ciarlini (DEM)   | 4. Virgínio de Carvalho (PSC) (7)        |
| Lúcia Vânia (PSDB)   | 5. Tasso Jereissati (PSDB)               |
| Marisa Serrano (PSDB)  | 6. Marconi Perillo (PSDB) (11)           |
| Cícero Lucena (PSDB)   | 7. João Tenório (PSDB)                   |
| <b>PTB (6)</b>   |  |
| Mozarildo Cavalcanti   | 1.                                       |
| <b>PDT</b>   |  |
| Jefferson Praia (9)  | 1. Osmar Dias                            |

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTES</b>                         |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |  |
| Delcídio Amaral (PT)  | 1. Paulo Paim (PT)                       |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 2. VAGO <sup>(5,7)</sup>                 |
| Expedito Júnior (PR)  | 3. César Borges (PR)                     |
| João Pedro (PT)   | 4. Augusto Botelho (PT)                  |
|   | 5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>       |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| VAGO <sup>(3)</sup>   | 1. Valdir Raupp (PMDB)                   |
| Leomar Quintanilha (PMDB)   | 2. Romero Jucá (PMDB)                    |
| Pedro Simon (PMDB)  | 3. Valter Pereira (PMDB)                 |
| Neuto De Conto (PMDB)   | 4. Mão Santa (PMDB)                      |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| Heráclito Fortes (DEM)  | 1. VAGO <sup>(4)</sup>                   |
| Jayme Campos (DEM)  | 2. Eliseu Resende (DEM)                  |
| Gilberto Goellner (DEM)   | 3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(8)</sup> |
| Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(9)</sup>  | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)                |
| Cícero Lucena (PSDB)  | 5. Marconi Perillo (PSDB)                |
| Flexa Ribeiro (PSDB)  | 6. João Tenório (PSDB)                   |
| Marisa Serrano (PSDB)   | 7. Sérgio Guerra (PSDB)                  |
| <b>PTB <sup>(6)</sup></b>   |  |
| VAGO <sup>(10)</sup>  | 1.                                       |
| <b>PDT</b>  |  |
| Osmar Dias  | 1. João Durval                           |

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3)</sup>

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTE</b>                          |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |  |
| VAGO <sup>(2)</sup>   | 1. Paulo Paim (PT)                       |
| Antonio Carlos Valadares (PSB)  | 2. Expedito Júnior (PR)                  |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| Valter Pereira (PMDB)   | 1. Valdir Raupp (PMDB)                   |
| Neuto De Conto (PMDB)   | 2. Mão Santa (PMDB)                      |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |  |
| Gilberto Goellner (DEM)   | 1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup> |
|   | 2. Rosalba Ciarlini (DEM)                |
| João Tenório (PSDB)   | 3. Cícero Lucena (PSDB)                  |
| Marisa Serrano (PSDB)   |  |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

| TITULARES   | SUPLENTE                              |
|---|---------------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                                       |
| Marcelo Crivella (PRB)  | 1. Expedito Júnior (PR)               |
| Augusto Botelho (PT)  | 2. Flávio Arns (PT)                   |
| Renato Casagrande (PSB)   | 3. João Ribeiro (PR)                  |
| Ideli Salvatti (PT)   | 4. Francisco Dornelles (PP)           |
|   | 5. Fátima Cleide (PT)                 |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                                       |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 1. Romero Jucá (PMDB)                 |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)   | 2. Gerson Camata (PMDB)               |
| Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,8)</sup>   | 3. Gim Argello (PTB) <sup>(6,7)</sup> |
| Valter Pereira (PMDB)   | 4. Leomar Quintanilha (PMDB)          |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                                       |
| Demóstenes Torres (DEM)   | 1. Eliseu Resende (DEM)               |
| Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>   | 2. Heráclito Fortes (DEM)             |
| Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(4)</sup>   | 3. Marco Maciel (DEM)                 |
| Antonio Carlos Júnior (DEM)   | 4. Rosalba Ciarlini (DEM)             |
| João Tenório (PSDB)   | 5. Flexa Ribeiro (PSDB)               |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 6. Marconi Perillo (PSDB)             |
| Cícero Lucena (PSDB)  | 7. Papaléo Paes (PSDB)                |
| <b>PTB <sup>(3)</sup></b>   |                                       |
| Sérgio Zambiasi   | 1.                                    |
| <b>PDT</b>  |                                       |
| Cristovam Buarque   | 1.                                    |

## Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.

7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).

8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

| <b>TITULARES</b>  | <b>SUPLENTEs</b>          |
|---|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b> |                           |
| Flávio Arns (PT)  | 1. Sérgio Zambiasi (PTB)  |
| Renato Casagrande (PSB)   | 2. Expedito Júnior (PR)   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                           |
| Valter Pereira (PMDB)   | 1. VAGO <sup>(2)</sup>    |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                           |
| Demóstenes Torres (DEM)   | 1. Heráclito Fortes (DEM) |
| Eduardo Azeredo (PSDB)  | 2. Cícero Lucena (PSDB)   |

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS****Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES   | SUPLENTEs                   |
|---|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b> |                             |
| Marcelo Crivella (PRB)  | 1. Francisco Dornelles (PP) |
| Augusto Botelho (PT)  | 2. Fátima Cleide (PT)       |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |                             |
| Mão Santa (PMDB)  | 1. VAGO <sup>(3)</sup>      |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                                 |                             |
| Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>   | 1. Rosalba Ciarlini (DEM)   |
| Cícero Lucena (PSDB)  | 2. Eduardo Azeredo (PSDB)   |

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

| <b>SENADORES</b>                           | <b>CARGO</b>             |
|--|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup> | CORREGEDOR               |
| VAGO                                       | 1º CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| VAGO                                       | 2º CORREGEDOR SUBSTITUTO |
| VAGO                                       | 3º CORREGEDOR SUBSTITUTO |

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO****PROCURADORIA PARLAMENTAR****(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

| <b>SENADOR</b>                                   | <b>BLOCO / PARTIDO</b>       |
|--|------------------------------|
| Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>        | Bloco Parlamentar da Minoria |
| João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>            | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup> | Bloco de Apoio ao Governo    |
|  | PMDB                         |
| Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>              | PTB                          |

**Atualização:** 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

| TITULARES   | SUPLENTE   |
|---|--|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>        |  |
| Augusto Botelho (PT-RR)   | 1. VAGO  |
| João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>   | 2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>          |
| Renato Casagrande (PSB-ES)  | 3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>         |
| João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>                             | 4.   |
| Eduardo Suplicy (PT-SP)   | 5.   |
| <b>Maioria ( PMDB )</b>   |  |
| Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)                                  | 1. Valdir Raupp (PMDB-RO)                        |
| Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>                                     | 2. Gerson Camata (PMDB-ES)                       |
| Gilvam Borges (PMDB-AP)   | 3. Romero Jucá (PMDB-RR)                         |
| Leomar Quintanilha (PMDB-TO)  | 4. José Maranhão (PMDB-PB)                       |
| <b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>                         |  |
| Demóstenes Torres (DEM-GO)  | 1. VAGO <sup>(9)</sup>                           |
| Heráclito Fortes (DEM-PI)   | 2. César Borges (PR-BA) <sup>(11)</sup>          |
| Adelmir Santana (DEM-DF)  | 3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(13)</sup> |
| Marconi Perillo (PSDB-GO)   | 4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10)</sup>     |
| Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(12)</sup>                                  | 5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)                       |
| <b>PDT</b>  |  |
| VAGO <sup>(14)</sup>  | 1.   |
| <b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b> |  |
| Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>  |  |

**Atualização:** 19/07/2008

#### Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

| <b>MEMBROS</b>                           |
|--|
| <b>PMDB</b>                              |
| Roseana Sarney (MA)                      |
| <b>DEM</b>                               |
| Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(1)</sup> |
| <b>PSDB</b>                              |
| Lúcia Vânia (GO)                         |
| <b>PT</b>                                |
| Serys Slhessarenko (MT)                  |
| <b>PTB</b>                               |
| Sérgio Zambiasi (RS)                     |
| <b>PR</b>                                |
| <b>PDT</b>                               |
| Cristovam Buarque (DF)                   |
| <b>PSB</b>                               |
| Patrícia Saboya (PDT-CE)                 |
| <b>PC DO B</b>                           |
| Inácio Arruda (CE)                       |
| <b>PRB</b>                               |
| Marcelo Crivella (RJ)                    |
| <b>PP</b>                                |
| <b>PSOL</b>                              |

**Atualização:** 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

|   |                   |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 58,00</b>  |
| Porte do Correio  | <b>R\$ 488,40</b> |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 546,40</b> |

**ANUAL**

|   |                     |
|---|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 116,00</b>   |
| Porte do Correio  | <b>R\$ 976,80</b>   |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 1.092,80</b> |

**NÚMEROS AVULSOS**

|                        |                 |
|------------------------|-----------------|
| Valor do Número Avulso | <b>R\$ 0,50</b> |
| Porte Avulso           | <b>R\$ 3,70</b> |

**ORDEM BANCÁRIA**

|                    |                       |
|--------------------|-----------------------|
| <b>UG – 020055</b> | <b>GESTÃO – 00001</b> |
|--------------------|-----------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



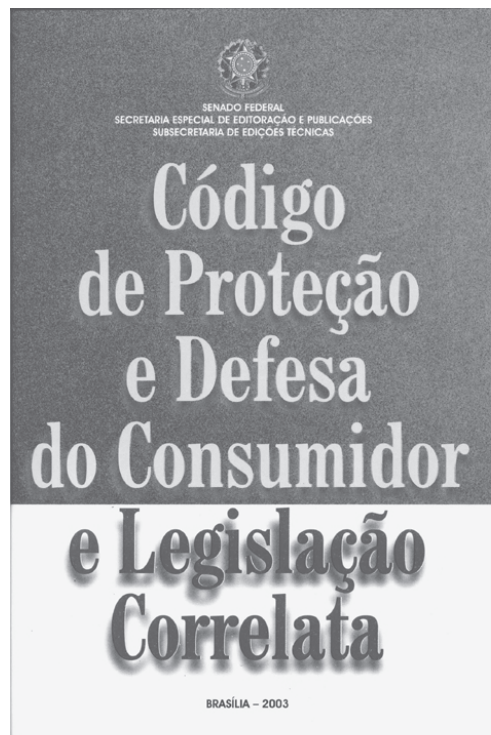
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 270 PÁGINAS**